

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ANDRÉIA HIROMI MANO

**Para além *deles* e *nós* – a construção de identidades dos falantes
de japonês como Língua de Herança e seus reflexos na Paisagem
Linguística de Suzano**

Versão Corrigida

São Paulo

2023

ANDRÉIA HIROMI MANO

**Para além *deles* e *nós* – a construção de identidades dos falantes
de japonês como Língua de Herança e seus reflexos na Paisagem
Linguística de Suzano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Célia Lima-Hernandes

Versão Corrigida

São Paulo

2023



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Andréia Hiromi Mano

Data da defesa: 24/05/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Célia Lima-Hernandes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 19/06/2023

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mp Mano, Andréia Hiromi
Para além deles e nós - a construção de identidades dos falantes de japonês como Língua de Herança e seus reflexos na Paisagem Linguística de Suzano / Andréia Hiromi Mano; orientador Maria Célia Lima-Hernandes - São Paulo, 2023.
211 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Japonês como Língua de Herança. 2. Construção identitária. 3. Paisagem Linguística. 4. Memória e identidade. I. Lima-Hernandes, Maria Célia, orient. II. Título.

MANO, Andréia Hiromi. **Para além deles e nós** – a construção de identidades dos falantes de japonês como Língua de Herança e seus reflexos na Paisagem Linguística de Suzano. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filologia e Língua Portuguesa.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus avós maternos, meu *jīchan* e minha *bāchan*, que, em sua caminhada por esta Terra, me ensinaram sobre coragem, bondade, resiliência. E, entre uma canção de ninar e um *somen* posto à mesa, me permitiram o primeiro contato com a Língua de Herança.

AGRADECIMENTOS

Concluir esta pesquisa é, mais do que uma realização pessoal, uma somatória de inúmeras contribuições ao longo desta jornada. Por este motivo, agradeço a todos que fizeram parte dela:

Professora Maria Célia, por ter me acolhido sempre com gentileza, bondade e generosidade, na Iniciação Científica, no grupo de pesquisa *Linguagem e Cognição* e, agora, na pós-graduação. Pelo apoio e incentivo em momentos em que eu mesma não acreditei que conseguiria prosseguir. E, sobretudo, por me ensinar a enxergar a vida por uma outra perspectiva através de seus ensinamentos, seu exemplo e sua luz.

Professoras Lili Han e Sumiko Haino, pela leitura atenta, avaliação cuidadosa, pelas críticas e comentários que contribuíram imensamente para este trabalho.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro através da concessão da bolsa de mestrado para a realização desta pesquisa.

ACEAS NIKKEY e Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji, pela recepção em suas dependências e colaboração com a pesquisa.

Colegas do grupo Linguagem e Cognição, pelos ensinamentos compartilhados, conselhos e companheirismo.

Minha família, pelo cuidado e carinho, pelo incentivo aos estudos e à leitura desde cedo, pelo apoio a esta pesquisa e por tornarem minha vida mais colorida, cada qual com seu tom único.

Angelly, Marina, Mônica, Priscilla, Renata e Thamires, pela amizade, gentileza e paciência para ouvir todas as minhas dúvidas e medos e me auxiliarem durante as etapas da pós-graduação.

Meus amigos de longa data, Eric, Juliana, Rafael e Robson, pelo apoio ao longo dos anos, por me ajudarem a me recompor em momentos difíceis e por me lembrarem de que as melhores conquistas são aquelas que podem ser compartilhadas com alegria com aqueles que nos querem bem.

Minha irmã Adriana, pelo cuidado e amor ao seu jeito, pelo incentivo aos estudos sem pedir nada em troca, pela companhia e pela generosidade.

Meus pais, em especial, *minha mãe*, por ter estado sempre ao meu lado em cada etapa dos meus estudos, pelo zelo, pela atenção, pelos esforços para me permitir estudar na universidade e me graduar com dignidade. Pelo amor incondicional por toda uma vida.

Fernando, por nunca ter me deixado desistir, por sempre ter acreditado e me feito lembrar de que, mais do que um sonho, este trabalho seria uma realidade. Por me trazer alegria e descanso quando, em muitos momentos, a mente já não sabia mais para onde ir. Pela companhia nesta e em muitas outras jornadas.

Meus antepassados, em especial ao meu *jīchan* e a minha *bāchan*, que imigram de terras tão distantes e cuja luta, persistência e trabalho incansável também fazem parte da minha história e me permitiram chegar até esta realização.

RESUMO

MANO, Andréia Hiromi. **Para além deles e nós** – a construção de identidades dos falantes de japonês como Língua de Herança e seus reflexos na Paisagem Linguística de Suzano. 2023. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Na presente dissertação, apresenta-se como objetivo principal a análise da influência do Japonês como Língua de Herança sobre seus falantes e sobre o espaço que ocupam, a partir da qual se tenciona estabelecer a relação entre a construção identitária desses falantes e a paisagem linguística do *locus* da pesquisa, a cidade de Suzano. Parte-se da relação entre memória, indivíduo, identidade e sociedade, na qual a Língua de Herança atua como elemento norteador para as análises. Observa-se o modo como os falantes interagem com essa Língua de Herança e seus diversos elementos; com a língua portuguesa e com os aspectos da sociocultura brasileira; os possíveis processos identitários que podem ocorrer, tais quais: mudança, alternância, verificação de identidades e manifestação de múltiplas identidades, além do papel das memórias, coletiva e individual. Assume-se que a identidade incorpora uma construção linguística, portanto, as manifestações dessas construções nos discursos desses falantes também foram alvo de análise. Para a análise das paisagens linguísticas, consideraram-se diferentes gêneros, sob uma perspectiva multimodal, assumido que a linguagem está presente em diferentes elementos da arquitetura e da geografia de um local. Posto que também há relação entre memória coletiva e individual e que ambas relacionam-se ainda com identidades e espaços, propôs-se a aplicação de questionários a uma rede familiar de imigrantes japoneses e seus descendentes residentes no município para a criação de genograma familiar, pesquisa documental e realização de entrevistas para observar, a partir da evocação das memórias desses indivíduos, a relação entre falante, língua e marcas identitárias, além de pesquisa de campo para investigação de elementos icônicos da cultura japonesa presentes na paisagem linguística da cidade. A análise de dados baseou-se nos princípios da Sociolinguística Interacional, no conceito de memória coletiva e individual, dos domínios apontados pela *Multidimensional Ecosystemic Comparative Approach* – MECA e da *Linguistic Landscape*. Os dados apontaram para a alternância entre as identidades “brasileiro” e “japonês” dos falantes em alguns casos, além de situações em que ambas foram negadas ou manifestadas simultaneamente. Linguisticamente, essas características materializaram-se principalmente através dos termos “eles” e “nós”, embora as formas de estruturação dos discursos indiquem também um “entre-lugar” ou um “não-lugar”. Outra manifestação encontrada foi o uso do *codeswitching* para o estabelecimento de um espaço de atenção conjunta entre os interlocutores e reforço da identidade japonesa. Na paisagem linguística local, foi possível notar a influência da comunidade *nikkei* e de sua língua ancestral e, especificamente, a ação de certos membros da rede familiar estudada. Notou-se também características dessas identidades não fixas e fluidas na paisagem analisada, indiciando um caráter agentivo e a participação desses falantes no espaço em que vivem. Os resultados obtidos indicam que o japonês como Língua de Herança influencia tanto a construção de identidades dos indivíduos quanto as paisagens linguísticas com que interagem, e evidencia um processo dinâmico, ou seja, não-estático, que não ocorre de maneira uniforme em todos os indivíduos devido à sua interação com diferentes aspectos pessoais e sociais. Essa dinâmica permite, portanto, a manifestação da superdiversidade ao longo das gerações familiares e na paisagem linguística referida.

Palavras-chave: Japonês como Língua de Herança. Construção identitária. Paisagem linguística. Memória e identidade.

ABSTRACT

MANO, Andréia Hiromi. **Beyond them and us** – the identity construction of Japanese as Heritage Language speakers and its reflections in the Linguistic Landscape of Suzano. 2023. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The main objective in this dissertation is to analyze the influence of Japanese as Heritage Language on its speakers and on the space they occupy. By this outset, it is intended to establish the relationship between the identity construction of these speakers and the linguistic landscape of research *locus*, Suzano city. The starting point is the relationship between memory, individual, identity, and society, in which Heritage Language acts as a guiding element for the analyses. The way speakers interact with this Heritage Language and its various elements is observed; with Portuguese language and aspects of Brazilian socio-culture; possible identity processes that may occur, such as: change, alternation, verification of identities and manifestation of multiple identities, in addition to the role of memories, collective and individual. It is assumed that identity incorporates linguistic constructions, therefore, the manifestations of such constructions in these speakers' speeches were also analyzed. For the analysis of linguistic landscapes, different genres were considered, from a multimodal perspective, assuming that language is also present in different elements of architecture and geography of a place. Since there is also a relationship between collective and individual memory and that both are also related to identities and spaces, questionnaires were applied to a family network of Japanese immigrants and their descendants residing in the city in order to create a family genogram and documentary research and interviews were conducted to observe, from the evocation of these individuals' memories, the relationship between speaker, language and identity marks, in addition to field research to investigate iconic elements of Japanese culture present in the city's linguistic landscape. Data analysis was based on the principles of Interactional Sociolinguistics, the concept of collective and individual memory, the domains identified by the Multidimensional Ecosystemic Comparative Approach – MECA and by the Linguistic Landscape. The data pointed to the alternation between the speakers' "Brazilian" and "Japanese" identities in some cases, in addition to situations in which both were denied or manifested simultaneously. Linguistically, these features have taken shape mainly through the terms "they/them" and "we/us", although the ways of structuring the discourses also indicate an "in-between place" or a "non-place". Another manifestation found was the use of codeswitching to establish a joint attention space between the interlocutors and reinforce the Japanese identity. In the local linguistic landscape, it was possible to notice the Nikkei community's influence and the ancestor language and, specifically, the action of certain members of the studied family network. Some features of these non-fixed and fluid identities were also noted in the analyzed landscape, indicating an agentive role and the participation of these speakers in the space where they live. The results obtained indicate that Japanese as Heritage Language influences both the construction of individuals' identities and the linguistic landscapes they interact with, and evidences a dynamic process, rather than a static one, which does not occur uniformly in all individuals due to their interaction with different personal and social aspects. This dynamic, therefore, allows the manifestation of superdiversity throughout family generations and in such linguistic landscape.

Key words: Japanese as Heritage Language. Identity construction. Linguistic landscape. Memory and identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Genograma da família alvo do estudo	63
Figura 2: Legendas para leitura do genograma.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formas atuais de contato com a LH assinaladas pelos participantes.	86
Gráfico 2: Avaliação dos participantes para julgar se residir ou ter residido em Suzano contribuiu na sua relação com a LH.	97
Gráfico 3: Frequência de padrões de nomes de logradouros dentro da área de investigação	134
Gráfico 4: Quantidade de fachadas comerciais encontradas, de acordo com o padrão de composição de nomes.	139

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mural do Viveiro Municipal Tomoe Uemura	136
Imagem 2: Fachada comercial Loja Japonesa	140
Imagem 3: Fachada comercial Japa Cabeleireiros	141
Imagem 4: Fachada comercial Himawari	142
Imagem 5: Fachada comercial Restaurante Suzulan.....	143
Imagem 6: Fachada comercial Lavanderia Suissen	143
Imagem 7: Fachada comercial Kyodai Hortifruti	144
Imagem 8: Fachada comercial Hiro produtos orientais	145
Imagem 9: Fachada comercial Quitanda Ueno	146
Imagem 10: Fachada comercial Higashi Lar & Construção	146
Imagem 11: Fachada comercial Sayama	147
Imagem 12: Fachada comercial Okamoto	147
Imagem 13: Fachada comercial Studio Hair Lika	148
Imagem 14: Fachada comercial Honda Eco Wash	149
Imagem 15: Fachada comercial Kawakami Auto Center	149
Imagem 16: Câmara Municipal de Suzano.....	152
Imagem 17: Reprodução do Templo Daigozan Jomyoji em mural artístico	152
Imagem 18: Mural artístico 1 do Templo Honpa Hongwanji de Suzano	152
Imagem 19: Mural artístico 2 do Templo Honpa Hongwanji de Suzano	153
Imagem 20: Mural artístico 3 do Templo Honpa Hongwanji de Suzano	153
Imagem 21: Reprodução artística de carpas em mural artístico.....	154
Imagem 22: Colagem artística em ônibus municipal	154
Imagem 23: Estátua da franquia japonesa “Pokémon” localizada na Praça dos Expedicionários	156
Imagem 24: Estátua da animação japonesa "Doraemon" localizada no Parque Municipal Max Feffer	157
Imagem 25: Escultura de Tsuru localizada na Praça do Sol Nascente	157
Imagem 26: Escultura de Tomie Ohtake em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa localizado na Praça do Sol Nascente	158
Imagem 27: Monumento em homenagem ao Cinquentenário da Imigração Japonesa na cidade de Suzano localizado na Praça João Pessoa.....	159
Imagem 28: Templo Budista Shingonshu Kongoji.....	160
Imagem 29: Templo Budista Honpa Hongwanji de Suzano	160
Imagem 30: Seicho-no-iê do Brasil	161
Imagem 31: Associação Cultural Suzanense – Bunkyo – placa em português	163
Imagem 32: Associação Cultural Suzanense – Bunkyo – placa em japonês.....	164
Imagem 33: Cerejeiras e o torii da Associação Cultural Suzanense – Bunkyo.....	165
Imagem 34: Escola Municipal Toshio Utiyama	166
Imagem 35: Associação Cultural Esportiva e Agrícola de Suzano – ACEAS NIKKEY	167
Imagem 36: Centro Educacional Nipo-Brasileiro de Suzano - Cenibras	168
Imagem 37: Monumento com inscrição em tanka, em homenagem ao professor Shigueichi Sakai ...	169
Imagem 38: Monumento em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, localizado na ACEAS NIKKEY	170
Imagem 39: Placa com inscrição do nome “Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji” localizada ao início da estrada de acesso	172
Imagem 40: Placa com orientações de visitação ao Templo.....	173
Imagem 41: Placa com orientações de higienização das mãos e boca antes da visitação ao Templo..	174

Imagem 42: Placa em frente a "Ojizô sama" com esclarecimentos sobre a divindade e mantra destinado a ela	174
Imagem 43: Construção principal do Templo Budista Daigozan Jomyoji.....	175
Imagem 44: 4ª edição do Festival das Lanternas realizado no Templo.....	176
Imagem 45: Monumento localizado na divisa entre os municípios de Suzano e Itaquaquecetuba.....	177
Imagem 46: Totem localizado na divisa entre os municípios de Suzano e Mogi das Cruzes.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de membros familiares dispostos ao longo de cada geração.	65
Tabela 2: Tipos de padrões de composições de nomes dos membros familiares e suas ocorrências.	68
Tabela 3: Ocorrências de cada padrão de composição de nomes ao longo das gerações familiares.	69
Tabela 4: Quantidade total de itens da PL local por bairro.	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEAS	Associação Cultural Esportiva e Agrícola de Suzano
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
ENT	Entrevistado
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
LA	Língua Adicional
LE	Língua Estrangeira
LH	Língua de Herança
LM	Língua Materna
MECA	<i>Multidimensional Ecosystemic Comparative Approach</i>
NB	Nome próprio de origem não japonesa
NJ	Nome próprio de origem japonesa
PL	Paisagem Linguística
SB	Sobrenome de origem não japonesa
SJ	Sobrenome de origem japonesa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PADRÕES DE TRANSCRIÇÕES

...	pausa longa
//	fala interrompida
()	informação extralinguística (risos, expressões, gestos)
[...]	trecho suprimido
[palavra]	informação adicionada para compreender a fala. Não está presente no trecho, mas foi mencionada anteriormente. Em algumas situações, a informação real foi substituída pela palavra à qual aponta para preservar a identidade dos envolvidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
1.1 Língua de Herança	26
1.2 Identidades e processos relacionados	29
<i>1.2.1 Tipos de identidade, processo de verificação e implicações</i>	32
1.3 Paisagens Linguísticas	36
1.4 Memória individual e coletiva	38
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS	41
2.1 Participantes e locus da pesquisa	42
<i>2.1.1 Busca e seleção</i>	42
<i>2.1.2 Perfil dos participantes</i>	44
2.2 Metodologia de investigação	45
<i>2.2.1 Questionário</i>	45
<i>2.2.2 Construção do genograma</i>	47
<i>2.2.3 Pesquisa documental</i>	50
<i>2.2.4 Entrevistas</i>	51
<i>2.2.5 Delimitação da área de investigação</i>	52
2.3 Metodologia de análise de dados	54
<i>2.3.1 Genograma e Domínios MECA</i>	54
<i>2.3.2 Análise das entrevistas</i>	55
<i>2.3.3 Análise das Paisagens linguísticas</i>	56
2.4 Plataforma Brasil e Comitê de Ética em Pesquisa	59
2.5 Estudo-Piloto	59
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS ALCANÇADOS	61
3.1 Documentos migratórios, pessoais e familiares	61
3.2 Genograma familiar	62
<i>3.2.1 Gerações familiares</i>	64
<i>3.2.2 Gerações imigrantes</i>	65
3.3 Análise dos componentes do genograma segundo a MECA	66
<i>3.3.1 Migração e aculturação</i>	67
3.3.1.1 Composição de nomes	67
3.3.1.2 Frequência a nihon gakko, escola ou curso de língua japonesa	77
<i>3.3.2 Contexto ecológico</i>	85
3.3.2.1 Participação em eventos da comunidade e associações	86

3.3.3 <i>Ciclo de Vida Familiar</i>	94
3.3.3.1 <i>Mudança e local de residência atual</i>	95
3.3.4 <i>Organização familiar</i>	99
3.3.4.1 <i>Religião de batismo, Práticas e crenças religiosas</i>	99
3.3.4.2 <i>Japonês na infância e os avós</i>	104
3.4 Manifestações identitárias nos discursos dos falantes	111
3.4.1 <i>“Eles” e “nós”</i>	111
3.4.2 <i>Codeswitching como marcador identitário</i>	121
3.4.3 <i>Reflexões acerca do termo “nipo-brasileiro”</i>	126
3.5 As construções do eu e a paisagem linguística	131
3.5.1 <i>Nomes de logradouros</i>	132
3.5.2 <i>Fachadas Comerciais</i>	138
3.5.2.1 <i>Padrões de fachadas comerciais</i>	140
3.5.3 <i>Obras artísticas</i>	151
3.5.3.1 <i>Pinturas e colagens</i>	151
3.5.3.2 <i>Estátuas e esculturas</i>	155
3.5.3.3 <i>Monumentos</i>	158
3.5.4 <i>Instituições</i>	159
3.5.5 <i>Outras influências do japonês como Língua de Herança na Paisagem linguística local</i> ..	167
CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	193
ANEXO A - Genograma Familiar em tamanho ampliado	201
ANEXO B - Guia de perguntas do questionário online	202
ANEXO C - Roteiro semiestruturado para entrevistas com participantes	204
ANEXO D - Lista de Paisagens linguísticas dentro da área de investigação delimitada	206
ANEXO E - Lista de Paisagens linguísticas fora da área de investigação delimitada	210

INTRODUÇÃO

O Brasil é, atualmente, o país com a maior população japonesa fora do Japão¹, a qual se concentra principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná². Dentro do primeiro, a região do Alto Tietê merece importância quando estudamos a imigração japonesa no Estado, visto que os imigrantes estabeleceram-se nas terras da região na década de 20³, sobretudo para a atividade agrária, e muito contribuíram para o seu desenvolvimento.

Suzano é um município do Alto Tietê cuja emancipação político-administrativa é relativamente recente (1949) e conta com contribuições de diversos imigrantes em seu desenvolvimento; dentre eles, os imigrantes japoneses estiveram presentes na região desde antes dessa emancipação ocorrer. Notamos, assim, a forte presença da imigração japonesa em suas origens com reflexos destacáveis em questões culturais, econômicas, políticas e sociais⁴. Tal importância pode ser notada não só na letra, mas também na própria estrutura do hino da cidade, que contém apenas duas partes, sendo a segunda totalmente dedicada ao papel dos imigrantes no município.

I

Desperta a Cidade das Flores que almeja um porvir triunfal

Bandeiras de todas as cores, no peito um só ideal.

[...]

II

De vários lugares da Terra vieram imigrantes formar

Potência ditosa que encerra a grande paz de um altar

Trouxeram nas mãos uma flor, trouxeram indústrias também

Hoje a Cidade Progresso se orgulha dos filhos que tem [...]

(JOSÉ DE GOUVEIA)⁵

¹ Num estudo como este, que aborda a LH e considera o caráter não-fixo e contingente das identidades, é importante esclarecer que esta população aponta para a comunidade de imigrantes japoneses e seus descendentes, embora, temos consciência, haja outras perspectivas que vinculem a identidade apenas ao local de nascimento ou à consanguinidade.

² PRATA, 2010; ARAI e HIRASAKI, 2008.

³ <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/historiasuzano/#intro>.

⁴ LEONE *et al.*, 2009.

⁵ *apud* LEONE *et al.*, 2009, p.533.

Através dos trechos grifados, é possível observar como a cidade ressalta a pluralidade de seu povo de origens diversas, através de “bandeiras de todas as cores”, mas que, ainda assim, possuem algo em comum: têm “no peito um só ideal”. A origem desse povo é ainda mais explorada na segunda estrofe, na qual vemos que se trata de imigrantes que “vieram de vários lugares da Terra”, que não só “trouxeram nas mãos uma flor”, representando a contribuição dos imigrantes para as atividades agrícolas da cidade⁶, mas “trouxeram indústrias também”, isto é, contribuíram para o desenvolvimento tecnológico e econômico suzanense. Notamos que a cidade não somente reconhece a presença e a colaboração dos imigrantes para com o seu desenvolvimento, mas ainda se orgulha das diferentes nações que figuram entre os seus “filhos”, termo que denota proximidade, afetividade.

Esse cenário onde diferentes culturas interagem é local favorável para que se discuta a formação identitária dos imigrantes japoneses e de seus descendentes, questão já levantada por outros autores (DOI, 2006; KUWAE, 2013) numa perspectiva diferente. Como se concebe o indivíduo que, no país de origem de seus ancestrais, já não é mais visto como japonês e, em seu país natal, é considerado *nipo-brasileiro*? O próprio termo “nipo-brasileiro” já exprime uma característica particular dos imigrantes japoneses e de seus descendentes, apontando para uma possível interação desses dois elementos na identidade do indivíduo. Compreender, portanto, a interação entre esses indivíduos e a cidade ao longo de gerações torna-se fator relevante para compreender sua construção identitária. Em outras palavras, lidar com essa comunidade, agora focalizando o processo individual dentro da dinâmica coletiva, é a perspectiva que postulamos como lugar privilegiado de análise.

Neste estudo, consideramos que a identidade se constrói ao longo de um processo de interpretação do sujeito às impressões do mundo com que interage e, portanto, não possui caráter absoluto ou estático (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; BURKE e STETS, 2009; HALL, 2006; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000); é, assim, revestida de uma criação linguística que se constrói por meio de interações em diferentes contextos e relações socioculturais (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; NOGUEIRA, 2019; HALL, 1996; SILVA, 2000). Sob essa perspectiva, eleger a transmissão do japonês como Língua de Herança de um indivíduo como componente norteador para observar seu processo de construção identitária torna-se relevante, uma vez que permite que o falante de herança tenha

⁶ A agricultura representou a atividade de maior peso da cidade por anos, com destaque para a produção de morangos. Entre os anos de 60 e 70 o destaque passou a ser do cultivo das flores, atividade que concedeu a Suzano o título de “Cidade das Flores”, epíteto utilizado até hoje. (LEONE *et al.*, 2009)

diferentes elementos e contextos nos quais pode interagir e que poderão influenciar sua identidade. Porque tais elementos encontram-se relacionados à língua e à cultura ancestral, torna-se propícia a investigação de memórias – individual e coletiva –, visto que, para além dos aspectos linguísticos, esse viés abrange um baú de componentes – costumes, tradições, crenças, valores e, dentre outros nichos, a culinária (CARVALHINHOS, 2019).

A relação entre memória e identidade tem sido alvo de reflexão de diferentes autores (FERREIRA NETTO, 2017, 2009; CANDAU, 2011; POLLAK, 1992; HALBWACHS, 1990); dessas reflexões, muitas partem dos conceitos de memória individual e, sobretudo, memória coletiva postulados por Maurice Halbwachs (1990). Para o autor, a memória não é vista apenas como fenômeno individual, mas também social, na medida em que “[...] o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993). Ora, se a memória individual do sujeito ancora-se na memória coletiva, na medida em que se apoia em quadros de referência nos quais os grupos em que está inserido se situam, compreendemos a estreita relação entre memória e identidade (CANDAU, 2011; FERREIRA NETTO, 2009; POLLAK, 1992, pois nesse sentido,

[p]odemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.204)

Do mesmo modo, posto que abarca esses diferentes elementos que, por sua vez, levam o indivíduo ao contato com o coletivo, seja através de sua família, seja através da comunidade, a Língua de Herança pode servir-nos também como elemento norteador na análise da paisagem linguística de onde habita, já que as atividades coletivas associam-se a espaços e, estes, muitas vezes, são capazes de invocar memórias que se relacionam com o indivíduo (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 1990). Assim, o *locus* da pesquisa é propício, ainda, para compreender como ocorre a influência desse processo de construção identitária na configuração de sua paisagem linguística, dada a presença marcante dos imigrantes japoneses na cidade ao longo de sua história, uma vez que compreendemos as paisagens linguísticas como espaços físicos que interagem com questões políticas, sociais e culturais recebendo influência desses elementos ao mesmo tempo em que os influenciam (BLOMMAERT, 2013), interagindo também, portanto, com os indivíduos que fazem parte dessas paisagens (GORTER, MARTER e VAN MENSEL, 2012).

Desse modo, estabelecemos como objetivo geral analisar a influência da transmissão do japonês como Língua de Herança sobre seus falantes e sobre o local onde vivem. Seleccionamos, como objetivos específicos:

i) investigar como se manifesta a construção de identidades dos falantes do japonês como Língua de Herança, membros de uma rede familiar de imigrantes, observando

- a. como se relacionam com as línguas portuguesa e japonesa, considerando as várias dimensões que abarcam seus usos, tais como a sociocultural, a afetiva e a religiosa (CARVALHINHOS, 2019);
- b. a relação e o papel das memórias individual e coletiva (HALBWACHS, 1990) para esse processo;
- c. manifestações linguísticas desse processo (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; NOGUEIRA, 2019; HALL, 2003; SILVA, 2000);
- d. a possível ocorrência de processos identitários, tais quais: mudança, alternância, verificação de identidades (BURKE e STETS, 2009) e a manifestação de múltiplas identidades (BURKE e STETS, 2009; HALL, 2006).

ii) investigar como esse processo de construção identitária, que possui como um dos elementos o japonês como Língua de Herança, pode ter contribuído para a configuração da paisagem linguística (BLOMMAERT, 2013; GORTER, MARTER e VAN MENSEL, 2012; BLOMMAERT e RAMPTON, 2011; GORTER, 2006) da cidade de Suzano – *locus* da pesquisa –, conhecida pela grande influência recebida dos imigrantes japoneses, desde antes da elevação à condição de município até os tempos atuais (LEONE *et al.*, 2009), atentando-nos a

- a. gêneros de paisagens apresentadas;
- b. configuração e composição, linguística e extralinguística (ARONIN; Ó LAIORE, 2012; SHOHAMY e GORTER, 2009) dessas paisagens;
- c. possível associação direta entre a relação do japonês como Língua de Herança dentro da rede familiar estudada e os elementos que permitem delinear essas paisagens.

É certo que já existe uma história sobre essa cidade, que pode ser conferida em livros, websites e outros documentos municipais. Por outro lado, também é fato que “houve e ainda há tantas histórias distintas quanto nações” (HALBWACHS, 1990, p.107) e que a pretensão pela escrita de uma história universal implica uma fala posicionada sob o ponto de vista de determinado grupo (*idem*). Deste modo,

[s]e o tempo único assim reconstruído se estende sobre espaços mais amplos, abrange somente uma parte restrita da humanidade que povoa essa superfície: a massa da população que não penetra esses círculos limitado e a que ocupa as mesmas regiões, teve, todavia, ela também, sua história. (ibidem)

Embora o autor pouco tenha tratado da memória como ferramenta para a legitimação de certos grupos em detrimentos de outros, discutindo-a como elemento de importância dentro das relações de poder, vislumbramos, em sua obra *A memória coletiva* (1990), um diálogo entre seus pensamentos e os questionamentos de Chimamanda Ngozi Adichie acerca de *O Perigo de Uma História Única*, em obra homônima (2018). Como aponta a autora, a criação de uma história única ocorre quando um povo é mostrado como “uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder” (2018, p.10). Adichie mostra como as histórias que são contadas não são despidas de intenções e de um ponto de vista, evidenciando a relação entre essa história divulgada e as relações de poder que subjazem ao ato de contá-la, afinal “[o] poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (idem).

Neste sentido, ao trazer à luz as histórias de uma rede familiar cujas bases fundamentaram-se em Suzano e cujos membros são parte dos “filhos” da cidade, aliando relatos da memória individual e coletiva à pesquisa documental histórica, aproximamo-nos, como propõe a autora, do movimento de rejeição à ideia de uma história única, como um primeiro passo para evitar o silenciamento das múltiplas histórias que compõem verdadeiramente o quadro da cidade e da superdiversidade de seu povo presente em suas raízes. Verificamos, nesta perspectiva, aspectos das micro-histórias que são sussurradas nas microesferas sociais para delas extrair contribuições para a compreensão e reconhecimento das heranças socioculturais presentes até hoje em várias instâncias daquela sociedade.

Deste modo, a análise das interações na esfera microssocial proposta por Goffman (2002) e Gumperz (*apud* LEVINSON, 2003) apresenta-se como recurso propício para compreender essa dinâmica a nível macro, ou seja, entre indivíduos, língua e sociedade, aqui representada pelas paisagens linguísticas. Ao conduzir a análise para além do que é dito no discurso dos indivíduos, atentamo-nos também à forma como esse discurso é elaborado (GUMPERZ & COOK-GUMPERZ, 1982), e essa estratégia permitirá a identificação de pistas relacionadas à construção identitária desses falantes referentes à sua relação com a Língua de Herança. Além dos conceitos de memória individual e coletiva (HALBWACHS, 1990), empregamos, dada sua pertinência, os fundamentos da Sociolinguística Interacional e da *Linguistic Landscape* na

análise de dados para compreender como se manifesta o processo de construção de identidades dos falantes do japonês como Língua de Herança, residentes em Suzano, e como esse processo pode ter contribuído para a paisagem linguística do município.

Buscamos conduzir este estudo numa perspectiva não-polarizada, procurando ir além de oposições como transmissão/recebimento de língua e cultura, ou mesmo geográfica como Brasil/Japão, entre outras. Dessa forma, manter-nos-emos em sintonia com a ótica da superdiversidade (VERTOVEC, 2007), que atua em microesferas sociais, como na família ou rede familiar, quando se observam as interações e as relações que o indivíduo estabelece com outros, com o meio e com a Língua de Herança.

Nossa hipótese é a de que, uma vez compreendida a relação entre Língua de Herança, família e comunidade, traremos, à luz da memória desses participantes, temas que evoquem seu contato com a língua ancestral nesses dois contextos. Assim, evidências, não apenas sobre como essas relações ocorrem ou ocorreram, mas sobre o valor atribuído a elas por parte dos falantes, emergirão e darão sustentação à hipótese, uma vez que entendemos que a memória é um processo de reinterpretação daquilo que foi vivido ou partilhado (CANDAU, 2011; DAMÁSIO, 1996 *apud* FERREIRA NETTO, 2009).

Compreendendo ainda que ambas, memória e identidade, são construções do sujeito, levantamos a hipótese de que essas construções manifestem-se em seus discursos, não somente em seu conteúdo, como na forma de sua estruturação⁷. A relação icônica entre experiência humana no mundo e língua, também nos leva a pressupor que os achados acerca da construção identitária dialogarão com os achados na paisagem linguística, na medida em que deveremos encontrar elementos que se relacionam tanto à língua e à cultura majoritária quanto à LH, além de, possivelmente, outras línguas e culturas. Do mesmo modo, a superdiversidade deverá manifestar-se nas paisagens.

No Capítulo 1, apresentamos e discutimos a fundamentação teórica que norteia este estudo, centrada em quatro pilares principais: a Língua de Herança, o conceito de identidades e seus processos, os aspectos fundantes relacionados a paisagens linguísticas e o conceito de memória empregado. Ao revisitarmos esses conceitos, objetivamos delinear como as relações estabelecidas entre eles incidem, sobretudo, no objeto de pesquisa, a influência do japonês como Língua de Herança sobre as construções identitárias de seus falantes e sobre a paisagem

⁷ A visão funcionalista da linguagem reforça esta ideia ao postular a correlação icônica entre cognição e língua (GIVÓN, 2009).

linguística de Suzano. Já no Capítulo 2, detalhamos o encaminhamento metodológico empregado tanto para a investigação como para a análise de dados, além de apresentarmos brevemente o estudo-piloto realizado de modo a atestar a eficácia e aplicabilidade da metodologia empregada.

Para expor e discutir os resultados obtidos, dividimos o Capítulo 3 em cinco subseções, nas quais detalhamos os achados referentes a diferentes etapas da pesquisa – pesquisa documental, questionário online, entrevistas, genograma e pesquisa de campo. Cada uma delas está disposta separadamente para uma melhor visualização dos dados e checagem posterior de hipóteses, embora saibamos que essas etapas, bem como respectivos achados, relacionam-se e contribuem para a compreensão uns dos outros. Nas subseções 3.1 e 3.2, apresentamos os dados obtidos através da pesquisa documental e dos dados organizados segundo a representação gráfica permitida pelo genograma (MCGOLDRICK; GERSON; PETRY, 2020; FALICOV, 2017, 2016, 2007; MCGOLDRICK, 2016). Veremos como as memórias dos falantes de japonês como Língua de Herança atuam sobre suas construções identitárias e manifestam-se linguisticamente através dos dados colhidos pelos questionários *online*, aliados às análises das entrevistas, dispostos ao longo das subseções 3.3 e 3.4. Na subseção 3.3, também analisaremos mais detalhadamente a relação entre o individual e o coletivo, seja a nível familiar, seja a nível comunitário, na medida em que exploraremos essa relação sob perspectiva dos domínios MECA – *Multidimensional Ecosystemic Comparative Approach* (FALICOV, 2017; 2016), enquanto na subseção 3.4 deter-nos-emos, sobretudo, nas manifestações linguísticas dessa relação. A Subseção 3.5 é destinada à análise da influência da construção identitária na paisagem linguística local, com amparo das categorias SPEAKING de Hymes (1972), as quais foram exploradas fora do arcabouço inicial e dentro do contexto de Línguas de Herança, o que revela o ineditismo desta pesquisa.

Reservamos o Capítulo 4 para as considerações finais sobre os dados obtidos e a consequente análise proposta. Esse será o espaço em que discutiremos como os resultados alcançados por este estudo podem levar a reflexões e aplicações em estudos futuros, nas políticas públicas e políticas linguísticas na e educação.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Sem saber, tenho andado por este caminho estreito e longo.
Se eu olhar para trás, posso ver de longe minha terra natal.
Há estradas esburacadas e sinuosas que não existem no mapa.
Isso também é a vida”.

(Hibari Misora, *Kawa no nagare ni youni*)

Neste primeiro capítulo, explanaremos como o conceito de Língua de Herança, cuja definição foi tema de discussão das últimas décadas, foi abordado neste estudo. Procuraremos esclarecer as diferenças entre os termos Língua de Herança, Língua Estrangeira e Língua Materna, observando os contextos geopolíticos, históricos e socioculturais que podem influenciar na adoção desses estatutos. Em seguida, trataremos de questões identitárias primeiramente sob perspectiva sociointeracionista, apresentando os três tipos de identidades postulados pela obra *Identity Theory*, de Burke e Stets (2009) e a forma como operam fundamentalmente seus mecanismos de verificação e ativação para discutirmos a identidade sob a ótica pós-moderna proposta por Hall (2006), Silva (2000) e Woodward (2000). Abordaremos, então, como os conceitos de Paisagem Linguística têm se delineado, demonstrando-se elemento de valor para os estudos interdisciplinares que visam a estudar mudanças sociais sob uma perspectiva sociolinguística (BLOMMAERT, 2013; GORTER; MARTER; VAN MENSEL, 2012; BLOMMAERT e RAMPTON, 2011; BEN-RAFAEL, 2009; HUEBNER, 2009, GORTER, 2006).

Os três conceitos teóricos que conjugamos para levar a termo a análise a que nos propomos, embora tenham objetos centrais diversos entre si e, em algumas abordagens, discrimináveis de forma isolada – as línguas, as identidades e as paisagens – relacionam-se entre si na medida em que compreendemos os conceitos de memória individual e memória coletiva propostos por Halbwachs (1990), os quais pressupõem a relação entre o indivíduo e o meio em que vivem. Essa relação não se estabelece em sentido único, mas, sim, como uma via de mão dupla, em que um elemento, ao mesmo tempo que influencia o outro, também pode ser por ele influenciado. Ademais, há ainda é possível hierarquizá-los, posto que as paisagens (mais gerais) incluem as identidades, que, por sua vez, reverberadas por uma de suas manifestações, as línguas (mais restritos).

1.1 Língua de Herança

Utilizado pela primeira vez em contexto educacional e acadêmico canadense nos anos 70, o termo *Língua de Herança* (doravante LH) tornou-se tema de discussão e de interesse nos Estados Unidos na década de 90, entre aqueles que tinham uma preocupação com a revitalização, manutenção e ensino de outras línguas além do inglês (DING, 2013)⁸. Segundo Fishman (2001, *apud* KELLEHER, 2010, p.2), há três tipos de Língua de Herança⁹:

- **Línguas de herança de imigrantes** são qualquer uma das línguas faladas por imigrantes que chegaram aos Estados Unidos depois de este ter se tornado um país independente. Línguas de herança de imigrantes podem se sobrepor a línguas de herança colonizadoras; por exemplo, o espanhol foi uma língua de herança colonizadora, e agora é uma língua de herança de imigrantes de grande importância nos Estados Unidos.
- **Línguas de herança indígenas** são línguas dos povos nativos das Américas. Muitas dessas línguas estão extintas agora, algumas são faladas por poucos idosos e estão sob risco de serem perdidas e muito poucas estão sendo mantidas dentro de comunidades de falantes através de fortes esforços educacionais.
- **Línguas de herança de colonizadores** são as línguas dos vários grupos europeus que colonizaram primeiro o que agora é os Estados Unidos e ainda são faladas. Essas línguas incluem o holandês, alemão, finlandês, francês, espanhol e sueco. (com adaptação)

A despeito dessas diferenças quanto às origens, esses três tipos de LH sinalizam línguas que, num contexto sociopolítico, são faladas por grupos minoritários, quando, no país hospedeiro, há uma ou mais línguas com estatuto oficial, as quais são faladas por uma comunidade de fala mais ampla – as chamadas línguas majoritárias (MONTRUL, 2012; VALDÉS, 2005). Termos semelhantes são usados na Europa e na Austrália para se referir a LHs – línguas de minoria étnica, línguas de casa (*ethnic minority languages, home languages*) e línguas da comunidade (*community languages*), respectivamente (LITTLE, 2010 *apud* SCHMIDT *et al.*, 2012; MONTRUL, 2012).

Atualmente, o termo *Língua de Herança* foi generalizado e tem sido utilizado em detrimento de outros rótulos anteriormente empregados (POLINSKY, 2018; LIMA-HERNANDES, 2016; DING, 2013), como *línguas em contato, língua de casa, língua doméstica, língua da mãe, língua materna, bilinguismo circunstancial,*

⁸ Obviamente, esse termo pode ter recebido outras referências, como língua de casa, língua restrita, dentre outras, em regiões em que a diversidade sempre foi um de seus traços sociais. Exemplificam essas realidades os grandes espaços multiétnicos, tais como o visto na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), na China, na Índia, dentre outros.

⁹ Tradução própria. No original: “**Immigrant heritage languages** are any of the languages spoken by immigrants arriving in the United States after it became an independent country. Immigrant heritage languages may overlap with colonial heritage languages; for instance, Spanish was a colonial heritage language, and it is now an immigrant heritage language of great importance in the United States. **Indigenous heritage languages** are the languages of the peoples native to the Americas. Many of these languages are now extinct, some are spoken by a very few elders and are at risk of being lost, and a very few are being maintained within communities of speakers through strong educational efforts. (...) **Colonial heritage languages** are the languages of the various European groups that first colonized what is now the United States and are still spoken here. These include such languages as Dutch, German, Finnish, French, Spanish, and Swedish”.

manutenção/preservação de línguas, desaparecimento de língua, L2, segunda língua, língua étnica, língua de imigração/imigrantes, língua ancestral, língua da comunidade e línguas minoritárias. Esse movimento sinaliza uma maior preocupação com os deslocamentos humanos, ao mesmo tempo em que evidencia que novos desafios científicos e sociais precisam ser enfrentados.

No entanto, uma LH não se caracteriza apenas pelo seu caráter minoritário em comparação com a língua majoritária dentro de um determinado espaço, mas, sim, pelas relações que estabelece com sua própria comunidade de fala. Cabe-nos destacar ainda que esse caráter majoritário pode ter a ver com o poder, a oficialidade local, e não com a quantidade de pessoas que a utilizam. Como definido por Kelleher (2010, p.1)¹⁰:

Nos Estados Unidos, outras línguas além do inglês são frequentemente consideradas e chamadas de línguas “estrangeiras”. Contudo, muitas pessoas que vivem nos Estados Unidos têm conexão cultural e conhecem línguas além do inglês. Essas línguas não são “estrangeiras” para determinados indivíduos ou comunidades; em vez disso, elas lhe são familiares em formas variadas. Algumas pessoas são capazes de falar, ler e escrever na língua; outras podem apenas falar ou entender quando falam com elas. Algumas podem não entender a língua, mas são parte de uma família ou comunidade onde a língua é falada. O termo língua de “herança” pode ser usado para descrever qualquer uma dessas conexões entre uma língua não dominante e uma pessoa, uma família ou uma comunidade.

Por esse conceito, a autora parte da definição de Fishman (1999 *apud* VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003, p. 216), de que uma LH é “uma língua de relevância pessoal diferente do inglês”¹¹ problematizada por ser generalizada e não apontar, necessariamente, para uma LH, mas para qualquer língua que possa ter relevância pessoal para o indivíduo (VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003). Kelleher, porém, desenvolve mais essa definição, ao relacionar a LH com o sentimento de pertença a uma família e/ou comunidade na qual a língua é falada. A estreita relação entre a língua, a família, a comunidade e, conseqüentemente, a cultura também é apontada em diversos autores como característica central de uma LH (LITTLE, 2020; CARVALHINHOS, 2019; CARVALHINHOS e LIMA-HERNANDES, 2019; LIMA-HERNANDES, 2016; MOLLICA; AVELAR; NASCIMENTO, 2019; DING, 2013;

¹⁰ Tradução própria. Do original: “In the United States, languages other than English are often thought of and referred to as ‘foreign’ languages. However, many people who live in the United States have cultural connections to and know languages other than English. These languages are not ‘foreign’ to particular individuals or communities; instead, they are familiar in a variety of ways. Some people may be able to speak, read, and write the language; others may only speak or understand when spoken to. Some may not understand the language but are part of a family or community where the language is spoken. The term ‘heritage’ language can be used to describe any of these connections between a non-dominant language and a person, a family, or a community”.

¹¹ Tradução própria. Do original: “a language of personal relevance other than English”.

MONTRUL, 2012; VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003). Notamos, assim, que línguas vistas como línguas estrangeiras (LEs) ou línguas adicionais (LAs), a depender da orientação teórica do pesquisador, são consideradas como LHs por indivíduos que pertencem a determinadas comunidades. Essa é a razão por que todo pesquisador, ao debruçar-se sobre as LHs, não deve considerá-las como tendo caráter estático e absoluto; será preciso examinar, identificar e analisar quais fatores são relevantes em sua ecologia social.

Deste modo, da mesma forma que não pode ser tomada apenas como LE sem que se analise o contexto em que está inserida, também não pode ser considerada, numa visão simplista, como equivalente a uma língua materna (doravante LM). Tal como observa Lima-Hernandes, ao tratar dos processos de descolonização e *handover* ocorridos no século XX, em Macau (China), precisamos pensar nas dinâmicas identitárias implicadas no espaço sob investigação:

Como o estatuto oficial de línguas é determinado por critérios essencialmente políticos, nesses espaços as soluções encontradas para eleição da língua oficial foram norteadas pelas circunstâncias localizadas e, por isso, são bem diversas. Essas políticas podem, a longo prazo, afetar drasticamente as *línguas maternas*, e podem tornar o que era materna ou oficial numa LH.

Em muitos desses espaços a língua materna também não coincide exclusivamente com a língua falada pela mãe. É possível assumir, no entanto, sem erro, que a língua materna equivale às línguas aprendidas em ambientes domésticos, nas cenas de comunicação a partir da primeira infância. (2016, p.100)

Compreende-se, portanto, que uma LM nem sempre corresponde a uma LH. Tomemos, por exemplo, os netos de imigrantes de japoneses que tenham nascido no Brasil e foram expostos ao português durante a infância como língua de escolarização¹², tendo algum ou pouco contato com o japonês. Para eles, o japonês, embora seja LH, não foi sua língua materna, pois foi o português que ocupou esse papel, além do estatuto de língua majoritária no cenário nacional. Seus pais, por outro lado, podem ter sido expostos ao japonês desde a primeira infância. Nesse caso, considerando a dimensão temporal de aquisição de línguas (primeira x segunda), ainda que o japonês tenha sido sua LM em primeiro momento, ao entrarem em contato com o português, o japonês acaba ganhando estatuto de LH, não somente pela dimensão sociopolítica envolvida (minoritária x majoritária), mas também pela dimensão funcional das línguas (primária x secundária), isto é, no uso cotidiano da língua em contextos sociais. Assim, apenas a ordem temporal de aquisição não basta. É preciso considerar uma maior complexidade derivada do envolvimento de tudo o que reveste uma desterrada, como é o caso da LH, como

¹² Lembremo-nos, porém, das famílias que preferem a escola japonesa para a alfabetização de seus filhos ou, até mesmo, optam por enviá-los ao Japão com esse propósito.

observa Montrul (2012), que descreveu as três dimensões de uma LH, assim como, depois, argumentou Lima-Hernandes (2016) a interferência de critérios políticos nesses contextos de transformação de uma LM em LH.

É necessário, portanto, que se guarde cautela ao analisar LHs, evitando classificações categóricas e reducionistas ao redor deste termo. Uma abordagem que traz à luz o diálogo que ocorre com as línguas estrangeiras/adicionais e com as línguas maternas, a partir das LHs, é a abordagem plurilíngue proposta por Schmidt *et al.* (2012), na qual a LH recebe um “estatuto *‘in-between’*” em termos de LM e LE e contextos de aprendizagem (formal, informal) dependendo do papel que desempenha na vida do sujeito que a fala.

Embora já tenha havido discussões sobre a validade da terminologia (VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003), uma vez que o estatuto da língua pode variar de acordo com o contexto sociocultural, político e geográfico no qual ela é falada, ao orientar este estudo a partir deste lugar *“in-between”* da LH, mais do que um empecilho a uma classificação fixa, essa condição das línguas de herança torna-a objeto de estudo rico e complexo, na medida em que possibilita a integração de diversas áreas para sua melhor compreensão. Afinal, como aponta Carvalhinhos

Por ser um termo mais humano (sem deixar de ser técnico) no sentido de refletir fenômenos linguísticos, sociais, interacionais, culturais, psicológicos e até religiosos, entre outros, sua acepção é mais holística e, por que não, interdisciplinar. Essa amplitude do termo reflete uma miríade de situações peculiares e, por vezes, não canônicas. (2019, p.11)

É, portanto, nessa perspectiva da Língua de Herança que esta pesquisa buscará abordá-la, compreendendo-a não apenas como uma língua falada por uma minoria étnica em determinado espaço geográfico, nem apenas como uma língua de relevância para o indivíduo, mas com a qual e a partir da qual o indivíduo estabelece suas relações com sua família, com a comunidade e, sobretudo, consigo mesmo.

1.2 Identidades e processos relacionados

As questões acerca do plurilinguismo, multiculturalismo e diferença já vêm sendo discutidas ao longo do tempo, como apontam Gumperz & Cook-Gumperz (1982) ao observar que o pluralismo cultural de seu tempo já se apresentava de modo interacional; não se tratava mais de pequenos grupos ou famílias fechadas em comunidades étnicas cujo *background* fosse similar ou aproximado, um prelúdio ao que compreenderíamos, mais tarde, como um cenário de superdiversidade (VERTOVEC, 2007). Observamos, aqui, o movimento postulado por

Durkheim (1999 *apud* FERREIRA NETTO, 2017) acerca da formação das sociedades que, em primeiro momento, formam-se por solidariedade mecânica (posteriormente chamadas de tradicionais), mas que, ao longo do tempo, por motivos variados, tendem a agrupar-se em solidariedade orgânica (posteriormente, sociedades modernas). Assim, a união dos membros da sociedade, que ocorria pela semelhança, através do pensamento comum e da força magnética, passa a acontecer por meio das diferenças que levam à união, diante da necessidade de cooperação e complementariedade. Esse movimento reflete-se também nos papéis e posições ocupadas pelo indivíduo nesse espaço: nas sociedades tradicionais, estatutos e papéis não são definidos pelo indivíduo, mas, sim, pela própria sociedade; não há espaço para a escolha do indivíduo, uma vez que todos são iguais de acordo com seus papéis e estatutos, num processo compartilhado comum. Já nas sociedades modernas, com o adensamento populacional por migração, os papéis passam a ser adquiridos.

Acerca de estatutos e papéis, Goffman (2002, p.9) estabelece a relação tripartida de representações, usando como base o teatro: um ator representa para outros atores, que, por sua vez, estão representando para um espectador, isto é, a plateia. Na vida real, esses papéis, porém, são reduzidos a dois, na medida em que o interlocutor é, ao mesmo tempo, um ator para o qual o *eu* representa e, também, a sua plateia, o seu espectador. Goffman afirma que “quando um indivíduo chega diante de outros, suas ações influenciarão a definição da situação que se vai apresentar” (2002, p.15), sem que isto implique, no entanto, que o indivíduo agirá sempre de maneira calculada; muitas vezes, sua ação deve-se ao vínculo profundo mantido com uma tradição do grupo ou posição social de que faz parte, o que o leva a expressar-se de tal forma e causar determinada impressão, embora não tenha a intenção de fazê-lo. Há, como indica o autor, uma série de situações em que o indivíduo age de forma contrária àquilo em que acredita, pois sua plateia não lhe permite ser sincero (como, por exemplo, em uma situação profissional, fazer algo com que não concorda ou compactua porque os seus clientes aprovam) ou porque o faz em prol dela, ao mesmo tempo em que há situações em que o indivíduo é cínico para obter ganho ou vantagem própria.

Essa relação do indivíduo com o outro dentro de um determinado contexto social implica, assim, o processo de interação apontado por Gumperz & Cook-Gumperz (1982, p.2), no cenário que os autores chamaram de “*today's urban situation*”. De fato, nas concepções de Goffman, o ator social ou o *eu* é um elemento construído através das interações sociais das quais participa. Tais postulados estabelecem estreita relação com estudos identitários, pois

[c]omo Block (2007) nos conta em seu livro “Second Language Identities”, a identidade tem sido de interesse das ciências sociais por muito tempo. Cientistas sociais estão interessados na identidade porque ela permite que a lacuna entre o nível micro do indivíduo e o nível macro da ordem social seja preenchida. Permite a investigação da pertença de um indivíduo a grupos particulares, afiliações a costumes e práticas culturais e representações de si e dos outros. Block (ibid.) explica como os cientistas sociais passaram a ver a identidade como fluida, multidimensional (incluindo, por exemplo, gênero, sexualidade, classe, raça, etnia, idade, religião, cultura, etc.) e socialmente construída; essas visões se firmaram na linguística aplicada. (PREECE, 2016, p.3)¹³

Neste sentido, ao se situarem no nível micro da interação social – o do indivíduo – a fim de compreenderem o macro – o da sociedade –, as questões identitárias dialogam com os trabalhos de Goffman (2002; 1955) os quais demonstram como as esferas microsociais relacionam-se com o macrosocial. Nesses trabalhos, compreendemos que é a partir das interações do indivíduo na esfera privada, das “representações do eu na vida cotidiana”, que manifestações sociais são formadas e validadas uma vez que ganham forma ao passo em que se situam na esfera do senso comum. Desse modo, esferas mais amplas da sociedade, como a política, a social e as formações ideológicas e culturais poderiam ser melhor observadas a partir das interações entre indivíduos (RODRIGUES JÚNIOR, 2005).

Essa interação entre os níveis micro e macrosocial também pode ser observada em Burke e Stets, na medida em que definem uma identidade como

[...] o conjunto de significados que definem quem se é quando se ocupa um papel particular na sociedade, se é um membro de um grupo particular ou toma para si características particulares que identificam ele ou ela como uma pessoa única¹⁴. (2009, p.3)

Os autores também tratam das noções de papéis e estatutos, chamando os primeiros de “padrões nomeados de comportamento” e os segundos de “posições em grupos ou organizações nomeadas” (idem, p.12), sendo ambos essenciais para a questão identitária, na qual indivíduo possui múltiplas posições sociais, por consequência, também apresenta múltiplas identidades,

¹³ Tradução própria. Do original: “As Block (2007) tells us in his book *Second Language Identities*, identity has long been of interest in the social sciences. Social scientists are interested in identity because it enables the gap between the micro level of the individual and the macro level of the social order to be bridged. It allows for the investigation of an individual’s membership of particular groups, affiliations to cultural customs and practices and representations of self and others. Block (ibid.) explains how social scientists have come to see identity as fluid, multidimensional (including e.g. gender, sexuality, class, race, ethnicity, age, religion, culture, etc.) and socially constructed; these views have taken hold in applied linguistics”.

¹⁴ No original: “[...] the set of meanings that define who one is when one is an occupant of a particular role in society, a member of a particular group, or claims particular characteristics that identify him or her as a unique person”. (BURKE e STETS, 2009, p.3)

pois “o indivíduo existe dentro do contexto da estrutura social”¹⁵ (ibidem). Na perspectiva dos autores, porém, a interação não ocorre entre o indivíduo e o outro dentro de um contexto social, mas, sim, entre suas múltiplas identidades, isto é, os aspectos que compõem os indivíduos participantes da interação como pessoas (*person*), que são formados a partir dos papéis e estatutos que ocupam de acordo com as diferentes relações sociais.

Ora, se falamos em diferentes papéis e estatutos e, portanto, em uma multiplicidade de identidades, pressupomos uma visão não essencialista da identidade (WOODWARD, 2000). Opondo-se a uma visão essencialista, que se baseia nas características comuns partilhadas por um grupo étnico, as quais não se alteram ao longo do tempo, a visão não essencialista, para além de considerar tais características, volta-se para as diferenças, bem como para o modo como as definições de uma dada identidade mudam ao longo do tempo. Essa visão corrobora com estudos identitários (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; BURKE e STETS, 2009; HALL, 2006; 2003; GOFFMAN, 2002; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000), que apontam para a identidade como um processo de construção dinâmico e interativo, e não estático, uma vez que, como vimos, esse processo ocorre a partir das diferentes interações que são proporcionadas pelos relacionamentos que o indivíduo estabelece e pelos diferentes papéis que ocupa na sociedade em que vive (BURKE e STETS, 2009). Logo, ao assumir o papel inacabado, fluido e contingente da identidade (HALL, 2006, 2003; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000), compreendemos que lidar com um processo de construção contínua torna-se inevitável.

1.2.1 Tipos de identidade, processo de verificação e implicações

Para Burke e Stets (2009), há três tipos de identidades que formam a base identitária: identidades de papel (*role identities*), identidades sociais (*social identities*) e identidades da pessoa (*person identities*)¹⁶.

As primeiras relacionam-se com posições sociais que o indivíduo ocupa dentro da estrutura social, estrutura esta que o fará tomar para si um *papel* esperado para aquela posição, isto é, será levado a adotar um conjunto de expectativas que norteará sua atitude e comportamento. Elas formam-se não apenas pelo que se aprende culturalmente, mas pela interpretação individual que a pessoa que toma determinado papel dele para que atinja as expectativas da posição que ocupa. Uma identidade de papel liga-se a outra identidade de papel,

¹⁵ No original: “(...) the individual exists within the context of the social structure”. (BURKE e STETS, 2009, p.3)

¹⁶ Optamos pela tradução “identidade de pessoa” em detrimento de “identidade pessoal” pois os autores fazem a diferenciação entre *person identity* e *personal identity*.

diferente de si e que atua como um contra-papel (*counter-role*): professor-aluno, marido-mulher etc. (BURKE e STETS, 2009, p.114-115).

Ao passo que as identidades de papel referem-se ao indivíduo, as identidades sociais, por outro lado, referem-se ao coletivo: um indivíduo liga-se a muitos outros que partilham da mesma crença de que são membros de uma mesma categoria ou grupo social. Essa visão cria, por sua vez, uma diferenciação entre aqueles que são iguais àqueles que formam o grupo interno (*ingroup*) e são semelhantes, em oposição aos que formam um grupo externo (*outgroup*) e são diferentes. Nesse contexto, a identidade marcada pela diferença entre grupos “[...] envolve o exame dos *sistemas classificatórios* que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – ‘nós e eles’ [...]” (WOODWARD, 2000, p.14). Em contrapartida, as identidades de pessoa não se ligam a posições ou grupos sociais e, por consequência, relacionam-se com as expectativas do indivíduo, e não de papéis ou grupos; representa o “conjunto de significados que define a pessoa como um indivíduo único”, os quais podem englobar questões morais e valores pessoais (BURKE e STETS, 2009, p.114-115).

Apesar da definição individual desses tipos de identidade, os autores pontuam que as identidades não estão dissociadas, pois um papel presume um contra-papel que interage consigo dentro de determinado contexto social. Este, por sua vez, pode fornecer ao indivíduo um grupo com o qual ele possa se identificar. Assim, a separação entre identidade de papel e identidade social é meramente analítica, já que, na prática, ambas tendem a se misturar. Assim, embora apresentem diferenças, essas identidades operam de forma semelhante, através do processo cunhado como verificação de identidades. Para explicá-lo, Burke e Stets (2009) exemplificam

Ao fazer com que os significados (percebidos) sobre si mesmo na situação correspondam aos significados de seu padrão de identidade, Tom está verificando quem ele é - que ele é a pessoa- que seu padrão indica. Se ele for impedido de fazer isso, é muito provável que fique chateado. (idem, p. 68-69)

Nesse exemplo, os autores postulam que, a partir do *input* recebido do outro durante a interação social, o indivíduo modulará seu comportamento, gerando um *output* que vise a demonstrar que ele ocupa o determinado papel que esperam de si ou demonstrar que faz parte de determinado grupo social. Dessa forma, o processo de verificação de identidades de papel ocorre por aquilo que o indivíduo *faz*, e não pelo que se supõe que ele seja, uma vez que as expectativas geradas sobre essa identidade referem-se ao modo como desempenha o papel

esperado para determinada posição social. Por outro lado, uma identidade social é verificada quando um indivíduo é reconhecido como pertencente a um grupo, isto é, é avaliado como semelhante aos demais membros.

Sob o conceito da diferença como elemento definidor da identidade (HALL, 2006, 2003, 1996; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000), com a verificação de uma identidade social, o indivíduo não apenas vê-se diante de sentimentos positivos, como aceitação ou aprovação ao ter reconhecimento como membro daquele grupo, como reitera as distinções entre o grupo interno e grupo externo. Esse reforço das diferenças entre grupos, por sua vez, leva à manutenção dos limites e das divisões que existem dentro da estrutura social (BURKE e STETS, 2009, p.127). Nesse sentido, os processos de verificação e não-verificação implicam, para além das questões identitárias, questões sociopolíticas que envolvem, sobretudo, os membros dos diferentes grupos sociais.

Numa perspectiva pós-moderna, Stuart Hall contesta o papel da identidade como ponto de “sutura” entre sujeito e estrutura social que, ao sê-lo, conferiria estabilidade tanto para os sujeitos quanto aos mundos culturais que habitam. Argumenta que, diferentemente das visões anteriores¹⁷ que se tinha sobre um sujeito que detinha uma identidade regular e unificada, esse novo sujeito é formado por várias identidades que, por vezes, são “contraditórias ou não-resolvidas”, conferindo-lhe um caráter fragmentado (HALL, 2006, p.12).

Segundo o autor, a visão interacionista não seria o bastante para contemplar este sujeito e as mudanças apresentadas pelos mundos culturais nos quais vive. Diante desse cenário em que não haveria mais estabilidade entre o mundo exterior e as identidades do sujeito, a identidade é apontada como uma “celebração móvel”:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” [...]. (HALL, 2006, p.13)

Burke e Stets (2009) dialogam com Hall na medida em que discutem sobre as múltiplas identidades do sujeito pré-moderno como reflexo da maior complexidade da sociedade, no que se refere a organizações, grupos e papéis com os quais o indivíduo pode se relacionar, quando

¹⁷ O autor propõe três concepções de identidade com base em três tipos de sujeitos diferentes, tendo em vista como as definições de identidade passaram por concepções distintas a partir das influências sofridas pelas mudanças sociais: o sujeito individualista, o sujeito sociológico, que dialoga com autores explorados e, por fim, o sujeito pós-moderno (HALL, 2006).

comparado à era pré-moderna. Essa multiplicidade, por sua vez, implica não apenas a maior quantidade de identidades disponíveis, mas também os diferentes significados e, portanto, uma tendência a que essas identidades compartilhem menos significados em comum entre si.

Esse cenário é propício ao conflito e disputa entre diferentes identidades dentro de um único sujeito, sobre os quais os autores postulam que, quando duas ou mais identidades manifestam-se ao mesmo tempo, aquela como maior saliência devido ao *input* recebido dentro de determinado contexto terá maiores chances de ser ativada e, com isso, ser verificada. Se mais de uma identidade for ativada em uma situação, segundo os autores, é esperado que “[...] a identidade com maior nível de proeminência ou a identidade com maior nível de comprometimento¹⁸ guiará o comportamento mais do que uma identidade com o menor nível de proeminência ou comprometimento” (BURKE e STETS, 2009, p.133)¹⁹.

Entretanto, apesar de postularem que, visando à estabilidade, a identidade resiste à mudança (idem, p.176), esses autores também dialogam com Hall na medida em que discutem a ativação simultânea das múltiplas identidades que uma pessoa tem em diferentes grupos quando estes entram em contato e sobrepõem-se um ao outro. Neste caso,

[d]entro desse conjunto de pessoas agregadas situacionalmente, ambas as identidades serão ativadas e os conjuntos de significados e expectativas de ambas as identidades serão relevantes. Essa é frequentemente a situação quando o conflito de papéis está presente. Os significados e expectativas para cada identidade entram em conflito quando ambas as identidades são ativadas. Sob tais condições, esperaríamos que os padrões de identidade envolvidos mudassem de significado, com a identidade mais saliente ou mais comprometida mudando menos. No entanto, na medida em que as identidades compartilham significados, esses significados e expectativas devem se reforçar mutuamente, em vez de entrar em conflito. O número aumentado de laços na rede maior de outros (pais e colegas) aumentará o nível de comprometimento com os significados compartilhados e, portanto, as identidades que compartilham esses significados.²⁰ (BURKE e STETS, 2009, p.143-144)

¹⁸ Para os autores, o maior nível de comprometimento significa que mais pessoas dependem dessa identidade do que de outras (BURKE e STETS, 2009, p.133).

¹⁹ Do original: “[...] the identity with the higher level of prominence, or the identity with the higher level of commitment, will guide behavior more than an identity with a lower level of prominence or commitment”.

²⁰ Tradução própria. Do original: “Within this situationally aggregated set of persons, both identities will be activated, and sets of meanings and expectations from both identities will be relevant. This is often the situation when role conflict is present. The meanings and expectations for each identity come into conflict when both identities are activated. Under such conditions, we would expect the identity standards involved to shift meanings, with the more salient or more committed identity shifting the least. However, to the extent that the identities share meanings, these meanings and expectations should reinforce each other rather than be in conflict. The increased number of ties in the larger network of others (parents and peers) will increase the level of commitment to the shared meanings and hence the identities that share those meanings”.

Posto que objetivamos observar como ocorre a construção identitária dos falantes de japonês como LH e sua relação com a paisagem linguística, isto é, as construções de identidades de um determinado grupo social, voltaremos o foco de nossas análises às identidades sociais, sem que, no entanto, os demais tipos mencionados sejam vetados deste estudo, sendo mencionados quando pertinentes à complementação da análise. Também consideraremos para a análise a multiplicidade de identidades sob a ótica pós-moderna proposta por Hall (2006).

Nesse sentido, os contextos imigratórios apresentam-se como um cenário rico para os estudos de construções identitárias, na medida em que produzem identidades plurais (WOODWARD, 2000) num contexto de superdiversidade (VERTOVEC, 2007). Desse modo, retomando os preceitos da Sociolinguística Interacional e dos fundamentos do arcabouço teórico sobre Língua de Herança, o estudo das interações face a face de indivíduos que apresentam o japonês como LH no Brasil, mais especificamente em Suzano, possibilita a compreensão das construções identitárias desses falantes, considerando suas relações com o lugar em que vivem atualmente e com sua LH e cultura ancestrais.

1.3 Paisagens Linguísticas

Em seu trabalho sobre Paisagens linguísticas (doravante PL) Landry e Bourhis (1997) propuseram a seguinte definição para o termo

A língua de placas de trânsito públicas, outdoors publicitários, nomes de rua, nomes de lugares, sinos de estabelecimentos comerciais e placas públicas em prédios governamentais combina-se para formar a paisagem linguística de um dado território, região ou aglomeração urbana. (idem, p.25)²¹

Esse trabalho tornou-se um marco para os estudos da área, e outros autores passaram a dialogar com essa definição, evidenciando a interação da língua e da vida social que pode ser observada através do estudo das PLs (BLOMMAERT, 2013; GORTER; MARTER; VAN MENDEL, 2012; BEN-RAFAEL, 2009; HUEBNER, 2009, GORTER, 2006). Sob esta perspectiva, as PLs apresentam-se como uma ferramenta interdisciplinar valiosa para investigar e interpretar mudanças sociais no campo da Sociolinguística (BLOMMAERT, 2013), na medida em que permite a colaboração de outras áreas do saber, como a Sociologia, os estudos urbanos, a Geografia e a Antropologia, sem esgotar os campos de reflexão. Diante deste cenário

²¹ Do original: “The language of public road signs, advertising billboards, street names, place names, commercial shop signs, and public signs on government building combines to form the linguistic landscape of a given territory, region, or urban agglomeration”.

complexo e rico, abordagens mais abrangentes ganharam espaço, como apontam Melo-Pfeifer e Lima-Hernandes em sua revisão e análise da literatura referente à PL:

(...) o estudo das PL deixa de se focar exclusivamente em sinais linguísticos impressos, para dar conta da interação destes elementos com símbolos, materiais, cores, formas e tamanhos, caligrafia e tipos de letra, manuscrita ou não, numa perspectiva multimodal e multisemiótica (JAWORSKI; THURLOW, 2010), em que cada elemento fornece informações que indexam cada representação semiótica a um determinado estatuto, hierarquia e papel (2020, p.6).

Shohamy e Gorter consideram teorias multimodais que incluem sons, imagens e grafites nas PLs (2009, p.4), já Aronin e Ó Laiore abordam as PLs dentro de uma “multilingual material culture of places” (2012, p.314), na qual

[a]rtefatos mais antigos e tradicionais, como monumentos, inscrições, edifícios, códigos de vestimenta antigos e assim por diante, também têm importância socio-simbólica crucial para lembrar o falante dos vínculos históricos da língua minoritária com um determinado local, território ou característica topográfica. (...) A língua minoritária tem uma presença física no mundo da língua majoritária e vice-versa. (2012, p.301)²².

Tal definição dialoga com o postulado de Blommaert (2013) a respeito de espaços físicos que, ao mesmo tempo, são espaços sociais, culturais e políticos e, assim sendo, influenciam certos padrões de comportamentos sociais. Não apresentam neutralidade, na medida em que nunca são “*no-man’s land*”, mas sempre “*somebody’s space*” e, conseqüentemente, apresentam-se como espaços de poder que controlam, ao mesmo tempo em que são controlados por pessoas (idem, p.3).

Assumimos, portanto, a existência de relações entre questões de espaço, identidade, poder e estes indivíduos que participam e atuam na PL de um local. Numa abordagem sociolinguística, segundo Gorter, Marter e Van Mensel (2012, p.1), o estudo das PLs

- adota uma visão abrangente da linguagem escrita no espaço público, atentando-se a todos os signos, em vez de limitar seu escopo ao estudo de predominantemente um tipo de signos;
- não estuda apenas os signos, mas também investiga quem os inicia, cria, coloca e lê;
- analisa como a paisagem linguística é manipulada - consciente ou inconscientemente - a fim de confirmar ou resistir aos padrões e hierarquias de prestígio linguístico existentes ou presumidos;
- considera as maneiras pelas quais a paisagem linguística reflete ou não a demografia, o uso, as atitudes e as políticas linguísticas;

²² Tradução própria. Do original: “Older, traditional artefacts such as monuments, inscriptions, buildings, old dress codes, and so on, also have crucial socio- symbolic importance of reminding speaker of historical links of the minority language with a particular location, territory or topographical feature. (...) The minority language has a physical presence in the world of the majority language and vice versa”.

- prevê, relacionadas aos estudos de PLs, relações de poder e de resistência por parte das línguas minoritárias²³.

Além disso, ao atuar como um “barômetro da relação entre língua e sociedade”²⁴, as PLs evidenciam a presença da superdiversidade (VERTOVEC, 2007) nos produtos dessa relação, como aponta Blommaert (2013). Nesta perspectiva, compreendemos que a PL pressupõe pessoas que fazem parte do cenário como agentes, e não sob um aspecto passivo, que apenas a contemplam, embora saibamos que o que rotulamos de “paciente” só existe fora da consciência sobre o espaço em que vive; tendo consciência sobre o espaço, seu papel passa a ter relevância, pois é um experimentador-avaliador das coisas desse espaço; relaciona-se, ainda, a questões identitárias e ao multilinguismo, atentando-se às línguas minoritárias, estabelecendo importante conexão com o estudo proposto acerca das construções identitárias do falante de japonês como LH.

1.4 Memória individual e coletiva

Em sua obra *A memória coletiva* (1990), Maurice Halbwachs propõe os conceitos de memória individual e coletiva, a partir do pensamento durkeimiano que lhe antecede, adicionando às ideias de seu antecessor a proposta de que a memória individual, além fatos advindos do testemunho direto do indivíduo, também poderia ser composta por outros dados, sendo ela também um “resultado do intercurso de diversos indivíduos” (FERREIRA NETTO, 2017, p.69). Segundo o autor, podemos definir cada uma delas como

- **Memória individual:** não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente (*sic*) necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias (*sic*), que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, p.54)
- **Memória coletiva:** [...] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (idem, p.102)

²³ Tradução adaptada. Do original: “First, it adopts an all- encompassing view on written language in the public space, paying attention to all signs, rather than limiting its scope to the study of predominantly one type of signs. Second, linguistic landscape research not only studies the signs, but it investigates as well who initiates, creates, places and reads them. Moreover, linguistic landscape research as presented in this volume looks at how the linguistic landscape is manipulated – consciously or unconsciously – in order to confirm or to resist existing or presumed language prestige patterns and hierarchies. It also considers ways in which the linguistic landscape does or does not reflect language demographics, use, attitudes, and policies. Taken in this sense, linguistic landscape research clearly feeds into the study of minority language communities, especially since issues of power and resistance are at the heart of its research agenda”.

²⁴ HUEBNER, 2009, p.84.

A memória individual, posto que se forma fundamentalmente pelo testemunho direto e através daquilo que é experienciado pelo indivíduo, é fragmentária. Assim, as imagens e fatos guardados nessa memória, ao serem evocados, são reconstruídos e reinterpretados pelo próprio indivíduo (DAMÁSIO, 1996 *apud* FERREIRA NETTO, 2009, p.29). Nessa perspectiva, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, afinal, o indivíduo, como participante daquela memória, lembra dela a partir do lugar que ocupa, de onde observa, das relações que mantenha dentro do quadro espaço-temporal em que se situa. Desse modo, evidencia-se que a memória individual dos participantes e a organização social estão associadas e manifestam-se no discurso do sujeito, como aponta Pollak, ao discutir o exemplo de uma entrevista realizada com uma pessoa deportada, residente em Berlim:

Durante toda a entrevista, a significação das palavras "alemã" e "judia" se alterou em função das situações que apareciam no relato. Ao utilizar esses termos, essa mulher ora se integrava, ora se excluía do grupo e das características por eles designados. [...] Esse exemplo sugere que mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. (1989, p.14-15)

O autor amplia a discussão sobre o tema ao apontar para fatos “vividos por tabela” como constituintes da memória, individual coletiva, fatos estes que não necessariamente precisam ter sido vivenciados pelo indivíduo, como também acontecimentos vividos pelo grupo ao qual ele considera pertencer: “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p.201). Nesse sentido, o autor reforça a ideia de Halbwachs sobre o entrelaçamento das memórias individual e coletiva, na medida em que esses fatos “por tabela”, para o autor, podem tanto fazer parte de uma como de outra memória.

Sob essa perspectiva, compreendemos, então, não somente a relação que há entre elas, como também a relação que se estabelece entre o indivíduo, o tempo e o espaço, na medida em que esses dois compõem os quadros nos quais se ancoram as memórias produzidas pelo sujeito. Halbwachs bem ilustra essa relação: ao descrever um passeio hipotético a Londres na companhia de outras pessoas, o autor exemplifica como as memórias que o “eu” guardará dessa experiência e da cidade não são individuais, mas, sim, foram partilhadas com as pessoas que o acompanharam, que, por sua vez, partilharam consigo o seu conhecimento a respeito da cidade, cada um trazendo a luz sobre o objeto ou tema que mais domina ou lhe agrada. Além disso, o autor nos aponta como a cidade é uma construção coletiva impregnada da memória de outros homens na história, na arquitetura e em outros elementos (HALBWACHS, 1990, p.27).

Pollak dialoga com Halbwachs na medida em que propõe que há a relação entre memória, indivíduos e lugares, uma vez que

[o]s monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. [...] Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo”. (1992, p.202)

Ao falar sobre pertencimento a determinados grupos, o autor aponta também como a memória pode ser elemento constituinte da identidade do indivíduo²⁵, visto que lhe permite estabelecer um sentimento de pertencimento a um grupo. Ferreira Netto corrobora com essa visão em sua discussão aprofundada sobre a memória, explorando-a como fenômeno cognitivo, sem desconsiderar fenômenos fisiológicos que podem ser a ela relacionados, e “cuja propriedade mais específica é atuar como elemento formador da identidade pessoal e coletiva” (2009, p.16).

Ora, uma vez pressuposta a relação entre memória, identidade e sociedade, as memórias individual e coletiva figuram como base para analisar a construção identitária dos indivíduos, aliando-se a um elemento central que pode ser apreendido dessas memórias – o japonês como Língua de Herança. Sob essa perspectiva, se tomarmos ainda a LH como ponto de partida para a investigação da construção identitária do indivíduo, podemos observar não apenas como os sujeitos interagem na sociedade e como tal interação incide nesse processo de construção, mas também como esses sujeitos podem, eles mesmos, influenciar na paisagem que compõe essa sociedade, na medida em que não são apenas caminhantes que passam por ela, mas, sim, agentes capazes de interagir, influenciá-la e serem por ela influenciados (BLOMMAERT, 2013; GORTER, MARTER e VAN MENSEL, 2012).

Apresentadas as ideias fundantes desta dissertação, no capítulo seguinte apresentaremos o *design* metodológico adotado para a análise que desenvolveremos no Capítulo 3.

²⁵ Notemos que o conceito de identidade adotado pelo autor assemelha-se às noções de *face* de Goffman (1955) e Brown & Levinson (1987), na medida em que aponta para a “imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p.204).

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

“Puxa... Vimos muitas, muitas coisas mesmo. A cidade onde Satoru cresceu. Os campos onde tremulam as plantações de arroz. O mar, assustador com seu rugido estrondoso. O monte Fuji, que parece vir para cima da gente. A televisão quadrada, tão boa de deitar em cima. [...] E, acima de tudo, os sorrisos das pessoas queridas. Meu relato vai acabar em breve. Isso não é triste, de jeito nenhum. Vamos partir para a próxima jornada, lembrando todas as memórias que colhemos na nossa viagem. Pensando em quem partiu antes de nós e em quem virá depois”.

(Hiro Arikawa, *Relatos de um gato viajante*)

Neste capítulo, apresentaremos os aspectos metodológicos envolvidos em cada passo da pesquisa realizada. Óbvio se faz pensar que, num encaminhamento metodológico de qualquer pesquisa que envolva Língua de Herança, torna-se imprescindível um tempo de contato com a comunidade local. Essa obviedade, naturalmente, torna o trabalho de campo muito mais difícil de se realizar num contexto em que a Pandemia Covid-19 continuava ditando as regras de convívio social pelo isolamento. A despeito disso, vivenciamos experiências atípicas de seleção de participantes inclusive por internet, de acesso ao *locus* da pesquisa e à delimitação da área de investigação das paisagens inicialmente desenvolvida por mapas e documentos históricos. Enquanto esses cuidados todos foram sendo tomados, também empreendemos as tarefas implicadas na submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética e Pesquisa da FFLCH. Somente depois de longo percurso, pudemos ter o contato mais direto com participantes da pesquisa, e o mapa de cada decisão metodológica de investigação foi, assim, pautada pelo cuidado ético com os membros da família que aceitaram participar, assim como no tratamento de suas informações pessoais ao longo da análise de dados. Para que garantíssemos o sucesso da pesquisa em termos das metas traçadas, empreendemos um estudo-piloto, que funcionou como etapa fundamental para verificarmos a adequação do próprio método em função das questões de fundo na dissertação. É o que relataremos ao longo deste capítulo.

Uma casa só pode funcionar sistemicamente de modo perfeito se houver uma sintonia entre a funcionalidade dos ambientes e a forma como convivem seus moradores. Com uma pesquisa científica, não é diferente. O pesquisador só sente que o projeto está pronto para decolar quando uma etapa preliminar fundamental é cumprida: desenhar os passos que deve

pautar sua caminhada científica. O adequado planejamento nem sempre é sinônimo de preenchimento de lacunas num quadro ou tabela. Para além disso, mesmo que o plano soe bem costurado, o pesquisador só consegue ter a certeza de cumprir metas básicas quando se coloca a testar o próprio método.

Assim foi com esta pesquisa. Após muito tempo de leitura teórica e estudo de encaminhamentos metodológicos de outros trabalhos, só sentimos que o percurso era adequado após termos realizado um estudo-piloto (*survey*). Essa etapa preliminar nos deu a segurança justamente porque replicamos cada passo do estudo numa dimensão menor, com células mais restritas de investigação. Foi somente após esse momento que sentimos que a casa estava harmonicamente organizada. Era o princípio da pesquisa que se sinalizava.

Em linhas gerais, estabelecêramos uma abordagem qualitativa, na medida em que buscávamos compreender a relação do japonês como LH nos processos de construções identitárias de seus falantes e suas influências na paisagem linguística local. No entanto, nesse percurso, também lançamos mão de alguns dados relevantes que nos deram a sustentação quantitativa necessária, de modo que pudemos verificar, por exemplo, em que medida determinadas características revelavam-se mais ou menos frequentes no grupo analisado.

Identificados os participantes da pesquisa, demos início à coleta de dados e conseqüente tratamento das informações obtidas. Esses procedimentos metodológicos estruturaram-se ao longo das seguintes etapas: i) aplicação de questionários, ii) elaboração do genograma familiar, com base na MECA (FALICOV, 2017; 2016), iii) consulta a documentos imigratórios, familiares e históricos, iv) entrevistas, v) transcrição das entrevistas, vi) seleção de tópicos para análise, orientando-nos pelos domínios MECA, vii) análise de dados, à luz dos conceitos de Memória Coletiva (HALBWACHS, 1990) e da Sociolinguística Interacional (GUMPERZ & COOK-GUMPERZ, 1982) e viii) estudo das paisagens linguísticas da cidade, orientando-nos pelas categorias SPEAKING de Hymes (1972 *apud* HUEBNER, 2009).

2.1 Participantes e *locus* da pesquisa

2.1.1 Busca e seleção

Foram selecionadas para participar da pesquisa famílias descendentes de imigrantes japoneses que vieram para o Brasil no século passado. Assumimos como foco famílias cujos membros estabeleceram-se no município paulista de Suzano, antes mesmo de que esse espaço físico fosse considerado uma unidade política e administrativa. A razão para a escolha da cidade

foi a percepção de que, naquele local, era exuberante a presença de elementos japoneses, no entanto, havia uma lacuna de estudos acadêmico-científicos sobre a paisagem local.

Partimos de algumas células institucionais que permitiam reconstituir essa história de japoneses na região e realizamos uma detida investigação para identificar os fundadores da Associação Cultural Suzanense – *Bunkyo* Suzano/SP (doravante *Bunkyo*). Essa primeira ação nos permitiu identificar famílias cujas contribuições mostraram-se relevantes não somente para a comunidade japonesa no local, mas ainda para a construção de Suzano como um município.

O próximo passo foi elegermos alguns critérios relevantes para a seleção dos membros das redes familiares, já que tínhamos a percepção de que considerar somente a etnia como fator de inclusão não daria conta de responder sobre a ecologia social de então. Aplicamos o critério de seleção de que os membros dessas redes familiares tivessem vivido a maior parte de suas vidas em Suzano e que tivessem atingido ou ultrapassado a terceira geração (*sansei*) no Brasil. Consideramos que, nessas condições, poderíamos analisar, de modo mais aprofundado, as relações entre as famílias e a construção da paisagem linguística da cidade, assim como a superdiversidade entre os membros da família em suas relações socioculturais.

Por selecionarmos como unidade de estudo “redes familiares”, algumas características, tais como faixa etária e gênero, não puderam ser validadas como variáveis do estudo, já que esses fatores, até onde podíamos conceber, não se traduzia em uma condição relevante para explicar a atitude individual de diferentes gerações dentro da mesma família. Na verdade, todos os descendentes, independentemente de gênero e idade, buscavam, segundo nossa percepção, o êxito pessoal e profissional.

Dessa forma, pudemos neutralizar essas características atinentes ao indivíduo ao longo desta pesquisa. Tal decisão metodológica acabou sendo referendada pela própria dinâmica da ferramenta de organização e análise de dados (o genograma) em oposição às tradicionais árvores genealógicas. Explicamos: enquanto, por meio dos genogramas, capturamos dinâmicas individuais em redes familiares, por meio das árvores genealógicas, capturamos uma fotografia das descendências, sem verificar sua dinâmica social atrelada à sua raiz familiar. Com genogramas, combinados a questionários *online*, acessamos aos indivíduos que não eram falantes de japonês como LH, mas que possuíam alguma relação direta com os membros das redes familiares estudadas (ex. pais, cônjuges, companheiros). No entanto, para a etapa da entrevista, foram considerados somente indivíduos que possuíam o japonês como LH e indivíduos que residiam ou tinham residido na cidade de Suzano, dados os objetivos da pesquisa.

Esses recortes metodológicos foram necessários para que o estudo alcançasse maior profundidade e propiciasse um tratamento de caráter qualitativo, não apenas no que se refere à construção das identidades individuais, mas ainda quanto às contribuições socioculturais dos membros da família à cidade de Suzano, bem como à PL de Suzano. Como sabíamos de antemão que Suzano contava com grande presença e contribuições de imigrantes em suas origens, com destaque para os imigrantes japoneses, hipotetizávamos que algumas instâncias do desenvolvimento cultural, político e socioeconômico teriam a presença acentuada dessa comunidade.

No que se refere à herança cultural japonesa, a cidade é conhecida por suas academias de esporte, associações culturais, escolas (*nihon gakkō*)²⁶, festivais tradicionais, templos, dentre outros eventos peculiares, o que revela uma paisagem superdiversa e, ao mesmo tempo, concêntrica à cultura japonesa. Além disso, trata-se de uma cidade relativamente "jovem", considerando-se sua emancipação político-administrativa ocorrida em 1949 (LEONE *et al.*, 2009). Esses espaços e também a autonomia recente da cidade foram levados em conta para traçar o recorte dos participantes da pesquisa. Consideramos, assim, sua origem e relação com os espaços como condições essenciais aos estudos da transmissão do japonês como LH.

Logo, devido à forte presença dos imigrantes japoneses e de suas ações culturais que influenciam na paisagem linguística local, já nos momentos incipientes desta pesquisa fomos percebendo que diversos imigrantes vivenciaram e participaram ativamente da construção do estatuto de Suzano como cidade. Conhecer esse fato nos ajudou a delinear melhor o perfil das famílias que potencialmente nos auxiliariam a desenvolver a pesquisa.

2.1.2 Perfil dos participantes

Após a investigação inicial, identificamos cinco fundadores e ex-presidentes da *Bunkyo* e, aplicados os critérios de seleção expostos ao longo desta seção nas redes familiares apontadas, selecionamos a rede familiar dos indivíduos inicialmente composta pelos indivíduos C2 e C8²⁷. Deste modo, esta pesquisa contou com 25 participantes distribuídos ao longo de três diferentes gerações. Reforçam essa colaboração as informações e documentações a que acessamos para a

²⁶ Escola de japonês da comunidade. Geralmente, o aluno estuda todos os dias, antes ou após a escola regular, ou aos fins de semana.

²⁷ A identidade de todos os participantes da pesquisa permanece anônima, em respeito aos termos de pesquisa e ética propostos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no Termo de Assentimento apresentados aos participantes. Esclarecimentos sobre os critérios utilizados para forma de identificação dos indivíduos na pesquisa podem ser verificados no item 3.2.1.

identificação de três gerações ancestrais a estas com as quais atuaremos. É importante ressaltar que indivíduos em faixas etárias iguais ou inferiores à idade mínima de alfabetização infantil²⁸, embora identificados em uma das gerações descendentes mencionadas, não foram considerados para integrar o grupo de participantes da pesquisa e informações relacionadas a eles foram concedidas por seus pais.

Destes 25 participantes, aferimos as seguintes conexões: 16 apresentam relação consanguínea com a rede familiar iniciada por C2 e C8; 8 apresentam parentesco civil (considerando, aqui, relações matrimoniais, representadas pelo casamento civil e/ou somente religioso, assim como a união estável); e 1 indivíduo avaliou sua relação com a família em questão como “afetiva”, devido ao seu relacionamento com um dos membros da família, embora de longa data, não se configure como parentesco civil, dada a ausência de matrimônio ou filhos. Somente 2 indivíduos afirmaram não ter ascendência japonesa de nenhum tipo.

2.2 Metodologia de investigação

À medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, fomos tomando contato com ferramentas auxiliares inovadoras para a área da Linguística. Então, fomos testando cada uma e vendo de que modo reagiam ao contexto da pesquisa, bem como às metas que havíamos traçado. Dessa forma, reunimos três ferramentas para o desenvolver o estudo: os questionários e as entrevistas, tradicionalmente empregados no campo da Sociolinguística Interacional, os genogramas, derivados do campo da Psicologia, as pesquisas documentais, amplamente difundidas em vários campos do saber. Essa combinação de instrumentos num sequenciamento de ações muito bem planejado nos conduziram a resultados surpreendentes no campo das LH, pois permitiram o mapeamento da PL, inicialmente entendida como caótica (devido às várias imigrações presentes) e difusas (devido à forma como se distribuíam na cidade).

2.2.1 Questionário

Uma vez que pretendíamos analisar a relação entre o japonês como LH e a atitude de seus falantes não apenas como uma transmissão-recebimento de cultura, mas, sim, como uma

²⁸ Tomamos por base as recomendações da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que indica que o processo de alfabetização infantil deve se iniciar no 1º ano do Fundamental, por volta dos 6 anos de idade. Assim, desconsideramos crianças com idade igual ou inferior aos 6 anos para participar da pesquisa. A justificativa para essa conduta reside no fato de que, nesse período, a criança ainda está se familiarizando com o processo de ensino-aprendizagem formal de linguagens e códigos, e a metodologia proposta da pesquisa não seria adequada à sua faixa etária devido à complexidade cognitiva prevista no *status quo*.

herança acoplada juntamente com atitudes, modos de vida e construções identitárias desses indivíduos por meio de sua interação com o ambiente (JENNINGS-WINTERLE; JENNINGS, 2019), reduzir sua convivência a uma comunidade fechada etnicamente não permitiria reconhecer as dinâmicas interativas. Por isso, consideramos, ainda, sua interação com a língua portuguesa e com os aspectos da sociocultura brasileira.

No primeiro contato, aplicamos um questionário cujas perguntas foram pensadas para produzir respostas que auxiliariam na formulação de tópicos para a entrevista síncrona, num momento posterior. Esse questionário foi entregue aos participantes de forma virtual pelo *Formulário Google*. O questionário *online* foi respondido de forma remota pelos participantes e a pesquisadora não esteve presente junto aos indivíduos durante a realização da atividade. Todavia, todas as instruções e dúvidas foram esclarecidas previamente, embora o participante pudesse solicitar, a qualquer tempo, auxílio da pesquisadora para dirimir dúvidas sobre o questionário, caso fosse preciso. Em todos os casos, porém, os participantes responderam às perguntas sem necessidade do acompanhamento nem do auxílio da pesquisadora.

Consideramos importante que o questionário fosse realizado na primeira etapa da coleta de dados, pois, segundo Goffman (2002, p.11), “a informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar”. Em termos de pesquisa envolvendo entrevistas, ter alguma informação prévia a respeito dos participantes permite ao pesquisador preparar-se para a entrevista com perguntas e tópicos de discussão melhor elaborados, enriquecendo-a e estabelecendo um cenário mais favorável à coleta de dados na interação entre pesquisador e participante. Deste modo, o questionário foi formulado visando a identificar características peculiares dos participantes, as quais pudessem contribuir para a maior compreensão da pesquisadora em relação aos contextos familiar, pessoal e sociocultural nos quais o participante está/esteve envolvido, permitindo, assim, a construção de um roteiro que auxiliasse nas entrevistas semiestruturadas na etapa seguinte e na confecção do genograma junto a cada entrevistado. A aplicação do questionário teve como propósito principal buscar compreender melhor cinco principais questões relacionadas aos participantes da pesquisa: i) sua ascendência ou relação com os membros da primeira geração familiar, imigrantes japoneses; ii) sua relação com a língua e cultura japonesa no passado e no presente; iii) sua relação com a cidade de Suzano, atentando-se, sobretudo, ao tempo que residem ou residiram na cidade e aos vínculos com a cultura e associações japonesas locais; iv) reflexões dos participantes sobre sua Língua

de Herança e relação com a cultura brasileira; e v) o grau de consciência sobre a relação entre imigração e cultura japonesa com a cidade de Suzano.

Ao compreender melhor tais aspectos, os dados obtidos através do questionário *online* contribuíram diretamente para a estruturação de duas etapas seguintes importantes da pesquisa: a construção do esboço inicial do genograma da rede familiar em questão e a elaboração de um roteiro de perguntas que nos serviu como guia para as entrevistas semiestruturadas que ocorreriam posteriormente. Para tanto, o questionário foi estruturado em três seções: a primeira, abrangendo questões referentes aos itens i e ii, além de informações pessoais gerais, como idade e gênero; já a segunda seção contém questões que abordam o item iii. A última seção buscou envolver não só a percepção do indivíduo acerca de aspectos de sua LH, mas também essa percepção em relação à cidade de Suzano, conforme itens iv e v, apresentados anteriormente.

Adotamos uma abordagem mista para o questionário, através dos quais pudemos coletar dados quantitativos dos participantes, tais como local de nascimento e residência, composição de nome e faixa etária, e qualitativos, a respeito das práticas, percepções, experiências e opiniões dos indivíduos em relação à sua LH, muitas das quais estão relacionadas com a construção identitária e a PL de Suzano. Algumas das perguntas, cujas respostas estavam no formato de múltipla escolha, apresentavam gradação, enquanto outras permitiam resposta livre, incentivando a expressão dos participantes a descrever, com maiores detalhes, determinadas situações, experiências ou opiniões. O questionário virtual aplicado pode ser consultado no ANEXO – B.

2.2.2 Construção do genograma

Por se tratar de uma pesquisa que busca analisar e compreender a construção de identidades relacionando-a com a LH do indivíduo, a família e a comunidade exercem um papel de grande relevância na análise, dada a relação existente entre LH, família e/ou comunidade e a importância que estas duas podem ter para a manutenção e revitalização da primeira (LITTLE, 2020; MOLLICA; AVELAR; NASCIMENTO, 2019; CARVALHINHOS, 2019; LIMA-HERNANDES, 2019, 2016; DING, 2013; MONTRUL, 2012 VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003).

Sob esta perspectiva, delinear as relações familiares apresentou-se como um passo importante na coleta, organização e análise de dados, com a construção de uma árvore genealógica dos participantes da pesquisa. No entanto, verificamos que aquele instrumento denotava um forte aspecto fotográfico, que não abarcava a dinâmica das relações interpessoais

para além dos contatos familiares, como pretendíamos. Por ser este um estudo que aborda as relações familiares e as construções identitárias sob a ótica da superdiversidade (VERTOVEC,2007) e que busca investigar e compreender elementos para além da genealogia, o emprego de uma representação gráfica que envolvesse mais do que graus de parentesco e relações matrimoniais mostrou-se necessário. Alinhados com essa busca, optamos pela utilização dos genogramas.

De acordo com McGoldrick, Gerson e Petry,

[g]enogramas são, por sua natureza, mais do que gráficos genealógicos. Eles também incluem conexões de parentesco informais, transmitindo o que os genogramas pretendem mostrar: a quem as pessoas pertencem, de onde vêm, quem influenciou suas vidas e quais os recursos podem ser mobilizados para seguir em frente. (2020, p.35)²⁹

Embora, em suas origens, a utilização do genograma esteja relacionada à terapia familiar e a outras áreas correlacionadas à saúde com o fim de reunir dados sobre o paciente, também é empregada como ferramenta de avaliação³⁰, e seu caráter holístico possibilita que seja utilizado em outros campos. Dada essa contribuição relevante ao delineamento do perfil individual, conforme argumentam Wendt e Crepaldi (2008, p.303), o genograma tem sido incorporado em variadas aplicações:

Atualmente, o genograma tem sido difundido como instrumento científico para coleta de dados, especialmente em pesquisas qualitativas com famílias. [...] O Genograma pode ser considerado como um instrumento que auxilia a família a expressar-se, e que vem somar-se à gama de instrumentos de coleta de dados, como os relatos orais para estudo de caso, histórias de vida e entrevistas reflexivas que, como refere Szymanski (2004), permitem a ampla expressão dos participantes.

Essas observações dialogam com McGoldrick, Gerson e Petry (2020, p.57) no que diz respeito à utilização e à eficácia dos genogramas em contextos migratórios e culturais, pois seriam mediadores potentes para o auxílio à compreensão por indivíduos que descendem de imigrantes de como a história de suas famílias está relacionada com o contexto fora do ambiente familiar, com especial destaque às implicações socioculturais, políticas, econômicas.

²⁹ Tradução própria. Do original: “Genograms are by their nature more than genealogy charts. They include informal kinship connections as well, conveying what genograms are meant to show: to whom people belong, where they come from, who has influenced them in their lives, and what resources may be brought to bear to move forward”.

³⁰ Segundo os autores, “Family practitioners have used it as a data-gathering device (Doherty & Baird, 1983; Jolly, From, & Rosen, 1980; Milhorn, 1981; Rogers & Durkin, 1984; Sproul & Gallagher, 1982), and family therapists have used it as an assessment tool (Hartmane, 1977; Kramer, 1985; McGoldrick & Gerson, 1985)”. (HARDY; LASZLOFFY, 1995, p.228).

Notamos, assim, o potencial de contribuição do genograma em diferentes etapas da pesquisa, aqui representadas pela coleta, organização, análise e apresentação de dados. Essa contribuição se expande se considerarmos os benefícios que o genograma pode representar para os estudos de LHs, não somente por envolver a família, elemento importante na transmissão e manutenção de uma LH, mas ainda pelos diversos aspectos que abarcam a língua, como questões culturais, sociais, emocionais e identitárias.

Nesse sentido, abordagens de genograma que se voltem para tais questões, como o genograma cultural (HARDY & LASZLOFFY, 1995) e a *MECA* (do inglês *Multidimensional Ecosystemic Comparative Approach*), abordagem proposta por Celia Falicov (2017; 2016), mostram-se como recursos valiosos e inovadores para as pesquisas em LH. Conforme a dinâmica dos genogramas, consideramos, ao menos, três gerações da família para que pudéssemos realizar a análise atentando-nos a aspectos imigratórios e socioculturais das relações familiares ao longo das gerações (MCGOLDRICK; GERSON; PETRY, 2020; FALICOV, 2017; 2016; 2007; MCGOLDRICK, 2016; HARDY & LASZLOFFY, 1995).

A partir dos dados obtidos das respostas dos participantes ao questionário *online*, utilizamos o software *GenoPro* para a confecção do genograma, cuja composição foi orientada pela *MECA* (FALICOV, 2017; 2016), considerando, além das relações consanguíneas, legais e afetivas, aspectos dos quatro domínios *MECA*, que são: **migração e aculturação, contexto ecológico, organização familiar e ciclo de vida familiar**. Urge ressaltar que o genograma *MECA* foi adaptado. Explicamos: uma vez que os domínios desse tipo de genograma são de grande importância para compreender, sobretudo, o momento atual em que vivem os participantes da pesquisa e por apresentarem alta complexidade, optamos por representá-los através de elementos atrelados aos próprios indivíduos e dispô-los ao longo de toda a representação gráfica. Na confecção tradicional do *MECA*, os elementos figuram em caixas com pequenos textos informativos em cada um dos quatro cantos, ao que inicialmente procedemos. No entanto, o resultado dessa representação gerou uma certa confusão visual, razão pela qual alteramos a forma de expressão. Esses elementos, porém, foram explorados nas análises textuais mais detalhadas, as quais poderão ser encontradas ao longo do subitem 2.3.1.

É possível notar, ainda, a estreita relação com o genograma *MECA* e as teorias identitárias que preveem a interação do indivíduo com os diferentes contextos e experiências às quais têm acesso, bem como com os diversos papéis que pode ocupar na sociedade em que vive (BURKE e STETS, 2009; GOFFMAN, 2002; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000). Para

além disso, essa interação é sustentada pela mais nítida visibilidade do contexto de superdiversidade, conforme explicação de Vertovec (2007), uma vez que a MECA

baseia-se na ideia de que somos todos pessoas multiculturais, em vez de pertencer apenas a um único grupo, que pode ser resumido com um único rótulo: latino, lésbico, luterano ou negro. Na realidade, cada pessoa pertence, participa e identifica-se com grupos múltiplos que fornecem experiências particulares e concedem valores particulares. (FALICOV, 2016, p.68)³¹

Os símbolos padrões empregados no genograma foram utilizados com base em McGoldrick, Gerson e Petry (2020). Seguindo a sugestão desses autores, criamos símbolos novos para elementos que se apresentaram de importância para a compreensão dos objetivos propostos nesta pesquisa. Todos os símbolos poderão ser consultados em 3.3 e serão explicados nos subitens subsequentes.

Uma vez confeccionado o primeiro genograma, este foi apresentado a cada participante da pesquisa, para que pudesse validá-lo, além de propiciar que um ambiente colaborativo se instaurasse no processo científico: foi o momento em que o participante contribuiu com informações sobre a composição de seu nome e a ordem de nascimento de outros membros da família, os quais não participaram da pesquisa, bem como com informações mais detalhadas sobre outros contextos específicos, tais como a organização e o ciclo de vida familiar. Após as entrevistas com os participantes e o encerramento da etapa de validação, bem como com a superação da etapa de consulta aos documentos familiares e imigratórios, o genograma foi reorganizado.

2.2.3 Pesquisa documental

Em vista do caráter fragmentário e incompleto da memória individual (FERREIRA NETTO, 2017; POLLAK, 1992; HALBWACHS, 1990), vimos a necessidade de que informações relacionadas às gerações familiares ancestrais, não participantes na pesquisa, fossem certificadas por outras fontes além do relato dos participantes. Desse modo, realizamos investigações em documentos diversos fornecidos pela rede familiar: documentos de identificação pessoal, documentos imigratórios, registros civis, fotos, etc. Esses documentos

³¹ No original: “MECA is based on the idea that we are all multicultural persons rather than belonging to a single group that can be summarized with a single label: Latino, lesbian, Lutheran or black. In reality, each person belongs, participates, and identifies with multiple groups that provide particular experiences and bestow particular values”.

contribuíram, também, para a validação de informações fornecidas pelos participantes durante as entrevistas e serão explorados a fundo no item 3.1.

Somada à pesquisa documental, com as informações obtidas durante a interação pesquisador-entrevistado, foi-nos possível cruzar dados diversos, como foi o caso do nome dos imigrantes, província de origem, ano aproximado de imigração entre outros dados, para obter os registros imigratórios. Realizamos buscas em dois acervos digitais disponíveis, um, do *Museu da Imigração do Estado de São Paulo*³² e o outro, do *Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil*³³.

2.2.4 Entrevistas

Finalizadas as etapas anteriores, procedemos à análise mais detida dos dados obtidos através dos questionários *online* a fim de elaborar o roteiro para as entrevistas. Apoiamo-nos, ainda, na documentação sociolinguística durante a coleta de dados (FREITAG, 2017), buscando organizá-la também sob orientação dos quatro domínios MECA, aliados ao conceito de memória coletiva e individual de Halbwachs (1990). O roteiro pelo qual nos orientamos consta no ANEXO – C.

Como mencionado anteriormente, as entrevistas abordaram, dentre outros temas, a composição do genograma. Para tanto, antes do início das gravações, explicamos aos participantes em linguagem acessível o conceito de genograma, o significado dos símbolos usados e o propósito de sua confecção durante a pesquisa. Esclarecidas as dúvidas, realizamos as entrevistas propriamente ditas, iniciando-as com o genograma como ponto de partida. Solicitamos ao entrevistado que buscasse completar o esquema familiar apresentado e, com isso, temas relacionados a cada membro familiar referido também foram abordados, evitando que se tornasse uma elaboração gráfica mecânica. Com isso, o emprego do genograma como tema inicial da entrevista acabou contribuindo para a abordagem de temas relacionados aos ancestrais, tais como histórias relacionadas à imigração, incluindo, por exemplo, as motivações.

Explorado o genograma, procuramos nos orientar pelo roteiro semiestruturado de perguntas, incentivando os participantes a compartilharem suas histórias pessoais, memórias, costumes, crenças e atitudes em relação à LH e também em relação a Suzano. É importante lembrar que esse roteiro, sendo um guia para nortear a pesquisadora durante a entrevista,

³² <http://www.inci.org.br/acervodigital/index.php>

³³ <https://imigrantes.ubik.com.br/>

permitiu abertura a outros tópicos que não estavam necessariamente contemplados, mas que se mostraram de grande contribuição para o desenvolvimento da interação entre entrevistado e pesquisadora.

A interação face a face e as análises microssociais constituíram elementos que permitiriam alcançar o contexto macrossocial, tal como postularam por Goffman (2002) e Gumperz & Cook-Gumperz (1982). Nesse sentido, as entrevistas atuaram não só como meio de obter dados e informações do entrevistado – o que o participante sabe sobre Suzano e sua percepção de seu contato com a Língua de Herança em questão –, mas também como uma forma de inferir elementos e analisar como se manifestaria a construção de identidade. Saber em que medida o vínculo com a cultura ancestral se fortaleceu ou arrefeceu foi uma questão que nos guiou *pari passu* da interação com cada participante, especialmente nos momentos em que se reconstituíam memórias.

As entrevistas foram realizadas de duas formas diferentes: parte delas ocorreu remotamente, através de chamada gravada por aplicativos de reuniões e videochamadas (*Google Meet* e *Zoom*), ficando livre ao participante a escolha do aplicativo com o qual teria maior familiaridade de manuseio e facilidade de acesso; outras, ocorreram de forma presencial³⁴. Nessas situações, a pesquisadora deslocou-se até a residência do entrevistado e as entrevistas foram gravadas através de aplicativo de gravação em aparelho celular. Ambos os casos apresentaram-se exitosos para a pesquisa, apesar da realização em diferentes formas, da gravação feita por diferentes aplicativos (audiovisual e somente áudio; remoto e presencial) e de eventuais problemas técnicos nos casos *online*, como instabilidade da conexão à Internet e reverberação da fala dos participantes, em alguns momentos, o que prejudicou a fluidez e o desenvolvimento da interação. As entrevistas foram gravadas em áudio e/ou vídeo e transcritas posteriormente com auxílio de ferramenta digital de transcrição fornecida pelo *Microsoft Word*. Cada entrevista teve duração média de 1 hora.

2.2.5 Delimitação da área de investigação

Delimitamos a região central de Suzano para a investigação da PL local, utilizando como referências as ruas e avenidas principais da cidade, em cada uma das quatro direções: Avenida

³⁴ Uma vez que essa etapa da pesquisa ocorreu durante a pandemia da Covid-19, na qual, por orientações sanitárias, recomendava-se o distanciamento social, deixamos livre a cada participante a escolha pela forma de realização das entrevistas – remota ou presencialmente. Além disso, devido ao local de residência de alguns participantes (diferentes cidades e, até mesmo, Estado), a opção de entrevista *online* mostrou-se como solução viável para ambas as partes, pesquisadora e participantes.

Senador Roberto Símonsens e Avenida Armando Salles de Oliveira a leste, Avenida Governador Mário Covas, a oeste; Avenida Brasil, cuja continuação se estende até a Rua Dr. Prudente de Moraes, ambas ao norte; Rua Benedito Rodrigues e sua continuação, Rua São Carlos, ao sul. A Rua General Francisco Glicério, principal rua que atravessa todo o centro da cidade, foi utilizada como referência para a delimitação no sentido norte-sul.

Realizamos, ainda, um levantamento de todos os bairros existentes em Suzano, utilizando três fontes de pesquisa *online* de Código de Endereçamento Postal: *CepBrasil*, *Guia Mais Mapas* e *Tudo Aqui*. Enquanto a primeira fonte forneceu o total de 197 bairros, as outras duas apresentaram 187 bairros, excluindo-se nomes repetidos. No entanto, todos os dez bairros que aparecem adicionalmente na lista do *CepBrasil*, quando consultados individualmente no *Guia Mais Mapas*, e não na forma de lista total de bairros, também foram listados como bairros³⁵ suzanenses; consideramos, em consequência, um total de 197 bairros. Desse total, selecionamos aqueles que se encontram dentro da área de investigação previamente delimitada, restringindo-nos a 28 bairros para a investigação das PLs.

Definimos esse recorte territorial por dois motivos centrais: a maior concentração de estabelecimentos comerciais e instituições na região; e a maior acessibilidade à pesquisa de campo. Esses dois motivos nos levaram a recortar a cidade em sua área central, visto que fora dali Suzano conta com uma vasta área rural que compõe seu território, sendo formada, em muitos casos, por propriedades privadas.

Antes de iniciarmos as buscas, utilizamos as ferramentas *Google Maps* e *Google Street View* para consultar as possíveis localizações das paisagens dentro do território selecionado; em seguida, percorremos toda a área para investigação minuciosa da PL e seus registros através de fotografias e anotações. A lista detalhada de todas as paisagens correlacionadas identificadas dentro da área delimitada durante nossa investigação pode ser consultada no ANEXO – D.

Além das PLs encontradas dentro da área sob investigação, consideramos mais um grupo para análise fora dessa área, justamente porque ali alguns locais se apresentaram de grande relevância referencial durante o relato dos entrevistados. Nesse grupo, investigamos duas instituições³⁶ e outras PLs presentes em suas dependências, além de mais dois

³⁵ Somente o *Guia Mais Mapas* ofereceu a busca individual por bairro; deste modo, não realizamos tal conferência no terceiro site, *Tudo Aqui*.

³⁶ A investigação nas instituições ocorreu mediante apresentação do TCLE a seus respectivos responsáveis, que colaboraram com o estudo permitindo o registro de imagens, além de breve entrevista explicativa cedida pelo responsável do Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji.

monumentos na cidade. Consideramos, ainda, o nome de 3 logradouros diretamente relacionados à rede familiar estudada. Essas exceções poderão ser encontradas na subseção 3.5.5 e estão listadas no ANEXO – E.

2.3 Metodologia de análise de dados

Consideramos, neste estudo, a identidade como um processo de interpretação do sujeito às impressões do mundo com que interage. Nesse sentido, toda impressão relatada nos conduz a uma experiência no mundo, daí seu caráter dinâmico. É, por outro lado, uma co-construção a partir das interações em diferentes contextos e relações socioculturais (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; BURKE e STETS, 2009; HALL, 2006, 2003; GOFFMAN, 2002; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000).

Para suplantar – como já argumentamos – as oposições simplistas, tais como Brasil/Japão ou imigrante/brasileiro para a análise, adotamos a ótica da superdiversidade (VERTOVEC, 2007), considerando que ela pode se manifestar dentro de uma mesma família devido às diferentes interações e relações do indivíduo com outros indivíduos e com a LH, dentre outros fatores que influenciam a vida do sujeito. Nesse sentido, é preciso considerar que o percurso individual pode sofrer interferências que fogem aos parâmetros pensados para a comunidade como um todo.

2.3.1 Genograma e Domínios MECA

Baseamo-nos nos domínios MECA – migração e aculturação, contexto ecológico, ciclo de vida familiar e organização familiar – para selecionar para a discussão entre memória e identidade aqueles elementos que se apresentaram com maior recorrência ao longo das entrevistas. Esses elementos foram desdobrados com maiores detalhes ao longo dos itens da subseção 3.3 e parte deles também pode ser conferida no genograma.

Após os dados obtidos nos questionários, elaboramos a primeira versão do genograma para poder servir, também, como instrumento de apoio e guia durante a fase de elaboração das questões das entrevistas. Nesta primeira versão, foram contempladas as relações familiares do indivíduo entre gerações (avós, pais, ele próprio e filhos, caso os tenha), a composição do nome do participante, seu local de residência atual, em relação à cidade de Suzano, seu nível de proficiência de japonês percebido e o nível de contato atual que julga ter com a cultura japonesa.

Durante as entrevistas, no entanto, novas informações foram adicionadas e, outras, atualizadas, primeiramente devido à colaboração dos entrevistados para a contribuição e verificação do genograma, já semiestruturado no *GenoPro*, com base em alguns dos dados obtidos através dos questionários *online*. Além disso, a própria interação pesquisadora-participante trouxe, ao longo das entrevistas, novas contribuições ao genograma, esclarecendo dados que haviam sido fornecidos apenas pelo questionário. Tais informações envolviam aspectos adicionais e relevantes: existência ou não de irmã(os), tia(s), tio(s), o número de filhos, quais dos antepassados eram imigrantes e quais os seus locais de origem, bem como informações referentes à composição de nome do próprio entrevistado ou de outros membros da família. Posteriormente, parte dessas informações foram o esteio necessário para que pudéssemos fazer incursões em acervos documentais.

2.3.2 Análise das entrevistas

A dinâmica metodológica de coleta de dados justifica-se, conforme argumenta Maurice Halbwachs (1990), por indiciar a relação entre memória coletiva e individual. À luz desses conceitos, conduzimos a análise de dados colhidos a partir das entrevistas de modo qualitativo, a fim de identificar não apenas traços individuais extraídos dos relatos dos participantes, mas, ainda, elementos que diziam respeito à memória coletiva que compartilhavam, tendo como base a herança linguística e cultural japonesa, além dos passos da análise da construção da identidade como um processo referente ao sujeito e suas interações com os outros e com o mundo circundante. Orientamo-nos pelos postulados de Gumperz & Cook-Gumperz (1982) a respeito das **diferentes formas de falar** e das **diferentes formas de estruturação** (*different ways of speaking* e *different ways of structuring*, respectivamente) a fim de identificar pistas não apenas *do que* os indivíduos falam, mas também de *como o* fazem.

Como apontado anteriormente, utilizamos os quatro domínios MECA como elementos norteadores para a seleção de tópicos que permitiriam explorar mais adequadamente a análise das entrevistas e identificar aqueles mais recorrentes nas interações entre pesquisadora e participantes; eles, aliás, nos permitiram compreender o contato e a interação que os falantes mantinham com os dois grupos socioculturais aos quais nos atentamos – o da LH e o da língua majoritária. Buscamos, assim, desenvolver textualmente os dados que apareciam na análise

gráfica fornecida pelo genograma³⁷, de modo a estabelecer uma análise coesa e coerente nos elementos utilizados.

Aliado aos conceitos de memória individual e memória coletiva (HALBWACHS, 1990), investigamos se, no que se refere a suas identidades, as manifestações desses falantes evidenciam adesão a traços identitários brasileiros diferentemente de seu grupo familiar ancestral, se há uma oscilação identitária verificada pela alternância da adesão a elementos de diferentes identidades ou se manifestam a dupla adesão de modo a que elementos ancestrais manifestem-se de modo simultâneo e híbrido ao da comunidade brasileira local. Obviamente, esses vieses investigados nos conduziram à compreensão da adesão étnico ancestral, uma vez que, como já vimos argumentando, embora a reconstrução de fatos da memória pressuponha um trabalho referente ao sujeito, ela também permite alcançar a inserção desses fatos na coletividade.

Desse modo, torna-se necessário, em trabalhos dessa natureza, considerar os relatos individuais dos membros da família e não apenas os do indivíduo de forma isolada. Foi exatamente esse encaminhamento que nos permitiu identificar pistas que nos levaram a compreender as interações e impressões do indivíduo em sua relação com o mundo à sua volta, especialmente no que tangia ao contexto ancestral específico e como isso influenciava na construção de sua identidade. O cotejo dos elementos extraídos dessas memórias também pôde nos dar pistas quanto à influência da transmissão da LH dentro desse grupo e como isso se repercutia na paisagem linguística da cidade de Suzano, já que as memórias individual e coletiva estão irremediavelmente entrelaçadas.

2.3.3 Análise das Paisagens linguísticas

De acordo com os postulados de Halbwachs (1990, p.133), há uma estreita relação entre um grupo e o local em que ele circula ou habita. Essa ideia permite estabelecer o paralelo com um “quadro negro”, em que se pode escrever e apagar sem que fique visíveis as informações que ali estiveram antes. As marcas do escrito aparentemente sumiram, mas não será difícil reconstituí-las se tomarmos como apoio os que ali presenciaram a exposição das informações. Da mesma forma que o grupo imprime suas marcas no lugar e as reserva na memória de uma forma diferente, o lugar marca, por assim dizer, o único espaço em que todas essas memórias

³⁷ Lembremo-nos, porém, de que o genograma, embora apresente dados de forma quantitativa, também permite a análise qualitativa destes, a medida em que possibilita a exploração das relações que podem, potencialmente, desencadear tais dados.

podem ser atreladas a um mesmo momento dêitico de experiências. Ocorre que, nem sempre, o próprio indivíduo tenha a consciência sobre o que dessa experiência esteja arraigado a si.

Como cientistas, ter consciência das implicações disso para a identidade individual e grupal é o que nos conduz a buscar a amplificação das experiências no espaço dêitico. Logo, ao compreender a língua como elemento também presente na arquitetura e na geografia (placas comerciais, avisos de trânsito, etc.) (GORTER, 2006), assumimos que podem existir relações entre questões espaciais, identitárias e a presença dos imigrantes na paisagem linguística de Suzano, na medida em que espaço e a memória coletiva apresentam-se interrelacionados tal como os espectadores do quadro negro, que se transformam em agentes do próximo passo que se dará no espaço local como um elo de uma grande corrente. Compreendemos, assim, que o estudo das paisagens linguísticas necessariamente inclui em seu escopo, também, as pessoas que as criam, leem e com elas interagem (GORTER, MARTER e VAN MENDEL, 2012). Em consonância com essa ideia, o estudo das manifestações de línguas minoritárias (característica da LH) nesses espaços é tão importante quanto os estudos que tratam do próprio uso e da análise da língua em si, evidenciando o papel dessas manifestações linguísticas e socioculturais para a comunidade de falantes.

Com isso em mente, desenvolvemos a análise dos dados pareadamente ao que fomos depreendendo de cada etapa. Correlacionamos os documentos imigratórios e familiares, as entrevistas e os questionários dos participantes com os elementos da cultura japonesa identificados na cidade durante nossa “nova experiência” de caminhada local. É interessante constatar como a pesquisa de campo, sob ponto de vista metodológico da *Linguistic Landscape*, nos faz ver e vivenciar dinâmicas identitárias nos lugares dêíticos em que, antes, somente havia como caminho. Passamos, em cada passo desse caminho, a constatar como o processo de construção de identidades dos membros da família alvo do estudo, no que diz respeito à sua relação com o japonês como LH, podem ter contribuído para a formação da paisagem sociolinguística e sociocultural de Suzano. Tudo passou a se tornar maior em nossa percepção, inclusive propriocepção, para além das bordas familiares investigadas.

Foi assim que, do ponto de vista do encaminhamento metodológico da *Linguistic Landscape* (BLOMMAERT, 2013; ARONIN e Ó LAOIRE, 2012; GORTER, MARTER e VAN MENDEL, 2012), assim como intuíamos ocorrer com a LH, os elementos culturais diversos associados a essa comunidade foram se integrando e a paisagem foi ficando harmônica e totalmente plausível ao que compreendíamos como uma intersecção língua-cultura-identidade, uma condição necessária anteriormente apresentada por Blackwood, Lanza e Woldemariam

(2016, p.xvii). Por essa razão, considerar o estudo de placas de ruas, praças, avenidas, templos, e monumentos, cujos nomes referem-se a homenageados japoneses e/ou seus descendentes equipara-se a um trabalho de identificação de marcas e sinais que escondem motivações histórico-culturais relevantes.

Dessa forma, lidar com LH implica e obriga a que o pesquisador faça o devido exame de elementos da cultura local presentes na arquitetura, no cenário e até mesmo na forma de arruamento e de distribuição de populações na região, sem desconsiderar a oficialidade e não-oficialidade de referências a instituições e outros elementos icônicos que se apresentem na paisagem da cidade. Essas informações só podem ser alcançadas no contato com as populações locais, que rememorarão fatos e mencionarão elementos, que, por vezes, já foram apagados do quadro negro local.

A definição de um encaminhamento metodológico para os estudos da PL torna-se, assim, importante, tal como defendeu Huebner (2009, p.71-72) ao sugerir o emprego do modelo mnemônico **SPEAKING** proposto por Hymes (1972 *apud* HUEBNER, 2009). Nesse modelo, são abordados os seguintes componentes: i) cenário e cena (*setting or scene*); ii) participantes (*participants*); iii) finalidades ou objetivos (*endings or goals*); iv) sequência de atos (*act sequences*); v) tom (*key*); vi) instrumentalidades (*instrumentalities*); vii) normas (*norms*); e viii) gêneros (*genres*).

Embora reconheçamos a relevância e importância dessa categorização para a coleta, organização e análise de dados, questionamos se delimitar a esses os elementos superdiversos presentes na PL não seria, de certa forma, restringir as possibilidades de análise. Afinal, cada paisagem a que adentramos nos revela um colorido especial e peculiar que, sempre – absolutamente sempre – dependerá do grau de intersecção e ‘infiltração’ que tenha o pesquisador. Só vemos o que nos mostram quando não participamos do grupo pesquisado. Nesse sentido, a isenção científica³⁸ pode ser um dos entraves que se apresentam ao pesquisador que investigue LHs. Por esta razão, optamos por nos orientar pelas categorias do SPEAKING para a investigação da PL, porém, trabalhando-as em *continuum* para que possam permitir a apreensão das dinâmicas, em vez de considerá-las categorias fechadas e restritas, que nos fariam correr o risco de não abranger o caráter holístico apresentado pelas PLs.

³⁸ Isenção científica aqui é expressão empregada como sinônima de “distanciamento étnico entre pesquisador e comunidade de LH.

Desse modo, procuraremos analisar os elementos que compõem a PL de Suzano de acordo com **finalidades ou objetivos** (E): religiosos, culturais, históricos, dentre outros; com a **sequência de atos** (A) que se encadeiam, isto é, os elementos que compõem a PL local estão organizados e por quê; com o **tom** (K) que apresentam, ou seja, o teor dos elementos dentro da PL e a intenção que podem carregar; com as **instrumentalidades** (I) que se apresentam, quais sejam, as formas de registro e de codificação linguística dos elementos; com as **normas** (N) apresentadas por cada elemento identificado na PL, isto é, como são interpretadas por seus participantes e como ocorre a interação entre eles; e, por fim, com os **gêneros** (G): nomes de ruas, nomes de locais, fachadas de estabelecimentos, construções, elementos de arquitetura, monumentos, etc. Neste item, assim como em “instrumentalidades”, ressaltamos a importância da abordagem na qual a PL encontra-se dentro de uma “multilingual material culture of places” (ARONIN e Ó LAIORE, 2012, p.314) e da perspectiva multimodal apresentada por Shohamy e Gorter (2009).

Delimitamos, assim, para a investigação da PL, o **cenário ou cena** (S) da cidade de Suzano, detendo-nos na região central especificada. Já, para **participantes** (P), voltamo-nos ao foco desta pesquisa: descendentes de japoneses como representantes de LH, abrangendo imigrantes japoneses. Para **gêneros** (G), abordaremos quatro tipos: i) nomes de logradouros; ii) fachadas comerciais; iii) obras artísticas; e iv) instituições. Os demais elementos das categorias propostas por Hymes serão abordados na etapa de análise de dados.

2.4 Plataforma Brasil e Comitê de Ética em Pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa que envolve a participação de seres humanos na coleta de dados, demos início ao processo de submissão do projeto à aprovação da Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FFLCH, antecedida pela inclusão dos dados na Plataforma Brasil. Os meses iniciais da pesquisa foram particularmente dedicados à elaboração dos documentos a fim de atender às exigências dessa Plataforma, tais como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participantes maiores de idade e/ou responsáveis legais e o Termo de Assentimento, para participantes menores de idade, entre outros. O projeto foi enviado para avaliação e, tão logo obteve aprovação, sob o registro CAAE 48193921.8.0000.0138, as atividades de pesquisa envolvendo os participantes foram iniciadas, começando pelo estudo-piloto.

2.5 Estudo-Piloto

Como forma de demonstrar a aplicabilidade da metodologia empregada para atingir os objetivos propostos, assim como de demonstrar a viabilidade de execução das etapas da pesquisa com base na fundamentação teórica apresentada, realizamos um estudo-piloto anterior ao estudo principal.

Para esse estudo-piloto, selecionamos dois participantes, uma mulher e um homem, ambos descendentes de imigrantes japoneses, nascidos e residentes atuais de Suzano, ambos netos de imigrantes, porém, em diferentes faixas etárias. Após a conversa inicial, em que foram apresentados os propósitos da pesquisa, etapas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de esclarecer todos os itens pertinentes e relacionados ao estudo, bem como sanar possíveis dúvidas, as atividades envolvendo os participantes foram iniciadas e, com intuito de minimizar ao máximo os riscos da pandemia Covid-19, foram realizadas remotamente.

Todas as etapas metodológicas foram aplicadas, desde a investigação até a análise de dados. Por se tratar de participantes de redes familiares diferentes, algumas etapas foram adaptadas, como, por exemplo, os genogramas, que foram elaborados um para cada participante. Em consequência, a busca documental foi realizada de acordo com a rede familiar de cada um dos participantes.

Embora com essa pequena diferença em relação ao grupo de participantes do estudo principal, todas as etapas do estudo-piloto foram bem-sucedidas e apresentaram a pertinência e aplicabilidade do método para atingir os objetivos propostos. Além disso, os resultados encontrados no estudo trouxeram à luz questões relevantes que contribuíram para o encaminhamento da análise dos dados no estudo principal.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS ALCANÇADOS

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

(Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*)

Neste capítulo, apresentamos os dados obtidos, com base em procedimentos de análise organizados em cinco tarefas principais: o exame dos documentos localizados e suas contribuições para a pesquisa (3.1); a exposição da representação gráfica possibilitada pelo genograma e o esclarecimento quanto às gerações familiares e imigrantes (3.2); a aplicação dos componentes do genograma baseando-nos sobretudo na MECA – *Multidimensional Ecosystemic Comparative Approach* (FALICOV, 2017; 2016), com representação gráfica adequada aos dados obtidos nas entrevistas para compreender a relação entre memória individual e coletiva (3.3); e a análise das manifestações das construções identitárias presentes nos discursos dos falantes (3.4) e das manifestações dessas construções na PL local (3.5). Como já formulamos, o japonês como LH apresenta-se como elemento central para o desenvolvimento dessas análises.

3.1 Documentos imigratórios, pessoais e familiares

Dentre os itens aos quais tivemos acesso com autorização dos participantes da pesquisa, encontram-se tipos diversos, que forneceram dados e informações sobre membros de gerações ancestrais e gerações atuais. São eles: i) documentos de identificação, documentos pessoais e documentos imigratórios, tais como passaportes, certidões de casamento, certidões de óbitos, comprovantes de endereço; ii) itens pessoais, como fotos variadas, cartas, convites, etc.; iii) itens sociais e da comunidade, como revistas, panfletos e outros itens impressos; e iv) documentos oficiais, que envolvem certificados recebidos por membros da família ou projetos de leis e ofícios do município com os quais têm relação.

Realizamos também buscas em dois acervos digitais disponíveis: um, do *Museu da Imigração do Estado de São Paulo* e o outro, do *Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil*, nos quais encontramos um documento digital (*Pesquisa de Registro de Matrícula* no primeiro acervo e *Resultado de Sistema de Busca*, no segundo), além do documento original digitalizado, seja a lista geral de passageiros completa, seja somente a página na qual o registro daquele indivíduo e de sua família foi feito.

Por meio desses documentos, realizamos a validação de diversos dados, como província de origem dos imigrantes, ano de partida do navio e de chegada ao Brasil, assim como descoberta de informações desconhecidas aos próprios participantes: nome do navio em que vieram, destino após a chegada e demais familiares que estavam em companhia de seu(s) antepassado(s) na viagem. Foi-nos possível validar, ainda, através dos itens referentes à comunidade, fatos relatados durante as entrevistas, como, por exemplo, a frequência de determinados membros em escola de educação infantil mencionada com recorrência pelos participantes, bem como a participação em associações e eventos. A contribuição de alguns membros familiares tanto para a comunidade japonesa como para a cidade de Suzano também foi atestada por meio de documentos legais ³⁹.

Tais documentos foram importantes para que analisássemos a relação dessa rede familiar com a PL local e o resultado dessa análise mais detida encontra-se exposto no item 3.5.1. Os resultados obtidos por meio dessas buscas documentais permitiram, também, adicionar dados que contribuíram na configuração do genograma familiar (subseção 3.2), sobretudo no que se refere às gerações ancestrais não-participantes da pesquisa.

3.2 Genograma familiar

Como explicado anteriormente no item 2.1, o estudo contou com 25 participantes dispostos ao longo de três gerações familiares. No genograma, porém, há a presença de 34 indivíduos nas 3 gerações atuais e 25 indivíduos nas 3 gerações ancestrais. Explicamos: através da pesquisa documental e das entrevistas, foi-nos possível completar o genograma com membros que optaram por não participar da pesquisa, bem como com membros que não se encaixavam no critério de seleção de participantes devido à idade, como nos casos dos indivíduos da geração F, assim como membros já falecidos.

Ademais, além de membros que não participaram de nenhuma etapa da pesquisa, houve aqueles que optaram por não participar apenas das entrevistas, seja por motivos pessoais, seja por dificuldade em realizar as atividades dentro do cronograma proposto. Desse modo, 19 membros das três gerações familiares participaram das entrevistas. Logo, nem todos os dados que veremos a seguir expostos por meio dos domínios MECA (FALICOV, 2017; 2016)

³⁹ Projeto de Lei da Câmara Municipal de Suzano e Ofício de Requerimento da Câmara Municipal de Suzano. Permanecem sem identificação a fim de preservar o anonimato de toda a rede familiar participante, garantido pelo TCLE, assim como demais dados que possam levar à sua identificação.

puderam ser obtidos para todos os membros representados no genograma, embora informações relacionadas a alguns deles tenham sido mencionadas.

Na figura a seguir, é possível conhecer o genograma resultante da coleta e, conseqüente organização de dados dos indivíduos que compõem as famílias alvo do estudo. Essa representação gráfica também poderá ser consultada em tamanho maior no ANEXO – A.

Figura 1: Genograma da família alvo do estudo

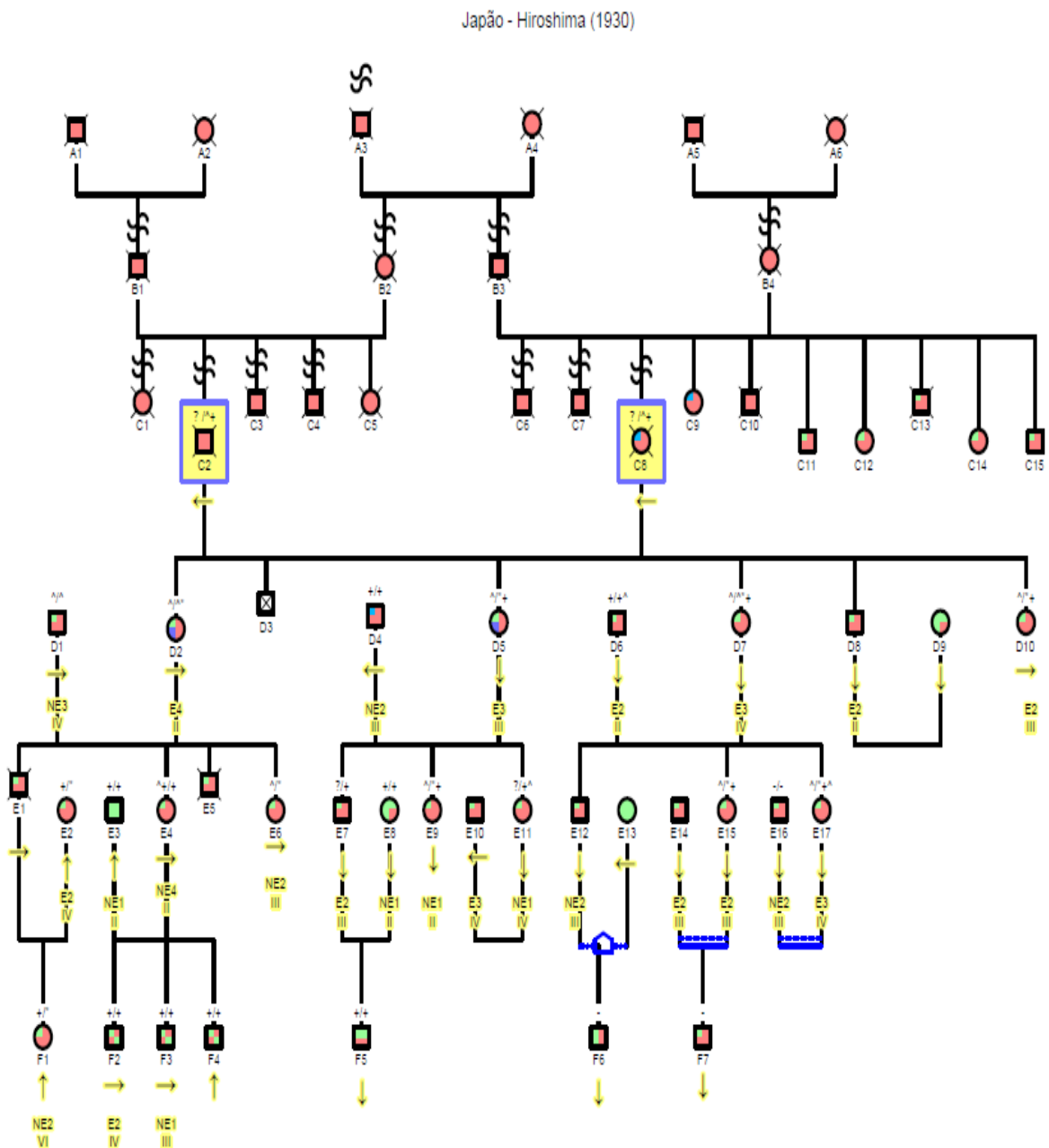
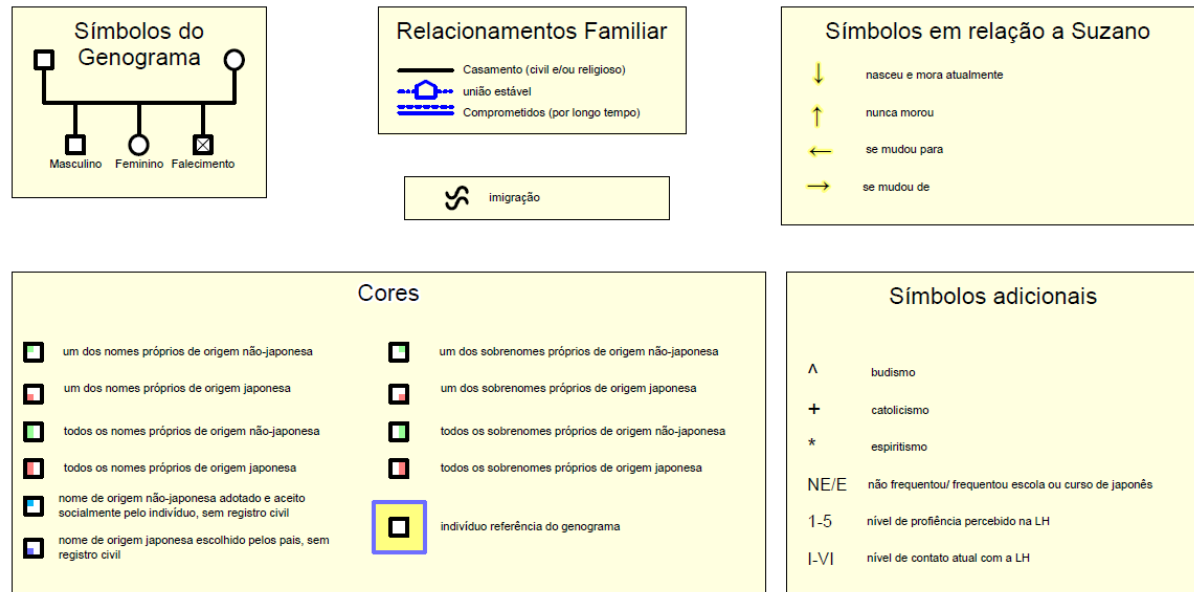


Figura 2: Legendas para leitura do genograma



3.2.1 Gerações familiares

Através dos dados obtidos nas pesquisas documentais que antecederam a confecção do genograma, foi possível reconstituir três gerações ancestrais (A, B e C) que, embora não se refiram a membros familiares participantes da pesquisa, contribuíram para uma compreensão mais aprofundada do genograma e, conseqüentemente, da dinâmica da rede familiar descrita.

A partir da leitura do genograma (fig. 1), é possível, portanto, notar um total seis gerações familiares, entre membros participantes da pesquisa e seus ancestrais; cada uma delas foi sinalizada pelas letras de A a F. Explicando de outra forma, cada grupo de indivíduos, pertencente à primeira geração familiar, foi identificado com a letra A seguida de um número, correspondendo à sua posição no genograma; indivíduos da segunda geração familiar são identificados com a letra B e o número equivalente à sua posição naquela linha geracional, e assim por diante. Ressaltamos que a numeração é reiniciada a cada uma das gerações. Dessa forma, sob a análise por geração familiar, obtivemos:

Tabela 1: Quantidade de membros familiares dispostos ao longo de cada geração.

<i>Geração familiar</i>	<i>Total</i>	<i>Falecidos</i>
<i>Primeira (A)</i>	6	6
<i>Segunda (B)</i>	4	4
<i>Terceira (C)</i>	15	10
<i>Quarta (D)</i>	10	1
<i>Quinta (E)</i>	17	2
<i>Sexta (F)</i>	7	0

Considerando todos os indivíduos que puderam ser identificados através das pesquisas documentais e dos questionários aplicados (gerações D, E e F), obtivemos um total de 59 membros familiares indicados no genograma; destes, 23 já faleceram. Dos 36 demais membros, 5 indivíduos da geração C não foram considerados para as etapas do questionário e da entrevista, uma vez que não pertenciam diretamente à rede familiar constituída pelos indivíduos selecionados, C2 e C8. 1 indivíduo da geração D e 1 da geração E optaram por não participar de nenhuma etapa da pesquisa, enquanto 5 indivíduos da geração F, por apresentarem idade igual ou inferior a 6 anos, não participaram dos questionários e entrevistas, por não se enquadrarem nos critérios de seleção estabelecidos. Deste modo, totalizamos os 25 membros familiares que participaram da pesquisa ao responderem ao questionário e/ou participarem das entrevistas, embora os membros que não participaram dessas etapas tivessem sido sinalizados no genograma para análise do fluxo e dinâmica familiar.

3.2.2 *Gerações imigrantes*

Ao examinarmos mais atentamente o genograma, notamos que, embora contássemos com seis gerações familiares, elas não coincidiam, necessariamente, com as gerações que imigraram ao Brasil, isto é, a primeira geração familiar não era a primeira geração presente no Brasil, visto que indivíduos pertencentes a diferentes gerações familiares imigraram juntos.

Vimos, portanto, que os membros familiares nascidos no Japão e que, posteriormente, em diferentes idades, vieram ao Brasil, isto é, os imigrantes (os chamados *isei*, em japonês), advinham de três gerações familiares diferentes: primeira, segunda e terceira (A, B e C, respectivamente). Já a segunda geração presente no Brasil, os *nisei*, filhos desses imigrantes, correspondiam à quarta geração familiar (D), enquanto os filhos destes, representando a terceira

geração presente no Brasil (*sansei*) de seus ancestrais, são a quinta geração familiar. A sexta e última geração familiar, por sua vez, corresponde aos *yonsei*, a quarta geração presente no Brasil. Trabalhamos aqui, portanto, com dois pontos de vista geracionais dentro dessa rede familiar: um referente à sucessão de seus membros na genealogia da família; e outro referente ao fluxo de migração e permanência desses indivíduos em relação ao país de origem e de destino de seus ancestrais. Logo, implicam-se os aspectos histórico e social.

Ao detalhar essas duas formas de observação das gerações dentro da mesma rede familiar, é possível atentar-se a traços e elementos que se mantêm ao longo das gerações familiares, mas que, gradativamente, apresentam mudanças que podem ser inicialmente observadas em uma geração e parecem se consolidar nas seguintes. Quando, além de observar as gerações do ponto de vista da genealogia, adicionando a elas fatores históricos, culturais e sociais – aqui, notadamente aqueles ligados à LH – ampliamos nossa análise e compreensão desses elementos que, por sua vez, permitirão compreender, também, a construção identitária dos indivíduos. Utilizaremos esta perspectiva combinada entre geração familiar e imigratória para analisar os próximos itens apresentados pelo genograma.

3.3 Análise dos componentes do genograma segundo a MECA

Pressuposta a relação entre memória e identidade (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 1990), nesta seção, apresentamos como aliamos, como base na MECA (FALICOV, 2017; 2016), a representação gráfica permitida pelo genograma à evocação das memórias dos falantes. Essa forma de análise favorecerá a compreensão do modo como esses indivíduos se relacionam e se relacionaram com sua LH e como isso poderia incidir em suas identidades, além de favorecer a visualização da dinâmica familiar da rede estudada.

Uma vez confeccionado, o genograma apresentou-se como uma ferramenta útil em diferentes momentos, na medida em que nos permitiu organizar e selecionar dados relevantes para a análise, visando ao objeto deste estudo, qual seja, a influência da transmissão do japonês como LH sobre seus falantes e o local onde vivem – e suas relações tanto com a família, como a comunidade. Ademais, a utilização da MECA – tanto para elaborar e organizar o genograma quanto para analisar detalhadamente seus domínios – possibilitou o acesso visual e facilitou uma análise que, de modo claro e conciso, permite àquele que a interpreta o acesso às dinâmicas implicadas, tal como explanaremos ao longo dos itens a seguir.

3.3.1 Migração e aculturação

Ao discutir os contextos imigratórios nos Estados Unidos, Falicov (2016) aponta uma maior preservação da cultura e da identidade cultural dos imigrantes na primeira geração, enquanto revela haver uma tendência gradual à aculturação, em favor de uma pressão para melhor se adequar ao novo país de morada. Em face de duas condutas extremas – a de preservar totalmente a cultura do país de origem e a de esquecê-la, dando lugar à cultura do novo país –, a autora aponta o biculturalismo como uma alternativa que possibilita a integração entre as duas culturas, ou então uma “bifocalidade cultural” (ROUSE, 1992 *apud* FALICOV, 2016, p.73). Nesse novo olhar de análise é que notamos a riqueza de duas perspectivas, pelo menos, em um só sujeito⁴⁰: “a capacidade de ver o mundo através de duas lentes de valores diferentes, como manter a língua e os valores étnicos dentro da família, enquanto também aprende e usa os valores ingleses e americanos ao lidar com sistemas maiores”.⁴¹

É certo que uma visão por dupla lente implica uma perspectiva mais complexa do mundo, o que, em consequência, pede um modelo metodológico igualmente mais complexo e dinâmico, o qual reúna elementos que possam auxiliar no perfilamento almejado. Deste modo, para observar esse domínio ao longo das gerações da família, foram considerados três itens referentes ao indivíduo, intuídos como fatores relevantes já desde o questionário *online*: i) composição do nome completo; ii) frequência à escola de ensino de japonês; e iii) nível de proficiência na LH, de acordo com sua própria percepção.

3.3.1.1 Composição de nomes

Este item foi representado visualmente por meio das cores e da posição ocupada em cada quadrante do círculo ou quadrado. Primeiramente, dividimos a figura em duas partes: o lado esquerdo para representar a composição de nomes próprios; e o direito, para os sobrenomes. Cada lado foi dividido horizontalmente resultando em dois quadrantes, dos quais o superior refere-se ao nome ou sobrenome que, na ordem da composição, aparece primeiro, enquanto o quadrante inferior refere-se àquele que ocupa a segunda posição no nome completo do indivíduo.

⁴⁰Gostaríamos de discutir em momento mais oportuno neste estudo a respeito do lugar em que cada uma das línguas, culturas e valores é proposto pelo autor nessa proposição.

⁴¹No original: “[...] the capacity to see the world through two different value lenses, such as maintaining language and ethnic values within the family, while also learning and using English and American values when dealing with larger systems”.

As cores verde-claro e vermelho-claro sinalizam, respectivamente: nomes de origem não-japonesa e nomes de origem japonesa, nos dois quadrantes à esquerda da divisão; e sobrenomes de origem não-japonesa e sobrenomes de origem japonesa, nos dois quadrantes à direita da divisão. Temos ainda mais duas outras cores utilizadas no lado esquerdo: azul, que representa um nome de origem não-japonesa, adotado e utilizado socialmente pelo indivíduo, sem registro legal; e roxo, que, por outro lado, representa um nome de origem japonesa dado à criança pelos pais, mas que não passou por registro civil. Essas duas cores que apontam para exceções de composições de nomes serão discutidas nesta subseção. Caso o indivíduo possua apenas nome de origem não-japonesa ou nome japonês, não houve divisão de quadrantes, sendo o lado esquerdo sinalizado apenas com as cores verde-claro ou vermelho-claro, respectivamente. O mesmo ocorre com o lado direito, no que se refere ao sobrenome do indivíduo.






Retomando o elemento de Migração e Aculturação proposto pela MECA (FALICOV, 2017; 2016), a partir da observação do genograma familiar, notamos que ambos os pais de C2 e C8 foram imigrantes advindos da província japonesa de Hiroshima, assim como o avô materno de C2 e seus irmãos e dois irmãos mais velhos de C8. Como comprovado pela pesquisa documental, todos os membros imigrantes emigraram do mesmo local e no mesmo ano de 1930.

Ao passo que, nas duas primeiras gerações familiares, há uma homogeneidade na composição de nomes dos integrantes da família, esse cenário começa a mudar a partir da terceira geração familiar (C), a mais nova dentre as gerações imigrantes. Se olharmos atentadamente à mudança na composição de nomes dos indivíduos, encontraremos 7 padrões⁴²:

Tabela 2: Tipos de padrões de composições de nomes dos membros familiares e suas ocorrências.

	Padrão	Ocorrência
I		18
II		3
III		26
IV		2
V		2

⁴² Considerando o fator *frequência*, rotulamos como *padrão* aquelas composições de nomes com duas ou mais ocorrências dentre os dados encontrados.

VI		2
VII		3
VIII*		1
IX*		1
-		1

Nesta tabela 2, notamos a presença de sete padrões manifestados ao longo das seis gerações expostas no genograma e duas ocorrências isoladas (VIII e IX):

- I. Nome próprio e sobrenome japoneses;
- II. Nome próprio e sobrenome japoneses, porém, com adoção de um nome próprio de origem não-japonesa aceito e adotado socialmente pelo indivíduo, sem registro civil;
- III. O primeiro nome próprio de origem não-japonesa, um segundo nome próprio de origem japonesa e um ou mais sobrenomes de origem japonesa;
- IV. O primeiro nome próprio de origem não-japonesa, um segundo nome próprio de origem japonesa, porém, sem registro civil, e um ou mais sobrenomes de origem japonesa;
- V. Um ou mais nomes próprios de origem não-japonesa, um primeiro sobrenome de origem não-japonesa e o último sobrenome japonês;
- VI. Nome(s) próprio(s) e sobrenome(s) de origem não-japonesa;
- VII. O primeiro nome próprio de origem não-japonesa, um segundo nome próprio de origem japonesa, um sobrenome japonês e último sobrenome de origem não-japonesa;
- VIII. O primeiro nome próprio de origem não-japonesa, um segundo nome próprio de origem japonesa, um sobrenome de origem não-japonesa e o último sobrenome japonês;
- IX. Nome(s) próprio(s) de origem não-japonesa e sobrenome(s) japonês(es).

Destacamos que o último elemento da tabela, representado na última linha da primeira coluna por um traço (-) não foi considerado um padrão nem uma ocorrência como VIII e IX, pois se trata da ausência de nomes do indivíduo, que faleceu logo após o nascimento, sem ter nenhum tipo de registro de nome.

Ao analisar a ocorrência de cada padrão ao longo das gerações, observamos que alguns deles mostram-se mais predominantes em algumas gerações do que em outras:

Tabela 3: Ocorrências de cada padrão de composição de nomes ao longo das gerações familiares.

<i>Geração familiar</i>	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
A	6	0	0	0	0	0	0	0	0
B	4	0	0	0	0	0	0	0	0
C	8	2	5	0	0	0	0	0	0

<i>D</i>	0	1	5	2	1	0	0	0	0
<i>E</i>	0	0	14	0	1	2	0	0	0
<i>F</i>	0	0	2	0	0	0	3	1	1

Na tabela 3, vemos que o padrão I é único nas gerações A e B, porém, na geração seguinte, C, ele passa a concorrer com outras formas, tornando-se predominante, mas não exclusivo. Sinalizamos, assim, com a cor verde, o padrão predominante em cada geração, ao passo que o azul representa um possível novo padrão dada a pouca diferença com o padrão predominante, como notamos no caso do padrão III na geração C. Este fenômeno poderia ser explicado pelo fato de que essa geração familiar já não é composta totalmente por indivíduos nascidos no solo ancestral; parte dela imigrou junto com seus pais e avô, e os membros mais novos nasceram no Brasil, assim, acabaram recebendo traços + *brasileiro*, um nome próprio ocidental, “brasileiro”⁴³, como os entrevistados referem-se a esse nome, em alguns casos, durante as entrevistas. Isso pode ser reforçado ainda mais pelo padrão II, que, aqui, parece funcionar como uma espécie de transição entre a cultura ancestral e a LH e a cultura e língua do país de destino dos imigrantes, pois observamos dois indivíduos adotando e aceitando um nome ocidental para utilizá-lo socialmente, a depender do contexto, sem que, com isso, tenham deixado o seu nome próprio japonês de lado, de acordo com relatos dos familiares de C8, colhidos nas entrevistas. Em sua entrevista, D4, que também possui um nome “brasileiro” socialmente adotado, mas sem registro, explica que foram as pessoas sem ascendência japonesa com quem ele convive diariamente que lhe deram esse nome, a partir da semelhança fonética com seu nome próprio de origem japonesa e também devido à dificuldade de pronunciar o nome original corretamente:

Trecho 1:

D4: [...] a gente [ele e os irmãos] chegava, achava mais fácil por estar aqui no Brasil, que tinha pessoa que não consegue falar, né? Falar o nome certo, então a gente achava mais fácil. [...] E eu já adotei o NB, né, tem muita gente que me chama de NB, né? [...] ? A gente falava uma vez, é... (explica como pronunciar o nome de origem japonesa corretamente). Mas eles tinham dificuldade para falar, então eu “ah, me chama de NB, então”, né?⁴⁴

Na geração D, composta totalmente por membros já nascidos no Brasil, vemos que o padrão que, na geração anterior despontava como novo padrão proeminente (padrão III), passa

⁴³ Ressaltamos o termo entre aspas dada a grande variedade de origens dos nomes próprios comumente adotados no Brasil.

⁴⁴ Utilizamos as formas NB, NJ, SB e SJ para anonimizar os dados dos participantes e de outros indivíduos mencionados ao longo do estudo. Quando o entrevistado refere-se ao seu próprio nome e/ou sobrenome, permanecem as formas expostas, quando referir-se a outro indivíduo, a forma será seguida de uma numeração para diferenciar os outros indivíduos mencionados, tanto pelos seus nomes próprios ou sobrenomes, quer sejam eles de origem japonesa, quer sejam de origem não-japonesa.

a ser predominante na geração D, e o padrão predominante (I), nas gerações ancestrais, desaparece. Na geração D, identificamos um padrão de composição de nomes com grande influência da história e política do Brasil na época: há dois indivíduos que, legalmente, só têm o registro de um nome de origem não-japonesa e o seu sobrenome japonês.

No trecho a seguir, introduzimos o tópico referente ao nome próprio japonês de D5 e notamos que ela prontamente explica essa condição diferenciada de seu nome, afirmando que não tem um registro civil. Em seguida, esclarece o motivo, relacionando-o com o período de seu nascimento, posterior à Segunda Guerra Mundial, muito próximo ao momento histórico de tensão para os imigrantes japoneses e seus descendentes, devido à participação do Japão na guerra e, posteriormente, à entrada do Brasil no conflito, resultando no Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1.942, pelo então presidente Getúlio Vargas.

Trecho 2:

P: a senhora tem um nome japonês, a senhora colocou [no questionário] que tem um nome japonês.

D5: sim, mas não, não é registrado. Porque me disseram que no tempo que eu nasci, era tempo de guerra e gente que falava japonês era preso. Inclusive teve vizinho nosso, né, minha mãe me falou que ele falava só japonês e ele foi preso. Não sei. Isso é o que eu ouvi, né? Por isso meu nome, eu não tenho nome japonês e parece que a minha irmã, também, mais velha, não tem. Depois as duas... Depois minhas irmãs mais novas, parece que têm, mas as duas mais velhas não têm, não, porque falou que não podia ficar falando japonês, então, nós temos só nome em português.

O governo Vargas já propunha uma política nacionalista que não era favorável ao cultivo e à manutenção da LH por parte dos imigrantes. Como cita Morais (2011, p.291-292) “[Getúlio] lembrou que, muito antes da deflagração da Segunda Guerra, fora dele a iniciativa de colocar sob controle a colônia japonesa, com medidas como a proibição da publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras”⁴⁵. Além disso, a despeito da revogação de decretos-leis com o fim da Guerra, é válido destacar que as relações diplomáticas entre Brasil e Japão vieram a reestabelecer-se somente em 1952 (WAKISAKA *et al.*, 1992 *apud* HAYASHI, 2022).

Esse período de repressão pelo qual a comunidade *nikkei*⁴⁶ passou durante a Segunda Guerra e os anos que se seguiram ao seu fim foi marcado por perseguições no interior do Estado de São Paulo (KOMATSU, 2010), além de terem sido proibidos de ensinar a LH nas escolas da comunidade, bem como se reunir em associações (DEMARTINI, 2000). Durante a pesquisa

⁴⁵ Relembremos ainda o Decreto-lei nº383 de 18 de abril de 1938, que “vetava a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências”.

⁴⁶ Imigrantes japoneses e seus descendentes.

documental, foi-nos possível verificar como Suzano foi afetada por tais políticas: dentre os documentos analisados, encontramos duas revistas – *Revista Comemorativa do 70 Aniversário Associação Cultural Suzanense – Bunkyo* (2008) e *80 Anos da Colônia Japonesa em Suzano* (2001) –, que dispõem de breve relato da associação, relacionando-a com os fatos históricos discutidos. Segundo a primeira, “em meados do ano [de 1941], as atividades da Associação sofreram sérias restrições, causando a paralisação de suas atividades”. Apenas no ano de 1948 diz-se que “tendo superado o período caótico de pós-guerra, no mês de maio, a nova associação, junto com a associação de moços, promoveu com brilhantismo a 1ª Gincana Familiar Poliesportiva (Undokai)” (2008, p.11-12).

Ora, analisando esses momentos históricos nos quais políticas nacionais afetaram diretamente a rotina dos imigrantes japoneses, compreendemos que o não-registro dos nomes próprios japoneses das participantes citadas possivelmente motivou-se em face a um período de medo, inseguranças e violência vivido por esses indivíduos. Isso pode ser reforçado pelo comentário de D5 acerca de seu vizinho, que havia sido preso justamente por falar “só japonês”. Embora esse fato não possa ser verificado ou comprovado, é interessante notar os tons de receio e de medo que tal comentário pode revelar em relação ao uso da LH no período mencionado e, portanto, justificaria o não-registro do nome próprio de D5.

No entanto, apesar da tensão do momento em relação ao uso da LH, D5 afirma que o nome próprio japonês que possui não deixou de ser usado, não somente em ambiente doméstico, mas ainda em ambiente familiar mais amplo, ao afirmar que alguns de seus familiares (suas tias) conheciam apenas o seu nome japonês. Observamos também que, mesmo com a falta desse registro legal, D5 considera ambos os nomes, “brasileiro” e japonês como seus, afirmando ainda gostar do último.

Trecho 3:

P: mas em casa, vocês... vocês eram chamadas por esses nomes?

D5: japonês.

P: pelo nome japonês?

D5: isso. E... inclusive minhas tias não sabiam o meu nome português, não, só aquele que me deram em japonês.

P: e hoje a senhora... a senhora considera esse nome [o japonês]...//

D5: sim, sim.

P: os dois nomes que a senhora tem, né//

D5: sim, sim.

P: ... ou considera só o brasileiro?

D5: não, os dois.

P: e o nome japonês da senhora, a senhora gosta dele?

D5: sim.

Relato semelhante pode ser lido no trecho da entrevista de D2. Nele, a participante fala sobre a falta de um registro civil de seu nome japonês, reiterando que a situação de sua irmã, D5, é semelhante à sua. Ainda assim, D2 afirma ter dois nomes, um “português” e outro, japonês, utilizado em ambiente doméstico. Quando perguntamos à entrevistada se o período da Guerra havia influenciado na situação narrada, ela confirma, explicando que essa influência perdurou mesmo após o fim da guerra, comparando este com o seu ano de nascimento.

Trecho 4:

D2: e tanto eu como a D5, acho que é a D5 que também, né, tem nome japonês, mas não tem no registro.

P: ah, o de vocês, ao contrário, é o japonês que vocês têm, vocês usam, mas não têm registrado?

D2: é, a gente tem um nome português e japonês, que todo mundo chamava a gente em casa. [...] Mas gente não tem um registro, no documento oficial, não tem.

P: ã-rã, mas o de vocês, vocês não puderam registrar por causa do período da guerra?

D2: isso, não podia na época.

P: ã-rã. Mesmo, vocês... vocês nasceram depois, né? Do período da guerra.

D2: ah, sim, foi depois, né? A guerra terminou em quarenta em cinco. Eu nasci em quarenta e nove. Foi assim, na transição.

A partir da análise dos trechos das entrevistadas, notamos que a manutenção e utilização dessa composição para nomes próprios – um nome de origem “brasileira” e um nome japonês – mostra-se importante para a consolidação do padrão III, pois funciona como uma variação dele; caso o nome na LH não fosse mais empregado, ainda que apenas em determinados ambientes e situações, é provável que, a partir da geração D, a ocorrência IX (nome próprio de origem não brasileira e sobrenome(s) japonês(es) já se mostrasse presente, consolidando-se como um padrão e, assim, influenciando, possivelmente, as gerações seguintes.

Na geração E, notamos que o padrão III mantém-se como predominante, porém a presença dos padrões V e VI mostra-se relevante, uma vez que ambos se referem a indivíduos que se relacionam com a família por meio de laços matrimoniais e que não são descendentes de japoneses. Esse traço terá influência sobretudo na composição de sobrenomes dos indivíduos: enquanto D9 e E8 mantêm seus sobrenomes de origem não-japonesa e adotam o sobrenome japonês do marido, E13 não adota o sobrenome do marido, assim como outro participante, E3, que mantém seu sobrenome inalterado. É possível que o rompimento com o padrão III apresentado por esses integrantes acabe influenciando os indivíduos da geração seguinte, uma vez que todos são pais das crianças que compõem a geração F, com exceção de F1 e F7.

Nesta geração, F, notamos que o padrão III ainda está presente, mas não é o predominante, dando lugar ao padrão VII, que apresenta o acréscimo de um sobrenome de origem não-japonesa na composição de nome do indivíduo, traço que pode ter sido influenciado

pela composição de nomes dos indivíduos da geração E, anteriormente mencionados. Urge ressaltar, porém, que essa é uma geração jovem, composta por adolescentes e crianças e que, portanto, ainda está em formação; nesse sentido, não é possível dizer com certeza, neste momento, qual é a composição de nomes predominante nela. É interessante notar, ainda assim, que essa é a geração que apresentou maior variedade de padrões de composição de nomes; enquanto nas gerações A e B havia apenas um padrão e nas gerações de C a E, uma variação de três itens, nesta, há a ocorrência de, pelo menos, quatro tipos de padrões, se considerarmos que ainda há a possibilidade de ocorrência de novos tipos.

A análise da composição de nomes dos membros familiares demonstra o movimento identitário que flui no *continuum* entre os traços + *japonês* e + *brasileiro* e pode ser observado com maior clareza através dos elementos dispostos no genograma. Ao passo que, nas primeiras gerações familiares (A e B), temos um padrão absoluto (Padrão I) apenas com traço + *japonês*, uma vez que a rede familiar chega a solo brasileiro e, conseqüentemente, passa a ter contato com nova(s) língua(s) e cultura(s), esse padrão é desestabilizado por uma nova forma marcada (Padrão II), que passa a apresentar traços + *brasileiro* e serve como intermediária para que uma nova forma se estabeleça (Padrão III), tornando-se, assim, não-marcada.⁴⁷ No entanto, já na geração F, vemos novamente essa estabilidade ser contestada por diferentes padrões; não temos mais só uma forma de sinalizar a diferença em relação à forma padrão, mas, sim, várias, evidenciando a própria superdiversidade que caracteriza, sobretudo, os membros mais jovens da rede familiar⁴⁸.

É importante ressaltar que não somente fatores internos da família, como as relações consanguíneas e matrimoniais, mas ainda fatores externos influenciaram nesse processo. Nesse sentido, observamos, aqui, um papel relevante da LH, não somente quando vista sob ótica da ancestralidade, mas da interação com a língua e cultura brasileira. Se considerarmos fatores que influenciaram a composição de nomes dessa rede familiar analisada, tais como a Segunda Guerra Mundial, o cenário sociopolítico dos imigrantes japoneses e seus descendentes após o

⁴⁷ Givón (1995) aponta três critérios principais para descrever o princípio da marcação: complexidade estrutural – a forma marcada tende a ser mais complexa estruturalmente –; distribuição frequencial – a forma marcada tende a ser menos frequente do que a não-marcada – e complexidade cognitiva, isto é, a forma marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a forma não-marcada.

⁴⁸ Sob ótica do princípio funcionalista da iconicidade, que prevê a “correlação natural entre forma e função, entre o código linguístico (expressão) e o seu *designatum* (conteúdo)” (CUNHA, COSTA e CEZÁRIO, 2003, p.29-30), essa análise de composição de nomes nos permite, portanto, compreender parte do processo de construção identitária desses falantes de herança, na medida em que a forma linguística pode ser motivada pelo conteúdo e pela experiência humana desse falante no mundo, neste caso, o contato entre línguas e culturas possibilitado pelo contexto imigratório.

conflito e as leis e decretos que os afetaram diretamente, além de fatores socioculturais presentes na vida cotidiana, como o contato com diferentes povos e culturas, o convívio em diferentes ambientes e contextos, os preconceitos e estigmas, tal como revela Komatsu (2020), etc., notamos como a interação entre LH e língua majoritária e os contextos nos quais elas estão inseridas são fatores importantes para a composição, mudança e dinâmica deste componente identitário do indivíduo que é seu nome.

Também observamos essa relação quando analisamos conjuntamente dados obtidos através dos questionários e das entrevistas. Embora a afinidade com o nome japonês não seja unânime por todos os participantes⁴⁹, como visto na indiferença apresentada por E16, que não o avaliou nem positiva nem negativamente, ainda assim, quando o tema foi abertamente discutido nas entrevistas, indivíduos das três gerações entrevistadas (D1, D2, D4, D5, E2, E4, E6, E9, E11, E15, F1, F2, F3), apresentaram uma avaliação positiva de seu próprio nome, além de demonstrar um conhecimento, em diferentes graus, para cada caso, sobre os motivos que levaram seus pais a escolherem seus nomes japoneses, seja porque gostariam de saber e, por iniciativa própria, perguntaram aos seus familiares, seja porque seus próprios pais ou avós contaram-lhe a história, que varia desde homenagens a personalidades famosas ou a membros da família até a escolha cuidadosa dos caracteres, considerando seus significados. A fim de exemplificar esta relação entre LH e construção identitária que pode ser estabelecida a partir do nome do indivíduo, selecionamos o trecho de duas entrevistas.

No primeiro trecho, perguntamos a E4, que realizou entrevista juntamente com seu filho, F3, o que sabia sobre o significado do seu nome e sobrenome japoneses. Em seguida, perguntamos a ambos se tinham preferência por algum dos nomes próprios.

Trecho 5:

E4: é, SJ é de família. É. O NJ eu não sei o que que é, não. Eu lembro que eu fui atrás, mas hoje eu não lembro. Mas eu gosto eu gosto do NJ. Por dez anos eu só fui NJ. Hoje, eu sou NB de novo, mas por dez anos da minha vida eu só fui NJ (risos).

P: vocês têm preferência para algum nome? Preferem ser chamado de um ou de outro?

F3: do jeito que quiser, pode me chamar, eu não ligo. SJ, NJ, NB, “japa”, qualquer coisa, tá bom.

E4: ah, eu gosto de... Ai, eu também não ligo, não. Agora como tem várias NBs lá no meu serviço eu sou a SJ, o pessoal me chama de SJ (risos).

Para compreender o contexto no qual E4 se insere, é preciso retomar uma informação importante: E4 viveu por um longo período (mais de dez anos, como mencionado por ela) no Japão com sua família, tendo ambos os seus filhos nascido lá. É por isso que, ao falar de seu

⁴⁹ Urge lembrar que nem todos os participantes que responderam ao questionário participaram das entrevistas, não sendo possível, portanto, analisar a forma como avaliam seu nome japonês.

nome japonês (NJ), ela lembra que, durante o período em que viveu no Japão, teve o seu nome “brasileiro” (NB) deixado de lado, sendo apenas chamada pelo nome japonês e, portanto, sentindo ser o que seria representado por ele. A falante só sente que a sua identidade representada por seu nome “brasileiro” é retomada quando retorna ao Brasil (“hoje, sou NB de novo”), embora E4 pontue que, ao conviver com outras pessoas com o nome próprio igual ao seu, ela acabava sendo diferenciada delas com a utilização do nome japonês, dessa vez, pelo seu sobrenome (SJ). Nesses casos, a relação entre identidade e nome fica ainda mais evidente quando a entrevistada utiliza o verbo “ser” + nome japonês/ “brasileiro” (“eu só fui NJ”, “eu sou a SJ”, etc.), em vez de usar o verbo “chamar-se” ou suas variações.

Outra evidência entre a relação que o indivíduo estabelece com seu nome e sua construção identitária que é permeada pela LH pode ser observada no trecho da entrevista de E6. Notamos, neste trecho, uma nova forma de se relacionar com seu nome na LH, que parece estar associada a uma nova interpretação da atitude de seus pais em relação ao nome e a si. Observamos, ainda, uma ressignificação desse nome, segundo a própria jornada pessoal.

Trecho 6:

E6: a minha mãe disse que, se não me engano, que o *kanji*⁵⁰ quer dizer “(significado dos caracteres)⁵¹”. Olha, eu não gostava do meu nome, mas agora eu gosto. [...] Eu não gostava muito, eu não achava ele (*sic*) sonoro, não achava ele legal, assim, sabe? E... eu não sei, eu não achava muito bonito, NJ, mas agora eu gosto, acho diferente, sabe? [...]

P: mas como é que foi essa passagem do não gostar para o gostar agora?

E6: comecei acho que valorizar mais as escolhas dos meus pais, sabe? Se minha mãe e meu pai escolheram esse nome é, foi... por algum motivo, né? Porque, quando eu menor, mais nova, eu achava “nossa, [significado dos caracteres] não tem nada a ver comigo, que porcaria é essa? Pra que colocaram isso em mim?”, sabe? E agora, eu já vejo lá para um outro caminho, sabe, tipo “[significado dos caracteres]” mas para ajudar as outras pessoas, assim, sabe, então, assim... estou aceitando melhor o nome, digamos assim.

Participantes da geração D também demonstraram haver relação entre seus nomes e a LH, como no caso dos entrevistados E1 e E2. Eles apresentaram não somente uma avaliação positiva de seus nomes japoneses, como também, ao longo de sua entrevista, realizada em conjunto, discutiram sobre a formação e significados que possivelmente motivaram a escolha de nomes por parte de seus pais, evidenciando que possuir um nome na LH pode implicar não apenas conhecimentos linguísticos sobre ela, como também outros elementos que são abarcados pela cultura e pela tradição ancestral, como quando os entrevistados explicam que o primeiro

⁵⁰ Caracteres japoneses.

⁵¹ Omitimos o significado do nome da entrevistada, com base nos caracteres que o compõem, a fim de garantir a proteção e anonimato de sua identidade. Sempre que houver menção a qualquer significado depreendido de um *kanji*, omitiremos o conteúdo, substituindo-o por “significado(s) do(s) caractere(s)”, entre colchetes.

nome proposto para E1 por seus antepassados foi pensado de modo que seguisse uma tradição familiar⁵², mas que também se atentasse aos caracteres considerados mais auspiciosos para compô-lo⁵³.

Também observamos a relação entre nome e identidades através de participantes que são pais e que optaram ou não pela adoção de um nome japonês para seu(s) filho(s). Dos 25 respondentes do questionário, 13 têm filhos e, ao serem questionados se seus filhos têm nomes japoneses, somente 1 afirmou que não. Perguntamos, então, sobre a motivação da escolha desses nomes, por meio de uma pergunta de múltipla seleção, isto é, os participantes poderiam assinalar mais de uma opção. O item mais assinalado foi o significado dos caracteres japoneses que compõem os nomes, escolhido por 9 participantes; em seguida, assinalado 5 vezes, o item “homenagem a algum membro familiar”; o conselho de membros familiares mais velhos, como pais, tios e avós, aparece em terceiro lugar, com 4 ocorrências. A manutenção da tradição familiar e a homenagem a alguma personalidade famosa aparecem ambas com 2 ocorrências. Tais resultados estão de acordo com os relatos das entrevistas e evidenciam que as motivações que subjazem à escolha do nome japonês dos indivíduos por parte de seus pais podem estar relacionadas com as motivações que moveram seus próprios pais e antepassados a escolherem os nomes de seus filhos, estabelecendo, através da escolha de nomes, uma relação entre a preservação da identidade cultural e tradição dos imigrantes, que tende a ser mais forte na primeira geração (FALICOV, 2016) e a adaptação ao novo país⁵⁴ por parte das gerações mais novas, através do uso de nomes “brasileiros”.

3.3.1.2 *Frequência a nihon gakko, escola ou curso de língua japonesa*




A estruturação dos dados obtidos através das entrevistas e do questionário *online* no genograma permitiu-nos uma melhor visualização do aspecto gradual de aculturação discutido por Falicov (2016) sobre famílias em contextos imigratórios, as quais apresentam maior tendência à preservação de identidade cultural imigrante nas primeiras gerações. Os itens que

⁵² Neste trecho, o entrevistado se refere à tradição familiar de um mesmo caractere ser utilizado na composição dos nomes próprios dos membros que compõem a família, seja este o caractere inicial ou final.

⁵³ Estes trechos mencionados não foram aqui reproduzidos pois, por discutirem elementos que compõem os nomes dos participantes e seus significados, poderiam levar à identificação de suas identidades.

⁵⁴ Embora tomemos as gerações de imigrantes como ponto de referência para os conceitos de imigração e aculturação, é preciso ter em mente que, para as gerações mais jovens, o conceito de “novo” para se referir ao país de morada pode não fazer mais sentido da mesma forma que fazia para seus antepassados, visto que a maior parte dos membros dessas gerações (D, E, F) já nasceu no Brasil e o têm, portanto, como referência para seu país de morada e, muitas vezes, de origem.

indicam se houve frequência à escola de ensino de japonês e o nível de proficiência na LH, de acordo com sua própria percepção, foram representados graficamente juntos. O primeiro, através da criação dos símbolos *E* (estudou) e *NE* (não estudou), acompanhado do segundo, cuja gradação poderia variar de 1 a 5, abrangendo os níveis selecionados por cada participante quanto à sua percepção do próprio conhecimento e autonomia referente à língua japonesa, no que se refere às diferentes habilidades, como leitura, escrita, conversação e compreensão oral: nada (1), pouco (2), razoável (3), bem (4), muito bem (5). Ambos os itens encontram-se logo abaixo do nome de cada membro, destacados com fundo amarelo.

Um quarto item, relacionado à imigração dos membros das primeiras gerações, foi adicionado após consulta a documentos imigratórios e a entrevistas com os participantes. Para imigração, utilizou-se o símbolo tradicional de genogramas, , posicionado sobre a linha acima da representação gráfica do indivíduo:  . Diferentemente da representação padrão nos genogramas (MCGOLDRICK, GERSON e PETRY, 2020; FALICOV, 2017, 2016; MCGOLDRICK, 2016,) alteramos o local de origem e ano de imigração para o topo do genograma, visto serem informações comuns a todos os membros imigrantes.

A partir da observação do genograma, notamos que, na geração D, somente 2 indivíduos não frequentaram a escola ou curso de língua japonesa, enquanto 6 indivíduos frequentaram. É interessante notar, ainda, que esses 2 indivíduos apresentam grau de parentesco civil com a família referida, e não consanguínea, podendo sinalizar que a participação dos filhos na escola japonesa e nas atividades correlatas seja um incentivo dos pais dos indivíduos D2, D5, D7 D8 e D10, uma vez que, com exceção de D6, os demais são todos irmãos.

Os relatos de experiência no ambiente escolar entre os indivíduos dessa geração são variados, como veremos a seguir.

Trecho 7:

D10: [...] a SJ1 *sensei*⁵⁵, ela dava aula na casa dela [...] ela ensinava tudo. tinha escrita, às vezes ela fazia é... concurso, quando ela sabia que tinha concurso no Japão, ela mandava as nossas escritas, né, o *shūji*⁵⁶, ela mandava para lá e a gente recebia medalha, diploma. Ela sempre fez isso, como seria como se fosse no Japão mesmo. Então tinha o dia de brincar, o dia de... de música, o dia de pintura, então ela sempre... Não era só japonês, só você escrever, entendeu? A gente cantava, gente tocava, a gente apresentava, e aí nos *undōkais*⁵⁷, tinha sempre uma dança, uma apresentação. É... teve na televisão, também. E a gente tinha formatura quando passava de ano, tinha tudo isso. No aniversário, ela fazia bolo, tinha comemoração. Às vezes ela trazia aqueles brinquedos do Japão, né? [...] ela fazia... ela tinha um...um... tipo um palcozinho de madeira e contava historinha para a gente em japonês,

⁵⁵ *Professor(a)*, em japonês.

⁵⁶ Aprendizagem e prática da caligrafia japonesa.

⁵⁷ Gincanas poliesportiva, tradicionalmente realizadas nas escolas no Japão. No Brasil, é como que sejam organizadas pelas associações culturais ou escolas japonesas.

tudo em japonês (risos). Aí ela contava historinha, a gente via as figuras e tudo mais era uma escola bem diferente de uma escola japonesa normal, vamos dizer assim, eu acho.

P: ã-rã. E o contato que a senhora tinha, por exemplo, com a música, com outras coisas da cultura, a senhora aprendeu lá no *nihon gakko* ou também em casa?

D10: mais no *nihon gakko*, mas também em casa. A *bāchan*⁵⁸ sempre gostou de música.

P: a mãe da senhora?

D10: é. Aí ela sempre ficava ouvindo música, sempre ficava cantando, gostava que a gente cantasse isso ela sempre estimulou.

[...]

D10: ela [a *sensei*] levava a gente no Parque do Ibirapuera, né, fazia a gente ficar sentado e observar a natureza, observar uma árvore, por exemplo, coisa que eu acho que não é qualquer... por isso que eu falo que não é qualquer escola japonesa. A observar a incidência da luz na árvore, por exemplo, ou no lago, no caso, para você ver a diferença que o horário faz com a pintura, para depois você usar na pintura. Você respeitar os bichos, né, ela não gostava que a gente matasse uma formiga, essas coisas assim. Quando a gente estava no trem, depois no metrô, ela fazia a gente levantar para as pessoas sentarem. Não os idosos, mas quem era mais velho que você, não precisava ser um idoso, entendeu? É mais velho do que você? Ela fazia a gente levantar e sentar. Então isso é uma coisa que eu tenho para, né, a gente traz para a vida, para o nosso dia a dia.

Trecho 8:

D2: eu comecei a fazer *nihon gakko* primeiro para depois, no primeiro ano, no segundo ano, acho que [do] *nihon gakko*, acho que no primário todinho eu ia nos dois. Aí acho que quando foi no final do primário, a professora da escola do primário falou que era pra sair do *nihon gakko* [porque] a gente tava falando o português... não tinha pronúncia do português correto.

D1: *erre* com *ele*. Confundia *erre* com *ele*.

D2: *erre* com *ele*, é! A gente tinha uma pronúncia, vamos dizer...é, até hoje, né, tem palavras que fica mais difícil da gente falar. Quando tem muito *erre*, muito *ele* [...]. A gente não consegue falar direito (risos) por causa da pronúncia, do sotaque, né?

[..]

D2: Mas eu lembro que a minha professora chegou a falar pra minha mãe, numa reunião, que era pra me tirar da escola japonesa ou ir menos vezes porque estava interferindo na minha pronúncia.

P: e aí ela tirou a senhora?

D2: é, eu acho que eu continuei fazendo assim mesmo, viu? Porque eu lembro que eu fiz até até *chū gakko*⁵⁹, que já é bem mais uns...bem adiantado. Eu tenho até livro até hoje de *chū gakko*. Era escrita só até em *kanji*, eu não entendia nada, até (risos) hoje eu não entendo nada, na época, eu lia.

P: a senhora gostava do *nihon gakko*?

D2: ah, eu gostava. Gostava, sim.

P: lá, vocês... além de estudar *kanji*, essas coisas assim, vocês faziam alguma outra atividade? Apresentação de música, dança.

D2: ah, sim! A gente aprendia a cantar...É... *sensei* dava aula de canto, é... Mas eu acho que...É, ele participava de [ininteligível], né?

P: participava de quê?

D2: E participava no *undōkai*, né? *Undōkai*, fazendo aquele *taiso*⁶⁰, né?

⁵⁸ Avó, em japonês.

⁵⁹ Lit. *ensino fundamental*, em japonês.

⁶⁰ Do japonês, *radio taiso* (ラジオ体操), refere-se uma série de exercícios de ginástica realizados com o acompanhamento de música e instruções. É comumente realizado antes do início das atividades em escolas e fábricas.

D2 e D10 apresentam uma avaliação positiva de sua frequência ao *nihon gakko*; isso é claramente dito por D2, ao dizer que gostava da escola, em resposta à pergunta da pesquisadora e pode ser inferido pelos trechos em que D10 expressa a influência que os ensinamentos e valores aprendidos no *nihon gakko* ainda lhe servem de guia em sua vida (“isso é uma coisa que eu tenho para, né, a gente traz para a vida, para o nosso dia a dia”). Além disso, D10 destaca o *nihon gakko* que frequentou de forma positiva, ao dizer que era “bem diferente de uma escola japonesa normal”. Esse apreço não se manifesta apenas através desses trechos destacados, mas ao longo de toda a fala da entrevistada sobre o *nihon gakko* – há grande quantidade de informação e detalhes que D10 deseja transmitir sobre essa experiência, evidenciando que se trata de um tópico do qual a entrevistada deseja falar.

Notemos, em ambos os casos, o papel relevante que o *nihon gakko* teve para esta falante para transmitir a LH e as diferentes dimensões abarcadas por ela (CARVALHINHOS, 2019): tanto D10 como D2 apontam diversas outras atividades que, embora não estejam diretamente ligadas ao ensino da língua em si, apresentam às crianças elementos socioculturais, valores e crenças ligados a ela, como é notado pela própria D10, quando afirma que o *nihon gakko* que frequentou “Não era só japonês, só você escrever” – o mesmo podemos dizer sobre o japonês como Língua de Herança. Atentemo-nos, agora, a mais dois trechos:

Trecho 9:

D5: [...] porque no nosso tempo, sim, a minha mãe mandava a gente para *nihon gakko*, né, que a gente tinha que estudar japonês, a gente ia. Sem vontade, mas a gente ia (risos). Porque eu era muito rebelde, sabe?

Trecho 10:

D7: é (risos), colocaram, mas eu não gostava muito, não.

P: por quê?

D7: por causa que tinha... tinha assim, tinha dois professores, um era da parte dos pequenos e outro era da parte dos maiores. Aí o professor da parte dos maiores que eu estava, ele era muito chato, ele protegia mais aquelas meninas que só falavam em japonês com ele, só conversava desde a hora que entrava na porta da sala de aula, só em japonês, falava com ele em japonês, perguntava em japonês. Eu, como misturava, às vezes, as coisas, ele já pegava e já fazia diferença, aí eu não gostava. [...]tudo, tudo ele pegava no pé, tudo, tudo o que a gente fazia, ele pegava no pé.

Por outro lado, os relatos de D5 e D7 vão na contramão dos anteriores, seja por questões pessoais, como apontado por D5, seja pela didática e abordagem de ensino adotadas e pelas relações interpessoais vividas no *nihon gakko* (D7). O relato seguinte é o de D6:

Trecho 11:

P: mas por que o senhor acha que o pai do senhor colocou o senhor no *nihon gakko* se ele falou que primeiro tinha que aprender a falar português?

D6: não, quem colocou no *nihon gakko* foi a minha mãe. Aí depois, quando eu estava no *nihon gakko*, foi que ele falou “primeiro, queria que vocês aprendessem bem um português, depois o japonês”. Tanto que nós não ficamos muito tempo no japonês, né?

P: ficou quanto tempo mais ou menos?

D6: ficamos uns dois, três anos, sei lá eu.

P: mas então, por que que ele decidiu tirar? Vocês estavam falando, misturando japonês, o que era?

D6: não, ele achou que isso daí estava atrapalhando nos estudos do... na escola, né, do português, na escola normal, né?

P: por quê? Na escola normal vocês misturavam as coisas? A professora falava?

D6: não, porque... não misturava, mas achava que podia, a gente tinha que se concentrar mais numa coisa do que ficar nas duas coisas, porque pra gente, o *nihon gakko* não era fácil, não.

P: por quê?

D6: porque era diferente, né, era tudo do contrário. Você em *nihon gakko*, japonês escreve daqui pra lá, né (faz gesto da direita para a esquerda). E o livro também é daqui, é, o livro, você vai folheando assim (repete gesto), não assim (faz gesto da esquerda para a direita), então, era ao contrário, então, era difícil.

O relato de D6, embora não traga claramente uma valoração positiva ou negativa de sua experiência na escola japonesa da comunidade, aponta que o falante apresentava algumas dificuldades de ensino-aprendizagem do japonês, ao comparar as diferenças linguísticas de sua LH com o português. É interessante notar, porém, como a crença e as experiências pessoais dos pais são influências importantes na decisão de matricular ou não a criança no *nihon gakko* e, possivelmente, também na forma como ela conceberá a LH. Como apontado por D6, embora sua mãe desejasse que o filho estudasse na escola da comunidade japonesa, seu pai optou por priorizar o ensino da língua majoritária, pois, como explicado pelo entrevistado, como imigrante, ele acreditava que dominar a língua do país hospedeiro seria essencial para uma melhor adaptação de seus filhos, característica do processo de aculturação em vista da pressão para adaptação à nova terra (FALICOV, 2016), mesmo que eles não estivessem apresentando “confusão”⁶¹ entre as duas línguas.

Nesse sentido, observamos um movimento contrário ao dos pais de D2, pois, de acordo com a própria entrevistada, mesmo diante do pedido da professora da escola brasileira de ensino regular para que sua mãe a retirasse do *nihon gakko*, sob justificativa de que o ensino paralelo da LH estaria prejudicando seu desempenho do ensino-aprendizagem do português, sua mãe seguiu seu próprio julgamento e a manteve no *nihon gakko*.

⁶¹ Referimo-nos à visão equivocada muito comum aos profissionais da educação e pais da época, quanto à alternância de códigos comum em crianças bilíngues nos estágios iniciais do desenvolvimento das línguas às quais têm acesso.

Na geração seguinte, observamos que a maioria dos indivíduos não teve contato com a LH de forma institucionalizada, de acordo com as respostas de seus questionários: dos 15 membros identificados, apenas 6 alegaram frequentar escola ou curso de língua japonesa e 9 nunca frequentaram. No entanto, é interessante notar que, embora esses 9 participantes tenham assinalado, no questionário, que não haviam frequentado nenhum tipo de escola ou curso de língua japonesa, durante as entrevistas, 4 deles lembraram que a escola de educação infantil que frequentaram (dos 3 aos 6 anos, aproximadamente) era de origem japonesa e que, nela, havia contato com elementos culturais da LH. Além disso, entrevistas dos pais de alguns desses indivíduos também confirmaram que seus filhos frequentaram essa escola, abrangendo também aqueles membros que ou não citaram a escola em sua entrevista ou não participaram da entrevista. Pudemos verificar esse fato, ainda, através de consulta ao *Jubileu de Prata*, documento cedido pela família referente à comemoração dos 25 anos da escola, à época de sua edição, o qual contém diversas informações sobre a instituição e apresenta uma relação de todos os seus formandos até a data em que foi impresso.

Dessa forma, considerando todos os dados reunidos ao longo da pesquisa, notamos que, dos 15 membros da geração E, excetuando-se os já falecidos, apenas 4 nunca tiveram contato com a LH de forma institucionalizada, embora esses últimos casos relatados não tenham sido considerados como frequência à escola ou curso na LH no genograma (E), visto que o ensino do japonês não era o objetivo principal da instituição. Observamos que, também nessa geração, esses indivíduos referem-se àqueles cuja relação com a família estabelece-se por meio de relações civis ou afetivas com outros membros da família, reforçando a hipótese de que, assim como para os pais da geração anterior, a manutenção da LH por parte de seus filhos também parece estar presente para os indivíduos desta geração.

Esse fato pode ser reforçado quando aliamos ao procedimento analítico os dados obtidos do questionário, em que verificamos que, dos 13 participantes que informaram ter frequentado a escola ou o curso de japonês, 10 assinalaram que a motivação decorria da vontade dos pais; outras opções, tais como curiosidade pela língua e cultura, viagem a trabalho/estudos, melhor relacionamento com membros da família e/ ou comunidade, ficaram em segundo lugar, cada um deles sendo assinalado somente 2 vezes, enquanto a busca por melhores oportunidades de trabalho e o aprimoramento do conhecimento prévio na língua foram assinalados somente 1 vez. Além disso, quando observamos o período em que esses indivíduos frequentaram a escola ou o curso, constatamos que a infância e a pré-adolescência foram os períodos predominantes (foram assinaladas 7 e 5 vezes, respectivamente), enquanto a adolescência e a idade adulta

foram selecionadas como resposta apenas 2 vezes cada. É válido destacar que, tanto em relação aos motivos de estudar a LH formalmente, como em relação ao período de estudo, admitia-se a sinalização de mais de uma alternativa por respondente, uma vez que um indivíduo pode ter frequentado a escola/o curso por mais de um período da vida, da mesma forma que mais de um motivo pode tê-lo levado a esses estudos.

Ressaltamos, porém, dois pontos que devem ser considerados na análise da geração E: o primeiro é que isso não significa que, para os membros que apresentam uma relação civil ou afetiva, essa manutenção e/ou contato não estejam presentes. Notamos que 3 dos indivíduos que se encaixam nesse grupo também frequentaram escola ou curso da LH. É o que nos mostram os seguintes trechos:

Trecho 12:

E2: eu ia, mas não era aquela aquela alegria porque na época que eu comecei a fazer *nihon gakko*, [eu]era muito criança, né? Aí, depois o inglês estava muito na moda, né? Então eu tinha mais vontade de aprender inglês do que japonês, porque inglês eu tinha um propósito, que era aprender a cantar, eu queria cantar as músicas inglês (risos). Mas as músicas em japonês era tudo aquelas músicas *enka*⁶², né, tipo, não, não atraía, né. [...] agora estou até lembrando que a primeira aula de *nihongo*⁶³ que eu fiz, assim, era um... era na casa de uma de uma senhora, né? Que ficava perto da casa do meu primo, e então, era uma... éramos um grupo de dez crianças, então o que que acontecia? A gente ia lá, a primeira coisa que a gente tinha que fazer era rezar.

Embora E2 tenha frequentado o *nihon gakko* na infância, vemos que, apesar de sua avaliação sobre a escola não ser negativa, semelhante à D5, o gosto pessoal da entrevistada, evidenciado aqui por outros interesses seus na época (a popularidade do inglês e o interesse em músicas na língua), entra em contraste com a LH, que não lhe atraía através da tradicional música *enka*. Desse modo, a criança/adolescente não intui um propósito no ensino-aprendizagem da LH, apresentando baixa ou nenhuma motivação para frequentar a escola da comunidade. Ainda neste relato, vemos que, além do ensino da língua, o *nihon gakko* frequentado pela entrevistada colocava as crianças em contato com um outro elemento da LH – a religião.

O segundo ponto que destacamos é que, mesmo que todos os indivíduos, filhos dos membros das gerações anteriores, tivessem tido contato com a LH ao frequentarem a escola de educação infantil, esta não se trata de uma instituição de ensino exclusivamente voltada para a língua japonesa, ou cujas aulas eram ministradas apenas na língua em questão. A despeito disso, as atividades e atitudes eram pautadas por valores e visão na cultura e tradição japonesa,

⁶² Estilo musical japonês.

⁶³ Língua japonesa, em japonês.

voltando-se ao público em geral, sem exclusividade à colônia japonesa⁶⁴. Nos trechos seguintes, E9, E11 e E15 falam de suas experiências e lembranças na escola de educação infantil anteriormente mencionada, na qual a maioria dos membros da geração E estudou:

Trecho 13:

E11: ah, eu sei que no final do ano, a gente sempre fazia... nas festas, tinha sempre que a gente ler, é, a gente cantava no Dia das Mães, a gente cantava, é... dava bolo para a nossa mãe. É, acho que é isso... Aí tinha as festas juninas, que é uma coisa que realmente me marcou, são as festas juninas, que a gente gostava das brincadeiras que tinha na festa junina. Mas o que, assim, eu mais lembro seria em relação as professoras, assim, as *sensei* e também tinha a colheita da batata doce, que eu me lembro, que a gente gostava muito de ir lá para casa de Nazaré para fazer a colheita da batata doce.

Trecho 14:

P: o que você mais gostava dessa escola?

E15: do jeito dela, das festinhas.

P: de quais festas você lembra mais?

E15: festa junina, das excursões que tinha, a colheita da batata doce, das apresentações.

Trecho 15:

E9: a escola do prézinho até o jardim é... ela era uma escola que era comandada, assim, por ja// por orientais, por japoneses, elas eram freiras. E aí a gente tinha contato, assim, com elas e com a língua nas músicas na disciplina oriental. É, então, na minha primeira escola até o jardim, assim, eu tinha contato, sim. Depois não, mas na... eu acho que até uma das razões, eu nunca perguntei, mas eu tenho quase certeza, que uma das razões que os meus pais terem me colocado nessa escola e os meus irmãos foi por isso, por ser uma escola, assim, oriental, que tinha as pessoas... As japonesas tomando conta, tinha um pouco da disciplina oriental. Então eu acho que eles acharam que seria o melhor, assim, para mim.

P: e lá era uma escola que você só aprendia sobre os costumes da cultura japonesa ou tinha a cultura brasileira junto também?

E9: não, tinha a cultura brasileira, também. Na verdade, era uma escola católica, né. A gente tinha contato também com a religião católica e a gente tinha japonês, era mais, assim, algumas músicas algumas apresentações que a gente vê que era voltada (*sic*), assim, para o japonês porque tinha muitos orientais, também, estudando na escola, também, né? Porque o ja// o oriental, o japonês tem esse costume, assim, de preferir coisas que é... Escola japonesa, né, escola japonesa. É, tem duas lojas, sei lá, uma é brasileira e a outra de japonês, eles têm uma certa preferência de que vá na de japonês. É, existe isso, assim, bem menos hoje em dia, mas ainda existe. Eles... não sei se sente mais confiança, é o que eles conhecem.

Esses três relatos destacam a interação entre a cultura ancestral e a cultura brasileira local: há festas populares brasileiras – como as festas juninas, lembradas por E11 e E15 – realizadas dentro de um espaço gerido por imigrantes japoneses. O interessante é que são freiras, isto é, relacionam-se com a religião católica, comumente mais associada ao Ocidente do que as religiões tradicionais japonesas o são, como o budismo e o xintoísmo.

Observamos que, também nessa geração, o ambiente escolar proporciona contato com as línguas e culturas – do Brasil e do Japão – através de atividades variadas, como músicas, apresentações, festas, datas comemorativas etc., além da própria organização e funcionamento

⁶⁴ Mantemos o nome anônimo para preservar a privacidade dos participantes garantida pelo TCLE.

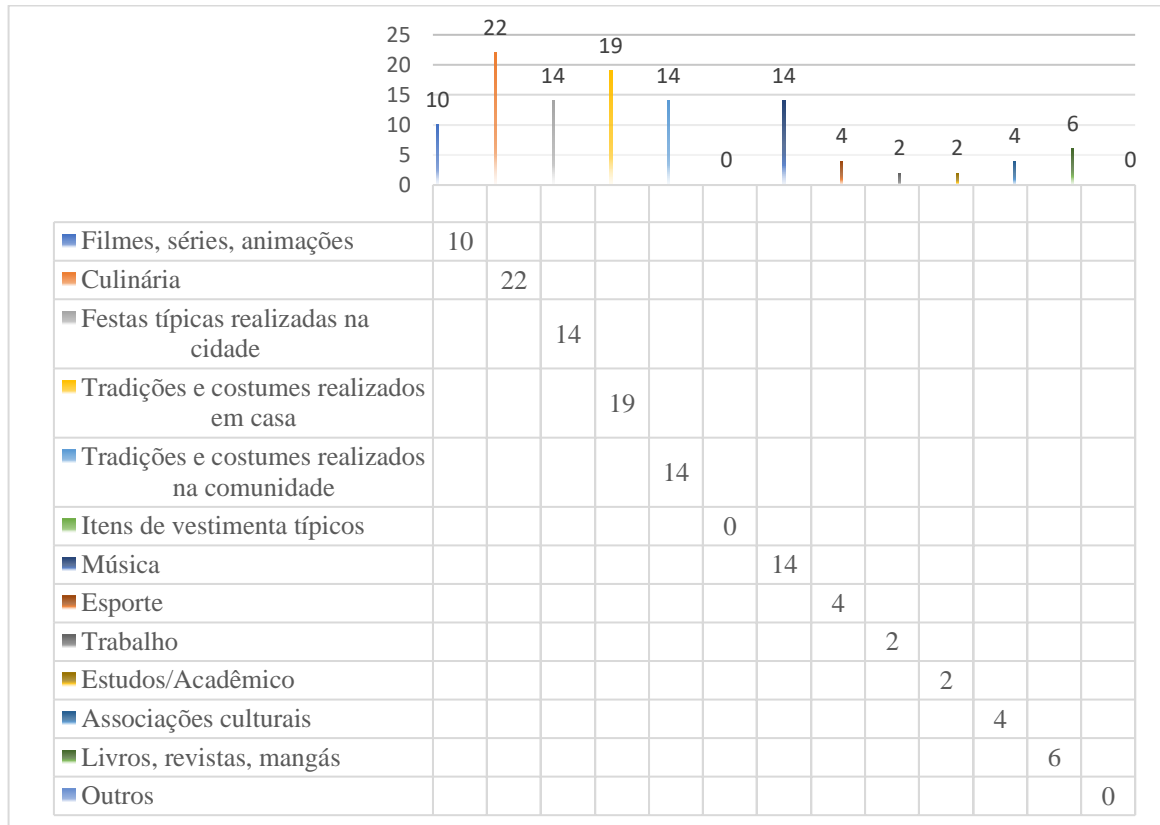
da instituição, como apontado por E9, ao mencionar, ainda, que uma das formas de contato com a LH era através da “disciplina oriental”. Torna-se interessante notar que a participante declara que este seria a principal razão que ela acredita ter motivado seus pais por matriculá-la na referida escola. E9 reforça que tal conduta seria tipicamente japonesa: preferir aquilo que está relacionado à sua cultura e aos seus pares em detrimento de outros, implicando, nessa fala, sua observação quanto ao movimento de preservação da identidade cultural por parte da comunidade *nikkei*, representada por ela através de “os orientais” ou “os japoneses”, como nos trechos grifados.

Notamos, porém, que esse movimento parece estar mais presente na primeira geração imigrante, diminuindo de acordo com o contato da língua e cultura ancestral com a língua e cultura do país hospedeiro, favorecendo a aculturação (FALICOV, 2016). Tal diminuição pode ser decorrente do próprio desinteresse dos indivíduos quanto à LH (D5, E2), de más experiências nas tentativas de manutenção da LH (D7), da crença e conduta dos pais em relação aos filhos (D6), visto que muitos, tendo experienciado eles próprios as dificuldades do papel de imigrante numa nova sociedade, desejam que seus filhos se integrem a ela da melhor forma possível ou, como vemos ocorrer, com o passar das gerações, o próprio contato e interação da LH com a língua e a cultura majoritárias e, até mesmo, outras línguas e culturas, favorecem a não-manutenção.

Já na geração F, 2 indivíduos frequentam ou frequentaram a escola/o curso de língua japonesa, enquanto 2 nunca frequentaram. Não pudemos constatar dados de 3 indivíduos dessa geração, uma vez que, à época da pesquisa, embora seus pais tivessem fornecido informações e dados sobre eles, esses membros ainda não frequentavam nenhum tipo de escola.

3.3.2 Contexto ecológico

O contexto ecológico visa a evidenciar elementos do meio imediato e de instituições com os quais o indivíduo pode interagir, atentando-se a possíveis situações estressantes que podem se originar delas. Para observar, portanto, a relação dos falantes com sua LH e os diversos elementos que abarca, inserimos no questionário *online* uma pergunta sobre a manutenção ou não desse contato. Na resposta a essa questão, apenas 2 indivíduos alegaram não manter nenhum tipo de relação ou contato atual com a língua e cultura japonesa.

Gráfico 1: Formas atuais de contato com a LH assinaladas pelos participantes.

Em resposta à pergunta que lhes pedia para selecionar, sem restrição de quantidade de alternativas, de que forma ocorria tal manutenção, os itens mais assinalados foram a culinária e as tradições e costumes realizados em casa (forma de organizar a casa, como se relaciona com outros membros da família, por exemplo), com, respectivamente, 22 e 19 ocorrências cada. Igualmente com 14 respostas, os itens “festas típicas realizadas na comunidade”, “tradições e costumes realizados na comunidade” e “música” ocuparam a terceira posição. Destas, a primeira foi tópico recorrente e amplamente desenvolvido pelos participantes durante as entrevistas. Desse modo, optamos por selecioná-lo para análise neste tópico, já que indicia a relação dos falantes com a LH para além do ambiente familiar.

A percepção que os indivíduos têm atualmente de seu contato com a língua e cultura japonesa foi representada graficamente pelos algarismos romanos, à qual propusemos seis gradações: nenhum (I), muito baixo (II), baixo (III), razoável (IV), alto (V) e muito alto (VI).

3.3.2.1 Participação em eventos da comunidade e associações

Sobre este tópico, os eventos mais mencionados pelos entrevistados foram os *undōkai* e a Festa da Cerejeira, além da Bienal das Flores – mencionada por membros da geração D – e festas de vendas de pratos típicos japoneses, tais como Festa do *Yakisoba*⁶⁵ e Festa do *Sukiyaki*⁶⁶, voltadas para a arrecadação de fundos para associações diversas. Ao relembrar dos *undōkai*, vários participantes apontaram a presença dos avós, incentivando-os a participar do evento e acompanhando-os no dia, trazendo à luz o funcionamento da organização familiar em questão. D6, assim como outros membros de sua geração, relata que, como aluno do *nihon gakkō*, ele deveria participar da atividade, mas que, apesar do caráter obrigatório, ele se divertia durante as atividades. Essas falas demonstram que, embora para a análise, esses quatro domínios que estamos analisando encontram-se separados, na prática, interagem e integram-se, de modo que não é possível apontar com clareza onde um domínio se encerra para dar início ao outro. Observemos os relatos das memórias dos falantes acerca desses eventos:

Trecho 16:

D6: [...] o que que a gente participava, era do *undōkai*.

P: aí o senhor participava correndo ou o senhor participava ajudando?

D6: não, a gente participava correndo, porque a gente, como tinha *undōkai*, a gente era obrigado a ir também, né.

P: mas o senhor ia por obrigação, o senhor não ia porque queria?

D6: não, a gente ia porque ele estava ligado à escola, era ligado à escola por isso que a gente ia.

P: mas o senhor gostava ou não gostava de participar?

D6: eu gostava, porque era... tinha mais brincadeira, só, né [...].

Trecho 17:

E6: Festa da Cerejeira, Festa das Nações. [...] O... *undōkai*. *Undōkai!* Eu adorava *undōkai*, meu Deus do céu! Eu fico triste que aqui não tem *undōkai*. É, acho que essas três era o que mais marcava.

P: você participava bastante, assim, todos os anos, você frequentava?

E6: a festa das Nações e a Cerejeira, sim, nem que fosse só para comer. Mas *undōkai*, eu lembro quando a gente era criança, a gente participava demais, quando era época e a *bāchan* ficava sabendo, aí os nossos pais levavam a gente, né.

Trecho 18:

E15: o que seria mais tradicional, japonês seria o *undōkai*, né? [...]O que marca mais, é a Festa da Cerejeira.

P: por quê?

E15: porque não é todo mundo que conhece o *undōkai*, e a festa da Cerejeira, eu acho que ela era mais... o público dela é maior.

Trecho 19:

F2: [...] tinha aqueles negócios da escola, né, de competiçõzinha.

⁶⁵ Prato japonês à base de macarrão frito.

⁶⁶ Prato japonês com carne e legumes.

E4: *undōkai*, né, *undōkai*, que tinha do [nome da escola], né?

P: vocês participavam do *undōkai*? Gostava?

F2: ã-rã, era um negócio diferente. Era para as crianças brincar, competir. Era legal.

P: entendi. (para E4) E você, na sua infância, você participava de *undōkai*?

E4: ô! Nossa senhora! Como eu esperava essa época de inverno, né, porque era sempre no inverno que tinha ali, né? O *undōkai*, como era bom, meu Deus do céu! *Undōkai* e todas as festas, né, que tinha, né. Então, a Festa da Cerejeira, é ...todas as festas. Achava muito bom, muito bom. Sinto muita falta disso aqui.

Atentemo-nos ao fato de que os trechos acima referem-se a membros de cada uma das gerações familiares atuais entrevistadas (D, E e F) e que o *undōkai*, portanto, trata-se de um evento realizado pela comunidade *nikkei* que têm se mantido ao longo dos anos na cidade e chega até a ser considerada por alguns integrantes da família como o evento mais marcante (E6) e o mais tradicional (E15), referente à cultura japonesa na cidade, pois, segundo E15, “não é todo mundo que conhece *undōkai*”, ou seja, o evento ainda não se tornou popular à população suzanense no geral e mantém-se, sobretudo, dentro da comunidade japonesa e de seus imigrantes. Por essa opinião, poderíamos inferir que se trata de um evento fechado aos falantes de japonês como LH, como forma de preservação da cultura ancestral. Porém, como informado por D6, até mesmo em sua infância isso não ocorria:

Trecho 20:

P: mas aí quem... era só para os descendentes ou eram os descendentes que organizavam?

D6: descendente que organizava, mas era, participava todo mundo, né, qualquer um participava. Mesmo *undōkai*, não tinha aquela coisa de falar “não, é só da colônia”, participava todo mundo.

A fala de E3 reforça a de D6, pois o próprio E3, não descendente de japoneses, apontou conhecer o evento, uma vez que já havia participado de um *undōkai* durante o período em que visitava Suzano com mais frequência:

Trecho 21:

E3: já, já passei férias em Suzano, né. [...] E já curti Suzano, né, já frequentei, já fui até em *undōkai* lá com os meninos lá, então eu já fiz bastante.

P: sério? *Undōkai* da escola ou da associação?

E3: não, da escola. Lá do [nome da escola], que o F2 estudava.

Essa fala sinaliza, assim, o *undōkai* como um evento no qual não apenas os *nikkei* têm contato com sua LH, mas também onde circulam outros públicos além dos japoneses, por meio

do qual seus descendentes podem ter acesso às atividades e, com isso, entrar em contato com a língua e a cultura⁶⁷.

A Festa da Cerejeira, que celebra o florescimento das cerejeiras na cidade e é realizada há 36 anos em Suzano⁶⁸, foi outro evento lembrado pelos falantes, tanto nos questionários como durante as entrevistas. No entanto, os participantes observam algumas mudanças no evento com o passar dos anos:

Trecho 22:

E15: [...] não é todo mundo que conhece o *undōkai*, e a festa da Cerejeira, eu acho que ela era mais... o público dela é maior.

P: e a festa tem se mantido a mesma ao longo dos anos ou ela mudou alguma coisa?

E15: nesses últimos anos, ela mudou bastante. Agora ela é mais só festinha de...ah, ela foi perdendo um pouco a tradição, a cultura. Foi virando mais uma festinha com... palco de atrações e o resto, ela perdeu um pouco. Com o tempo, ela está perdendo. [...] as exposições que tinha, os... ah, antigamente eu acho que eles seguiam um pouco mais a cultura, tradição. Igual as músicas, é... toca funk, o público mudou um pouco. [...] Tinha os senhoresinhos que faziam os jogos deles, os artesanatos. Tinha o pessoalzinho que ficava na parte do *gētobōru*⁶⁹. [...] as atrações também, acho que era diferente. Igual, tinha mais músicas que acho que era mais da cultura, agora é, acho que abrazei um pouco mais.

Trecho 22:

E6: e perdeu... tinha muita coisa da cultura japonesa, mesmo, né? Tinha aquela dança lá, circular, como é que é, *bon odori*⁷⁰? [...] Agora não tinha mais essas últimas vezes que eu ia. Achava legal as véinhas (*sic*) dançando, lá, achava bonitinho. Agora não tinha, não vi mais, assim, as últimas vezes que eu fui. Mesmo *taikō*⁷¹, essas coisas eu via mais antes, agora eu não vejo mais tanto. É mais funk, dança, essas coisas meio... blé (risos).

Quando questionados sobre como avaliam essa mudança, os entrevistados apontaram que houve um distanciamento da festa em relação à cultura japonesa, considerada tradicional por eles, devido à presença de outros elementos, como a música funk, apontada por E15 e E6. Essas falas indicam que a mudança não atingiu só o tipo de público frequente, que, no passado era composto apenas por japoneses e seus descendentes; essa mudança também impactou o tipo de atrações, que não mais se restringem a elementos e itens somente voltados à língua e cultura ancestral, ao que E15 aponta como um “abrasileiramento”. Quando pedimos para que avaliasse tal mudança na festa, E15 julgou-a como um aspecto negativo, pois descaracteriza o evento.

Trecho 23:

P: então você acha que essa mudança foi de alguma forma negativa para a festa, no geral?

⁶⁷ Durante os *undōkai* realizados na cidade, é comum que a programação do evento esteja escrita nas duas línguas, português e japonês, além de haver a realização de apresentações de atividades realizadas por departamentos da associação anfitriã do *undōkai*, tais como música, dança, esportes, etc.

⁶⁸ As edições de 2020 e 2021 não ocorrem devido à pandemia do Covid-19 no país.

⁶⁹ *Gateball*, esporte coletivo que utiliza bolas e tacos, criado no Japão em 1947. É semelhante ao *croquet*.

⁷⁰ Dança típica japonesa, tradicionalmente realizada no feriado de *Obon*.

⁷¹ Instrumentos de percussão japoneses.

E15: no meu ponto de vista, sim. Para quem é mais antigo, assim, deixou de ser um pouco... igual, chega a um certo horário, ela não é mais uma festa tradicional familiar, daí vira meio que... Uma festa mais para adolescente, encontro de, de adolescente, não de família.

Urge ressaltar, nesses depoimentos, que a avaliação feita por cada participante é composta por diversos elementos, com maior ou menor grau de subjetividade ou avaliação.

Observemos:

Trecho 24:

D7: ah, vai mudando, né, modo de cada um pensar, sei lá eu. Antigamente tudo era mais gostoso. As brincadeiras, as comidas, tudo era muito diferente. Agora, não sei se é o tempo o que que é... o gosto das coisas é diferente, né. [...]

P: mas o que mudou na festa? Como que a festa era antes e como ela é agora?

D7: é, eles fazem a mesma coisa, só que antigamente parece que era mais animado. Tinha mais participação, né.

Nesse trecho, D7, ao ser questionada sobre como avaliava as mudanças ocorridas na festa ao longo dos anos, aponta que não apenas o evento, mas “tudo” era melhor – as brincadeiras, as comidas –, atribuindo tal mudança à passagem do tempo, como podemos inferir de “agora, não sei se o tempo ou o que que é...”, o que indica, possivelmente, um certo sentimento de nostalgia por parte da entrevistada, que pode não se restringir apenas à festa em questão. Contudo, ao reiterarmos a pergunta, D7 aponta que não houve mudança no conteúdo da festa em si (“eles fazem a mesma coisa”), mas, sim, atribui essa diferença à diminuição, a seu ver, dos participantes do evento, que, por sua vez, poderiam deixá-lo menos interessante e animado aos olhos da falante.

O olhar subjetivo e dependente do contexto também é objeto de reflexão de E7 ao pensar sobre as mudanças da Festa da Cerejeira ao longo dos anos. O entrevistado discute como o período no qual o indivíduo vivencia tais experiências pode influenciar no julgamento que tem dos acontecimentos e coisas:

Trecho 25:

E7: eu lembro, não sei se era por...pelo fato de ser criança, mas eu acho...acho, achava ou acho, que era maior, né? Hoje já não é tão... tão quanto, né? Apesar de que, quando// é por isso que eu não sei o porquê, se era por fato de eu ser criança, porque às vezes você... quando você é criança, você vai num lugar, você fala “nossa que negócio gigantesco, muito legal”. E depois, quando você vai adulto, você fala “nossa, é... é isso aí?” (risos). É, então e daí, muda, né, a nossa percepção das coisas. [...] aí eu não sei se é por causa disso, que eu acho que diminuiu muito, mudou muita coisa, mudou, perdeu-se muito no... nesse tempo, né?

No trecho destacado, notamos que E7 questiona justamente se sua avaliação da festa como ocorre atualmente, considerando a perda, diminuição e mudança de elementos com o passar das edições, não poderia ser influenciada pelas memórias que tinha do evento de quando era criança. Essa indagação justifica-se, segundo o entrevistado, pois, quando criança, as coisas

e acontecimentos tinham dimensões maiores e mais interessantes, possivelmente devido às novidades com as quais a criança entra e contato quase diariamente, ao mundo a ser descoberto que tem à sua frente.

Nos trechos seguintes, observamos opiniões diferentes, que mostram que as mudanças apresentadas pela Festa da Cerejeira não negativas. Elas refletem as novas necessidades do evento, considerando e dialogando com os indivíduos que compõem seu público.

Trecho 26:

E2: aí, assim, aí dava uma misturada assim, mas também acho que era para agradar o público, né, porque não ia só descendente, não é só japonês nessas festas, né. Iam outras pessoas também para visitar, né, para passear, então começaram a dar uma misturada. Eu achei assim. Parecia metade festa tradicional japonesa e metade tipo festa junina, assim, quermesse, né?

Na visão de E2, a festa começa a se transformar exatamente devido à diversificação de seu público, isto é, como um público superdiverso passa a frequentá-la, a festa já não é só mais composta de uma audiência *nikkei* e, portanto, novas atrações e novos elementos são adicionados *para* atender aos anseios desse novo público. A própria utilização de “festa junina” para caracterizar uma “metade” do evento é interessante, visto que se trata de uma festa que traz consigo diferentes influências culturais europeias, além das características próprias de cada região do Brasil, ressaltando ainda mais o caráter superdiverso de seu público, que é refletido na estrutura da festa. Observação semelhante quanto à importância da composição do público da festa para suas mudanças é feita por E11:

Trecho 27:

E11: eu acredito que tenha mudado, porque no começo, é... tinha mais... tinha mais coisa, tinha mais gente tinha, sabe, tinha mais opções. Ao longo dos anos, vai meio que parece que perdendo, sabe, aquela coisa da tradição em si, vai meio que misturando já com a cultura daqui do Brasil. Então acaba perdendo, assim, a identidade só, tipo, japonesa, entendeu. Na minha opinião, vai aos poucos, a cada ano que você vai, você vai vendo que vai, vai modificando em relação a isso, entendeu? Não vai sendo só uma coisa japonesa. Antes era mais japonesa, assim, da cultura japonesa. Agora você vê, já que é bastante diversificação, diversidade.

P: e você acha que, de modo geral, isso é bom ou acaba prejudicando de alguma forma o evento?

E11: não, é bom porque, assim, a partir do momento que a gente... a gente sabe que é o Brasil, ele tem N culturas, então assim, é bom porque acaba agradando todo mundo, né, um pouco de cada pessoa. Porque se você faz, especificamente só para a cultura japonesa, tem gente que não gosta, então, acaba deixando... [...] E acaba atraindo mais público, mais gente, né, pra festa em si. E você acaba também, meio que é, conhecendo outras culturas, né?

Embora traga, como alguns trechos anteriores apresentaram, a questão da perda da tradição como mudança evidente no evento, para E11, essa perda decorre do contato e “mistura” com a cultura local. Desse modo, a entrevistada materializa linguisticamente sua opinião e avaliação através dos trechos destacados em que figuram questões ligadas à identidade e à diversidade, apresentadas pela Festa da Cerejeira, observáveis através dos diferentes públicos

que a frequentam, além de sua consciência da pluralidade cultural brasileira. Logo, deixa de ser uma coisa “só japonesa” para abranger as “*N* culturas” que compõem o Brasil; para não apenas agradar os diferentes públicos, como também as diferenças dentro de cada indivíduo, uma vez que busca agradar “todo mundo” e “um pouco de cada pessoa”, sinalizando que mesmo um único indivíduo pode apresentar diferentes culturas. E11 finaliza, avaliando que essa diversidade permite ainda que, ao participar da Festa da Cerejeira, além do contato com a língua e cultura japonesa, o indivíduo pode interagir com diferentes culturas.

Em trecho anterior, quando perguntamos se havia participado ou se associado a algum clube ou associação da colônia japonesa na cidade, a entrevistada aponta que não, porém, estabelece a relação entre essas associações e a Festa da Cerejeira, possivelmente por ser organizada pela Associação Cultural Suzanense – *Bunkyo*. Além disso, observa que o evento permitia-lhe entrar em contato com músicas, apresentações diversas, culinária, produtos advindos do Japão e outros elementos gerais da cultura japonesa.

Trecho 28:

E11: olha, participar, mesmo, não. A única coisa que eu ia, era quando tem festas, né, tipo Festa da Cerejeira, essas coisas, a única coisa que eu frequentava. Aí lá, a gente tinha shows, que era referente à cultura japonesa, é... a comida referente a... é, a comida, a música que é, na verdade, que eu tinha mais contato mesmo é quando eu ia nessas festas que tinha, referente à Festa da Cerejeira, que é o que o pessoal do *Bunkyo* fazia uma festa outra, aí eu tinha contato com a cultura. Aí, lá tinha aquelas lojinhas para vender coisas que era, também, do Japão, então é onde eu tinha mais contato, seria nessas festas que tinha [...].

Assim, a importância dos eventos e festas realizados pela comunidade *nikkei* faz-se notar quando observamos, através da fala de E11, que também representam um meio pelo qual os falantes podem entrar em contato com os diferentes elementos abarcados pela sua LH.

Para os membros mais velhos, da quarta geração familiar (D), também era comum a participação em associações culturais e religiosas ligadas à sua LH, além das atividades do *nihon gakko*. Segundo os participantes, essa participação acontecia, sobretudo, durante a juventude, como membros do *seinenkai*, que reúne um grupo de jovens dentro de uma instituição ou associação para compor um departamento, tornando-os responsáveis por participar e organizar determinadas atividades, eventos e afins. Nos trechos a seguir, lemos algumas declarações que nos fazem compreender que os falantes estão relembrando de suas experiências memoráveis no *seinenkai* e, a nosso pedido, contam sobre as atividades realizadas, bem como sobre a dinâmica nesse departamento.

Trecho 29:

D5: ah, sim, eu estava no *seinenkai*, o que era muito divertido. Porque a gente tinha bastante (*sic*) eventos, né, que a gente tinha que participar. É, a gente ia pra excursão, tinha *undōkai*, tinha *nodo jiman*⁷², essas coisas tudo, então a gente// como a gente tava no *seinenkai*, a gente tinha que ajudar, né?

Trecho 30:

D6: no *seinenkai* a gente fazia muita coisa, porque a gente pegava e fazia esporte, tinha acampamento, tinha é... como é que é? *Yakisoba* [...].

Trecho 31:

D10: vixi, um monte de coisa. Porque na época, ainda era o *bōsan*⁷³, ele fazia (risos) a gente ler aqueles livros que a mãe da NJ1 lia, né, nas missas, cantar e tudo mais. Ele ainda tinha muito disso, de chamar a gente, de conversar, de ensinar a gente a rezar. É, ele participava bastante, porque o filho dele tinha mais ou menos a nossa idade, ele também participava do *seinenkai*. Então a gente fazia muita coisa, [...] aí ia para outras cidades onde também tinha a associação, né, que nem do *seinenkai*. Tinha em outras, é... Marília, Presidente Prudente, esses interiores que eu acho que ainda tem... Paraná, que tem bastante japonês. Então, a gente ia para as reuniões [...] reunião de todos os jovens budistas.

Trecho 32:

D2: Na época do [nome do prefeito], tinha Bienal⁷⁴, festa bienal. Aí a gente começou vendendo frutas. Aí eu ajudava *bāchan*, é. E na época, também, a gente participava de um coral. É... a gente até participou, aí, de umas aberturas, de umas festas, aí. Quando é, como que é? Imperador, né, *Kōtaishi-denka*⁷⁵, foi para São Paulo, a gente participou lá, pelo [nome da instituição 1]// ah! Eu participei de *seinenkai* de [nome da instituição 1].

P: ao mesmo tempo do [nome de instituição 2]?

D2: Não, antes. [...] Mas a gente participava, tanto é que a gente é que fazia, comandava as coisas, fazia as coisas, né?

P: entendi. E senhora conheceu o D1 ali, no *seinenkai*, ou não?

D2: É, a gente participou do *seinenkai* um pouquinho quando era solteira, né? Quando solteira, participei do [nome de instituição 2] também. Eu conheci o D1 no *seinenkai* do [nome da instituição 1]. [...] Aí eu conheci o D1 lá. Quando eu participava, então, do *seinenkai* do [nome da instituição 1], a gente treinou para cantar para o *Kōtaishi-denka* quando veio. A gente participou de um coral enorme, com todas...um monte de pessoas, eu sei que eu fui lá de manhã cedinho com o pessoal de Suzano e cantei lá, *Kōtaishi-denka*. Ó, lembrando agora, está começando a fluir. Eu fiz bastante coisa, né? (risos)

Trecho 33:

P: você chegou a participar do *seinenkai*?

E4: sim. eu era do *seinenkai* do... eu fiz parte do *seinenkai* de Suzano e depois do *seinenkai* de Arujá.

P: ã-rã. e como é que era, assim, as atividades que vocês faziam? Tem alguma memória mais especial, assim, que você se lembra?

A gente ajudava nos *undōkai*, né, nas festas que tinha, nos *yakisoba*, nos *sukiyaki*, nos *udon*⁷⁶ da vida. Era muito bom! (risos). Era muito bom, era muito bom. Ver os velhos cantando *enka* (risos).

⁷² *Competição de canto*, em japonês.

⁷³ *Monge*, em japonês.

⁷⁴ A entrevistada refere-se à Bienal Feira Agroindustrial, também lembrada por outros entrevistados, juntamente com a Festa das Flores, como festivais marcantes na cidade. A primeira edição ocorreu em 1962 e a Festa das Flores era realizada entre cada Bienal. Era uma exposição de produtos agrícolas e industriais, cuja organização contava com o apoio tanto do setor público quanto privado, além das associações nipo-brasileiras e dos floricultores de Suzano, dada a relevância dos membros da comunidade *nikkei* no setor agrícola da cidade. A festa chegou à sua 19ª edição e foi extinta, assim como a Bienal (LEONE *et al.*, 2009, p.316-325).

⁷⁵ *Vossa Alteza, o Príncipe Coroado*, em japonês.

⁷⁶ Prato japonês com macarrão e caldo.

Ressaltamos o valor positivo que os falantes atribuem à sua participação no *seinenkai*: D5 avalia-a como “divertida”, enquanto E4 afirma que era “muito bom”. Ademais, em todos os relatos, notamos como os entrevistados apontam a *abundância* de atividades que o *seinenkai* proporcionava-lhes (“bastante eventos”, “fazia muita coisa”, “um monte de coisa”, “fiz bastante coisa”), levando a um envolvimento com diferentes elementos de sua LH: esportivos, artísticos, culturais e até mesmo religiosos, visto que alguns dos departamentos de jovens eram vinculados a templos. Tais atividades e eventos permitiam a esses jovens a interação e o contato não apenas entre seus pares, mas ainda entre integrantes de *seinenkai* de lugares diferentes, como aponta D10, além de públicos diversos, participantes dos diferentes eventos mencionados, como festivais do *yakisoba*, *undōkai*, etc. Além disso, observamos, pelo relato de D10, que o contato com elementos da LH era propiciado na dinâmica cotidiana do grupo, ao apontar a interação entre adultos (em seu caso, na figura no monge, o *bōsan*) e jovens.

Nesse sentido, o *seinenkai*, assim como os dois eventos anteriormente discutidos, abordam um dos contextos ecológicos no qual a rede familiar se insere, sob perspectiva da sua LH, compreendendo não só o meio e as instituições, mas também os participantes envolvidos. Essa relação interpessoal evidencia-se, ainda mais, no caso dos *seinenkai*, visto que, diferentemente da Festa da Cerejeira e dos *undōkai*, que são eventos que ocorrem em apenas um ou dois dias, a interação proporcionada pelo departamento de jovens dentro das associações e templos é mais longa. A oportunidade de que ocorram essas interações propicia maior contato entre seus integrantes, mas não somente isso: essa convivência e essa interação mais duradoura podem se refletir em outros aspectos da vida dos indivíduos, como no caso de D2 e D1, que se conheceram durante a participação no *seinenkai* e, posteriormente, casaram-se.

3.3.3 Ciclo de Vida Familiar

Outro fator relevante nessa análise é o local de residência atual, visto que a maior ou menor presença da comunidade *nikkei* no local de moradia também pode influenciar na intensidade desse contato, sobretudo socialmente, como verificado pela análise do contexto ecológico. Desse modo, neste domínio, foram observados os fluxos migratórios, dada a relevância não somente para o tema de LH, mas também para a relação dos participantes com a cidade de Suzano e sua paisagem linguística.

3.3.3.1 *Mudança e local de residência atual*

Como observado na análise de composição de nomes da geração familiar, pudemos notar que a imigração e, conseqüentemente, a mudança do local de residência dos indivíduos pode influenciar na dinâmica familiar, que reverbera na construção identitária dos membros da família. Ao terem contato e interagirem com a língua e com a cultura do novo país, passaram, gradualmente, a adotar um nome diferente daquele esperado em seu país de origem, até que a utilização de um nome “brasileiro” em frente ao seu nome próprio japonês se tornasse um padrão predominante por mais algumas gerações. Do mesmo modo que a mudança a um novo país permite o contato com uma língua e cultura totalmente novas para esses imigrantes, os diferentes locais de residência dos indivíduos – dentro do território brasileiro ou não – também podem propiciar determinados contextos e interações que favorecem, em diferentes graus, o contato com a LH em esferas variadas.

Nesse sentido, utilizamos a cidade de Suzano como referência para a analisar a residência atual dos membros da família. Temos quatro cenários: indivíduos que nasceram em Suzano e continuam residindo na cidade; indivíduos que não nasceram ali, porém, após mudança, passaram a residir na cidade; indivíduos que nasceram em Suzano, mas que se mudaram para outras cidades; e, por último, aqueles indivíduos que não nasceram nem nunca moraram na cidade.

Assim, para a representação utilizada para migrações dentro do Brasil, tomamos como referência o local deste estudo, a cidade de Suzano, utilizando quatro símbolos criados: ↓ para indivíduos que nasceram e continuam morando na cidade; ↑ para aqueles que nunca moraram em Suzano; → para aqueles que nasceram e/ou moravam na cidade, mas se mudaram; e ← para aqueles que não nasceram em Suzano, mas se mudaram para lá, onde vivem atualmente. Estes símbolos estão situados no genograma embaixo do nível de contato atual com a cultura japonesa, abaixo do nome do indivíduo.

Iniciando a análise pela geração D, notamos que a maior parte de seus membros (6 indivíduos) reside atualmente em Suzano; desses, apenas 1 não nasceu na cidade. Outros 3 indivíduos, embora tenham nascido, mudaram-se para outras cidades.

Na geração E, 11 indivíduos residem atualmente em Suzano, dos quais somente 2 se mudaram para a cidade e não são suzanenses nascidos no município. 2 indivíduos dessa geração, por outro lado, nasceram em Suzano, mas se mudaram e não residem mais na cidade, além de

E1 (já falecido), que também se mudara de Suzano. Diferentemente da geração anterior, nesta, observamos que há 2 indivíduos que nunca residiram em Suzano. Notamos, ainda, que os cônjuges desses dois indivíduos são exatamente 2 dos 3 membros nascidos na cidade que acabaram se mudando, indicando uma possível relação entre a mudança do local de residência com o matrimônio com pessoas que não residiam em Suzano.

Na geração mais jovem, a F, notamos um certo equilíbrio: 4 membros não nasceram na cidade, porém 2 deles nunca moraram em Suzano e 2 (F2, F3) moraram por um período e, posteriormente, mudaram-se. Nesse caso, observamos um fluxo migratório diferente do das gerações anteriores, pois esses dois indivíduos que nasceram no país ancestral e lá residiram por algum tempo com sua família, retornaram ao Brasil e moraram em Suzano por alguns anos, mas, posteriormente, mudaram-se da cidade para fixar residência em outro Estado. Os outros 3 indivíduos residem atualmente na cidade, mas, nesses casos, há uma mudança em relação às gerações anteriores: nenhum deles nasceu, de fato, em Suzano; de acordo com os relatos dos pais e familiares, F5, F6, e F7, embora tenham vivido toda a sua vida na cidade, nasceram em outros municípios por decisão dos pais. Nestes casos, não consideramos mudança de residência, visto que esses três membros apenas nasceram em instituições fora do município e, tão logo receberam alta hospitalar, retornaram à cidade.

Nessa geração, observamos de forma mais clara que não há uma trajetória de migração composta por apenas dois pontos – um local de partida e um local de destino –, como parecia ser predominante na organização dos núcleos familiares de gerações anteriores. O que vemos, ao contrário, é um caminho composto por diferentes locais que não representam um começo e fim, mas *paradas* que permitem o delineamento de percursos pelos quais o falante passou e poderá voltar, como visto nas reflexões de E3, pai de F2 e F2, ao opinar sobre os filhos aprenderem o japonês e sobre a questão dos nomes próprios japoneses deles:

Trecho 34:

E3: É, seria bom, tá? Até porque eu acho que eles também devem ter vontade de passar uma temporada no Japão ou se vai saber se um dia não querem morar, né? Então, assim, mas profissionalmente falando, eu não vejo um diferencial tão grande e tal.

[...]

E3: A E4 sempre falou “ah, não, é porque esse é o nome dele lá no Japão, se ele for para o Japão, o nome dele vai ser esse aqui”.

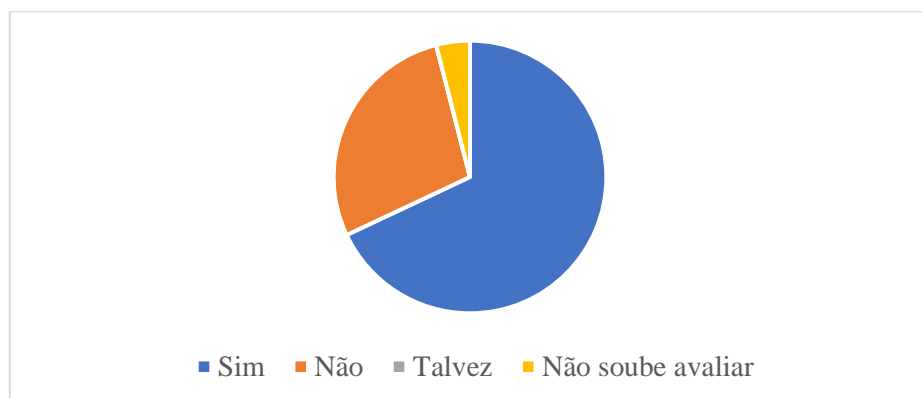
Embora o entrevistado relate acreditar que o aprendizado da LH não implica benefícios profissionais, aponta que seria algo positivo caso os filhos desejassem ir ao Japão, seja para uma permanência de curto período ou para fixar residência. No trecho seguinte, ele relembra uma fala da mãe das crianças, que sinaliza a preocupação na escolha dos nomes dos filhos

considerando também a possibilidade de que haja, no futuro, uma mudança do local de moradia deles. Evidencia-se, novamente, a superdiversidade marcada na geração mais jovem, como visto na composição de nomes.

Analisando os dados de nascimento e migração dos participantes conjuntamente com sua autoavaliação do nível de contato atual com a LH, notamos que aqueles atualmente residentes em Suzano consideram majoritariamente seu contato como baixo (50% das ocorrências), enquanto a outra metade divide-se em muito baixa (25%) e razoável (25%). Já, para aqueles que nunca viveram na cidade, temos proporções iguais para *muito baixo*, *razoável* e *muito alto* (33,33% cada), enquanto aqueles que se mudaram da cidade também apresentam proporções iguais para *muito baixo*, *baixo* e *razoável* (33,33% cada).

Apenas com esses dois dados para realizar análise, poderíamos ser levados, equivocadamente, à interpretação de que os indivíduos que residem em Suzano encontram-se em um cenário pouco favorável e propício para que mantenham contato com a língua e cultura ancestral, visto que metade dos membros da família e residentes suzanenses avaliaram o seu contato atual com a LH como baixo, enquanto residentes de outras cidades, tenham eles morado em Suzano em algum momento de suas vidas ou não, embora apresentem índices de *muito baixo* mais elevados, apresentam índices mais altos e também *razoáveis*, até mesmo, apresentam ocorrência de *muito alto*. No entanto, ao considerar também a opinião dos participantes quanto à influência que a residência na cidade de Suzano pode ter ou possa ter tido em suas relações com a LH, notamos que a maioria dos membros da família acredita que Suzano apresenta, sim, contribuições para essa relação:

Gráfico 2: Avaliação dos participantes para julgar se residir ou ter residido em Suzano contribuiu na sua relação com a LH.



O gráfico 2 revela que 17 participantes (68%) consideram que sua relação com a LH pode ter sido influenciada positivamente pela sua residência, seja ela atual ou passada, na cidade de Suzano, ao passo que 7 (28%) acreditam que não houve contribuição do local de residência para essa relação, enquanto 1 (4%) não soube avaliar.

A fim de esclarecer como tais contribuições se manifestam, em uma pergunta não obrigatória de resposta aberta, pedimos para que os participantes apontassem em quais elementos essas contribuições se materializariam. Ao todo, 17 participantes responderam à questão e, dentre os itens mais recorrentes nas respostas, estavam: i) a grande quantidade de japoneses e descendentes presentes na cidade (10 ocorrências); ii) a convivência com familiares e amigos descendentes (6); e iii) a realização de festivais e eventos típicos (5).

Como apontam algumas das respostas, as famílias tradicionais japonesas “estão presentes em todos os lugares da sociedade, escola, comércio, indústria, etc.” (E12) e o contato com e entre esses indivíduos acaba ocorrendo em diferentes contextos (trabalho, escola, associações, práticas de esporte, etc.). E, como Suzano não é uma cidade territorialmente tão grande, quando comparada à São Paulo ou à sua vizinha Mogi das Cruzes, parece ser “mais fácil manter o contato, é mais normal, a cultura japonesa aparece no dia a dia” (E15). A forte presença desses descendentes e imigrantes japoneses também influencia no terceiro item, que é a realização de festivais e eventos típicos na cidade, geralmente organizados pelas associações japonesas na cidade, pois “por ser uma cidade com muitos descendentes, era muito comum participar de eventos relacionados a cultura japonesa, mesmo em casa de parentes e amigos” (E14). Como vimos na análise em 3.3.2, esses eventos e festas são espaços propícios para o contato desses falantes com a sua LH, sem que essa lhe seja apresentada de forma exclusivista, uma vez que, nesses contextos, há a presença de públicos e culturas diversas, não necessariamente relacionadas à língua e à cultura ancestrais. Além da vida pública e social, na opinião dos falantes, residir em Suzano também possibilita que tenham contato com sua LH através da convivência com amigos descendentes e familiares, sobretudo com os avós.

Interessa-nos apontar como, apesar de ser uma pergunta que permitiria a formulação de um texto livre como resposta, obtivemos respostas com conteúdo bastante semelhante no que se refere a esses três itens discutidos. Tal semelhança evidencia a importância da família e da comunidade na qual a língua é falada para tecer relações com sua LH (KELLEHER, 2010), além de trazer à luz a relação entre esses falantes, sua LH e o local onde vivem.

3.3.4 Organização familiar

Discutiremos o domínio da organização familiar através da análise de dois elementos: I) Religião de batismo, prática e crenças religiosas; e ii) Infância e contato com os avós. Destes, o primeiro foi selecionado para ser representado no genograma⁷⁷, uma vez que os rituais e práticas religiosas podem interferir na dinâmica familiar não apenas no âmbito social, mas na própria organização interna (FALICOV, 2016).

Após a entrevista com os participantes, foram identificadas três religiões com as quais eles revelaram ter alguma relação, razão pela qual figuram no genograma por meio da seguinte identificação: o catolicismo (+), o budismo (^) e o espiritismo kardecista (*). Indivíduos, cuja religião de batismo não se identificou, foram sinalizados com (?) à esquerda. Participantes identificados pelo símbolo (-) à esquerda do campo destinado a religiões são aqueles que não participaram de nenhuma cerimônia de batismo, enquanto o mesmo traço ao lado direito representa os indivíduos que, atualmente, não participam, não praticam e/ou não têm afinidade com nenhuma religião.

Os símbolos relacionados à religião localizam-se acima da representação gráfica do indivíduo (quadrado ou círculo). Representamos a religião de batismo à esquerda; a(s) religião(ões) de afinidade e prática situam-se à direita, separadas por (/). A ausência de símbolos referentes à religião de alguns membros sinaliza que esse dado não pôde ser obtido porque o indivíduo não participou da etapa da entrevista ou porque nenhum outro membro familiar mencionou tal informação a seu respeito.

3.3.4.1 Religião de batismo, Práticas e Crenças religiosas

Optamos por tratar das questões religiosas durante a abordagem nas entrevistas, dado o nosso objetivo de examinar sua relação com a dinâmica familiar e não apenas obter dados quantitativos, ficando o entrevistado livre para responder ou recusar-se a responder, caso não se sentisse confortável para tratar de tal tema. Todos os entrevistados, porém, discorreram sobre o tópico proposto ao longo das entrevistas, e essa abordagem se mostrou produtiva, na medida em que eles também contribuíram para as informações de membros que não puderam participar

⁷⁷ Embora de grande importância para a análise deste domínio, optamos por não apontar questões sobre a infância e contato com os avós no genograma, dada riqueza de dados fornecida pelos trechos das entrevistas que se referem a esse elemento e que não poderiam ser representadas efetivamente de forma gráfica, de modo a contribuir para a análise da dinâmica familiar.

das entrevistas, assim como, ao longo de suas falas, evidenciaram a dinâmica não apenas entre religião e família, mas das próprias religiões e a relação com a LH.

É interessante notar ainda como as questões religiosas podem influenciar o indivíduo para além de suas crenças e valores pessoais na medida em que podem se estender e mesclar-se com a esfera sociocultural, como apontado pelos relatos de D10, E11 e D5. Quando questionadas sobre hábitos, costumes, crenças e/ou valores relacionados à sua LH que causam ou já causaram espanto a indivíduos que não são falantes de herança, as entrevistadas trouxeram à luz costumes que envolvem questões religiosas:

Trecho 35:

D10: Acho que o que mais é... é nas missas, né? As missas, no velório, o enterro.

P: o quê?

D10: de você oferecer a comida e tudo mais, os envelopes de auxílio, que não é só na missa, né, pode ser dado em aniversário, em casamento e tudo mais. Essa é uma tradição nossa, que os ocidentais não conhecem muito. Agora, da missa eu ouvi muito quando eu era nova, de chegar e perguntar por que que o japonês, quando morre, faz festa e quando nasce chora? Essas coisas todas assim que eu acho que é muito diferente. Você vê em filmes americanos, os americanos fazendo isso, né? Ele sim, parece festa. Para a gente não, porque o que eu aprendi é que certos tipos de comida ou certos tipos de bebida devem fazer parte e outras não devem fazer parte, justamente para não parecer uma festa e por que que é feito tudo isso, né. Isso você vai aprendendo conversando, mas durante muito tempo eu também achava isso, por que que a gente faz festa quando morre ou quando tem missa.

Trecho 36:

E11: ó, uma coisa, assim, eu não sei se é espanto, mas eu atualmente estou fazendo um curso, né, de gastronomia, e eu comentei que na missa que normalmente a gente faz, a missa de familiares de final de ano, tudo, a gente normalmente faz a missa e logo em seguida a gente confrã// faz uma confraternização, assim, com... agradecendo quem foi na missa, então a gente come. Come, bebe, aí eles ficaram meio// eles me olharam, assim, com certo espanto e eu achei até engraçado, porque para mim, como isso é normal, eu até fiquei meio assim, espantada pela maneira como eles me olharam, né, porque eles acharam muito fora do normal, para eles ,né, depois de uma missa você vai lá e come bebe, e eles ficaram, eles falaram, tipo, [que é] como se fosse uma festa, pra eles, né, é como se fosse uma festa. Aí eles não entenderam muito bem, né, aí eu... um exemplo mais recente que eu posso falar, seria esse. [Por]que eu fiquei meio assim, também, até eu fiquei assustada.

Trecho 37:

D5: a NB1. Por que a gente... igual, quando a gente vai pro enterro ou, né, qualquer coisa a gente não põe envelope pra ajudar?

P: ã-rã.

D5: aí ela fala, “nossa, pra que isso”, né? Então, ela fica admirada, né? Ela falou, “nossa, pra que a senhora faz isso”? A gente fala que é pra ajudar, né? Comprar uma vela, um *senko*⁷⁸, essas coisas, então... é nesse sentido, assim, que japonês tem costume de por, né, *okane*⁷⁹, assim, pra, né, agradecer ou dar, né, qualquer coisa assim. Japonês tem esse... essa mania, não é?

Como podemos depreender das informações representadas no genograma, parte considerável dos membros da rede familiar participante foi batizada no budismo e ainda tem contato com a religião, em algum grau. No entanto, muitos entrevistados, sobretudo da geração

⁷⁸ *Incenso*, em japonês.

⁷⁹ *Dinheiro*, em japonês.

E, pontuam o fato de que frequentam as missas budistas em respeito à tradição familiar e cultural, mas não se sentem efetivamente conectados com os valores e preceitos budistas, pois, como as missas são majoritariamente realizadas em japonês – língua que os membros dessa geração afirmam não saber – não há uma compreensão daquilo que a religião prega através de seus ensinamentos.

Observemos, porém, como os três trechos supracitados indicam que, para além das missas, cultos e outras cerimônias religiosas, como batismo, casamentos e velórios, o contato com o budismo leva as participantes a refletirem sobre questões identitárias, notadamente quando se comparam com indivíduos que consideram não dividir a mesma identidade social que as suas. Em seus relatos, as entrevistadas contam como práticas budistas consideradas normais para elas causam estranhamento e são motivos de choque, espanto e, até mesmo, curiosidade por parte de pessoas com as quais as entrevistadas convivem, mas que não são familiarizadas com a religião ou a cultura japonesa.

Os trechos grifados nos trazem à luz como a religião e as questões identitárias relacionadas à língua e à cultura ancestral mesclam-se quando D10 opõe a tradição que categoriza como “nossa”, não aos que não são budistas, mas aos “ocidentais”. Essa oposição é reiterada quando a entrevistada prossegue, contrastando os costumes do “japonês” com os dos “americanos”, evidenciando, em sua fala, que as questões religiosas não estão sendo consideradas separadamente, e sim, integradas à sociocultura atrelada a diferentes povos, em sua opinião. E11 relata algo semelhante quando conta que causou espanto ao explicar para colegas de curso não-descendentes como se organizavam as missas budistas típicas das quais participava. Entretanto, a entrevistada pontua que ela própria também acabou por assustar-se diante da reação dos colegas perante uma prática que, para ela, é considerado normal.

Essa influência da religião sobre questões identitárias faz-se notar igualmente quando D5 finaliza sua fala, ao dizer que “*japonês* tem essa mania”, para referir-se não somente ao costume japonês de contribuir com a família da pessoa falecida através de uma certa quantia, anteriormente mencionado, como para “agradecer”. Salientamos, aqui, que a prática de oferecer dinheiro a uma pessoa ou família não ocorre apenas no contexto religioso, como explicado pela falante, para ajudar a família com as despesas funerárias ou da organização da missa, mas também em outros contextos, como forma de parabenização por casamentos e aniversários, por exemplo – a quantia geralmente é oferecida em um envelope próprio para cada ocasião. Assim, como essa prática aplica-se para além do cenário religioso, é possível esclarecer a fala de D5, que a correlaciona tanto a situações de oferecimento, quanto às de agradecimento por parte

daquele que dispõe do dinheiro em benefício de outrem. Portanto, é prática associada não somente aos *budistas*; ela se estende aos *japoneses* como um todo.

Nesse sentido, concluímos que o budismo opera tanto dentro da organização familiar como da dinâmica desta com a comunidade, seja ela *nikkei* ou não. Essas esferas – familiar e social – porém, têm suas fronteiras cruzadas, na medida em que é a religião que influencia a frequência ou não dos membros às missas budistas por respeito à tradição familiar, e não da comunidade, mas é também essa prática religiosa aprendida em casa que, quando em contato com o outro, causa estranhamento de ambos os lados, levando à consciência do pertencimento a um determinado grupo social através da distinção entre o grupo interno “somos japoneses” em oposição ao grupo externo “somos brasileiros”. Esse pertencimento a um grupo composto por outros iguais ao *eu*, não nos esqueçamos, formam as bases identitárias do indivíduo (BURKE e STETS, 2009).

Todavia, não é apenas o budismo que influencia na dinâmica familiar estudada. Como depreendido do genograma, poucos indivíduos possuem apenas uma única religião que praticam ou com a qual tenham afinidade. Isso permite inferir um traço de superdiversidade que, embora seja observado no âmbito religioso, também pode levar a pistas para a interação entre línguas e culturas, como veremos nas entrevistas com os participantes.

Ao retomar o tema “religião”, mencionado de forma espontânea, em outra ocasião da entrevista de D7, verificamos que, durante a infância, seu avô, embora fosse imigrante japonês budista, costumava levar os netos para assistir ao filme cristão *A Paixão de Cristo* na Páscoa. O contato com o catolicismo não se restringia, porém, à ocasião mencionada:

Trecho 38:

D7: a gente ia sempre todo o ano, a gente ia para Aparecida do Norte. A família toda. Meus tios, meus avós, a gente ia de caminhão. A gente ia para Aparecida do Norte. É, a gente sempre foi budista, mas a gente sempre foi devoto a Nossa Senhora Aparecida.

P: e os pais da senhora...

D7: acho que é porque meu pai, antes, bem antes, é que ele foi caminhoneiro, e caminhoneiro tinha caminhão, né. E tinha negócio de São Cristóvão e aí ia para Aparecida rezar também.

Notemos que, apesar de sempre terem sido budistas, isso não impediu que seus pais e familiares desenvolvessem afinidade por outra religião, fato que D7 atribui ao papel (BURKE e STETS, 2009) de caminhoneiro ocupado por seu pai, que, por sua vez, acabou recebendo influências justamente desse papel (“os caminhoneiros têm um santo protetor e esse santo é São Cristóvão”). Assim, uma vez em contato com mais de uma religião desde a infância, não parece

ser difícil ou complexo para D7 relacionar-se atualmente como mais de uma prática e crença religiosa ao mesmo tempo. A participante afirma que, além de possuir um altar familiar budista – o *butsudan* –, gosta de participar da missa na Catedral Basílica de Nossa Senhora Aparecida, mas também participa de outras atividades, no âmbito familiar e social, orientadas pelo espiritismo de Allan Kardec. Quando convidada a refletir sobre a superdiversidade familiar no âmbito religioso, D7 diz não enxergar grandes diferenças entre as religiões. Em suas palavras:

Trecho 39:

D7: tudo fala de Deus (risos). Não é a mesma coisa?

Essa visão é reiterada por outros participantes, quando opinaram sobre o fato de conviverem com diferentes religiões em seus lares no dia a dia:

Trecho 40:

E7: para mim é tranquilo para mim, eu acho que... eu acho que, para mim, é Deus é Deus, só que acaba mudando justamente por causa da língua, não sei.

Trecho 41:

D5: olha, eu respeito todas as religiões, não é que eu vou só numa, aquela outra, porque para mim, nosso pai é um só. Então, eu acredito nele, no nosso pai, certo? E eu vou em qualquer religião que me convidarem, eu vou, não desfaço de nenhuma, não.

Essa interação entre religiões, vivenciada pelos membros da família, leva a uma dinâmica que se faz notar até ao nível da língua, como a própria E11 relata ao se referir à sua relação atual com o budismo:

Trecho 42:

P: e além das rezas, dos mantras, você entende o significado das coisas que vocês fazem? Durante a missa, o ritual.

E11: olha que, na verdade, o que a gente faz normalmente é acender o *senko*, né, e rezar. Então, assim, eu vou lá, acendo o *senko*, só que eu rezo em português. Então assim, eu não sei se é certo ou não, mas é o que eu sei.

P: ah, é?

E11: é, eu falo em português.

P: sério?

E11: é. Tem vez que eu falo em português, porque você tem que falar... até esqueço o negócio que fala. Tem que falar umas palavras lá que eu não me lembro, mas quando eu, normalmente, eu falo em português. Tipo assim, igual eu falei, para você, na missa, eu vou lá em respeito a quem foi e eu rezo da minha maneira, entendeu? Mas é isso.

Depreendemos deste comentário de E11 que as pequenas práticas religiosas que acabam orientando a organização familiar ecoam, em grande medida, na forma como os falantes de herança se relacionarão com as línguas das quais dispõem, evidenciando uma dinâmica que, muitas vezes, pode passar por despercebida: o indivíduo pratica os costumes e hábitos de

determinada religião ligada a determinada cultura, crê e segue seus valores (budismo), porém, o código linguístico (português) do qual se utiliza para fazê-lo é outro que não aquele do qual originalmente aqueles que apresentaram tais práticas à família se utilizaram (japonês).

3.3.4.2 Japonês na infância e os avós

Através dos elementos analisados nos domínios MECA, notamos que o japonês mostrou-se presente na infância dos participantes em diferentes âmbitos, como na frequência ao *nihon gakko* e na participação de eventos e festivais culturais da comunidade *nikkei*. Entretanto, ao falarem sobre sua infância, uma característica recorrente nas entrevistas dos membros familiares é a forte presença dos avós nesse período de suas vidas. Dos 19 participantes das entrevistas, 14 afirmaram ter convivido com os avós durante algum período da vida, enquanto apenas 5 afirmaram nunca terem morado junto com os avós⁸⁰. Inferimos, ainda, do relato desses participantes que, dentre os demais membros que não puderam participar das entrevistas, 4 também moraram com os avós durante a infância e adolescência. Apenas 2 participantes não tiveram essa questão avaliada, pois não eram descendentes de imigrantes. Dessa forma, dentre os 25 integrantes da pesquisa, contabilizamos 18 indivíduos que moraram junto com os avós, 5 que nunca moraram e 2 que não tiveram esse item considerado.

Ao falarem sobre o período da infância, observamos que, embora a língua utilizada para comunicação fosse predominantemente o português, a presença dos avós (e, em alguns casos, de outros membros familiares mais velhos, como tios e tias) implicava a utilização do japonês para se comunicar, como notamos nos trechos a seguir, quando perguntamos aos falantes com quem moraram durante a infância e como costumavam se comunicar entre si:

Trecho 43:

D5: quem morava comigo? Era meu pai, minha mãe, minha avó e meus... meus irmãos.

P: e na casa, vocês falavam em português em japonês?

D5: quando a minha avó era viva, a gente falava mais japonês, sim, tinha um costume também japonês, né? Com a minha avó, ou melhor, com meus avós, [por]que tinha outra parte também, né, do lado da minha mãe também, era mais japonês. Agora, com a minha mãe e meu pai era mais português.

P: eles falavam português já?

D5: sim. Mas é mais pra minha vó, né? E depois que a minha avó, meu... meus avós faleceram e a gente foi relaxando (risos) e não usava, não falava mais, né, japonês e a gente vai esquecendo também, né? Inclusive eu casei e meus filhos não sabem falar japonês, porque// hoje elas cobram de mim, sim, “por que a senhora não me ensinou a falar?”. Mas... como eu não falava mais japonês, né? Aí eu também nem ensinei as crianças, não obriguei elas (*sic*) a falar japonês.

⁸⁰ Dentre esses cinco indivíduos, inclui-se o participante E3, não falante de herança, cuja participação na entrevista deu-se para acompanhar seu filho, menor de idade. A entrevista de E3, embora não prevista inicialmente pelo fato de o participante não ser descendente de imigrantes japoneses, mostrou-se proveitosa e contribuiu para a análise, como vimos em outras subseções.

D5 aponta que, além de morar com seus avós paternos, também tinha contato com “o lado de sua mãe”, seus avós maternos, que, a seu ver, eram mais tradicionais na utilização da LH. Em seu relato, os avós possuem um papel de peso para a manutenção da LH pela entrevistada, uma vez que ela mesma relata que, após o falecimento desses ancestrais, deixou de se comunicar em japonês e, conseqüentemente, não só passou a esquecer a língua como deixou de ensiná-la aos filhos, no contato diário. A referência à comunicação mista em português e japonês, na qual os avós exercem maior influência para a comunicação na LH é vista no relato de E15, que também morou com os avós durante a infância e a adolescência:

Trecho 44:

P: e aí, vocês falavam português, japonês ou outra língua? Como que era a comunicação entre os membros da família no geral?

E15: mais português e os avós às vezes falavam em japonês.

P: e quando eles falavam em japonês, como que vocês se comunicavam?

E15: entendia o que eles falavam, mas respondia em português.

P: quais palavras que você lembra que seus avós falavam? Quais frases, em que momento que você lembra que eles falavam em japonês?

E15: ixi, frase? Para chamar atenção, quando aprontava muito... Mas eu não lembro as frases, agora. De ir e voltar da escola, *itekimasu*, *itterasahi*, *oyasumi*⁸¹. palavras de saudação e... Como fala? Despedida.

Nesse trecho, notamos que, na memória individual da falante, a LH manifesta-se ao evocar expressões utilizadas em situações que remetem a interações face a face com seus avós, como ela própria sinaliza como “palavras de saudação e de despedida”. Embora o contato tanto de E15 como D5 com os avós na infância tenha sido mais frequente e intenso, visto que as famílias das entrevistadas moravam com os avós, imigrantes japoneses, trechos de outras entrevistas indicam que tais interações não ocorriam apenas quando a moradia era compartilhada com os avós, como observamos nos relatos a seguir:

Trecho 45:

E4: [...] sempre com a minha mãe, com meu pai, mas sempre morando na... sempre passando a tarde, o restante do dia na casa do *jīchan*, né? *Jīchan* e *bāchan*.

P: e aí eles falavam em japonês com vocês?

E4: eu acho que mais para mim foi a *hibāchan*⁸², né, a mãe do *jīchan*. Ela, sim, falava em *nihongo*, que aí ela, assim, a minha mãe falou até que quando ela faleceu, eu só, eu falava bem japonês. [...] eu lembro bastante da... *jīchan* e *bāchan*, eu tinha muito contato, né? E, assim, muitas coisas eu lembro que, assim, falando da cultura, coisas que eu nem sabia como é que falava em português fui descobrir em português depois que entrei na escola.

P: sério?

E4: é, para mim, cenoura sempre foi *ninjin*. Eu não sabia que cenoura chamava cenoura (risos). Para mim, cenoura era *ninjin*.

⁸¹ *Até logo* (o falante está saindo de casa), *até mais* (o falante está em casa), *boa noite*, respectivamente, em japonês.

⁸² *Bisavó*, em japonês.

Trecho 46:

E9: nossa! eu lembro de sei lá, ir mesmo quando eu não morava lá, tinha uma época que eu ia, que a minha mãe ajudava a minha avó, [...] e aí a gente, eu e os meus irmãos sempre iam (*sic*) depois da escola para lá, então a gente ficava, todo dia a gente ia para a casa da minha avó. Então lá era como se fosse ainda a nossa casa.

E4, embora nunca tenha morado na mesma casa que os avós, afirma que, ainda assim, sempre manteve um contato frequente e intenso com eles (no caso de E4, vemos, também, a presença de sua bisavó), ao qual a entrevistada atribui sua maior familiaridade com o japonês do que com o português em relação a certos termos, como no exemplo mencionado, *ninjin* (cenoura), que só foi aprendido na língua majoritária, de fato, quando a falante passou a frequentar a escola regular. E9, por outro lado, relata que, apesar de ter se mudado da casa dos avós após ter vivido lá a maior parte de sua infância, continuou a frequentar o local de tal forma que ainda a fazia sentir-se como se não o tivesse deixado, afinal, era “como se fosse ainda a nossa casa”.

No próximo trecho, E2 reitera o contato intenso com os avós na infância, ainda que sem compartilhar a mesma residência.

Trecho 47:

E2: a gente, na verdade, assim, como os meus pais sempre trabalharam o dia todo, é... eu praticamente fui criada pela minha, *bāchan*, né, a minha *bāchan*, meu *jīchan*, porque a gente ia para a escola de manhã, depois voltava da escola e ficava a tarde inteira, né? [...] Então, eu praticamente fui criada pela minha *bāchan*, mesmo.

P: e aí ela falava em português já com você ou não?

E2: é, misturava bastante, assim. Meu *jīchan* que falava mais em *nihongo*, assim, sabe? Tinha horas que eu nem entendia, ele ficava bravo.

P: nossa.

E2: nossa senhora! Meu *jīchan* era muito bravo, morria de medo dele, porque ele sempre foi muito bravo. A minha *bāchan* que misturava mais assim, né? E... mas assim, era mais vocabulário, não era um frases longas, né? [...] Então, assim, eu entendia vocabulário, mas é, saber conjugar um verbo, saber montar uma frase... mas tudo porque minha mãe tinha essa... essa ideia equivocada que a gente tinha que aprender o japonês polido, né, um japonês correto. Se ela falar assim, japonês com a gente, ela ia ensinar o japonês caipira e a gente ia passar vergonha.

Notamos que, apesar de não morar junto com os avós, assim como E4 e E9, seu relato difere dos dois anteriores, pois demonstra uma intensidade ainda maior ao apontar reiteradamente que “praticamente foi criada pela sua *bāchan*”, visto que, em virtude do trabalho dos pais, os avós, sobretudo, sua avó, ficavam responsáveis pelos cuidados da entrevistada após o período escolar. Deste modo, o contato entre avós e neta não ocorria apenas durante visitas à casa daqueles, mas, sim, nos cuidados diários que dispensavam à criança.

D6, por sua vez, relata que, além dos pais e irmãos, também morou com os avós, tios e tias maternos durante sua infância, os quais residiam na zona rural de Suzano. Nesse convívio, as duas línguas, português e japonês, dividiam espaço na comunicação cotidiana, com maior

prevalência da primeira. No entanto, o entrevistado pontua que, com sua avó, a comunicação acontecia majoritariamente em japonês:

Trecho 48:

D6: ah, eu fui... não sei, eu acho que eu fui aprendendo [japonês] com ela [a avó], porque eu nasci lá, nasci no sítio. Não nasci no sítio, desde criança, eu fui criado por ela.

P: então, no sítio, o senhor passava mais tempo com os avós?

D6: é, eu conversava mais com minha avó, que eu lembro.

P: o pai e a mãe do senhor trabalhavam fora?

D6: minha mãe trabalhava na roça, né?

P: aí, quem ficava com o senhor era a avó, então?

D6: é, então, a gente ficava... a minha avó também trabalhava, mas ficava mais com ela porque ela que cozinhava, né.

Notemos, assim, a partir do caso de E2, que tarefas diárias que envolvem os cuidados básicos da criança propiciam àqueles que as executam – nos exemplos observados, os avós – uma maior comunicação com ela. Neste sentido, evidencia-se a relação entre as crianças e os idosos apontada por Halbwachs, na qual

[a] criança também está em contato com seus avós, e através deles é até um passado ainda mais remoto que ela recua. Nas sociedades rurais, diz Marc Bloch, acontece com muita frequência (*sic*) que, durante o dia, enquanto pai e mãe estão ocupados nos campos ou com inúmeros trabalhos de casa, os pequenos são confiados à guarda dos 'velhos', e é destes, e mais do que de seus familiares mais próximos, que as crianças recebem o legado dos costumes e das tradições de toda a espécie. (1990, p.65)

Embora o autor refira-se a sociedades rurais, é possível ampliar a discussão proposta pelos trechos anteriores também para as sociedades urbanas contemporâneas, nas quais um ou ambos os pais trabalham e as crianças, muitas vezes, acabam aos cuidados dos avós durante a semana ou parte dela, como relatado por D6 e E2. Os trechos das entrevistas anteriormente mencionados evidenciam ainda que este contato não se dá somente nesse exato contexto, pois, ao considerar as diferentes organizações e dinâmicas familiares, notamos que há mais formas através das quais as crianças podem estar em contato com seus avós – no caso de E4 e E9, por meio de visitas frequentes ao longo da semana e, no caso de D5 e E15, dividindo o mesmo espaço de moradia durante a infância.

Além da família, igualmente importante tanto para o contato e manutenção da LH como para a construção identitária do indivíduo, através das interações em diferentes contextos que proporciona, é a comunidade (KELLEHER, 2010). Esse contato com a LH durante a infância, para além do círculo familiar, evidencia-se nos trechos a seguir. Quando questionado se, com a mudança do campo para a cidade, deixando de morar com os avós, D6 parou de falar japonês

para falar somente português, o entrevistado disse que, apesar da mudança, ainda utilizava a LH para se comunicar, desta vez, com o proprietário da casa alugada pela sua família.

Trecho 49:

D6: ele [o dono] era vizinho.

P: ah, então, o contato era frequente?

D6: com o japonês, é. Os donos eram *isei*.

P: e o pai do senhor, ele não falava em japonês?

D6: ele... ele não falava muito em japonês com a gente. Ele, ele sempre achou que a gente devia, a gente deveria aprender primeiro português, depois japonês.

Os relatos de D2 reforçam os dados trazidos pelos trechos de D6 no que se refere à participação da comunidade em favor da manutenção da LH na infância. A entrevistada conta que, mesmo tendo morado com seus pais, avós, tios e tias durante a infância, o contato maior era com suas vizinhas. Notemos a intimidade dessa relação entre famílias, evidenciada até mesmo pela disposição das casas, que não apresentavam divisão entre si, permitindo que as crianças circulassem livremente pelas residências; linguisticamente, por sua vez, observemos como D2 caracteriza a casa de suas vizinhas como “continuação” de sua própria, uma vez que, em sua visão “eram uma coisa só”, indiciando, novamente, em sua fala, a proximidade entre as famílias:

Trecho 50:

D2: [...] a casa era bem humilde na época, é... que mais que eu lembro? A gente brincava muito e eu tinha mais contato com minhas vizinhas, minhas amigas vizinhas. De um lado, era SJ2, e do outro lado, era SJ3. Então, a NJ2-*chan*, a SJ2, era dois anos mais velha do que eu, e aí eu tinha a NJ3-*chan*, que era um ano mais velha do que eu, então era nós três juntas, a gente ia pra escola junto, a gente brincava junto e tal. Eu brinquei mais com elas quando era criança, né? [...] A gente não tinha nem, assim, lá no fundo da casa não tinha nem porta de divisão, era uma coisa só. Então a gente ia pra casa de um lado da vizinha, de outro lado da vizinha, assim, como se fosse continuação da nossa casa. A gente brincava muito. [...] Ah... eu lembro também que na vizinha lá do SJ2, tinha a *bāchan*, né?

[...]

P: legal. E como que vocês conversavam entre vocês? Falavam português mesmo ou falavam japonês?

D2: ah...a gente falava em japonês por causa da *bāchan*, né? E... é um japonês que, vamos dizer assim, atualmente, eu...quando eu assisto assim, um filme, um programa japonês, eu não entendo nada do que eles estão falando.

P: sério?

D2: é. Porque eles falam muito depressa, e também tem a surdez, também, ajuda um pouco, né? A não entender muito (risos) o que eles estão falando. Mas o japonês, eles falam muito depressa e... e é um japonês mais... polido, né? E o japonês que a gente aprendeu é aquele japonês de Hiroshima, do interior.

Independentemente das diferentes dinâmicas que possibilitavam tal contato, importa, aqui, observar o papel dos ancestrais e da comunidade – nesses casos, os avós e os vizinhos, respectivamente – na relação do indivíduo com sua LH, não somente no que se refere a aspectos linguísticos, mas a outras dimensões que a LH abarca. Identificamos nos relatos dos entrevistados, dentre outros, os seguintes fatores de manutenção da LH: a participação em

eventos da comunidade por intermédio dos avós nas associações e o contato religioso mediado por eles.

Percebemos, a partir do discurso de cada participante, que se consubstanciam entrelaçadas, nas malhas da memória, a memória coletiva como um grande tecido e as memórias individuais permeando essa coletividade, em que o indivíduo lembra de acontecimentos que lhe são particulares, mas que não estão totalmente separados do todo, não estão destacados de uma realidade que foi compartilhada com outras pessoas, não somente no momento em que os vivenciaram, mas também naquela cultura que foi compartilhada. Da mesma forma que a memória individual não se encontra totalmente “isolada e fechada”, uma vez que, geralmente, as lembranças dos outros são trazidas à luz quando o indivíduo procura evocar suas próprias lembranças (HALBWACHS, 1990, p.54), os relatos dos entrevistados sobre suas relações com sua LH e suas múltiplas dimensões não dizem respeito somente a si mesmos enquanto indivíduos. Eles estão impregnados de marcas da dinâmica de toda a coletividade daquela comunidade da qual fazem parte.

Ainda que estejamos, neste momento, voltados à análise da presença dos avós e sua influência no contato do indivíduo com a LH, urge destacar, no trecho da fala de E2, como as crenças e valores dos adultos em relação à LH também podem influenciar na relação que o indivíduo desenvolverá, sobretudo na infância, quanto à língua de origem dos ancestrais. Vemos, no caso de E2, como a visão negativa de sua mãe quanto ao japonês como LH, que o considerava uma variedade “caipira” em detrimento ao japonês “polido”, que deveria ser aprendido pelos filhos, acabou influenciando em seus desenvolvimentos e proficiência na língua, pois, na concepção da falante, a mãe receava lhes ensinar um japonês inadequado ao conversar cotidianamente com a família e, em consequência, o conhecimento da entrevistada na língua limitou-se ao vocabulário, não sabendo como conjugar verbos ou estruturar uma frase na LH.

Notemos novamente o surgimento dessa questão na observação de D6 quanto à atitude de seu pai em relação à aprendizagem da LH de seus filhos. Por acreditar que, primeiramente, os filhos deveriam aprender a língua majoritária, e não a de herança, o pai do entrevistado não costumava utilizar esta última ao comunicar-se com as crianças. Posteriormente, o entrevistado explica que essa postura do pai frente à LH devia-se à sua experiência como imigrante que enfrentou dificuldades para adaptar-se e ser aceito no novo país, já que não sabia falar a língua local. Desse modo, desejando que a situação não se repetisse com seus filhos, acreditava que a melhor adaptação das crianças no Brasil e, conseqüentemente, um futuro melhor, ser-lhes-ia

garantido por meio da proficiência da língua falada no país. Sob essa perspectiva, conforme relata D6, o ensino-aprendizagem da LH deixa de ser incentivado por parte de seu pai, pois ele acreditava que a aquisição concomitante das duas línguas pelos filhos implicaria em empecilhos para o domínio do português.

Já D2, num segundo momento do trecho supracitado, ao ser questionada pela pesquisadora sobre a forma como conversavam entre si, aponta, assim como nos trechos anteriores de outros entrevistados, que falava japonês devido à sua avó. No entanto, faz uma observação interessante quanto a japonês moderno falado no Japão: ela afirma não o entender, mesmo que, ainda assim, saiba se comunicar na LH. Apesar de explicar que outros elementos como a velocidade da fala dos falantes nativos e questões de saúde, como a surdez, também dificultavam sua compreensão, D2 aponta que o japonês falado no Japão e com o qual ela tem contato através de programas de televisão é diferente do que foi aprendido por ela. Notemos que, assim como a mãe de E2, D2 considera o japonês moderno falado no país de origem como “mais polido”, enquanto o japonês como LH apresenta-se como uma variedade interiorana.

Essas observações trazidas pelos relatos dos participantes evidenciam que a influência dos adultos com quem convivem, sobretudo seus responsáveis, não se limita apenas à intensidade e frequência do contato que as crianças terão com sua LH em interações cotidianas, sem propósitos pedagógicos claramente delimitados. Essa influência se estende a ações pautadas nas crenças e atitudes dos adultos em relação tanto à LH quanto à língua majoritária. De todo modo, essas influências implicarão numa série de outros elementos dessa relação do indivíduo com sua LH ao longo da vida, tais como: frequência a um *nihon gakko* ou curso da língua, participação em eventos e festivais da comunidade, familiaridade ou inibição ao utilizar a língua para se comunicar, em resposta a possíveis incentivos ou proibições em utilizá-la no contexto familiar, etc., assim como nas próprias crenças, atitudes e valores do falante diante de sua LH.

Encerramos, assim, esta seção 3.3, na qual, através da exposição e da análise dos relatos memoriais individuais dos falantes sobre os eventos e festivais realizados na cidade, tanto aqueles de que participavam durante sua infância e/ou juventude, como aqueles que ainda ocorrem nos tempos atuais, foi-nos possível verificar a relação abordada por Halbwachs entre o individual e o coletivo, de que

[d]essa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos

voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (1990, p.51)

Sendo assim, assentimos que, através da memória individual, é possível acessar partes da memória coletiva da comunidade da qual faz parte o falante – neste caso, a sua comunidade de LH –, ao mesmo tempo em que, por estar inserido nessa coletividade, é permitido ao *eu* relembrar suas lembranças pessoais a partir de um momento e espaços situados dentro desse todo. Logo, observa-se um processo dinâmico entre as experiências do *eu* e suas lembranças, o que o levará a evocar aquilo que foi compartilhado – no caso dos festivais, as músicas, danças, pratos típicos da comunidade, além da socialização e interação com falantes e não falantes de sua LH –, ao mesmo tempo que esse todo compartilhado lhe permite revisitar suas experiências pessoais e lhe franqueia o acesso às suas memórias individuais.

3.4 Manifestações identitárias nos discursos dos falantes

Nesta seção, buscamos evidenciar como o processo de construção identitária dos falantes de herança, explorado nos itens anteriores através da relação entre elementos da memória individual, memória coletiva e questões identitárias, manifesta-se linguisticamente em seus discursos. Baseamos nossa discussão em dois itens fundamentais: os postulados de Gumperz e Cook-Gumperz (1982) acerca das diferentes formas de falar (*different ways of speaking*) e das diferentes formas de estruturar (*different ways of structuring*) e o conceito de memória individual e coletiva proposto por Halbwachs (1990). Inicialmente, veremos como o uso de “eles” e “nós” apontam para marcas identitárias nos discursos. Os conceitos mencionados também nos auxiliaram na discussão do segundo item, que é o emprego do *codeswitching* por parte dos entrevistados. No terceiro item, analisamos não apenas uma forma de materialização linguística de construção identitária dos indivíduos, como também a sua reflexão sobre essa construção, tendo como objeto de discussão o termo “nipo-brasileiro”.

3.4.1 “Eles” e “nós”

Ao indicar a diferença como elemento determinante para a identidade, Woodward (2000, p.40) argumenta que, com frequência, as identidades baseiam-se em dicotomias, como “nós e eles”. Uma vez que, neste estudo, procuramos observar o processo de construção identitária dos falantes de japonês como LH, importa-nos compreender a forma como esses indivíduos relacionam-se não somente com sua LH, mas também com a língua e a cultura do país onde

vivem atualmente, o Brasil. Para esse fim, abordamos perguntas de avaliação direta dos participantes quanto ao seu contato atual com a língua e cultura japonesa, participações em eventos, associações, etc. e às suas interações atuais – a nível familiar e social – com membros da comunidade *nikkei* e não *nikkei*, isto é, do que dizem, através das **diferentes formas de falar**, que consistem no

uso de um conjunto diferente de convenções linguísticas inconscientes (como o tom de voz) para enfatizar, sinalizar conexões lógicas e para indicar o significado do que está sendo dito em termos de significado geral e atitudes. (GUMPERZ & COOK-GUMPERZ, 1982, p.12)⁸³

Mas não somente; incluímos, também, perguntas que nos permitiram analisar as diferentes **formas de estruturação** dos discursos dos falantes e apreender a forma como “[...] lida[m] com fenômenos como sequenciamento de argumentos e com decisões sobre o que precisa ser declarado e o que deve ser transmitido indiretamente”⁸⁴ (idem, p.13).

Essas formas indicam pistas linguísticas reais usadas pelo falante a fim de sinalizar informações que sejam importantes para as outras duas perspectivas, pistas estas que podem incluir: gramática, léxico, prosódia, pausas materializadas em expressões idiomáticas e em *codeswitchings* ou em outros enunciados formulaicos (ibidem). Assim, com base nos conceitos propostos pelos autores e no postulado sobre identidade e diferença (HALL, 2006, 2003; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000), as entrevistas foram analisadas atentando-nos à forma como os entrevistados se utilizavam de “nós” e “eles” e de outras marcas de primeira e terceira pessoas do plural. Em outras palavras, a forma de referência aos japoneses e seus descendentes e aos brasileiros sem descendência estarão no escopo desta análise para depreender o processo de construção identitária dos falantes de LH.

Com essa finalidade, observamos os seguintes trechos das entrevistas dos participantes. Nestes primeiros, D10 comenta sobre os eventos e festividades que frequenta atualmente, ligados aos imigrantes e descendentes japoneses:

Trecho 51:

D10: [...] você vai na Liberdade, você vê aquelas, hã... os festivais que ainda tem também, mas você vê mais brasileiros, acho que pela curiosidade. Hoje em dia eu acho que tem mais interesse de quem é ocidental pela nossa cultura do que o próprio japonês, vamos dizer assim, o próprio descendente.

⁸³ Tradução própria. No original: “Different ways of speaking: the use of a different set of unconscious linguistic conventions (such as tone of voice) to emphasize, to signal logical connections and to indicate the significance of what is being said in terms of overall meaning and attitudes.”

⁸⁴ Tradução própria. No original: “[ways of structuring] deals with such phenomena as sequencing of arguments and with decisions about what needs to be stated and what must be conveyed indirectly”.

D10: [...] porque o *yakisoba* caiu muito na... vamos se dizer assim, no gosto do ocidental, mudou muito o *yakisoba*. É... você vê o macarrão, aquele macarrão alfa, né? Ou macarrão espaguete, ou seja, não é o macarrão que eu estou acostumada.

É possível observar que, em sua fala sobre o público que frequenta os eventos realizados no bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, popularmente conhecido pela influência japonesa recebida, a entrevistada utiliza o pronome possessivo “nossa” para incluir-se ao grupo “japonês”, “descendente”, opondo-se, por outro lado, ao outro (“os brasileiros”, “ocidental”). É interessante notar que, neste caso, há duas possibilidades para o uso desse plural ao qual a entrevistada inclui-se: a primeira é a de que D10 utiliza-o pensando em um “nós” coletivo que engloba *ela + a comunidade nikkei* e a outra é a de que, somada a esta coletividade do “nós”, D10 considera ainda a própria pesquisadora, também descendente de japoneses.

No segundo trecho, quando fala sobre um prato típico das festividades *nikkei*, sobretudo em Suzano, D10 opõe o outro, o “ocidental”, a si mesmo e àquilo que lhe é familiar. Somente por esses trechos, poderíamos inferir que, portanto, D10 aproxima-se mais da identidade social “japonês”, em oposição a “brasileiro”, nas concepções de Burke e Stets (2009), porém, notaremos, a partir dos próximos trechos, que esta seria uma análise equivocada da construção identitária que pode ser inferida do discurso da falante.

Ao refletir sobre questões culturais tanto da LH, quanto da língua majoritária, a aproximação de D10 com a identidade “japonês” manifesta-se linguisticamente através do uso de “a gente” e “nosso”, que se relacionam à “tradição japonesa” mencionada pela entrevistada e opõe-se, por sua vez, ao outro, sinalizado em seu discurso por “o ocidental” (“ele”). No entanto, em trecho seguinte, no qual também discute sobre questões culturais, a falante, desta vez, utiliza “nossa” para referir-se a um elemento tradicional do folclore brasileiro – o Saci Pererê. Reforça, ainda, o pertencimento à identidade *brasileiro* com o emprego do adjetivo “nacional” para caracterizar a cultura com a qual se identifica.

Trecho 52:

D10: o que eu gosto? Acho que eu gosto é isso, a tradição, a união, né, a família, a importância da família unida, importância...é, uma coisa que eu vejo que, por exemplo, o ocidental não tem [...]. A gente vai sempre, é... somando. E isso acho que é da tradição japonesa, né? não é tanto do ocidental, eu acho que é mais nosso.

D10: [...] o Saci Pererê. Exatamente. O folclore acabou totalmente...O que é uma pena, é uma pena. É uma cultura nossa, nacional, e que está indo embora e acho que é justamente por toda essa mudança, né?

Em outro trecho, diante da pergunta da pesquisadora sobre qual tipo de arroz a entrevistada costuma consumir em seu dia a dia – o arroz à moda brasileira ou à moda japonesa

– notamos, novamente, que o *nós* referido por D10 aproxima-se novamente do “brasileiro”, e não do “japonês”.

Trecho 53:

D10: Eu gosto do nosso arroz temperado, o arroz brasileiro. Eu gosto do arroz japonês com alguns tipos de comida e, lógico, comida japonesa, né, e tem que ser com arroz, mas em casa, no dia a dia, não.

Essas oscilações entre os usos linguísticos para sinalizar de qual identidade o falante parece se aproximar mais, através da oposição *nós x eles* também são observadas quando E9 reflete sobre questões culturais japonesas e brasileiras:

Trecho 54:

E9: eu acho que, assim, a cultura japonesa... não é nem hábito, não sei se se encaixa como hábito, como... Mas os japoneses, eles são muito família, assim. Mas assim, para a gente, japonês, oriental, família japonesa, eu vejo assim, é uma coisa normal, assim.

Notamos, pelos trechos destacados, que a entrevistada, primeiramente parece se distanciar da identidade japonesa ao utilizar-se da terceira pessoa do plural para referir-se aos “japoneses” (“eles”). Entretanto, no momento seguinte, aqueles que eram “eles” passam a ser “a gente”, (“japonês, “oriental”) e têm ainda a proximidade em relação à falante reforçada quando também são vinculados à sua família. Contudo, mais adiante em sua entrevista, ao ser convidada a refletir sobre elementos de sua LH presentes na cidade em que vive, notemos como E9 retorna ao uso de “eles” para referir-se aos japoneses, aqui, mais especificamente, à comunidade de imigrantes estabelecida em Suzano, evidenciando que não se identifica com tal grupo. Neste caso, a entrevistada também poderia estar se referindo aos antepassados, ou seja, os japoneses de gerações anteriores à sua e pertencentes a um grupo ao qual ela está impedida de se filiar.

Trecho 55:

E9: então tem essas coisas, tem esses monumentos na entrada da cidade que eu vi que tem, e o *torii*⁸⁵, tem, tem alguns símbolos, né, que lembram. Tem a associação, tem ACEAS, tem...tem a associação, o *Bunkyo*, que são bem fortes aqui na cidade. Que mais? E também, tem assim, a comunidade assim, mais antiga dos japoneses, eles ainda meio que se conhecem assim, eles sabem, pode ser que eles não tenham mais aquele contato como antes, mas tipo, um conhece a família do outro [...].

Movimentos semelhantes são encontrados nas entrevistas de outros participantes. No trecho a seguir, E6 procura validar sua identidade japonesa que, ao seu ver, parece não ter sido devidamente verificada pelo seu interlocutor (BURKE e STETS, 2009):

Trecho 56:

⁸⁵ Portal típico do xintoísmo relacionado à entrada em um local ou território considerado sagrado.

E6: aí, também, eu lembro que uma vez, eu fui aqui, eu fui num restaurante, era...sei lá o que, era nome daqui, num restaurante japonês no shopping, né, aí tinha escrito lá “*gyudon*”⁸⁶ falei “nossa, *gyudon*, eu quero!”, né? Nossa senhora, quando veio o *gyudon*, eu falei “que que é isso, moça, isso aqui não é *gyudon*, não!” Aí ela falou “não, é sim, moça”. Eu falei “não, não é. Eu sou a japonesa da história e isso não é *gyudon*!” Porque o *gyudon* o que que é, né? É a carne fininha com aquele molho, né? O que ela serviu era num *chawan*⁸⁷, o *gohan*⁸⁸ não era *gohan*, era arroz temperado, sabe? Difícil de pegar com *hashi*⁸⁹.

Notemos como a identidade japonesa ganhou mais proeminência em sua ativação, uma vez que poderia conferir à entrevistada maior autoridade para discutir sobre a qualidade de um prato típico da culinária japonesa, na situação comunicativa narrada, da qual participaram apenas E6 e a pessoa que lhe atendeu no restaurante, possivelmente, não descendente de japoneses. É possível notar como isso se materializa linguisticamente não apenas pelo “eu sou a japonesa da história”, mas também como a falante, logo em seguida, busca explicar o que é *gyudon* e de que forma o prato que lhe fora apresentado não se assemelhava ao “verdadeiro”.

De acordo com Burke e Stets,

[e]ssencialmente, o que está ocorrendo é uma comparação social de membros do grupo interno com membros do grupo externo ao longo de dimensões particulares que levam os membros do grupo interno a julgar seu grupo positivamente e o grupo externo negativamente, aumentando assim sua avaliação de si mesmos como membros do grupo interno. (2009, p.120)

Nesse exemplo, o conhecimento sobre o prato típico da culinária japonesa é utilizado como elemento balizador para julgar positivamente o grupo interno (conhece o prato, sabe fazê-lo, reconhecê-lo, etc.) em comparação ao grupo externo (não conhece o prato, não o reconhece nem sabe como o preparar). Desse modo, a explicação sobre o *gyudon* atua, também, como uma forma de reforçar as diferenças e os limites entre esses grupos⁹⁰. Entretanto, em um próximo momento de sua entrevista, quando a pesquisadora lhe perguntou onde se posicionaria entre Brasil e Japão, considerando diferentes fatores, vemos que E6 toma para si mais duas identidades: “brasileira” e “descendente de japonesa”.

Trecho 57:

⁸⁶ Prato composto por carne bovina, arroz e cebola cozidos em molho típico da culinária japonesa.

⁸⁷ Tigela japonesa.

⁸⁸ *Arroz cozido*, em japonês.

⁸⁹ Palitinhos utilizados como talheres nas refeições no Japão.

⁹⁰ Woodward propõe que “a cozinha estabelece uma identidade entre nós – como seres humanos (isto é, nossa cultura) – e nossa comida (isto é, a natureza). A cozinha é o meio universal pelo qual a natureza é transformada em cultura. A cozinha também é uma linguagem por meio da qual “falamos” sobre nós próprios e sobre nossos lugares no mundo. [...] Aquilo que comemos pode nos dizer sobre a cultura na qual vivemos. A comida é um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si próprias e ela também pode sugerir mudanças ao longo do tempo bem como entre culturas”. (WOODWARD, 2000, p.43).

E6: porque eu gosto das duas (risos). É difícil escolher um lado, eu gosto dos dois. Eu tenho orgulho de ser brasileira, mas também tenho orgulho de ser descendente de japonesa.

Essa dinamicidade e interação entre aspectos de sua identidade referentes à sociocultura japonesa e à sociocultura brasileira são evidenciados nos trechos em que outros entrevistados foram convidados a refletir sobre questões identitárias, quando, adicionalmente à pergunta sobre em qual polo colocar-se-iam, considerando variados aspectos da língua e cultura do país ancestral e do Brasil, a pesquisadora pediu-lhes que escolhessem uma palavra que melhor preenchesse a frase “eu sou...”:

Trecho 58:

P: então, se fosse só o “brasileiro”, para você seria o suficiente?

E11: sim, apesar de eu ser japonesa, sim.

P: como você é japonesa//

E11: não, japonesa, assim...

P: se você acabou de me dizer que você é sessenta e cinco por cento...? (refere-se à pergunta anterior, na qual E11 ponderou sobre em que lugar do continuum *Brasil-Japão* ela se colocaria).

E11: ah, porque, na verdade, assim, tenho os olhos rasgados, né, tipo assim, eu tenho a cultura, eu fui criada numa forma japonesa, entendeu? Mas você, se você virar e falar para mim, “ah, não sei o que”, eu vou falar para você “ah, eu sou brasileira”. Se vierem falar para mim “ai, você é japonesa”, eu vou falar “não, eu sou brasileira”. Tanto que eu falo “eu sou brasileira, eu nasci no Brasil”. Eu tenho uma ascendência japonesa? Tenho, a cultura, tudo... mas eu, tipo assim, se você vier e falar “ah, que você... a sua nacionalidade?”. Eu falo, “não, eu sou brasileira”. “Ai, mas você não é japonesa?”, “não”. Eu bato o pé que eu sou brasileira, entendeu? Independente de... eu vou falar que eu sou, por isso que eu falei, sessenta e cinco por cento para o Brasil, porque, querendo ou não, eu vou bater o pé e eu vou defender o Brasil, porque eu sou brasileira e ponto. Apesar de ter a cultura japonesa, sim, sou descendente? Sou. Mas assim, igual eu falei para você, eu não sei exatamente tudo, na verdade, eu não sei... bem básico da cultura japonesa, né, porque eu nunca tive curiosidade de pesquisar, nem nada do gênero. Então, por esse motivo que eu também falo, que eu sou brasileira, que teoricamente eu tenho... convivo mais com a cultura brasileira, entendeu?

Antes de tal pergunta, o discurso da entrevistada e seu posicionamento alinhava-se à identidade “sou brasileira”. Porém, vemos como a característica não rígida de sua construção identitária reflete-se, agora, em seu discurso, pois afirma que é japonesa, apesar de ter dito anteriormente e concordado com a pesquisadora que apenas o termo “brasileiro” bastaria para defini-la. E, diante dos questionamentos da pesquisadora, E11 aprofunda-se em sua reflexão: explica que, por ter traços físicos que remetem às características dos povos do país ancestral, assim como pelo contato com a cultura desse país cujas tradições, valores e hábitos também influenciaram em sua criação, é que opta pela utilização do termo “japonesa”.

Em contrapartida, na sequência de seu discurso, observamos que essa identidade “japonesa” é posta de lado quando sua identidade “brasileira” é confrontada por outras pessoas, sobretudo quando ambas são postas em comparação, a exemplo de situações em que outros parecem impor a identidade “japonesa” a E11. Em resposta a isso, observamos a atitude resoluta

e insistente da falante em afirmar que “é brasileira”, em oposição ao “ser japonesa”, linguisticamente materializada pelas expressões “bater o pé” e “e ponto”. Ainda assim, a E11 não nega sua ascendência japonesa como fator relevante para sua identidade, porém, justifica que, numa lógica escalar, estaria mais próxima do Brasil, pois nasceu no país e tem maior contato com a cultura brasileira.

Tal fluidez e dinamicidade do processo de construção identitária também é tema de discussão proposto por Han (2018) ao analisar as abordagens da identidade macaense na escrita e traduções de Gonzaga Gomes. Como aponta a autora, embora haja um dualismo entre “portugalidade” e “chinesices” que se equilibra e caracteriza essa identidade, quando as imagens que o compõem entram em conflito, o equilíbrio se desfaz e há a alternância entre uma ou outra imagem (p. 328-329)

De modo similar, diante de uma situação como essa, exemplificada por E11, observamos que, quando a identidade social “brasileiro” desse falante de japonês como LH é contestada por um outro que, por vezes, busca forçosamente categorizá-lo para fora do grupo interno no qual o “nós” refere-se a “brasileiros”, esse falante buscou, em resposta, afirmar sua identidade brasileira, a despeito de suas origens familiares. Nesse caso, a identidade “brasileiro” de E11 ganha mais proeminência justamente porque sua autenticidade é contestada pelo outro, que não a valida como verdadeira; logo, essa identidade é ativada para que a falante possa reclamar seu lugar no grupo interno “somos brasileiros” (BURKE e STETS, 2009). A verificação de uma identidade social, por sua vez, ocorre quando o indivíduo se reconhece como membro pertencente a um grupo na medida em que se assemelha aos outros membros, e reforça a oposição entre o grupo interno e o grupo externo. Além disso, quando se verifica como membro de um grupo, “[...] recebe reconhecimento, aprovação e aceitação desses outros membros” (idem, p. 127), que impactam não apenas em sua autoestima, mas, ainda, em outros aspectos de sua vida.

Quando o falante de Herança tem sua identidade “brasileiro” negada por outros, uma série de questões sociopolíticas podem ser desencadeadas, posto que as classificações entre sistemas e grupos evidenciam como as relações sociais são divididas e organizadas (BURKE e STETS, 2009; WOODWARD, 2000). Sendo assim, ao ser excluído do grupo interno “somos brasileiros” esse falante também pode acabar se distanciando do estatuto de “cidadão brasileiro”,

e dos direitos políticos e civis que esse estatuto lhe confere, além do capital simbólico que pode possuir dentro de alguns cenários, numa oposição “brasileiro x não-brasileiro”⁹¹.

Isso não quer dizer que, quando membros desse grupo “brasileiros” não validam a identidade de um falante de japonês como LH como um igual, automaticamente, seus direitos civis e políticos sejam elididos. Funciona, todavia, como um alerta para que nos atentemos a como essa não validação confere ao falante de herança uma espécie de “não-lugar” ou “entre-lugar” (BHABHA, 1996)⁹², que poderá apresentar maiores dificuldades para que esses indivíduos clamem por seus direitos, falem e sejam ouvidos, visto que não figuram como uma categoria bem delineada na estrutura social. É o que pondera E4:

Trecho 59:

E4: olha... Eu me sinto... é complicado, porque é um sentimento que eu sempre tive, até hoje, morei lá [no Japão] dez anos, então, assim... Aqui no Brasil eu sou a japonesa. Eu sou a japonesa, porque eu não tenho mistura, por mais que eu seja a terceira geração como você, nós não temos mistura. Então, nós somos japonesas, certo? Então aqui é a japonesinha, só que lá no Japão, eu sou a *gaijin*⁹³, né? Então assim, eu nunca me senti com pátria nenhuma, entende? Eu não me sinto nem brasileira nem japonesa (risos)... Porque quando eu estou aqui eu sou a japonesa, quando eu estou lá eu sou a brasileira, né, a *gaijin*, né?

Essa questão também é evidenciada na fala de D5, quando a entrevistada responde à pergunta sobre onde se posicionar entre os dois países, considerando diferentes fatores:

Trecho 60:

D5: no meio, pode ser? (risos)

P: bem no meio?

D5: nem um, nem outro.

P: por que a senhora escolheria [o meio]?

D5: porque eu acho que eu não sou nem// eu sou um pouquinho um, um pouquinho outro. Ou não sou nenhum, nem outro, sei lá.

Notemos como D5, a princípio, parece aproximar-se de ambas as identidades de forma igual, ao optar por posicionar-se no meio de ambas, no “entre-lugar”; em seguida, a entrevistada continua e explica que este “meio” representaria também o fato de não ser exatamente nem brasileira, nem japonesa, apontando para o “não-lugar”. Ao fim, porém, D5 crê que suas duas considerações identitárias centrais – estar entre as duas línguas e culturas e, ao mesmo tempo,

⁹¹ Relembramos, ainda, as próprias relações de poder relacionadas às identidades discutidas por autores como Hall (2000) e Silva (2000), e que Han (2018) bem exemplifica em sua discussão acerca da identidade macaense, que “[...] se situa sempre no jogo de interesse dos dois poderes (“portugalidade” e “chinesices”)” (p.330).

⁹² Para Bhabha, “É na emergência dos interstícios - a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas da nação [*nationness*] o interesse comunitário ou valor cultural são negociados” (BHABHA, 1998, p.20).

⁹³ *Estrangeiro*, em japonês.

não pertencer a nenhuma delas – são plausíveis, embora expresse dúvida quanto a essa condição (“sei lá”). Sua fala evidencia como esse afastamento não é fixo, e sim dinâmico.

Em outro momento, ao falar sobre as duas línguas e culturas às quais tem acesso, D5 garante que não há conflito entre ambas.

Trecho 61:

D5: não. Não entram em conflito, não, porque a gente não deixa entrar (risos), né? Por causa que a gente respeita de um lado, respeita do outro, né?

Entretanto, notemos como há uma mediação por parte do sujeito sinalizada linguisticamente através de seu papel como agente daquele que “não deixa entrar” (as culturas) em conflito, que é confirmado logo após, com o “respeita de um lado, respeita de outro”, ou seja, há, de fato, uma tentativa de balancear e equilibrar as duas culturas.

De modo similar, D1 e D2 também argumentam que o pertencimento tanto ao grupo “somos brasileiros”, como ao grupo “somos japoneses”, é algo positivo, na medida em que permite ao indivíduo transitar por ambos.

Trecho 62:

D1: ah, sim. Porque aí fica com...com duas armas na mão, né? Como dizem, né, você tem um conhecimento da tradição, do conhecimento, a língua japonesa e a nossa, brasileira, né? Então, fica mais fácil a vida da gente.

D2: é que a gente aproveita as partes boas das duas culturas, né? A gente tem esse privilégio. De ficar, de escolher e ficar com as coisas boas das duas culturas, né?

Vemos essa valoração positiva através dos itens “mais fácil”, “privilégio”, “coisas boas”. Além disso, assim como no caso de D5, a fala de D2 marca que o falante de herança posiciona-se e age diante de sua LH, afinal, como observamos no trecho grifado, ter o que é bom das duas culturas pressupõe a escolha e, portanto, o julgamento do indivíduo.

A reflexão por parte dos entrevistados acerca de um estatuto de “entre-lugar” (BHABHA, 1996) e “não-lugar” que, por vezes, seu processo de construção identitária implica, reitera a noção de fluidez das identidades (SILVA, 2000; WOODWARD, 2000). Como sugere Woodward, as identidades são formadas de modo relativo em relação ao “outro” e num sentido aproximado a “forasteiras”, ou seja, um sentido construído pela diferença. Desse modo, a diferença é marcada linguística e discursivamente sob formas de construções binárias (WOODWARD, 2000, p.50), como observado através do uso de “nós” e “eles”, dentro/fora do grupo, de modo a que o falante se expresse ora como primeira, ora como terceira pessoa do plural. Se compreendemos que a identidade se constrói relativamente ao que não se é, podemos

compreender, então, que essa oscilação nas formas de falar dos entrevistados pode evidenciar, por sua vez, a própria fluidez da identidade desses falantes, que ora se concebem como brasileiros, ora como japoneses – e, para fugir das oposições binárias até mesmo nas oscilações, observemos que há momentos em que o falante não se aproxima de nenhuma das identidades e, em outros, aproxima-se das duas *ao mesmo tempo*. Essa oscilação, como visto na análise exposta, ocorre não somente na escolha dos termos “nós” e “eles”, mas, ainda, nas diferentes formas de estruturação (*different ways of structuring*) postuladas por Gumperz & Cook-Gumperz (1982). Tais formas apontam para o modo como o falante lidará com questões relacionadas ao sequenciamento de argumentos, bem como decisões sobre o que deseja declarar e o que deve ser transmitido indiretamente (idem, p.13), uma vez que é possível notar que a oscilação ocorre justamente nas diferentes construções que, ora o aproximam, ora o afastam de determinada língua e cultura. Essa oscilação pode ser referendada nas respostas do questionário, nas perguntas de autopercepção de seu contato com as diferentes culturas e interações nos círculos sociais, o que, juntamente com a oscilação na estrutura de suas falas, assim como no emprego dos pronomes referenciadores (“nós” e “eles”), pode indicar que esse movimento não é (ou, ao menos, não totalmente) consciente por parte do falante de herança.

Através das análises dos trechos de diferentes entrevistados, buscamos evidenciar como o falante de japonês como LH pode tomar para si diferentes identidades sociais e que sua adaptação deve-se a determinado lugar e às pessoas com quem ele interage, isto é, do contexto ou da situação interacional, dialogando diretamente com as propostas de Goffman (2002) e Burke e Stets (2009) acerca da construção do *eu* ou das identidades através das interações estabelecidas pelo indivíduo na sociedade em que vive. Notamos que, diante da contestação de uma identidade por parte do outro com quem interage, o falante tende a apresentar alternância entre identidades (““Ai, mas você não é japonesa?”. Não. Eu bato o pé que eu sou brasileira”, “eu sou a japonesa da história”), a fim de verificar, justamente, aquela que não lhe está sendo devidamente atribuída e que o falante deseja reclamar para si. Entretanto, não apenas o conteúdo de seus discursos (“eu nunca senti com pátria nenhuma”, “eu sou um pouquinho um, um pouquinho outro”), mas também a forma como os estruturam, que oscila entre uma identidade e outra, apontam para uma manifestação simultânea de identidades, uma fluidez identitária muito comum entre falantes de LH. Isso corrobora, portanto, com os demais estudos identitários (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; HALL, 2006, 2003; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000) que compreendem a identidade como processo dinâmico e não estático.

3.4.2 *Codeswitching* como marcador identitário

Dentre os mecanismos linguísticos envolvidos nas diferentes formas de falar, o *codeswitching*⁹⁴ figura como um dos itens utilizados para sinalizar o significado não apenas do que está sendo dito pelo falante, mas também de sua atitude em relação ao conteúdo e a forma de configurar esse mesmo dizer (GUMPERZ e COOK-GUMPERZ, 1982, p.-12-13). Com este olhar atento aos postulados de Gumperz e Cook-Gumperz, verificamos que, durante a análise das entrevistas, a presença do *codeswitching* nos discursos de todos os entrevistados, em diferentes frequências, fez-se marcante. Analisamos, assim, como seu uso pode se relacionar com a construção identitária dos falantes de herança. De acordo com Baker, as alternâncias de códigos apresentadas pelo *codeswitching*

[...] têm uma variedade de propósitos e objetivos. O *codeswitching* varia de acordo com quem está na conversa, qual é o tópico e em que tipo de contexto a conversa ocorre. Os idiomas utilizados podem ser negociados e podem mudar de acordo com o tema da conversa. Além disso, fatores sociais e políticos podem influenciar a troca de código (Heller, 1992; Treffers-Daller, 1992, 1994; Poplack et al., 1988). [...] A familiaridade, o status projetado, o ethos do contexto e as habilidades linguísticas percebidas dos ouvintes afetam a natureza e o processo de *codewitching* (Martin-Jones, 2000). Isso sugere que *codewitching* não é apenas linguístico; indica importantes relações sociais e de poder. (BAKER, 2001, p. 101-104) (Grifos nossos)⁹⁵

Numa perspectiva psicolinguística, Grosjean (2012, p.17) dialoga com Baker ao apontar quatro categorias que organizam os fatores determinantes para a escolha de uma língua ou outra: participantes, situação, conteúdo do discurso e função da interação. Atentemo-nos ao papel de cada uma delas para analisar os trechos retomados de D2, nos quais ela relata fatos de sua infância a pedido da pesquisadora:

Trecho 63:

D2: [...] a casa era bem humilde na época, é... que mais que eu lembro? A gente brincava muito e eu tinha mais contato com minhas vizinhas, minhas amigas vizinhas. De um lado, era SJ2, e do outro lado, era SJ3. Então, a

⁹⁴ Consideramos *codeswitching* como “The phenomenon of *code-switching* involves any switch from one language or dialect to another in communities where the linguistic repertoire includes two or more such codes. In some cases, situations of diglossia (Ferguson 1964), the switch is between two varieties or dialects of a language, one of which is considered ‘high’ and prestigious, the other ‘low’ and domestic. Other cases simply involve switching from one language to another, in bilingual or multilingual communities”. (BROWN & LEVINSON, 1987, p.110). É importante ressaltar que essa troca de código se refere ao nível da palavra, da sentença ou de blocos de fala, durante a conversação (BAKER, 2001, p.101).

⁹⁵ Tradução própria. No original: Codeswitches have a variety of purposes and aims. *Codeswitching* will vary according to who is in the conversation, what is the topic, and in what kind of context the conversation occurs. The languages used may be negotiated and may change with the topic of conversation. Also, social and political factors can influence *codeswitching* (Heller, 1992; Treffers-Daller, 1992, 1994; Poplack et al., 1988). [...] Familiarity, projected status, the ethos of the context and the perceived linguistic skills of the listeners affect the nature and process of *codeswitching* (Martin-Jones, 2000). This suggests that *codeswitching* is not just linguistic; it indicates important social and power relationships.

NJ2-chan, a SJ2, era dois anos mais velha do que eu, e aí eu tinha a NJ3-chan, que era um ano mais velha do que eu [...] Ah... eu lembro também que na vizinha lá do SJ3, tinha a *bāchan*, né? *Bāchan* fazia, fazia chinelo com taboa. Ela secava taboa e... cortava, assim, tiras, com a unha e entrelaçava, fazia o arco, colocava no dedão do pé e entrelaçava e fazia *zōri*⁹⁶, né? Chinelo.

P: sei.

D2: e aí eu lembro que quando o farmacêutico ia lá em casa para dar injeção, né? Quando a gente estava doente, qualquer coisa assim, aí o SJ3-san, ele aparecia, a gente já corria tudo atrás dela [...]

Observamos que, em sua fala, há a utilização do léxico da LH ao tratar de certas palavras (*bāchan*, *zōri*). Nota-se, através do trecho sublinhado, que D2 busca explicar e traduzir uma das palavras utilizadas (*zōri*), de maneira simplificada (chinelo), o que pode indicar que, embora a entrevistada procure uma espécie de confirmação do conhecimento de seu interlocutor – a pesquisadora – acerca desse vocabulário, há um conhecimento partilhado pressuposto, isto é, seu interlocutor deverá saber *como é feito* ou *que tipo* de chinelo é um *zōri*.

D2 utiliza-se também dos honoríficos⁹⁷ presentes na gramática japonesa (*-chan* e *-san*) ao relembrar de suas vizinhas e do farmacêutico que visitava a casa da família na infância; é quando se verifica a presença do *codeswitching* não apenas na utilização do léxico, mas ainda no código gramatical; assim é quando sinaliza proximidade, afetividade (*-chan*) e quando sinaliza maior polidez (*-san*). No trecho seguinte, o léxico da LH em sua fala continua presente, assim como o recurso anteriormente mencionado, que se utiliza de um termo em japonês e, em seguida, apresenta uma tradução ou explicação aproximada em português, como observado no trecho sublinhado.

Trecho 64:

P: e o pai da senhora, ele tem várias contribuições em clubes, né? [...] Então, ele estava sempre ativo nas associações.

D2: ah, sim. O *jīchan* participava do...dessa parte aí, e a *bāchan* do *haha no kai*⁹⁸, né? *Haha no kai*, que tem até hoje, né? Que é das mulheres, né? Inclusive, *bāchan* dançava.

P: ah, é?

D2: é! E dançava vestida de *nihon gi*⁹⁹ e participava de, antigamente, falava, é... *gakko gekai*¹⁰⁰, né? Tinha festival, né? A gente, eu...a gente dançava, eu também dancei. A D7 também, vestida de *nihon gi*, fazia, é... Teatrinho, né? *shibai*¹⁰¹, né? Então, a gente participava dessas coisas tudo, e a minha mãe dançava [no] *haha no kai*.

⁹⁶ Chinelo tradicional japonês plano e feito de tiras, normalmente empregando palha de arroz ou madeira para ser utilizado com quimonos.

⁹⁷ *-chan* é utilizado para demonstrar informalidade, afinidade ou intimidade, geralmente utilizado após o nome próprio de pessoa do gênero feminino. Também pode ser utilizado por adultos para se referir de forma carinhosa a crianças e adolescentes. Já *-san* costuma ser utilizado para se referir a alguém de faixa etária, hierarquia social ou profissional semelhante, seja homem ou mulher, após o sobrenome do indivíduo.

⁹⁸ Associação ou clube das mães. Geralmente, consiste em um departamento dentro de um clube ou associação, composto apenas por mães e/ou senhoras mais velhas.

⁹⁹ Roupas típicas japonesas.

¹⁰⁰ Festival escolar em que, geralmente, há apresentações de música, dança, artes, etc.

¹⁰¹ Peça teatral encenada por atores.

É possível notar que a explicação dada “que é das mães” não esclarece, de fato, o que significa o termo anteriormente mencionado (*haha no kai*), a menos que D2 pressuponha o conhecimento de seu interlocutor sobre os termos comuns de associações na LH que ambas partilham, uma vez que esse foi tema levantado pela pesquisadora, ao mencionar a contribuição do pai de E1 nos clubes e associações. O mesmo ocorre quando a entrevistada retoma *gakko gekai* apenas como festival, sem especificar as atividades envolvidas, o propósito de sua realização etc., assim como trata *shibai* por *teatrinho*, sem mais detalhes.

Neste último trecho analisado da entrevista de D2, observamos que, além do léxico, ao relembrar a interação com seu professor na escola japonesa, D2 produz uma estrutura completamente na LH e, ao fazê-lo, não procura, como notado anteriormente em certos momentos, traduzir ou explicar ao seu interlocutor o que está dizendo.

Trecho 65:

E1: então, porque quando eu fiz *nihon gakko*, ia na escola, era mais para escrita, leitura.

P: ah, é? Vocês não falavam muito no *nihon gakko*?

D2: pra falar? Não, a gente falava as coisas em japonês. Mas pra falar, a gente falava o que a gente aprendeu na escol// em casa, né? Entre as amigas, a gente falava em português. A gente só falava pra *sensei* (risos): *Kore wakarimasen*¹⁰² (risos). Né? Falava assim, só o estritamente necessário com *sensei*, né?

P: ã-rã, sei (risos).

D2: e agora, com a *bāchan*, a gente falava mais, com a mamãe também, com o papai, porque a gente, é... não falava japonês corretamente. A gente misturava. O japonês com português. Não era uma conversação, assim, de japonês, que eu possa conversar com um japonês agora e o japonês vai me entender. Era muito misturado.

Compreende, portanto, que a pesquisadora partilha do mesmo conhecimento referente à LH que têm em comum, visto que demonstra não ver necessidade de explicações quanto ao significado da sentença ou do contexto em que foi utilizada. É possível, ainda, pela *linha* que assume (GOFFMAN, 1955, p.213), numa atitude de descontração, risos, etc., que D2 também considere a pesquisadora capaz de entender o significado de utilizar tal sentença no momento em que foi empregada (falar totalmente em japonês para comunicar a um falante nativo da língua em questão que não se sabe falar japonês) e, portanto, podem apresentar mais um elemento que componham seu espaço de atenção conjunta¹⁰³. Isso pode ser reforçado com a fala seguinte de D2, ao apontar que não falava um japonês “correto”, porque era uma “mistura” entre o português e o japonês, marca do *codeswitching* nos falantes de LH, grupo de que ambas, pesquisadora e entrevistada, fazem parte. Ao longo da conversa, D2 apresentou elementos que, ora sinalizavam essa pertença, ora buscavam confirmá-la, embora com um espaço de atenção

¹⁰² *Eu não entendo isso*, em japonês.

¹⁰³ Urge reiterar que, assim como a entrevistada, a pesquisadora também é falante de japonês como LH, portanto, o estabelecimento de pontos em comum torna-se possível como recurso empregado pelo locutor.

conjunta já pressuposto. Logo, por se tratar de uma língua que “mistura” o português e o japonês, a LH da qual D2 se utilizou para interagir com a pesquisadora não poderia ser a mesma, na visão de D2, para utilizar com o professor de língua japonesa, visto que, como aponta a entrevistada, não é “uma conversação de japonês” e, caso ela utilizasse essa forma para falar com um japonês falante nativo da língua (neste caso, o professor), ele não a entenderia, pois não possuem esse espaço de atenção compartilhada.

Também podemos ver uso do *codeswitching* na fala de D4:

Trecho 66:

D4: [...] tem épocas [que] a gente, pelo acontecido, algumas coisas assim, né, a gente em termos, assim, prefere ser mais *nihonjin*¹⁰⁴ do que *gaijin*, né? Por exemplo, da impunidade, esses negócios, tem muito disso, né? Como se fosse jogar nesse lugar, assim, eu sou mais *nihonjin*.

Nessa troca de códigos, o entrevistado utiliza-se do léxico da LH. Revela-se, novamente, implícita a pressuposição do espaço de atenção conjunta compartilhado com a pesquisadora, uma vez que, diferente de D2 em certos momentos, D4 não insere qualquer explicação sobre a palavra em japonês nem opta por traduzi-la em sequência, acreditando que a pesquisadora compreenderá o conteúdo de sua fala. Isso possivelmente decorre do fato de que as palavras na LH referem-se justamente ao tópico principal daquele momento da entrevista, uma vez que refletia sobre qual termo – *brasileiro*, *japonês* ou *nipo-brasileiro* – poderia representá-lo melhor.

Em outro trecho, D4 pondera sobre as semelhanças e diferenças de sua geração e da geração de seu neto, no que se refere ao contato com a LH:

Trecho 67:

D4: Desse modo, assim, de como é para comparação, não posso, assim, comparar. [...] porque a gente também não... Não teve oportunidade de fazer *nihonjin no* coisa, não é assim?

Novamente, o falante emprega itens do léxico da LH (*nihonjin, no*); no entanto, tais palavras não são utilizadas de maneira isolada na sentença, como no exemplo anterior; elas figuram em um bloco sintático, visto que *nihonjin no* caracteriza a palavra seguinte, *coisa*, exercendo papel de adjunto adnominal: “coisa ‘de japonês’”. Portanto, o *codeswitching*, neste caso, ocorre também ao nível da sintaxe, cujos conhecimentos D4 julga compartilhar com seu interlocutor.

¹⁰⁴ *Japonês* (adjetivo pátrio), em japonês.

Analisemos agora como as categorias que levariam à utilização do *codeswitching*, propostas por Grosjean (2012), aplicam-se aos trechos explorados.

Em ambas as situações, estamos diante de uma entrevista, portanto, uma **situação comunicativa** monitorada e formal, com a presença de ferramentas, físicas ou virtuais, para gravação. Além disso, todos os participantes foram submetidos aos procedimentos éticos que envolveram uma série de documentos que visavam a explicar os objetivos e etapas do estudo; logo, desde o início, tem-se consciência de que aquela situação comunicativa será utilizada durante a análise de dados de uma pesquisa científica. A **função da interação** é clara: coletar material para uma pesquisa acadêmico-científica realizada no Brasil; assim, a língua predominantemente utilizada durante a comunicação tenderá a ser o português.

Esse objetivo engloba, também, quem são os **participantes** da comunicação: pesquisadora e entrevistado (em alguns casos, duplas de entrevistados). Dos 19 participantes da entrevista, apenas 1 indivíduo não é falante de japonês como LH. Como exposto anteriormente, a pesquisadora que realizou a entrevista, também é descendente de japoneses e falante de herança, e tem o português como língua materna e majoritária. Além disso, a função da interação leva a um determinado **conteúdo** a ser desenvolvido durante as entrevistas, isto é, permite que sejam trazidos à luz tópicos e elementos de ambas as línguas e culturas, de herança ou majoritária¹⁰⁵. Assim, ao passo que a situação e a função da interação tendem à escolha do português como língua de comunicação, os participantes e o conteúdo da interação, por sua vez, permitem que o uso da LH seja mais natural e frequente aos entrevistados, o que pode ter levado aos casos de *codeswitching* observados.

E, como o *codeswitching* permite que exploremos relações sociais que subjazem ao seu uso (BAKER, 2001), atentemo-nos a como os trechos das entrevistas apresentam marcas identitárias desses falantes à medida em que revelam a reivindicação de uma filiação a um mesmo grupo que do interlocutor. Há, em consequência, alinhada a essa reivindicação, a manifestação de pontos de vista, opiniões, atitudes, conhecimento e empatia em comum (BROWN e LEVINSON, 1987, p. 102), reivindicação esta que dialoga com o sentimento de pertença e de conexão relacionado à LH e ao estatuto de seus falantes (KELLEHER, 2010).

¹⁰⁵ Para além dos exemplos mencionados nesta subseção, lembremos tantos outros trechos das entrevistas utilizadas ao longo desse estudo, em nossas análises, nos quais os entrevistados utilizam-se do léxico da LH, ao referirem-se a pessoas (*jīchan*, *bāchan*, *sensei*), eventos e festivais (*undōkai*) e palavras diretamente ligadas ao país de origem e à LH (*nihon gi*, *nihongo*, *nihon gakko*, *nihonjin*), etc., assim como utilizam-se da gramática e organização sintática da LH ao empregarem partículas honoríficas ao fim do nome dos indivíduos, por exemplo.

Desse modo, a utilização do *codeswitching* apresenta-se como um processo de verificação de identidade social (BURKE e STETS, 2009) que ocorre nos dois sentidos: o entrevistado verifica sua identidade como membro que pertence ao grupo de falantes de japonês como LH nos momentos em que a utiliza em sua interação com a entrevistadora que, por sua vez, valida o estatuto daquele como membro do grupo ao qual ambos pertencem. Assim, não apenas o espaço de atenção conjunta é estabelecido entre os participantes da situação comunicativa, como também a delimitação que separa o grupo interno (falantes de japonês como LH) do grupo externo (não falantes de japonês como LH)¹⁰⁶.

3.4.3 Reflexões acerca do termo “nipo-brasileiro”

Na subseção 3.4.1, discutimos sobre como o processo de construção identitária do falante de japonês como LH implica um movimento de fluidez que, muitas vezes, resulta num “entre-lugar” (BHABHA, 1998) ou num “não-lugar” no qual é posto esse falante, ou que ele mesmo acaba se colocando.

Poderíamos supor que, para dirimir eventuais conflitos decorrentes dessa não-fixidez, o termo “nipo-brasileiro” apresentar-se-ia como uma solução razoável, considerando aspectos linguísticos, identitários e sociopolíticos. Nesse sentido, buscamos abordar os participantes acerca de suas opiniões sobre o termo.

Trecho 68:

E2: ah, eu acho que deve ser, assim, é... Um descendente, né, de japoneses que preserva, né, algumas características da cultura e da tradição, mas que já está bem, é, digamos assim, bem arraigado aqui com a cultura brasileira também, né, é meio que uma metade, metade assim, né? Quando tem essas comemorações, assim, do *Bunkyo*, né? Então acho que representa bem assim, essa mistura, né? Já está... as culturas estão bem misturadas, né? Você não sabe mais onde que é, qual é o limite da cultura japonesa e da brasileira, porque está tudo muito bem misturado, né? Não tem mais como, é... desassociar, né, uma da outra.

F1: é, eu acho que alguém que, tipo, se identifica tanto com a cultura japonesa como a cultura brasileira, né?

Vemos que, para E2 e F1, “nipo-brasileiro” representa uma mistura entre a cultura japonesa e brasileira, que se materializa num indivíduo descendente de japoneses, o qual preserva características de sua cultura ancestral. É interessante notar como E2 associa essa mistura que ocorre ao nível do indivíduo com o do coletivo, através das comemorações na associação mencionada. Ressaltamos, ainda, que, embora aponte inicialmente que se trate de uma mistura composta por partes iguais de cada lado (“metade, metade”), ao fim, a entrevistada

¹⁰⁶ Baker (2001, p.102-103) também aponta o *codeswitching* como forma de comunicar amizade ou ligação familiar. Segundo o autor, “[...] moving from the common majority language to the home language or minority language both the listener and speaker understand well may communicate friendship and common identity”.

conclui que não é possível dissociá-las, visto que os limites entre cada uma delas já não é mais visível.

A fala de F1 não apenas dialoga com E2, como também aponta diretamente para o movimento do indivíduo que pode, ao mesmo tempo, identificar-se com ambas as culturas. Em trecho seguinte, D7 também fala sobre essa mistura e aproximação com ambas as culturas, porém aprofundando a discussão ao refletir que o indivíduo nipo-brasileiro estaria mais próximo da identidade “brasileiro” do que da identidade “japonês”.

Trecho 69:

D7: é japonês brasileiro.

P: o quê?

D7: japonês e brasileiro.

P: japonês e brasileiro?

D7: é. É a mistura de japonês com brasileiro.

P: e que características que esse nipo-brasileiro tem de brasileiro comum?

D7: o que, ué (risos)? Se ele é brasileiro, só tem um brasileiro, né?

P: mas os brasileiros...

D7: igual, eu sou brasileira, mas sou descendente de japonês.

P: mas o que o faz, deixa diferente, e o que o faz próximo?

D7: diferente não tem nada, só tem de rosto, porque a gente é brasileiro a mesma coisa. Tem um pedacinho no coração que é japonês e outro pedaço que é brasileiro.

P: a única diferença do nipo-brasileiro para o brasileiro, é só que o nipo-brasileiro tem a aparência de um japonês?

D7: isso.

P: então, o nipo-brasileiro é parecido com o japonês do Japão? Ou a senhora acha que o nipo-brasileiro, ele também não se parece com o japonês do Japão na aparência?

D7: não parece. É diferente.

P: por quê?

D7: nós somos diferentes. Quem nasce lá no Japão, a aparência é diferente da nossa. [...] Eles são diferentes em aparência e em tudo, em costumes deles, é diferente, bem diferente.

P: então, mesmo que...

D7: o nosso costume já é abrigado, os deles, já não é (*sic*).

É interessante notar que, embora tenha dito inicialmente que o nipo-brasileiro é japonês e brasileiro, a entrevistada reforça em vários momentos desse trecho que só há apenas um tipo de brasileiro (“só tem um brasileiro”, “a gente é brasileiro a mesma coisa”). Na visão de D7, o único aspecto que diferenciaria um indivíduo nipo-brasileiro de um brasileiro seriam as características físicas do primeiro, as quais são indicadas principalmente por meio da face (“rosto”). No entanto, quando a pesquisadora questiona-lhe se, nesse caso, o nipo-brasileiro assemelha-se, então, ao japonês na aparência física, a entrevistada prontamente responde que não. E completa argumentando que “eles” (os japoneses) são diferentes não apenas nas

características físicas, mas nos costumes do “nós” ao qual se filia, os quais D7 considera já “abrasileirados”, ao passo que os daqueles, não.

E11 também discute essa questão da seguinte maneira:

Trecho 70:

E11: [...] pra mim é tipo... A mistura do Japão com o Brasil, não sei.

P: em quais sentidos?

E11: eu entendo assim. O de você é, tipo assim, você ter tanta cultura, conviver com a cultura de um como a de outro, entendeu? Ter, tipo, estar disponível para você, tipo você tem a brasileira assim, igual no brasileiro, eu nasci no Brasil, mas historicamente, meus ascendentes são japoneses, então assim, as duas culturas, para mim, andando junto, eu acho que eu entenderia dessa forma, não sei.

P: não tem problema. E você acha que existe a necessidade de ter esse termo, de ter essa palavra “nipo-brasileiro” para as pessoas se dirigirem a você ou a mim ou as pessoas da mesma comunidade?

E11: ah, acho que, na verdade não tem a necessidade, porque teoricamente eu acho que olhando até dá para você ver se a pessoa é ou não também, né, japonesa mesmo ou não pelo, tipo assim, pela forma como ela age, dá para você saber realmente se são, tipo, japoneses tradicionais, vieram do Japão mesmo, ou se já nasceram no Brasil. Porque é diferente, o jeito é diferente, tudo é diferente. Para mim, tudo é diferente, né, dá para você ver. Eu acho que não teria necessidade, eu acho até uma forma das pessoas, não sei a palavra certa, mas tipo, discriminar, tipo, né? Tipo nipo-brasileiro, uma coisa assim, entendeu? É uma forma até deles separarem, então para mim, não tem necessidade alguma.

P: então, se fosse só o brasileiro para você é o suficiente?

E11: sim, apesar de eu ser japonesa, sim.

Embora a falante inicie sua explanação pontuando que “nipo-brasileiro” refere-se à mistura do Brasil com o Japão, ela explica que se refere sobretudo ao fato de ter acesso às duas culturas por ter nascido no Brasil. No entanto, segundo E11, ter ascendência japonesa, na realidade, pressupõe uma diferença entre o japonês que nasce e vive no Japão e os membros da comunidade *nikkei* no Brasil, isto é, o falante de herança. A entrevistada expõe que é tudo visivelmente diferente, ou seja, a cultura da LH não é igual à cultura do país ancestral mais, e não se refere apenas a aspectos físicos. Para além dessas colocações, exhibe um ponto de vista peculiar sobre o termo “nipo-brasileiro”: nota em seu uso uma forma de separar, de marcar a oposição entre “eles” (brasileiros) e os “nós” (nipo-brasileiros).

Assumindo plausível essa ideia, parece que estes últimos não pertencem, efetivamente, ou não pertencem tanto quanto os demais ao grupo interno “brasileiros”. Desse modo, E11 defende, assim como D7, que apenas “brasileiro” seria o suficiente para si, embora acrescenta a ideia de oposição com o uso de “apesar” para sinalizar que também é japonesa. Por outro lado, apesar de explicar que há diferenças entre o indivíduo nascido no Japão e um descendente de japoneses no Brasil, utiliza-se dos mesmos adjetivos pátrios (“japoneses”, “japonesa”) para referir-se tanto a si quanto ao outro, reiterando o movimento não fixo das identidades, tal como propuseram Woodward (2000) e Silva (2000).

As reflexões das entrevistadas dialogam com as observações acuradas de T.S. Eliot (1949, p.63-64 *apud* BHABHA, 1996) quando pondera que, em contextos migratórios, somente parte da cultura do país que foi deixada para trás é levada junto com os imigrantes à nova terra, na qual esses indivíduos entrarão em contato com novas línguas e culturas. Conseqüentemente, a cultura que desenvolverão ali será, ao mesmo tempo, igual e diferente daquela com que tiveram contato quando no país ancestral. Essa dinâmica gera, por sua vez, tanto simpatia como choque cultural. Essa constatação nos conduz a retomar a ideia de Bhabha:

Essa "parte" da cultura, essa cultura parcial, é o tecido conjuntivo contaminado entre as culturas - ao mesmo tempo a impossibilidade da contenção da cultura e a fronteira entre elas. É, de fato, algo como o "entre-culturas", desconcertantemente semelhante e diferente¹⁰⁷. (BHABHA, 1996, p.54)

Como nos mostram os trechos das entrevistas, esse lugar fronteiro não se limita ao âmbito cultural, mas se estende a questões linguísticas e identitárias, como a discussão do emprego do termo “nipo-brasileiro” e suas implicações para a comunidade de falantes de japonês como LH, assim como visto em outros aspectos nas demais seções desta pesquisa. Sob essa perspectiva, o próprio uso do adjetivo pátrio “japonês” para se referir à comunidade de imigrantes e seus descendentes não seria adequado, visto que, como explicitado por D7 e E11, “eles” (os japoneses do Japão) também são marcados pela diferença quando comparados com o “nós” (comunidade *nikkei* no Brasil). No entanto, notemos, novamente, como o emprego categórico para a análise da construção identitária pode ser perigoso: a despeito de todas as suas considerações sobre as diferenças entre japoneses e *nikkeis*, E11 finaliza sua exposição afirmando que ela é “japonesa”.

Para D10, “nipo-brasileiro” também não é visto como termo que bem define sua identidade de falante de japonês como LH:

Trecho 71:

D10: eu sou descendente de oriental, de japonês. Uma brasileira com uma descendência (*sic*) japonesa.

P: a senhora acha que o “nipo-brasileira” não dá conta disso?

D10: até dá, mas acho que é muito generalizado, né, é muito... sei lá, “nipo-brasileira”. É em que sentido? É uma união? O “nipo-brasileira”, eu acho que é mais solto, sabe? Qualquer coisa que o... o “nipo-brasileira” é assim, “ah, é uma união”. Eu não vejo eu (*sic*) como uma reunião, é diferente.

P: a senhora se vê como?

D10: isso. É isso, eu sou filha de japoneses que nasceu no Brasil, carrego na bagagem, ou eu tento, é... os dois lados. Eu acho que é assim, como os meus pais eram mais velhos, umas coisas eles não passaram. É que nem isso

¹⁰⁷ Do original: “This 'part' culture, this partial culture, is the contaminated yet connective tissue between cultures - at once the impossibility of culture's containedness and the boundary between. It is indeed something like culture's 'in-between', bafflingly both alike and different”.

diz estudos, né, de aprendizado, o que eles passaram é o que eles aprenderam na vida, coisas que não sabem na escola, né? E eu acho que é isso, a definição melhor que eu vejo, acho que é isso, que eu sou descendente de japoneses, uma *nisei*. Na verdade, eu acho que é isso, eu sou uma *nisei*, ou seja... e não uma “nipo-brasileira”. [...] eu sei que dependendo, o sentido dá no mesmo, né? Dependendo de como se analisa, o sentido é o mesmo, mas eu não acho.

P: é, o *nisei* é mais específico, né?

D10: eu acho, então, por isso, eu prefiro me definir como uma *nisei*, e não “ah, eu sou uma nipo-brasileira”. Não, eu sou uma *nisei*, os meus pais são japoneses.

Observemos que, para a entrevistada, “nipo-brasileira” não parece ser essa uma solução que apresenta uma definição de sua identidade, visto que não expressa toda a bagagem histórica, social e cultural que existe nela, desde a vinda dos seus pais como imigrantes para o Brasil até todo o aprendizado informal recebido, como vemos expresso no trecho grifado. Para D10, o termo é muito vago e amplo, ao passo que *nisei*, por estar relacionado com gerações de imigrantes presentes no Brasil e, assim, determinar sua posição nesse contexto de fluxos migratórios, permite inferir mais detalhadamente qual o nível de contato que essa falante teve com a LH, isto é, um contato direto com a primeira geração de imigrantes, japoneses que vieram ao Brasil, diferentemente do ocorrido com as gerações seguintes, uma vez que, nascidas no novo país, não teriam tido apenas a primeira geração com a qual poderiam interagir, mas, sim, muitas outras que já não mais teriam vindo do país ancestral. É interessante notar como, ao ponderar sobre esse traço identitário, a falante opta justamente por uma palavra na LH (*nisei*), e não na língua majoritária.

Essa reflexão de D10 soma-se às anteriores na medida em que aponta a insuficiência de pertinência do termo “nipo-brasileira” para representá-la enquanto indivíduo. No entanto, compreendemos que a adoção de termos na LH para definir-se pode gerar incompreensão por parte daqueles que não são falantes e acabar gerando um movimento de exclusão no que se refere a essa compreensão, isto é, só membros da comunidade de falantes de japonês como LH compreenderiam, em primeiro momento, o significado de tais termos. Nesse sentido, o termo “nipo-brasileiro”, embora mais amplo, poderia ser mais esclarecedor e abarcar imigrantes e descendentes de diferentes gerações, em contextos em que a marcação desse traço é relevante.

O que as reflexões das entrevistadas acerca do termo nos trazem à luz, porém, retomam o conceito de identidade visto como uma “celebração móvel”, alinhado com a proposta de Hall (2006). Os dados apresentados evidenciam que as interações sociais, das quais participa o falante de herança, fazem com que mais do que uma disputa e alternância entre as diferentes identidades ocorra. Vislumbramos um movimento tão dinâmico que nos leva a compreender que essas identidades, por vezes, também se manifestam simultaneamente, em diferentes graus

ao longo de um *continuum* que inclui traços das identidades sociais “somos brasileiros” e “somos japoneses”, corroborando novamente com o caráter inacabado, fluido e contingente dessas identidades (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; HALL, 2006, 2003; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000).

3.5 As construções do eu e a paisagem linguística

Já discutimos anteriormente como a memória individual se situa dentro da memória coletiva e, ao mesmo tempo, como, a partir dela, o indivíduo permite-se evocar elementos de sua memória individual, evidenciando estreita relação entre ambas. Desse modo, compreendemos como a memória coletiva, na medida em que carrega traços identitários do grupo ao qual o indivíduo pertence, também está ligada a um determinado espaço, uma vez que

não há, com efeito, grupo, nem gênero de atividade coletiva, que não tenha qualquer relação com um lugar, isto é, com uma parte do espaço, porém isto está longe de ser suficiente para explicar que, representando-nos a imagem do lugar, sejamos conduzidos a pensar em tal atuação do grupo que a ela esteve associada. (HALBWACHS, 1990, p.143)

É assim que, ao mobilizar sua LH e, conseqüentemente, a memória coletiva na qual está inserida através de suas memórias individuais, o falante interage com o espaço em que se situam – aqui, voltamo-nos para a PL da cidade de Suzano. Ao compreender a língua como elemento presente na arquitetura e em elementos sinalizadores da geografia local, tais como dizeres de placas comerciais, avisos de trânsito, monumentos etc. (ARONIN e Ó LAIORE, 2012; GORTER, 2006), o pesquisador compulsoriamente reunirá evidências dessa construção sócio-histórica. É o que pretendemos a partir de agora fazer de modo que as questões espaciais, que involucram elementos identitários, sejam entrelaçados à presença dos imigrantes na PL local.

Baseando-nos nas categorias de SPEAKING proposta por Hymes (1972), apresentamos, a seguir, os elementos da PL dos seguintes **gêneros** (G): i) nomes de logradouros; ii) fachadas comerciais; iii) obras artísticas e iv) instituições. Decidimos, a partir desta categoria mais ampla, analisar as demais: **finalidades** (E): religiosas, culturais, históricas, dentre outras; de acordo com a **sequência de atos** (A); o **tom** (K) que apresentam; **instrumentalidades** (I) e **normas** (N).

A investigação dessas paisagens resultou em 133 itens ao todo dentro da área delimitada, além de mais de 15 outros itens¹⁰⁸, que se encontram fora dessa área, mas que, como explicaremos, foram somados às evidências examinadas. Ao basear esta análise na ocorrência de PLs por bairros, foi-nos possível, ainda, erigir uma visão geral de quais deles apresentavam maior concentração de evidências, conforme vemos na tabela a seguir:

Tabela 4: Quantidade total de itens da PL local por bairro.

<i>Bairro</i>	<i>Ocorrências</i>
<i>Centro</i>	48
<i>Cidade Cruzeiro do Sul</i>	1
<i>Cidade Edson</i>	3
<i>Conjunto Residencial Iraí</i>	2
<i>Jardim Anzai</i>	5
<i>Jardim Imperador</i>	4
<i>Jardim Paulista</i>	3
<i>Jardim Realce</i>	3
<i>Jardim Santa Helena</i>	6
<i>Jardim Suzano</i>	2
<i>Parque Suzano</i>	4
<i>Vila Adelina</i>	3
<i>Vila Bela Vista</i>	2
<i>Vila Costa</i>	13
<i>Vila do Sol Nascente</i>	5
<i>Vila Figueira</i>	22
<i>Vila Paiva</i>	1
<i>Vila São Francisco</i>	1
<i>Vila São Jorge</i>	4
<i>Sem localização</i>	1

É possível constatar que o bairro de maior concentração das PLs é o *Centro*, com 48 itens, seguido da *Vila Figueira* (22) e da *Vila Costa* (13). Essa quantidade elevada de itens localizados no bairro central em comparação com os dos outros deve-se, como veremos nas seções a seguir, sobretudo, à maior concentração de fachadas comerciais presentes no bairro.

3.5.1 Nomes de logradouros

¹⁰⁸ A lista completa de PLs poderá ser conferida nos Anexo – D e Anexo – E.

Neste gênero, incluímos os topônimos associados a bairros, ruas, estradas, avenidas, praças, pontes, etc., os quais apresentavam alguma relação com a LH.

Uma vez delimitada a área de pesquisa para a investigação da PL local, identificamos 28¹⁰⁹ bairros na região central e nos arredores de Suzano, a saber: *Centro, Cidade Cruzeiro do Sul, Cidade Edson, Conjunto Residencial Iraí, Jardim Anzai, Jardim dos Ipês, Jardim Imperador, Jardim Japão, Jardim Lincoln, Jardim Marcato, Jardim Nena, Jardim Paulista, Jardim Realce, Jardim Santa Helena, Jardim Santo Antônio, Jardim Suzano, Parque do Colégio, Parque Suzano, Sítio São José, Vila Adelina, Vila Bela Vista, Vila Costa, Vila Figueira, Vila do Sol Nascente, Vila Paiva, Vila Santa Maria, Vila São Francisco e Vila São Jorge*. A partir desses bairros, buscamos sua localização exata com o amparo de mapas *online* da cidade, disponibilizados pelo *Google Maps* e *Google Street View*. Essas ferramentas foram aliadas à busca nos repositórios digitais *CepBrasil, Guia Mais Mapas* e *Tudo Aqui*, em que os nomes de logradouros associados à língua e cultura japonesa na PL local foram identificados.

Encontramos 26 ocorrências que, por sua vez, apresentaram 5 padrões de composições de nomes:

I. Palavra(s) em português

Ex.: *Praça do Sol Nascente*

II. Palavra(s) em português + Palavra em japonês¹¹⁰

Ex.: *Rua Tóquio*

III. Palavra(s) em português + sobrenome japonês

Ex. *Jardim Anzai*

IV. Palavra(s) em português + nome japonês + sobrenome japonês

Ex.: *Rua Expedicionário Cabo Katsuo Miyazato, Viaduto Ryu Mizuno*

V. Palavra(s) em português + Nome(s) brasileiro(s) + sobrenome japonês

Ex.: *Rua Leila Margarida Takeuchi, Rua Paulo Moriyama*

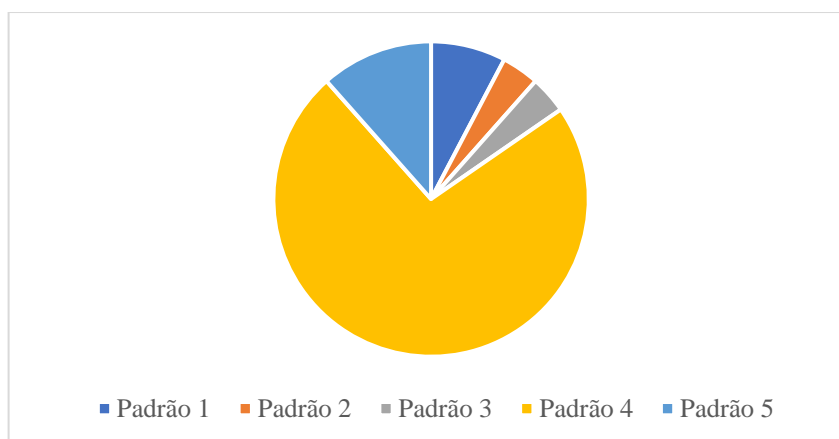
Desse total, há 3 ruas que foram nomeadas em homenagem a membros das gerações B e C da rede familiar estudada, de acordo com informações fornecidas por diferentes membros

¹⁰⁹ Deste total, 3 bairros encontram-se fora da área delimitada para investigação, porém, referem-se a bairros onde encontramos nomes de logradouros relacionados à rede familiar estudada.

¹¹⁰ Notamos que, neste caso, não temos uma definição clara de categorização da palavra quanto a língua em que está escrita, uma vez que sua pronúncia é semelhante tanto em português, como em japonês. Consideramos, no entanto, como uma palavra japonesa, visto que a grafia adotada para sinalizar o nome da rua assemelha-se mais à romanização (“Tokio”) do que à grafia em português (“Tóquio”), embora observemos a presença do acento agudo na primeira sílaba.

durante as entrevistas e que, durante a pesquisa de campo, pudemos ratificar. Essa relação pôde ser comprovada através da pesquisa documental realizada em documentos pessoais que comprovavam a autenticidade dos nomes dos homenageados e de suas relações com a rede familiar em questão, já mencionados no 3.1, em que relatamos a análise de documentos encontrados. Além disso, especificamente para a comprovação dos nomes dos logradouros, consultamos dois documentos oficiais expedidos pela Câmara Municipal de Suzano em posse da família, referente aos projetos de lei que aprovaram e justificaram as homenagens aos membros familiares mencionados. Esses logradouros, no entanto, não se encontravam dentro da área que delimitamos para a investigação de PLs; porém, por apresentarem grande relevância para a pesquisa devido à sua relação direta com a rede familiar participante, aplicamos uma exceção a esses três nomes de ruas. No gráfico a seguir, podemos observar a frequência de cada um desses padrões:

Gráfico 3: Frequência de padrões de nomes de logradouros dentro da área de investigação



Notamos que, enquanto os padrões II e III apresentam apenas uma ocorrência cada um, os padrões I e V têm uma frequência semelhante, de 2 ocorrências para o primeiro e 3 para o último. Já o padrão IV é o predominante, representando mais do que 70% do total de nomes de logradouros encontrados, com 19 ocorrências. É interessante notar que esse padrão corresponde à forma de composição de nomes predominante nas três primeiras gerações familiares (A, B e C) da rede familiar analisada, evidenciando uma possível relação entre os indivíduos que foram homenageados com seus nomes em logradouros da cidade e as referidas gerações, pois, embora não seja demonstrada uma relação pessoal ou familiar direta entre tais indivíduos com a família, à exceção dos nomes de ruas mencionados como homenagens aos membros familiares, é possível que tanto eles quanto os membros da família das gerações supracitadas possam ter

vivido na cidade no mesmo período e que, portanto, esse padrão de composição de nomes possua um alcance mais amplo, para além do da rede familiar que analisamos e esteja relacionado à comunidade japonesa em Suzano. Essas evidências reforçam, ainda, que a relevância dessa comunidade no local existe desde antes de sua elevação à condição de município (LEONE *et al.*, 2009) uma vez que, baseando-nos na rede familiar estudada, verificamos que membros da geração A, B e C chegaram ao Brasil na década de 30, e Suzano só se emancipou em 1949.

O bairro onde encontramos maior presença desses logradouros foi a *Vila Figueira*, com 8 ocorrências, seguido da *Vila Adelina*, com 3 ocorrências, da *Vila do Sol Nascente* e na *Vila Bela Vista*, cada uma delas com 2 ocorrências. Os demais logradouros encontram-se em bairros cujas ocorrências não ultrapassaram 1 item. Além disso, dos 197 bairros apresentados, dentro do limite territorial estabelecido para a pesquisa, identificamos 2 que estão diretamente relacionados à língua japonesa: *Jardim Anzai* e *Vila do Sol Nascente*.

De acordo com as categorias SPEAKING (HYMES, 1972), notamos que a finalidade (*endings*) do nome dessas ruas, dos bairros, das avenidas e dos viadutos é, em primeiro lugar, o de organização do espaço civil da cidade, porque produz a identificação dos espaços públicos, nomeando-os. No entanto, é possível perceber, para além desse objetivo, o tom que tais PLs imprimem: o de homenagem a cidadãos suzanenses que apresentaram expressiva contribuição para a comunidade japonesa na cidade ou para a cidade como um todo, a exemplo de B2, cuja homenagem justifica-se por recebimento de título de cidadã suzanense, além de diploma e de medalha de honra ao mérito concedidos pelos prefeitos da cidade à época, assim como pelo recebimento do diploma da colônia japonesa “por ter sido uma das imigrantes mais antigas radicadas no Brasil, por ocasião do Cinquentenário da Colônia Japonesa do Brasil”¹¹¹. Notamos, também, a homenagem a personalidades importantes da comunidade *nikkei* no Brasil, como, por exemplo, Ryu Mizuno, que teve papel central para o início da imigração japonesa no país.

Na avaliação da sequência de atos (*act sequences*) e instrumentalidades (*instrumentalities*), destaca-se que o nome desses logradouros encontram-se em placas típicas para sinalizar nomes de ruas, assim como ocorre com as placas de trânsito de identificação nominal; apenas o *Viveiro Municipal Tomoe Uemura* (imagem 1), por referir-se ao nome de um espaço localizado dentro do *Parque Municipal Max Feffer*, possui uma configuração

¹¹¹ Trecho retirado do projeto de lei oficial da Câmara Municipal de Suzano no qual é apresentada a proposta para nomeação da rua, assim como sua justificativa, através de breve biografia de B2 e suas contribuições para a cidade.

diferente de suas instrumentalidades. Ele é apresentado num mural junto a outras informações, além de elementos visuais decorativos. Em sua maioria, as placas estão escritas em português, para as palavras e nomes na língua (viaduto, expedicionário, Leila, Paulo etc.), como encontrado nos padrões de I a V e, no caso dos nomes e sobrenomes japoneses, a romanização é utilizada (padrões de II a V). Desse modo, a escrita segue a ordenação do português, isto é, na horizontal, da esquerda para a direita.

Imagem 1: Mural do Viveiro Municipal Tomoe Uemura



Fonte: Acervo próprio

Com base na análise da sequência de atos e de instrumentalidades, podemos observar, ainda, a relação entre as línguas portuguesa e japonesa presente no tom (*key*), que apresenta não apenas uma interação, uma vez que ambas são utilizadas para compor uma mesma PL, mas, ainda, como essa relação é marcada pelo cenário (*scenary*) no qual acontece, evidenciando que essas duas categorias seguem a lógica e o funcionamento da língua majoritária, e não da LH. A fim de ilustrar essa interação entre as duas línguas, analisemos as duas ocorrências do padrão I, Praça do Sol Nascente e Vila do Sol Nascente, que se relacionam, na língua majoritária, com o próprio significado de “Japão”, justamente pela composição das palavras que formam seu nome na LH: 日 (“sol”) e 本 (“raiz, origem”) – temos, portanto, 日本 (*Nihon* ou *Nippon*), “a origem do sol” ou, como ficou mais popularmente conhecido, “a terra do sol nascente”. Evoca, assim, o país de maneira indireta ao trazer, em seu nome, um epíteto para “Japão”, em lugar de utilizar a palavra propriamente dita.

Embora o predomínio seja da língua majoritária, através das normas (*norms*), observamos que a relação estabelecida entre o nome dos logradouros ocorre não só com

membros da comunidade *nikkei*, mas também entre a população suzanense no geral, descendente ou não, na medida em que proporciona o contato direto com a língua japonesa, através de nomes e sobrenomes na língua e suas pronúncias, por exemplo e, estabelece, de certa forma, um contato com os indivíduos homenageados. Além disso, como vimos nos exemplos há pouco mencionados do padrão I, esse contato pode ser estabelecido utilizando-se da língua majoritária para propor conceitos culturais, como no caso do significado por trás da formação do nome “Japão”. A influência dos imigrantes japoneses e de seus descendentes materializa-se, assim, através da presença desses nomes que organizam as ruas e outros logradouros da cidade.

Tal influência pode ser melhor notada quando observamos detalhadamente o trecho do Projeto de Lei para a denominação de uma das ruas da cidade a partir do nome de B2, anteriormente mencionada, que justifica sua homenagem:

Em [ano] foi agraciada com o recebimento do título de cidadão suzanense, pelo então prefeito [...] Recebeu o Diploma de Honra ao Mérito e respectiva medalha no ano de [ano] do então prefeito [...]. Recebeu o diploma da colônia japonesa, por ter sido uma das imigrantes mais antigas radicadas no Brasil, por ocasião do Cinquentenário da Colônia Japonesa no Brasil. [...] Teve participação marcante no seio da colônia japonesa e da sociedade suzanense, pois, sendo parteira, quando não existiam os recursos médicos e hospitalares de hoje, chegou a atender centenas e centenas de partos, segundo afirmação dos mais chegados a ela, cujas crianças por ela atendidas, provinham das mais variadas raças (*sic*), não fazendo ela nenhuma distinção para o atendimento, apenas assim procedia pela sua bondade e o privilégio de ver nascer em suas mãos uma criança.

Neste trecho, por sua vez, há a justificativa para a nomeação de rua como homenagem a outro membro da rede familiar:

[...] foi sócio da Associação Cultural Suzanense, do Clube Mirambava, foi um dos incentivadores do Kêndo (*sic*), Judo (*sic*). Em nossa cidade, juntamente com o Sr NB2 SB2 e Sr NB3 SB3, Participou de vários eventos sociais, cívicos e filantrópicos em Suzano, exerceu a atividade de agricultor, foi proprietário de [negócio], comerciante efetuando vendas de frutas e transportando para o CEASA, tinha muito amor à cidade [...]¹¹²

Por meio da leitura desses dois trechos, tomamos conhecimento de como elementos referentes à trajetória e à memória individual do sujeito (imigrou no ano ..., foi radicada no ano..., foi incentivador de atividades...), bem como a papéis e identidades sociais ocupados por eles (parteira, sócio de clube, agricultor, proprietário de negócio, comerciante) (GOFFMAN,2002; BURKE e STETS, 2009) mesclam-se com a memória coletiva da cidade, e

¹¹² Em ambos os trechos, alguns dados foram omitidos entre colchetes para preservar o anonimato da rede familiar participante. Nessas omissões, preenchemos os colchetes com a palavra referente àquela informação.

não apenas da comunidade japonesa (HALBWACHS, 1990). Esse fato é evocado justamente na homenagem proposta a ambos e que, por sua vez, reflete-se na PL local, nesses casos, através de ruas que recebem seus nomes.

3.5.2 Fachadas Comerciais

Para a investigação deste item, consideramos letreiros e fachadas referentes a estabelecimentos comerciais de lojas diversas (supermercados, quitandas, padarias, entre outros), a restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas e a prestadores de serviços (salões de cabeleireiros, lavanderias, estacionamentos, entre outros). Ao todo, encontramos 81 itens na área investigada.

O bairro com maior concentração de fachadas relacionadas à LH é o *Centro* (32 itens), seguido da *Vila Figueira* e *Vila Costa* (13 e 11 itens, respectivamente). Uma das hipóteses para que as ocorrências sejam mais elevadas nos bairros mencionados é baseada na maior concentração de atividade comercial, ao passo que outros bairros onde foram encontradas menor itens de fachadas, há predomínio de residências, como no caso dos bairros *Cidade Edson*, *Conjunto Residencial Iraí*, *Cidade Cruzeiro do Sul*, *Jardim Imperador*, *Jardim Realce* e outros. Ainda assim, é possível notar, mesmo em bairros que apresentam tanto residências como comércios, um número considerável de fachadas, a exemplo do *Jardim Santa Helena* e do *Jardim Anzai*, com 5 e 4 ocorrências respectivas cada.

Em consonância com as análises anteriores referentes aos nomes dos membros da família participante da pesquisa e aos nomes de logradouros, separamos as fachadas encontradas em grupos, de acordo com a composição dos nomes dos estabelecimentos a que se referem, buscando identificar um padrão de composição comum a cada grupo. Nesse intuito, chegamos a 8 padrões¹¹³ e mais 6 composições com ocorrências isoladas, considerando, para sua composição, os seguintes elementos: palavra(s) e/ou parte(s) de palavra(s) em português; palavra(s) em japonês; palavra(s) em outra(s) língua(s); nome(s) próprio(s) em japonês; sobrenome(s) em japonês; nome(s) próprio(s) em outra(s) língua(s); sobrenome(s) em outra(s) língua(s). Os padrões estão listados a seguir:

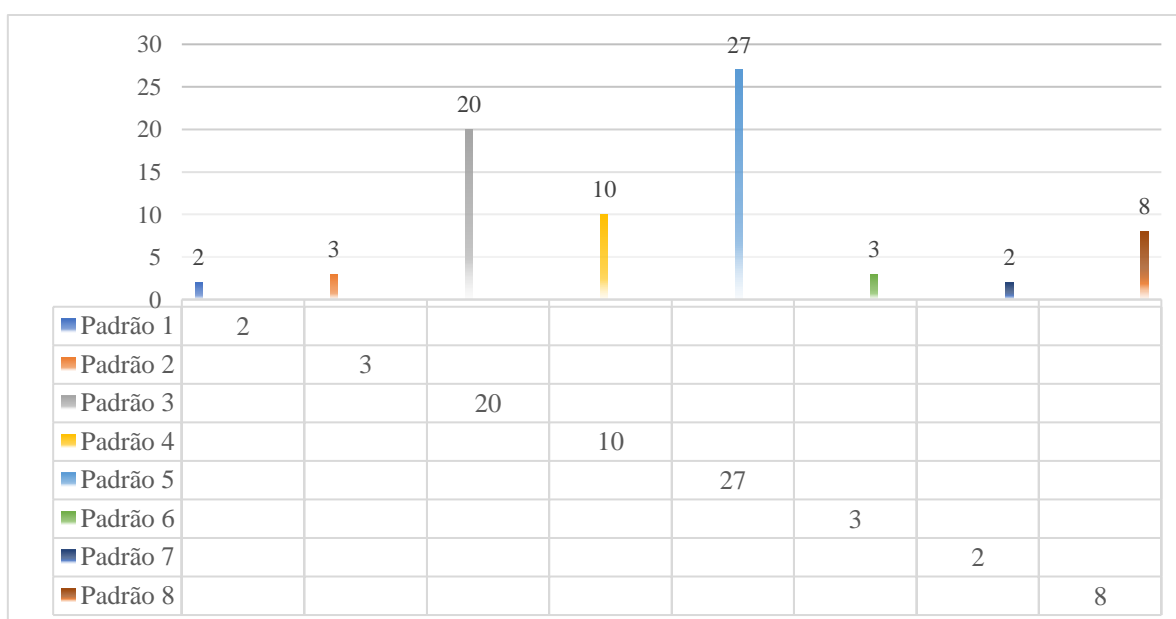
- Padrão 1: palavra e/ou parte de palavra em português
- Padrão 2: palavra e/ou parte de palavra em japonês

¹¹³ Assim como na composição de nomes dos membros familiares, elegemos o fator *frequência* para a consideração de um padrão.

- Padrão 3: palavra e/ou parte de palavra em português + palavra em japonês
- Padrão 4: palavra e/ou parte de palavra em português + nome próprio em japonês
- Padrão 5: palavra e/ou parte de palavra em português + sobrenome em japonês
- Palavra 6: sobrenome em japonês
- Padrão 7: palavra e/ou parte de palavra em outra língua + nome próprio japonês
- Padrão 8: palavra e/ou parte de palavra em outra língua + sobrenome japonês

A quantidade respectiva de ocorrência de cada padrão pode ser verificada no seguinte gráfico:

Gráfico 4: Quantidade de fachadas comerciais identificadas, de acordo com o padrão de composição de nomes.



Os padrões mais frequentes são os 3 e 5, com 20 e 27 fachadas cada, respectivamente, enquanto o padrão 4 apresenta 10. Os demais apresentam média e baixa frequências, dentre os quais o padrão 8, que apresenta ocorrência um pouco mais expressiva (8 fachadas) do que os demais. Dada a grande quantidade de fachadas encontradas, esse agrupamento por tipo de composição de nomes permite que analisemos uma fachada de cada padrão mais detalhadamente, com base nas categorias mnemônicas de Hymes (1972).

Veremos, entretanto, que, assim como as categorias SPEAKING (idem), tais padrões servir-nos-ão mais como forma de orientação para a organização de dados e menos como categorias absolutas e fechadas, visto que não são capazes de abarcar, sozinhas, todas as

características e riquezas dos dados identificados. Notamos essa limitação pelas próprias composições que não se encaixam em nenhum dos padrões estabelecidos e, ao mesmo tempo, não apresentam uma ocorrência frequente nos dados encontrados para serem consideradas padrões.

Antes da análise de cada padrão, é importante ressaltar que, embora apresentem composições variadas, a *finalidade* em comum das fachadas é a de identificar e promover o estabelecimento comercial a que se refere. No entanto, para as demais categorias SPEAKING, analisaremos um item de cada padrão, a fim de trazer à luz as particularidades que cada um deles pode apresentar.

3.5.2.1 Padrões de fachadas comerciais

Padrão 1

Como base na composição de nomes deste padrão, formado somente por palavras em português ou partes de palavras que, possivelmente, fazem alusão à ancestralidade ou relação dos responsáveis pelos estabelecimentos com o Japão (imagem 2), temos, para *instrumentalidades*, apenas o uso do português e, conseqüentemente, a seqüência de *atos* norteia-se por ele, apresentando-se na horizontal, da esquerda para a direita.

Imagem 2: Fachada comercial Loja Japonesa



Fonte: Acervo próprio

Imagem 3: Fachada comercial Japa Cabeleireiros



Fonte: Acervo próprio

Elementos multimodais de caráter extralinguístico também se somam às instrumentalidades, porém, com propósitos diferentes. Na imagem 2, a fachada toda branca com um círculo pequeno na cor vermelha faz alusão à bandeira nacional japonesa, enquanto na imagem 3, os elementos visuais referem-se ao tipo de serviço prestados no estabelecimento em questão.

No primeiro padrão, notamos que o *tom* assumido por ambas as fachadas busca apresentar, de maneira ampla, essa relação entre o estabelecimento e, possivelmente, a cultura de origem de seus proprietários, permitindo que tal relação torne-se de conhecimento geral para os clientes e transeuntes sem que, com isso, deixe, em sua *norma*, de se aproximar dos demais públicos não-descendentes, uma vez que se utiliza da língua portuguesa para compor sua fachada. Além disso, ao optar por assumir tal *tom* totalmente na língua majoritária, sem utilizar a LH, observamos outros elementos multimodais de caráter extralinguístico, como no caso da imagem 2, que busca elementos culturais que parecem aproximar ainda mais o público da cultura nipônica. Assim, embora dentro de um mesmo padrão devido à lógica de composição de nomes, notamos que a fachada vista na imagem 2 apresenta mais elementos da LH do que a outra, quando consideramos elementos extralinguísticos para a análise.

Padrão 2

Ao contrário do item anterior, este padrão apresenta sua composição de nome apenas com palavra(s) na LH: *Himawari*, *Kaishi Sushi*. Entretanto, por empregá-las em sua forma romanizada, a sequência de *atos* é na horizontal, da esquerda para a direita. Vemos, nas *instrumentalidades*, a língua majoritária ser utilizada para complementar a fachada, expondo o tipo de serviço e/ou produtos oferecidos (imagem 4). Além disso, na mesma imagem, vemos

ainda como os elementos multimodais de caráter extralinguístico na fachada buscam fazer alusão ao nome do estabelecimento com o girassol – justamente, *himawari*, em japonês.

Imagem 4: Fachada comercial Himawari



Fonte: Acervo próprio

Assim, ainda que esse padrão pressuponha a opção por utilizar somente a LH em seu nome, através de suas *instrumentalidades*, materializem-se elas por meio do uso do português ou de elementos multimodais de caráter extralinguístico, as fachadas apontam para um *tom* semelhante ao anterior e uma *norma* de aproximação tanto do público falante de herança como dos não falantes de herança, na medida em que torna acessível a ambos os públicos o conhecimento sobre os serviços oferecidos.

Padrão 3

Com o segundo maior índice de fachadas, os nomes nesse padrão compõem-se por palavra(s) ou parte dela(s) na língua majoritária e palavras na LH, o que, por sua vez, permite uma utilização mais variada das *instrumentalidades* para compor o *tom* e a *norma* das fachadas. Embora todos os itens identificados empreguem a palavra japonesa em sua forma romanizada, alguns deles apresentaram-na, também, na LH (imagem 6).

Nesse padrão, a palavra em japonês apresenta-se como o nome, de fato, do estabelecimento, enquanto a palavra em português parece exercer papel complementar, de modo a deixar claro ao público do que se trata o serviço oferecido no local em questão, como notamos em exemplos como: *Perfumaria Sumirê*, *Pastelaria Nippon*, *Kenzai Vidros Automotivos*, *Restaurante Tomodaty*, dentre outros. Somente em uma fachada, *Obento do Japa*,

a palavra em japonês elucidada ao público que o estabelecimento em questão é do ramo de restaurantes¹¹⁴ e em outra, há a presença de um nome próprio em português: *Hoken Suzano*.

Imagem 5: Fachada comercial Restaurante Suzulan



Fonte: Acervo próprio

Assim como no item anterior, as fachadas encontradas nesse padrão apresentam elementos multimodais de caráter extralinguístico que compõem suas *instrumentalidades*. Alguns deles, como visto na fachada da imagem 3 do padrão 1, buscam esclarecer ou reforçar o tipo de serviço oferecido; outros relacionam-se à LH através de elementos culturais, tais como o *torii*, portal tradicional japonês comumente encontrado em templos xintoístas, apresentado logo na entrada do restaurante conforme imagem 5. Conjuntamente, incluem-se as cores da bandeira nacional japonesa, esta ainda representada de maneira estilizada de forma circular no letreiro que carrega o nome do restaurante.

Imagem 6: Fachada comercial Lavanderia Suissen



Fonte: Acervo próprio

¹¹⁴ *obentō* são pratos japoneses feitos para serem levados e consumidos no trabalho, escola, parque, etc., assemelhando-se às marmitas.

Imagem 7: Fachada comercial Kyodai Hortifruti



Fonte: Acervo próprio

Ainda neste padrão, notamos outra particularidade quanto à sua *instrumentalidade* e sequência de *atos* pois, por apresentar palavras em japonês, há fachadas (imagem 6) que a reproduzem também na língua japonesa escrita, e não em sua romanização, orientando-se, nesses casos, verticalmente, de cima para baixo. Identificamos uma segunda utilização de caracteres japoneses na composição deste tipo de fachada, no entanto, seu uso não parece se relacionar nem com o serviço prestado, nem com a palavra em japonês que dá nome ao estabelecimento (imagem 7).

Como observamos no padrão anterior, a composição das fachadas neste padrão parece, também, denotar a relação entre os estabelecimentos e a relação que seus donos apresentam com a língua e cultura japonesa. No entanto, ao utilizar-se tanto da língua majoritária quanto da LH, o *tom* do padrão 3 expressa um equilíbrio maior entre as línguas e culturas acionadas e, conseqüentemente, direciona-se tanto para falantes de herança quanto para não falantes de herança. Em relação aos elementos multimodais de caráter extralinguístico, notamos que, enquanto para o primeiro grupo esses elementos têm como principal função reforçar uma ideia e/ou conceito, possivelmente, já conhecido e sabido pelos indivíduos, ao relacionar-se com o segundo grupo, tais elementos exercem um papel mais expressivo de comunicar visualmente ao falante a relação entre o nome do estabelecimento, em japonês, e seu significado.

Padrão 4

Fachadas nesse padrão apresentam nomes compostos por palavra(s) ou parte(s) dela(s) em português e um nome próprio de origem japonesa, como em: *Esportes Muneo*, *Yoshio Auto*

Peças, Hiromi Perfumaria, e outros. Assim como no padrão anterior, verificamos a utilização do português destinada a apresentar o propósito do estabelecimento, como observado nesses mesmos exemplos. Nesse grupo, o nome *Jiro san veículos* apresenta uma particularidade quanto às *instrumentalidades*, já que, embora seja composto por uma palavra em português e um nome próprio japonês, apresenta, ainda, o sufixo honorífico *-san*, que denota polidez. Também encontramos elementos multimodais de caráter extralinguístico que fazem alusão ao serviço oferecido, assim como elementos da cultura japonesa, novamente sinalizados pelas formas e cores da bandeira japonesa (imagem 8). Nesta fachada, verificamos que o nome da loja, escrito por romanização, também é apresentado em *kanji*, seguindo a orientação vertical.

Imagem 8: Fachada comercial Hiro produtos orientais



Fonte: Acervo próprio

Como no padrão anterior, o *tom* assumido, aqui, é de maior integração entre a língua e cultura majoritária e a de herança; porém, notamos, neste caso, maior expressão de individualidade com o emprego do nome próprio, muito provavelmente, do dono do estabelecimento. Essa individualidade é reforçada ainda mais pelo uso de caracteres japoneses para apresentar o nome próprio em questão, visto que um nome, apesar de ter uma mesma pronúncia, pode ser escrito com caracteres diferentes, dentro das possibilidades disponíveis¹¹⁵.

Padrão 5

Este é o padrão mais expressivo dentre os encontrados, formado por palavra(s) ou parte(s) dela(s) em português e um sobrenome de origem japonesa: *Quitanda Ueno, Quitanda*

¹¹⁵ Notamos como a escolha dos caracteres que compõem o nome próprio do indivíduo têm papel relevante para aquilo que é esperado da e para a pessoa em questão, como sinalizado por diversos participantes da pesquisa nos questionários online, no qual afirmam que escolheram os nomes de seus filhos ou tiveram seus próprios nomes escolhidos em função do significado dos caracteres. Em algumas entrevistas, ao serem questionados sobre seus nomes japoneses, os entrevistados até mesmo mencionam o significado de cada um dos *kanji*.

Takeuchi, Masuda Elétrica, Padaria Katayama, Flora Miyanishi, Drogaria Tani, Supermercados Shibata e outros. Assemelhando-se aos padrões anteriores, neste, as palavras em português apresentam o tipo de serviço do estabelecimento, enquanto o sobrenome é utilizado como elemento principal para nomeá-lo. Segue-se a mesma sequência de *atos*: orientação horizontal, da esquerda para a direita, porém, em fachadas nas quais há a presença de caracteres japoneses, a orientação é na vertical, de cima para baixo. Os elementos multimodais de caráter extralinguístico, nesse padrão, são predominantemente relacionados ao tipo de serviço prestado ou produtos comercializados no estabelecimento visto na imagem 9 e relacionados à cultura japonesa através da utilização dos elementos da bandeira nacional do Japão e suas cores, como na fachada da imagem 10.

Imagem 9: Fachada comercial Quitanda Ueno



Fonte: Acervo próprio

Imagem 10: Fachada comercial Higashi Lar & Construção



Fonte: Acervo próprio

O padrão 5 difere, em grande medida, de seu anterior ao substituir a utilização de um nome próprio por um sobrenome de origem japonesa. Tal escolha sinaliza, também, uma mudança no *tom*, que pode ser inferido dessas fachadas. Ao optar pelo sobrenome e não pelo nome, verificamos um *tom* mais próximo do coletivo (nestes casos, sinalizado provavelmente pelo sobrenome familiar) do que do individual verificado no padrão 4. Com isso, esse padrão aproxima-se mais da *tradição*, no que se refere à cultura ancestral, do que o anterior.

Padrão 6

Neste grupo, encontramos fachadas cujos nomes compõem-se somente por uma palavra em japonês, um sobrenome: *Okamoto*, *Sayama*, *Yamaki*. Apesar disso, a orientação textual é horizontal, da esquerda para a direita, visto que todos os exemplos localizados utilizaram-se da escrita romanizada e não da escrita japonesa em *hiragana* ou *kanji*.

Imagem 11: Fachada comercial Sayama



Fonte: Acervo próprio

Imagem 12: Fachada comercial Okamoto



Fonte: Acervo próprio

Semelhante ao anterior, o *tom* empregado neste padrão parece estar ainda mais ligado à tradição do que o padrão 5, uma vez que suprime a utilização de palavras que expliquem o propósito do estabelecimento, estejam elas em português ou em japonês; parece-nos que o estabelecimento já se tornou tão tradicional e conhecido para os suzanenses que não há necessidade dessa apresentação. É possível também que, em primeiro momento, tais estabelecimentos tenham se popularizado somente entre os falantes de herança, mas a utilização do português nas instrumentalidades e *sequências de atos* mostram que tais fachadas buscam se aproximar e tornar-se acessíveis também para os não falantes de herança. Notamos que, por não oferecer nenhuma pista linguística em seu nome sobre os serviços oferecidos ou bens comercializados, essas fachadas optam por adotar uma logomarca que remeta à categoria de produtos (imagem 11) e, também, adicionam mais informações textuais em português sobre o que o cliente poderá encontrar no estabelecimento (imagem 12), facilitando ainda mais a aproximação de ambos os públicos, falantes de herança ou não, dos serviços oferecidos.

Padrão 7

Este padrão apresenta palavra(s) em outra língua diferente do português e do japonês e um nome próprio japonês para compor sua fachada. Nos casos encontrados, essa língua adicional é o inglês e refere-se, como nos padrões anteriores, ao tipo de serviço prestado, como na fachada da imagem 13: *Lika Studio Hair*. Utilizando-se da forma romanizada dos nomes, as fachadas apresentam orientação textual como a do inglês. Quanto aos elementos multimodais de caráter extralinguístico, verificamos, novamente, uma imagem que alude ao serviço prestado.

Imagem 13: Fachada comercial Studio Hair Lika



Fonte: Acervo próprio

A adição de palavras em inglês parece somar novo significado ao *tom* visto no padrão 4, justamente por sinalizar uma certa internacionalização e, com isso, trazer para si um *tom* que se aproxima mais do moderno do que do tradicional¹¹⁶, no que se refere, sobretudo, à língua e cultura japonesas.

Padrão 8

No último padrão verificado, identificamos uma variação do anterior. É composto de palavra(s) ou parte(s) de palavra(s) em outra língua – que, aqui, também é o inglês –, substituindo-se, neste caso, o nome próprio por um sobrenome em japonês: *Honda Eco Wash*, *Kataoka's Car*, *Miura Sports*, dentre outros. Como no padrão anterior, também se utiliza da forma romanizada e, nesse caso, com orientação horizontal da escrita, seguindo a língua ocidental. Em duas outras fachadas, porém, há a presença de caracteres japoneses, como evidenciam as imagens 14 e 15.

Imagem 14: Fachada comercial Honda Eco Wash



Fonte: Acervo próprio

¹¹⁶ Destacamos o papel da língua inglesa, atualmente popular e amplamente conhecida pelo mundo através de aspectos variados da cultura, como cinema, música, séries de TV, etc., assim como do *American way of life*, sobretudo após o período da Guerra Fria. Essa influência também pode ser observada na própria língua japonesa moderna, que incorpora diferentes palavras advindas do inglês em seu vocabulário adaptando-as à sua pronúncia e escrita, em *katakana*.

Imagem 15: Fachada comercial Kawakami Auto Center



Fonte: Google Street View (abril de 2022)

Nos exemplos mencionados, notamos que, com o emprego dos sobrenomes em *kanji*, a orientação passa a ser vertical, de cima para baixo. Além disso, na imagem 15, além de apresentar o sobrenome em caracteres, complementa-o com palavra relacionada ao tipo de serviço oferecido: 河上自動車¹¹⁷, sendo a única fachada encontrada dentre as 81 que apresenta o nome e palavra que alude ao serviço prestado nos dois sistemas de escrita, japonês e português.

Com estrutura semelhante ao padrão anterior, o *tom* adotado pelas fachadas nesse padrão parece ser, porém, quando comparado ao da anterior, mais próximo do polo *tradição*. Ao adotar o uso de sobrenomes em vez de nomes próprios, há maior presença dos elementos *família* e *coletividade* do que de *individualidade*, sinalizada pelo nome próprio. Além disso, o emprego da escrita em *kanji* aproxima essas fachadas ainda mais da *tradição*. No entanto, quando comparado aos padrões 5 e 6, esse traço *tradicional* parece menos intenso, justamente devido à adição de palavras em inglês.

Demais formas de composição de nomes de fachadas

Do total de fachadas analisadas, 6 não foram agrupadas em nenhum dos padrões mencionados e não formam outros padrões devido à baixa ocorrência (apenas 1 para cada caso). Esses casos foram considerados como variações dos padrões encontrados, tais como: palavra em outra língua (inglês) + palavra em japonês (*Takara Beauty*), palavra em português + sobrenome em japonês + (possivelmente) sobrenome em outra língua (*Hajermaq & Yoshita*

¹¹⁷ Lit. *Carro Kawakami*, em japonês.

Com. E Manutenção Ltda), palavra em português + nome e sobrenome em japonês (*Hideki Toku Vidros*), e outros.

A análise desses oito padrões exibidos evidencia que, embora as fachadas apresentem como *objetivos* e *finalidades* em comum a identificação e promoção do estabelecimento a que se refere, esses objetivos são alcançados de formas diferentes a partir da variedade de *instrumentalidades* e *sequência de atos* que vimos, não apenas considerando os elementos linguísticos, como também os multimodais de caráter extralinguístico. Tal variedade incide ainda em *tons* diferentes, ainda que em variações, muitas vezes, sutis, e influenciará, igualmente, nas *normas* apresentadas em cada padrão de fachadas.

À exceção dos padrões 2 e 6, notamos que todos os demais utilizam-se tanto de palavras e elementos do japonês como do português, evidenciando que, mais do que se situarem em um polo ou outro (tradição x modernidade, coletivo x individual), tais fachadas foram compostas de modo a trazer elementos da língua e da cultura japonesas não de forma exclusivista aos membros da comunidade de descendentes, mas, sim, em contato com a língua e a cultura presentes no Brasil. Mesmo esses padrões que não possuem palavras em português em sua composição – por exibirem os sobrenomes na forma romanizada, e não apenas em caracteres japoneses – denunciam que há um projeto que engloba os falantes de herança sem exclusividade, visto que a escrita romanizada de palavras e nomes japoneses visa a justamente facilitar o contato entre aprendizes estrangeiros e a língua japonesa. Adicionalmente, os elementos multimodais de caráter extralinguístico dão pistas sobre o tipo de comércio, tornando a comunicação mais fluida e econômica.

3.5.3 Obras artísticas

Consideremos, para este gênero, três subgêneros principais: i) pinturas e colagens; ii) estátuas e esculturas; e iii) monumentos. Ao todo, coletamos 21 itens, que se concentram, sobretudo, no *Centro* (14) e na *Vila do Sol Nascente* (3). Além disso, neste grupo, temos, como veremos na imagem 22, um item que não possui localização fixa dada sua característica particular.

3.5.3.1 Pinturas e colagens

O primeiro grupo compõe-se por 9 paisagens que se manifestam através de diferentes instrumentalidades: painéis, murais, artes impressas em adesivo utilizadas para decoração.

Imagem 16: Câmara Municipal de Suzano



Fonte: Acervo próprio

Imagem 17: Reprodução do Templo Daigozan Jomyoji em mural artístico



Fonte: Acervo próprio

Imagem 18: Mural artístico 1 do Templo Honpa Hongwanji de Suzano



Fonte: Acervo próprio

Alguns deles, além de figuras e imagens, apresentam, também, palavras escritas em português (imagem 16), palavras escritas em japonês (imagem 17) e escritas nas duas línguas (imagem 18). Quanto à sequência de *atos*, à exceção do exemplo da imagem 17, que não pode ser avaliada por apresentar apenas um caractere ao centro, segue a ordenação do português: horizontal, da esquerda para a direita. O mesmo ocorre com a parte do texto da imagem 18 escrita em português; porém, neste caso, o texto em japonês, que sinaliza o nome da instituição, ordena-se de cima para baixo. A forma como essas duas categorias – *instrumentalidades* e *sequência de atos* – são organizadas nesse subgênero evidencia que, em paisagens que se referem a patrimônios públicos civis – o prédio da câmara municipal da cidade, os ônibus municipais, como veremos adiante –, a preferência é pela língua majoritária, o português.

Imagem 19: Mural artístico 2 do Templo Honpa Hongwanji de Suzano



Fonte: Acervo próprio

Imagem 20: Mural artístico 3 do Templo Honpa Hongwanji de Suzano



Fonte: Acervo próprio

Imagem 21: Reprodução artística de carpas em mural artístico



Fonte: Acervo próprio

Imagem 22: Colagem artística em ônibus municipal



Fonte: Acervo próprio

Quanto aos elementos multimodais de caráter extralinguístico, notamos que, enquanto nas figuras 16, 18, 19, e 20 há a presença de itens típicos da cultura japonesa – a flor de cerejeira, a paisagem com o Monte Fuji ao fundo e animais com forte simbologia na sociocultura japonesa, tais como o grou-da-manchúria, tigre e tartarugas –, nas demais paisagens, esses elementos coexistem com outros, como vemos nas figuras 17, 21 e 22. Neste último, observamos que o *torii* e as flores de cerejeira não aparecem sozinhos, mas acompanhados de outros elementos importantes para a história de Suzano, como o chapéu de couro tipicamente usado por Luiz Gonzaga, a fim de sinalizar a participação dos povos advindos do nordeste do Brasil para o

desenvolvimento da cidade; a *Arena Suzano* e a bola de vôlei, esporte pelo qual a cidade ficou conhecida como “a capital do vôlei” na região do Alto Tietê durante o período de 1990 a 2000¹¹⁸; o trem, sinal de progresso para cidade¹¹⁹; e, por fim, outros elementos que complementam a noção de desenvolvimento e progresso alcançados por Suzano, como os prédios e os ônibus.

Após a análise dos elementos que compõem esse item, interessa-nos ressaltar como a colagem feita nos ônibus, diferentemente dos demais itens, não configura uma PL que se encontra num ponto fixo da cidade e que permitiria o deslocamento das pessoas para visitação como ocorre com os demais. Tratando-se de uma imagem colada em um meio de transporte que circula pelas ruas suzanenses, sua visibilidade permite que mais pessoas, moradoras de diferentes regiões da cidade, possam entrar em contato com tal paisagem. Desse modo, a partir de sua *norma*, inferimos que tais PLs permitem o acesso e contato com elementos da língua e cultura japonesa aos cidadãos suzanenses no geral, e mais: buscam evidenciar que tais língua e cultura não se encontram isoladas, como se destinadas a um único grupo, mas, sim, integradas a outros elementos da comunidade local.

3.5.3.2 *Estátuas e esculturas*

O segundo grupo totaliza 12 paisagens identificadas na área de investiga o. Na região central da cidade, na Praça dos Expedicionários, encontram-se estátuas referentes a personagens da franquia de jogos eletr nicos e anima o japonesa *Pokémon*, cujas *finalidades* de difusão cultural e de entretenimento são subjacentes. Ao todo, são sete estátuas fixas na região central e outras cinco que aparecem eventualmente em outros pontos da cidade, de acordo com atividades e eventos realizados pela comunidade de fãs dos jogos. Além da forma visual das estátuas das personagens, há textos escritos em placas anexadas a cada monumento, redigidos em português, remetendo à fonte e ao estilo utilizados nos jogos da própria franquia. Compreendemos, assim, que o *tom* criado pelas estátuas também   de aproxima o em rela o aos indivíduos que interagem com elas, sejam ou não falantes de japonês como LH, uma vez que há a mistura de elementos da LH – personagens dos jogos e anima es famosas, estilo de escrita – com elementos da língua e cultura do Brasil – escrita em português, orienta o de texto

¹¹⁸ <https://odiariodemogi.net.br/suzano/megacampe-a-capital-do-volei-suzano-voltara-a-ter-time-adulto-em-agosto-1.18743> e <https://ge.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/volei/noticia/supercampea-e-cidade-do-volei-no-passado-suzano-deve-voltar-a-ter-time-adulto-em-2021.ghtml>

¹¹⁹ O próprio nome da cidade foi escolhido em homenagem a Joaquim Augusto Suzano Brandão, engenheiro responsável pela conclusão.

ocidental. Isso permite, assim como no caso das construções, a interação desses monumentos com públicos variados, não sendo, portanto, direcionados exclusivamente aos falantes de LH¹²⁰.

Imagem 23: Estátua da franquia japonesa “Pokémon” localizada na Praça dos Expedicionários



Fonte: Acervo próprio

Outro ícone da cultura japonesa presente na cidade em forma de estátua é o personagem *Doraemon*. Embora, diferentemente das anteriores, não apresente placas ou informações utilizando-se da língua majoritária ou da LH para comunicar algo, é interessante notar como o personagem – e, também, a cultura que simboliza – integra-se à paisagem à sua volta: em frente à *Arena Suzano*, um dos mais importantes estádios poliesportivos na cidade, principalmente na realização de competições de vôlei. *Doraemon* segura uma bola do esporte em uma das mãos, enquanto, com a outra, parece saudar os visitantes que vão até a arena assistir aos jogos ou, simplesmente, os transeuntes que passeiam pelo parque no qual está localizado, o *Parque Municipal Max Feffer*.

¹²⁰ A repercussão desses monumentos foi noticiada em diversos canais de notícias do país, além de veículos de comunicação internacionais.

Imagem 24: Estátua da animação japonesa “Doraemon” localizada no Parque Municipal Max Feffer



Fonte: Acervo próprio

Para além da cultura *pop*, outras obras que remetem à cultura japonesa encontram-se na Praça do Sol Nascente: a escultura de uma grande dobradura em forma de *tsuru* (imagem 25), que remete tanto à arte japonesa do *origami*, as dobraduras com papel, quanto ao grou-da-manchúria, ave com grande valor simbólico na cultura nipônica; a escultura feita pela artista *nikkei* Tomie Ohtake, em homenagem ao centenário da imigração japonesa no Brasil (imagem 26) e o busto do ex-prefeito suzanense Pedro Miyahira, que esteve à frente da cidade entre 1969 e 1973, sendo considerado uma importante figura para o desenvolvimento estrutural e socioeconômico de Suzano.

Imagem 25: Escultura de Tsuru localizada na Praça do Sol Nascente



Fonte: Acervo próprio

Imagem 26: Escultura de Tomie Ohtake em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa localizado na Praça do Sol Nascente



Fonte: Página do Facebook da Prefeitura Municipal de Suzano

Apesar de partilhar de características comuns com as estátuas anteriores no que se refere à sequência de *atos* (assim como nas estátuas dos *Pokémon*, também possuem placas com informações escritas em português sobre si), *instrumentalidades* e *tons*, quando nos voltamos para a *finalidade* e a *norma*, verificamos que essas três estátuas possuem um elemento a mais, pois não foram construídas somente com o propósito de entreter ou homenagear determinada obra, seja ela um jogo ou um *anime*, mas, sim, a cultura japonesa no geral, notadamente os imigrantes japoneses que vieram ao Brasil, visto que as duas primeiras, a estátua do *tsuru* e de Tomie Ohtake, ocorreram em celebração dos cem anos de imigração japonesa, ao passo que a segunda busca homenagear um *nikkei* suzanense e seus feitos que contribuíram com o avanço da cidade. Dessa forma, observamos que possuem um *tom* mais acentuado e voltado à homenagem dos *feitos* e das *pessoas* por trás dessas realizações relacionadas ao Brasil e, mais especificamente, à cidade, de modo que faça com que os participantes dessas PL não apenas entrem em contato com a cultura japonesa que, muitas vezes, não conhecem e com a qual não interagem cotidianamente, mas que tomem consciência e compreendam a participação desses imigrantes e de seus descendentes no local onde vivem.

3.5.3.3 Monumentos

Semelhante às três últimas estátuas mencionadas no subitem anterior, a única paisagem encontrada neste grupo apresenta finalidade cultural, mas que se amplia a outras esferas na medida em que traz à luz a representatividade e o valor dos imigrantes japoneses e de seus

descendentes que contribuíram para a cidade, levando, portanto, a finalidades históricas e sociais também. Sob essa visão, demonstram um *tom* que visa mais a homenagear a comunidade *nikkei* e demonstrar como suas ações agregaram valor à cidade, em diferentes setores, além de evidenciar a integração dessa cultura com tantas outras presentes na cidade. Diferindo-se um pouco das estátuas da cultura *pop*, o tom de difusão da cultura japonesa aparece em segundo plano, quando comparado com a homenagem e importância histórica que são ressaltadas.

Imagem 27: Monumento em homenagem ao Cinquentenário da Imigração Japonesa na cidade de Suzano localizado na Praça João Pessoa



Fonte: Acervo próprio

Esses elementos manifestam-se através das instrumentalidades que formam tais paisagens: observamos que as cores e parte das formas utilizadas remetem à bandeira nacional japonesa, a exemplo do monumento localizado na Praça João Pessoa, criado em decorrência dos cinquenta anos de imigração japonesa na cidade. Numa placa anexada ao monumento, a língua utilizada é o português e, portanto, a sequência de *atos* orienta-se na horizontal, da esquerda para a direita. Tais características, por sua vez, refletem-se, assim, em uma *norma* que busca levar a uma possível reflexão de diferentes públicos que compõem a população suzanense quanto à presença dos imigrantes japoneses e sua contribuição para a cidade em que residem.

3.5.4 Instituições

Neste grupo, reunimos ao todo 9 itens, que não apresentam grande concentração em nenhum local específico, dada a baixa incidência nos bairros identificados: 2 encontram-se no

Centro e 2 no Jardim Realce, ao passo que as demais apresentam-se isoladamente ao longo de outros bairros.

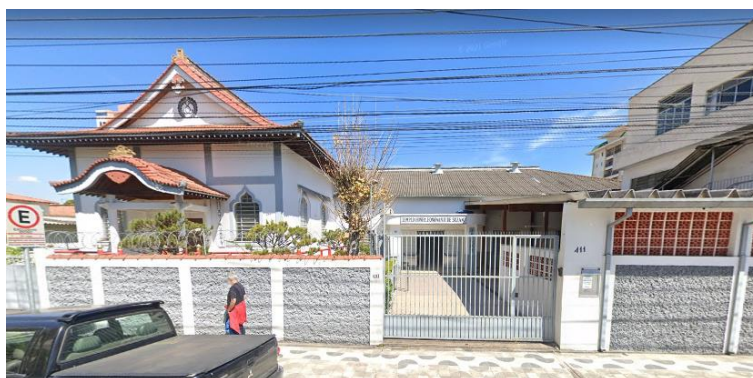
Analisamos, a partir dos dados apresentados, como os hábitos e os costumes relacionados à religião budista refletem-se na interação do falante com sua LH e com a respectiva comunidade, conseqüentemente, se apresentando na PL na forma de templos religiosos encontrados na cidade¹²¹. Localizamos 2 templos presentes na PL de Suzano dentro da área limitada para investigação: Igreja *Shingonshu Kongoji* e Templo *Honpa Hongwanji* de Suzano, além da *Seicho-no-iê* do Brasil. Poderíamos assumir, inadvertidamente, que a finalidade de todos eles é meramente religiosa, isto é, de manutenção e prática dos rituais religiosos correlacionados.

Imagem 28: Templo Budista *Shingonshu Kongoji*



Fonte: Google Street View (março de 2021)

Imagem 29: Templo Budista *Honpa Hongwanji* de Suzano



Fonte: Google Street View (setembro de 2021)

¹²¹ Se considerarmos ainda os diferentes espaços de estudo das paisagens linguísticas elencados por Melo-Pfeifer e Lima-Hernandes (2020, p.7), como as paisagens linguísticas domésticas (*homescapes*; MELO-PFEIFER, no prelo), seria possível apontar a própria organização dos santuários de culto familiar presentes e organizados nas casas dos falantes de LH mencionados pelos entrevistados como uma construção de paisagem linguística influenciada pela LH desses indivíduos.

Imagem 30: Seicho-no-iê do Brasil



Fonte: Acervo próprio

No entanto, os templos exibidos nas imagens 28 e 29 assumem um papel mais amplo do que o de práticas religiosas. Eles estão listados na própria página oficial do município no setor *Turismo – Cultura Oriental*¹²² como pontos de visitação sobre a história local. É importante destacar que, além das práticas religiosas, estes templos realizam, também, eventos anuais relacionados à cultura e à culinária japonesa. Deste modo, observamos que tais instituições apresentam, além do fim religioso, propósitos que estão ligados à sociedade e à cultura japonesa presente na cidade.

No que se refere à *instrumentalidade* e sequência de *atos*, notamos que os nomes de cada instituição são escritos de forma romanizada, ou seja, a codificação linguística da LH dá-se através do alfabeto utilizado na língua dominante no país hospedeiro, e não no japonês. Além disso, a romanização é acompanhada de uma parte do nome na língua majoritária (“igreja”, “do Brasil”), como vemos nas imagens 29 e 30. A própria orientação direcional também se pauta pela escrita latina (horizontal, da esquerda para a direita, e não vertical, de cima para baixo, como no japonês, embora a primeira orientação também seja utilizada na língua). Relembrando a imagem 18, do mural do Templo *Honpa Hongwanji* de Suzano, porém, notamos que a LH é utilizada na orientação vertical, de cima para baixo.

Retomamos a “multilingual material culture of places” (ARONIN e Ó LAIORE, 2012, p.314) para destacar como, além da codificação linguística, há elementos que remetem à cultura ancestral na própria arquitetura, plantas, cores e outros itens presentes nestas construções.

¹²² <https://www.suzano.sp.gov.br/web/turismo/cultura-oriental/>.

Decidimos por não os separar como elementos pertencentes a gêneros distintos dentro da PL da cidade, pois fazem parte de cada construção abordada e, sendo analisados separadamente, estariam destacados de seu contexto.

Este conjunto de itens analisados – as *finalidades* dessas PLs, suas *sequências de atos* e *instrumentalidades* – podem indiciar pistas do *tom* que, possivelmente, tem sido adotado por essas instituições. A utilização da LH em forma romanizada nos nomes dos templos pode indicar que essas instituições não possuem caráter excludente, voltando-se somente àqueles que sabem ler japonês; com a romanização, os indivíduos que não possuem nenhum vínculo com a cultura japonesa ou conhecimento da língua saberão o mínimo sobre aquele lugar, assim como os falantes de LH, saibam eles ler em japonês ou não. Neste sentido, avaliamos que o *tom* adotado pelas instituições é de aproximação e de franqueamento do acesso a diferentes públicos.

Isto se reflete, então, na forma como os participantes interagem e interpretam essa PL, isto é, na *norma*. De acordo com o *tom* adotado pelas instituições, prevê-se que a relação entre PL e os indivíduos que dela participam seja de manutenção e práticas da língua e cultura ancestral, na medida em que proporciona aproximação com essa cultura, ao mesmo tempo em que permite sua interação com outros indivíduos que não necessariamente sejam falantes de japonês como LH.

Encontramos, ainda dentro do gênero *instituições*, 2 associações e 4 escolas¹²³: a Associação Cultural Suzanense – *Bunkyo* e Sociedade Beneficente Cultural e Associação *Kongoji Gakuen*, no primeiro grupo, e as Escolas Estaduais Prof^a Alice Setsuko Honda Miyake, Zeikichi Fukuoka, Prof^a Luiza Hidaka, além da Escola Municipal Toshio Utiyama, no segundo grupo. Utilizaremos a Associação Cultural Suzanense – *Bunkyo* e a Escola Municipal Toshio Utiyama para a análise de cada um dos grupos.

Fundada em 1938 (LEONE *et al.*, 2009; REVISTA COMEMORATIVA DO 70º ANIVERSÁRIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL SUZANENSE – BUNKYO, 2008; 80 ANOS DA COLÔNIA JAPONESA EM SUZANO, 2001) antes mesmo da emancipação de Suzano da cidade à qual pertencia, Mogi das Cruzes, a Associação Cultural Suzanense surgiu da iniciativa de imigrantes japoneses cujo objetivo era a promoção de atividades culturais e educacionais que permitissem a manutenção das tradições e dos costumes do seu país de origem. Inicialmente sob o nome de *Suzano Machi Nihonjin Fukeikai* (“Associação de Pais Japoneses da Vila de

¹²³ Há mais templos, associações e outras instituições na cidade, porém, encontram-se fora da área delimitada para a investigação da PL nesta pesquisa. No entanto, algumas instituições, sobretudo aquelas destacadas pelos falantes durante suas entrevistas, serão discutidas no item 3.5.5, juntamente com outras PLs de relevância para nosso estudo.

Suzano”), parte das atividades promovidas pela associação era realizada na casa das famílias dos próprios fundadores, como as aulas de língua japonesa e de prática de alguns dos esportes oferecidos.

O nome da associação sofreu mais algumas alterações, até que aquele oficial e adotado até os tempos atuais foi elaborado em 1960. Anos mais tarde, em 1978, o *Bunkyo* construiu, com a colaboração da comunidade *nikkei* da cidade, sua sede atual, que abriga diversos departamentos, como *gate ball*, *aikidō*, *kendō*, *karaoke*, *radio taiso*, *nihon gakko*, *haha no kai*, etc. (LEONE *et al.*, 2009, REVISTA COMEMORATIVA DO 70º ANIVERSÁRIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL SUZANENSE – BUNKYO, 2008; 80 ANOS DA COLÔNIA JAPONESA EM SUZANO, 2001).

Desse modo, notamos que as *finalidades* propostas pela Associação são diversas, pois incluem práticas esportivas, culturais, educacionais e sociais. A *Bunkyo* realiza, também, vários eventos e atividades, como os *undōkai* e a Festa da Cerejeira, anteriormente mencionados pelos falantes em suas entrevistas, como vimos no item 3.3.2.1, além de eventos beneficentes, festivais gastronômicos e outros, não necessariamente relacionados à comunidade de imigrantes e descendentes de japoneses. Essa diversidade torna a *Bunkyo* um espaço de convivência e de contato não somente entre falantes de herança e sua LH, como também com diferentes línguas e culturas que, por sua vez, também podem ser acessadas por outros públicos não relacionados à LH mencionada.

Voltemo-nos, agora, para a análise de como se configuram o nome da Associação nas placas que se exibem na fachada de sua sede.

Imagem 31: Associação Cultural Suzanense – Bunkyo – placa em português



Fonte: Acervo próprio

Imagem 32: Associação Cultural Suzanense – *Bunkyo* – placa em japonês



Fonte: Acervo próprio

A Associação possui dois tipos de codificação linguística escrita: uma em português, somente com o nome *Bunkyo* mantido na LH, porém, romanizado (imagem 31); e outra, em japonês, com orientação majoritariamente vertical (de cima para baixo), com apenas uma única palavra (文協 – *Bunkyo*) com orientação horizontal, da esquerda para a direita (imagem 32). O nome completo da associação, incluindo *Suzano*, foi registrado em escrita japonesa: スザノ文化協会 (*Suzano bunka kyōkai*). Notamos também que a Associação apresenta, em sua entrada, um grande *torii* em sua cor mais comum – o vermelho (imagem 33). Na mesma imagem, destacamos ainda como, geralmente, entre os meses de junho e julho, a associação colore-se de tons de rosa suave dos *sakuras*, as árvores de cerejeira plantadas ao longo dos muros da associação, período em que é realizada a tradicional Festa da Cerejeira, mencionada pelos entrevistados.

Imagem 33: Cerejeiras e o torii da Associação Cultural Suzanense – Bunkyo



Fonte: Acervo próprio

Assim como nos templos, avaliamos que estes elementos, quando analisados em conjunto, podem indicar que o *tom* adotado pela instituição é de aproximação e franqueamento ao acesso de diferentes públicos, refletindo, assim, na forma como os indivíduos interagem com essas PLs, porém, a *Bunkyo*, seja pela presença de elementos mais icônicos, como o *torii*, seja pela utilização de escrita em português e em japonês, aparenta adotar um *tom* mais tradicional, de manutenção da cultura e da LH. Ainda assim, possibilita a participação tanto dos imigrantes japoneses e de seus descendentes, como de indivíduos sem qualquer ascendência japonesa.

A Escola Municipal Toshio Utiyama, por sua vez, não apresenta nenhum elemento típico da cultura japonesa, pois, atentando-nos à sua finalidade, que é a de fornecer educação às crianças do município, considerando-as como um público geral, compreendemos que seu objetivo preocupa-se mais com o participante principal dessa instituição – a criança – como ser civil, que tem direito à educação básica de qualidade, do que com a ancestralidade ou o *background* cultural e familiar desse indivíduo. Assim, por não ser uma instituição voltada exclusivamente para a manutenção, difusão ou transmissão da LH, é possível compreender a ausência de elementos visuais ou linguísticos que remetam ao Japão e à sua língua ou cultura.

Imagem 34: Escola Municipal Toshio Utiyama



Fonte: Acervo próprio

Ainda assim, não podemos dizer que tal ausência retira a importância dessa instituição – e de outras, com configuração semelhante – da configuração da PL local, no que se refere à sua relação com ao japonês como LH. Observemos, para tanto, as demais categorias para a análise de sua fachada, iniciando pelas *instrumentalidades*.

Observando o nome da escola, no topo de sua fachada, vemos que, embora se trate de um nome e sobrenome de origem japonesa, utiliza-se da romanização e, conseqüentemente, orienta-se na horizontal, da esquerda para a direita. Adicionado ao nome, há apenas “EM” (Escola Municipal), que o complementa e refere-se ao tipo de instituição nomeada. Assim como visto em subseções anteriores que tratam da análise de outros elementos da PL, como nome de logradouros e fachadas comerciais, a composição de nomes pode nos indicar pistas quanto ao *tom* adotado pela instituição em questão que, por sua vez, esbarra-se na *norma* causada por ele.

Notemos, no caso dessa escola municipal, que a adoção do nome de um membro da comunidade de imigrantes japoneses e seus descendentes é, sim, uma forma de homenageá-lo e, conseqüentemente, homenagear toda a comunidade, porém, como o objetivo dessa escola municipal volta-se para todas as crianças suzanenses, o seu *tom* parece estender-se para além de uma homenagem à comunidade *nikkei*. Traduz-se como uma homenagem de um cidadão suzanense – independentemente de suas origens, língua ou cultura – cuja contribuição deve ser reconhecida e lembrada pela população geral.

Ao associarmos essa visão com a composição de nome das outras escolas encontradas dentro da área de limite da pesquisa, notamos que, em duas delas (50%), o nome da personalidade homenageada é precedido do título “professora”, o que indica, muito

possivelmente, tratem-se de indivíduos cujas contribuições foram importantes para a área educacional e, portanto, foram homenageadas justamente em instituições escolares.

3.5.5 Outras influências do japonês como Língua de Herança na paisagem linguística local

Ao longo da pesquisa, deparamo-nos com materiais e dados diversos que indiciam a forte influência do japonês como LH e de seus falantes na PL em Suzano para além da área delimitada para investigação. Deste modo, selecionamos algumas dessas influências que se mostraram mais relevantes para o contexto desta pesquisa, considerando, sobretudo, aquelas PLs que foram recorrentemente mencionadas pelos participantes nas entrevistas, assim como PLs de importância para compreender a relação entre LH e questões identitárias. A lista completa de PLs encontradas fora da área delimitada e analisadas encontra-se no ANEXO – E.

Analisaremos 2 instituições neste grupo, as quais foram mencionadas diversas vezes pelos participantes da pesquisa, seja no questionário *online*, seja durante as entrevistas: a Associação Cultural Esportiva e Agrícola de Suzano (ACEAS NIKKEY) e o Templo Budista *Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji*.

Imagem 35: Associação Cultural Esportiva e Agrícola de Suzano – ACEAS NIKKEY



Fonte: Google Street View (maio de 2021)

Imagem 36: Centro Educacional Nipo-Brasileiro de Suzano - Cenibras



Fonte: Acervo próprio

A Associação Cultural Esportiva e Agrícola de Suzano – ACEAS NIKKEY (imagem 35) foi bastante citada pelos entrevistados não apenas devido aos festivais e aos eventos realizados na associação, mas ainda, pela presença do Centro Educacional Nipo-brasileiro em suas dependências (imagem 36).

Semelhante à Bunkyo, suas finalidades são variadas, ligando-se a questões educacionais, socioculturais, esportivas, agrícolas, como o próprio nome ACEAS NIKKEY pode deixar entrever. Concebida inicialmente em 1958, a ACEAS NIKKEY passou por diversas mudanças, tanto em seu nome, quanto em sua estrutura física e administrativa, até chegar à organização atual, que se divide em diversos departamentos, tais como: *badminton*, *kendō*, tênis, tênis de mesa, *taikō*, *fujin-kai*¹²⁴, etc. A Associação organiza ainda festivais culturais e gastronômicos, fazendo com que seja também um espaço de convivência e de contato com a cultura de herança. Embora funcione atualmente no sistema de clube, no qual algumas das atividades são destinadas a membros associados, diversas outras são abertas ao público geral, o que não restringe o acesso, portanto, somente à comunidade de imigrantes e seus descendentes.

A instituição apresenta seu nome escrito em alfabeto latino, com o acrônimo que a nomeia, sendo composto por palavras do português organizadas sob orientação horizontal, da esquerda para direita. No entanto, ao lado de *ACEAS*, há o termo *NIKKEY*, referindo-se ao japonês 日系 (*nikkei*), utilizado para sinalizar imigrantes japoneses e seus descendentes. O Cenibras, embora também utilize a língua majoritária e sua orientação na exibição de sua fachada, emprega, ao lado, o sistema de escrita na LH para apresentar seu nome em japonês, adotando a orientação do português (imagem 36).

¹²⁴ Departamento de senhoras, em japonês.

Nessa associação, ainda encontramos 4 monumentos erigidos em homenagem à imigração japonesa no Brasil e na cidade, bem como a membros de sua comunidade. Desses, analisaremos 2 monumentos. Essas paisagens apresentam *instrumentalidades* semelhantes ao do monumento visto no item 3.5.3.3, mas difere dele por optar por cores mais sóbrias, próprias dos materiais utilizados.

Imagem 37: Monumento com inscrição em *tanka*, em homenagem ao professor Shigueichi Sakai



Fonte: Acervo próprio

Na imagem 37, observamos, na parte superior do monumento, a escrita em língua japonesa na composição de um *tanka*¹²⁵; assim, a LH apresenta-se sob uma forma poética, orientando-se verticalmente, de cima para baixo e da direita para a esquerda. No entanto, logo abaixo, em uma placa menor, vemos a romanização da poesia à esquerda, acompanhada de sua tradução em português, à direita. Abaixo, há ainda o motivo pelo qual tal monumento foi construído: homenagear o Sr. Shigueichi Sakai, professor de *tanka*.

Revisitando a análise das *instrumentalidades*, notamos que se manifestam de formas variadas: no monumento em homenagem ao cinquentenário da imigração japonesa na cidade, a língua utilizada é o português e, portanto, a sequência de *atos* orienta-se na horizontal, da esquerda para a direita.

¹²⁵ Estilo de poesia japonesa composta por 31 sílabas.

Imagem 38: Monumento em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, localizado na ACEAS NIKKEY



Fonte: Acervo próprio

Ao lado, outro monumento segue similar utilização de *instrumentalidades* para a parte superior, enquanto, na inferior, a LH é empregada sob orientação horizontal, da esquerda para a direita, seguida de sua tradução na língua majoritária – ambos os textos têm o objetivo de explicar a razão da criação do monumento, “erguido para comemorar o centenário da imigração japonesa no Brasil”. Há também a presença do *tōrō*, lanterna comumente encontrada em templos budistas.

Desse modo, ao reunir questões que não se relacionam apenas com a LH, mas claramente com as *pessoas* que trouxeram essa língua e cultura para o Brasil e contribuíram com a sua manutenção e difusão, essas paisagens voltam-se claramente aos falantes de LH e como tais indivíduos deixaram suas marcas na cidade, primeiramente, através de seus feitos e ações que, em segundo momento, foram materializados na paisagem linguística local. Paisagem esta que visa a, por sua vez, para além de um simples contato e interação cultural, contar parte da história dos imigrantes japoneses e de seus descendentes através das ações desses indivíduos, para que os cidadãos suzanenses compreendam como é composta a história da cidade em que residem e do povo do qual fazem parte. E, ainda que tais falantes de herança não estejam mais presentes e não dividam o mesmo tempo e espaço que os moradores atuais da cidade, sejam eles *nikkei* ou não, a existência dessas PLs faz com que suas contribuições e histórias na cidade sejam perenes, tal como Pollak (1992) já alertara.

A associação ainda apresenta mais três monumentos em homenagem à imigração japonesa no Brasil, os quais se utilizam das *instrumentalidades* e sequência de *atos* de forma variada, tanto no que se refere à disposição dos materiais utilizados, quanto ao emprego das línguas, de herança e majoritária, mas cuja *norma* é comum às obras anteriores.

Assim como a ACEAS NIKKEY, o Templo *Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji* foi referido pelos participantes durante diferentes etapas da pesquisa, sobretudo quando perguntamos diretamente sobre elementos na paisagem da cidade que remetessem à cultura ancestral.

Além de nossa visitação ao local para registro das PLs, ENT1, responsável pelo templo, nos contou sobre a história da instituição¹²⁶, cuja inauguração oficial ocorreu em 1966. A despeito disso, levou mais nove anos para que suas estruturas fossem finalizadas, com os esforços conjuntos dos seguidores do monge Teizan e dele próprio, cujo pai fora imigrante japonês que também se dedicara ao budismo, tanto no Brasil como no Japão. A construção deu-se “(...) em agradecimento aos santos que os auxiliavam e também com o intuito de difundir a religião Budista *Shingon* e a cultura do povo japonês aqui no Brasil”¹²⁷.

Atualmente, assim como visto nas instituições religiosas do subitem 3.5.4, as atividades do Templo se estendem para além das práticas religiosas, uma vez que realiza eventos que promovem a língua, cultura e tradição japonesa, tal qual o Festival das Lanternas¹²⁸. Desse modo, embora estejamos diante de um templo budista, observamos que não há, nele, apenas a finalidade de difundir essa doutrina; diversas *finalidades* se relacionam entre si e relacionam-se com a comunidade suzanense de diferentes formas. A importância da comunidade para a manutenção da instituição é evidenciada não apenas em sua participação em festividades do gênero, mas, ainda, como evidencia ENT1, para a organização da instituição como um todo, quando reflete sobre o futuro da instituição cinquenta anos à frente:

Trecho 72:

ENT1: as pessoas vão trazer mais os *ihais*¹²⁹ aqui para o templo, né? Então, uma coisa que a gente gostaria de fazer, de expandir uma área para ter, recepcionar esses *ihai* aqui. Então, daqui cinquenta anos talvez tenham poucos associados, poucos adeptos, e aí o que a gente, o que os monges vão acabar fazendo é cuidar dos antepassados, das várias famílias que frequentaram o templo durante algum tempo, né?

¹²⁶ Ambas as instituições foram visitadas com consentimento de seus responsáveis, através do TCLE apresentado previamente em contato inicial.

¹²⁷ <https://www.templomyoji.org.br/>.

¹²⁸ O Festival das Lanternas, atualmente, encontra-se na sua quarta edição.

¹²⁹ Trata-se de uma pequena tabuleta na qual se inscreve o nome de um falecido e configura-se como uma lembrança memorial que é disposta em lugares especiais nos templos.

A diminuição de número de adeptos prevista por ENT1 e a mudança na sua relação com o local (não mais frequentar, apenas levar os *ihai*), afeta tanto a organização das atividades no templo como sua organização espacial (“a gente gostaria de [...] expandir uma área), indiciando a estreita relação entre os indivíduos e a PL da qual fazem parte. Voltando-nos às *instrumentalidades*, veremos que também são variadas, como nos evidenciam as imagens a seguir compostas por 16 itens localizadas dentro do Templo, dos quais analisamos 6. Urge ressaltar, porém, que todos fazem parte da própria instituição, que pode ser acessada ao público para visitação.

Na imagem 39, observamos a placa de madeira, que fica à beira da estrada e que indicia a presença do Templo, já que apresenta o nome do local em caracteres japoneses, orientados na vertical, de cima para baixo, seguido da romanização logo abaixo, utilizando a orientação horizontal, como no português. Não apenas o emprego da escrita em *kanji* na vertical, como também a utilização de elementos naturais para a composição dessa PL – pedras, madeira – conferem-lhe um *tom* mais tradicional, no que se refere à cultura japonesa; logo, menos moderno.

Imagem 39: Placa com inscrição do nome “Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji” localizada ao início da estrada de acesso



Fonte: Acervo próprio

Em um primeiro momento, tal *tom* poderia nos levar a crer que o Templo destina-se apenas à comunidade de japoneses e imigrantes, apontando para uma *norma* de tradição que

restringe, e não apenas busca preservar e manter. No entanto, ao chegarmos ao portal da construção principal, damos-nos conta de que essa seria uma interpretação equivocada, uma vez que nos deparamos com um quadro que orienta o público na visita ao local (imagem 40). Observemos a imagem 40, em que, além da língua majoritária para comunicar tais orientações, subjaz um cuidado de transmitir, também, alguns esclarecimentos sobre a própria organização espacial do local para aqueles que não são familiarizados com templos budistas tradicionais.

Imagem 40: Placa com orientações de visita ao Templo



Fonte: Acervo próprio

Esse cuidado é visto, ainda, em outros avisos que apresentam orientações ao visitante sobre práticas realizadas no templo que, não necessariamente, são conhecidas de todos que lá irão. É o que vemos na imagem 41 que, além de utilizar-se do português, opta pelo uso do inglês como segunda língua para descrever as instruções das práticas de higienização das mãos e boca antes da visita, em vez do próprio japonês, que, por sua vez, intitula a orientação, codificado em *kanji* e em sua forma romanizada. Essa escolha pode indicar que, para além dos falantes da LH, o templo busca se comunicar com diferentes públicos, não apenas brasileiros, pressupondo que visitantes de outros países sejam também visitantes, se considerarmos o estatuto internacional que o inglês possui hoje na comunicação, sobretudo no turismo.

Imagem 41: Placa com orientações de higienização das mãos e boca antes da visitação ao Templo



Fonte: Acervo próprio

Além do português, japonês e inglês, encontramos ainda o sânscrito em sua forma romanizada nas placas que se referem aos santos e às capelas que se encontram dentro da área principal. Na imagem 42, é possível notar que a placa é composta pela informação codificada em mais de uma língua: pelo japonês, que se apresenta em *kanji* e em *hiragana*, na orientação vertical, da direita para a esquerda, e é utilizado para apresentar o santo e a prece destinada a ele; pelo japonês em sua forma romanizada, apresentando o nome do santo; pelo português, que fornece uma breve explicação da atuação daquele santo; e pelo sânscrito, que apresenta o mantra principal em respeito ao santo, dada a importância dessa língua para o budismo.

Imagem 42: Placa em frente a "Ojizô sama" com esclarecimentos sobre a divindade e o mantra destinado a ela



Fonte: Acervo próprio

Para além da codificação linguística, retomamos a “multilingual material culture of places” (ARONIN e Ó LAIORE, 2012, p.314) para analisar os demais elementos presentes nesta construção. Eles remetem à cultura ancestral não só no que diz respeito à parte visual, tais como cores, plantas, etc., mas também na própria arquitetura, que engloba elementos que são detectados visualmente com facilidade (imagem 43), tais como o estilo do telhado, as portas, os materiais utilizados, entre outros, além de elementos mais sutis, como a estrutura da construção que, à semelhança das construções tradicionais japonesas desse tipo, não utiliza pregos, mas, sim, encaixes.

Imagem 43: Construção principal do Templo Budista Daigozan Jomyoji



Fonte: Acervo próprio

O Templo é composto por: três capelas que reverenciam diferentes santos, templo principal, moradia dos monges e portão de entrada, os quais se espelham nas construções tradicionais japonesas. Além disso, conta com outras construções de administração de espaço coletivo: escritório, cozinha e salão.

Analisadas em conjunto, todas essas *instrumentalidades*, linguísticas e multimodais de caráter extralinguísticas, reiteram nossa hipótese inicial de que, embora observemos um grande esforço para a valorização e manutenção da tradição japonesa, o *tom* adotado por essa instituição não é apenas esse. Há um propósito de integrar e considerar a troca com falantes de diferentes línguas e culturas. Um outro fato que reforça esse *tom* é a realização do Festival das Lanternas, que visa retomar elementos da versão tradicional japonesa da festividade, realizada em diferentes províncias, o *chōchin matsuri* (提灯祭り), mas adiciona elementos culturais diversos, tais como pratos típicos da culinária brasileira, apresentações musicais que envolvem

outras línguas e culturas, etc. Além disso, o festival, aberto ao público geral da cidade, frequentadores do Templo ou não, constitui-se um momento em que a instituição deixa de ser uma PL meramente religiosa e passa a assumir mais claramente suas outras *finalidades*.

Imagem 44: 4ª edição do Festival das Lanternas realizado no Templo



Fonte: Acervo próprio

Portanto, é possível inferir, pelo *tom* adotado pela instituição, que a relação entre essa PL e os indivíduos que participam dela seja, sim, de manutenção da língua e cultura japonesa, mas não apenas isso; o templo, na realização de seus eventos, bem como em sua própria configuração, busca franquear que públicos diversos – independentemente de serem falantes de japonês como LH ou não – interajam com sua PL e tenham contato com a língua e cultura ancestral, promovendo uma ação de abertura a diferentes culturas e públicos, e não de restrição.

Além das duas instituições exploradas, durante as investigações de elementos da cultura japonesa na PL de Suzano, encontramos dois itens mencionados durante as entrevistas, os quais dialogam com as demais paisagens analisadas ao longo desta seção:

Imagem 45: Monumento localizado na divisa entre os municípios de Suzano e de Itaquaquecetuba



Fonte: Acervo próprio

Imagem 46: Totem localizado na divisa entre os municípios de Suzano e Mogi das Cruzes



Fonte: Acervo próprio

A imagem 45 mostra o monumento construído em uma importante rotatória da cidade, situada na divisa entre Suzano e Itaquaquecetuba. Composto por elementos semelhantes aos anteriormente vistos nas colagens dos ônibus municipais (vide subitem 3.5.3), a presença do *torii* ao centro e da flor de cerejeira, na parte inferior direita, em meio a elementos que

representam características importantes de Suzano e seu povo, ganham forma em *instrumentalidades* diferentes, uma vez que, neste caso, é utilizado um material aparentemente metálico, sólido, e de cor neutra, que remete à própria coloração natural do metal. Quanto à sequência de *atos*, vemos a orientação na horizontal, da esquerda para direita, visto que a única materialização linguística nesse exemplo é o nome *Suzano*.

Os tótems luminosos, encontrados também nas divisas com mais dois municípios vizinhos, Poá e Mogi das Cruzes (imagem 46), se utilizam de composição semelhante, porém, diferentemente da PL anterior, integram elementos coloridos. Revemos os elementos selecionados para representar parte da história e identidade do povo suzanense e que fazem alusão a diferentes setores da cidade. Dentre eles, há as flores de cerejeira e o *torii*, este com um grande destaque, uma vez que sua forma se estende na vertical por quase todo o monumento, conferindo-lhe um aspecto de portal do próprio município para os visitantes que chegam das outras cidades. Nessa PL, pela própria forma como se organiza o restante de suas *instrumentalidades* para compor um formato típico de um totem, vertical, o nome em destaque da cidade orienta-se horizontalmente para a leitura, mas é disposto na vertical, de cima para baixo, e é seguido de um texto menor, também em português, orientado e disposto horizontalmente. Embora utilizem-se de *instrumentalidades* e sequência de *atos* levemente diferentes, os elementos que compõem essas duas PLs, em ambos os casos, fornecem-nos pistas de que suas demais categorias – *finalidades*, *tons* e *normas* – não divergem muito entre si; afinal, assim como em itens anteriormente analisados, observamos que essas paisagens objetivam homenagear seu povo através de sua história e de elementos que compõem sua(s) cultura(s) e identidade(s).

No entanto, diversamente da paisagem encontrada nos ônibus municipais, elas estão em pontos fixos da cidade, e não estão lá por acaso, uma vez que marcam justamente as divisas entre Suzano e as cidades vizinhas. Devido a essas localizações, compreendemos que também há maior interação dessas PLs com indivíduos advindos de outras localidades, que não necessariamente conhecem Suzano e podem até mesmo estar em sua primeira visita ao município. Nesse sentido, tais paisagens apresentam-se como uma espécie de cartão de visitas de Suzano, mas que, além de apresentar suas construções e pontos turísticos importantes, também integra a este “cartão” o papel histórico de seu povo e as marcas dele na própria paisagem, evidenciando a dinâmica entre os indivíduos e a PL local (BLOMMAERT, 2013).

Desse modo, compreendemos que o *tom* adotado por ambas PLs visa a promover o contato entre indivíduos, sejam eles cidadãos suzanenses ou não, com a língua e cultura

japonesa, mas não somente ela, e sim conjuntamente com outras línguas, culturas e elementos que contribuíram e contribuem para o desenvolvimento da cidade. Portanto, tais PLs procuram promover uma *norma* que leve os cidadãos suzanenses a sentirem-se reconhecidos em tais monumentos, com parte de sua história representada por eles, ao mesmo tempo em que permita que aqueles que não conhecem as origens e a história de Suzano passem a sabê-lo. Relacionam-se, assim, tanto com as identidades dos *nikkei* como dos não-*nikkei*, pois abrangem todos os “filhos” que habitam o local, como lembra o conteúdo do hino da cidade (vide Introdução). Neste sentido, essas PLs demonstram que, para além dos próprios imigrantes e de seus descendentes, os elementos da língua e da cultura japonesa também podem se configurar como componentes identitários de outros cidadãos suzanenses, independentemente de suas ascendências, uma vez que esses cidadãos interagem na mesma PL local.

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou”.

(Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*)

Por meio do relato da pesquisa nesta dissertação, pudemos evidenciar que a história da cidade e as dinâmicas de seus habitantes imprimem-se na paisagem linguística de Suzano. Além disso, evidenciamos que a memória individual contribui como uma espécie de eco nas memórias coletivas e vice e versa. Há uma simbiose entre a cultura local e a cultura que chega pelas mãos dos imigrantes. Suzano permitiu reconhecer tudo isso, e mais: permitiu que situássemos os agentes das mudanças em seus espaços de atuação. Da mesma forma, recolhendo pegadas e evidências deixadas por ancestrais japoneses, pudemos alcançar micro-histórias do passado que, sem a riqueza dos detalhes, sobrevivem também em documentos diversos que todo pesquisador que se interessa por Língua de Herança precisa investigar.

Esse acesso é paulatino e precisa contar com as pistas indicativas de dinâmicas instauradas em dimensões diversas das vidas das pessoas. Essa foi a razão por que decidimos ir cruzando, ao longo da pesquisa, as micro-histórias com a macro-história social daquele espaço. Fomos gradativamente inserindo nesses espaços os feitos, as ações, as atitudes e os efeitos do contato com a língua-cultura majoritariamente instalada por ali. Reunimos, então, conceitos relevantes de Línguas de Herança, de identidades e seus processos, de Paisagem Linguística, de memórias coletivas e individuais cruzadas com a história da imigração japonesa, além do trabalho de campo efetivado com o diálogo com famílias descendentes de japoneses e com a investigação da paisagem local. As ferramentas metodológicas adotadas facilitaram a integração desses conteúdos todos por intermédio do genograma. Ao final, redigimos um relato pormenorizado em três capítulos.

A partir dos conceitos expostos no Capítulo 1, buscamos explicar a relação estabelecida entre os pilares centrais que orientam esta pesquisa, componentes fundamentais dos objetivos propostos. Para o estabelecimento desse elo, a compreensão da memória individual e coletiva como trabalhos do sujeito que se entrelaçam foi fundamental, assim como o conceito de Língua de Herança como elemento norteador para a investigação dessas relações entre identidade, memória e sociedade – aqui recortada pelas PLs – visto que trata tanto de questões linguísticas

como extralinguísticas. Essa relevância do papel da LH no processo de construção de identidades é reforçada quando assumimos que as identidades são produções sociais forjadas no discurso (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; NOGUEIRA, 2019; SILVA, 2000; HALL, 1996).

Esclarecida essa relação que pavimenta a base teórica desta pesquisa, seguimos ao Capítulo 2, no qual apresentamos a metodologia aplicada, já atestada na realização do estudo-piloto, que se mostrara eficaz e promissora no cumprimento dos objetivos traçados. Cada passo metodológico permitiu a conciliação de ferramentas que forneceram dados quantitativos, alimentados pela coleta de dados qualitativos. Com isso, traçamos um panorama geral da rede familiar estudada, alcançando até três gerações ancestrais, além de explorar a dinâmica dessa rede.

No Capítulo 3, expusemos os dados obtidos em uma rica sequência de elementos analisados ao longo de suas subseções componentes. Em termos metodológicos, a quantificação de dados mostrou-se relevante para que a dinâmica familiar fosse esclarecida e melhor compreendida, a exemplo da análise dos padrões de composição de nomes, os quais sofreram mudança ao longo das gerações, indicando informações relevantes: a imigração e contato inicial com os habitantes da nova terra, como nas gerações *isei*, o maior contato com a língua majoritária por parte daqueles já nascidos no Brasil, os reflexos das políticas adotadas durante a Segunda Guerra Mundial e, por fim, após um período de aparente estabilidade nos padrões pós-guerra, uma superdiversidade manifestando-se na geração mais jovem.

Os resultados dessa análise nos conduziram a refletir sobre a importância da análise qualitativa, mais detalhada, de determinados itens para compreender as motivações desse processo de mudança num traço identitário tão fundamental como é a atribuição de nomes próprios aos indivíduos pelos pais, bem como a forma como esses falantes relacionam-se com essa configuração nominal. Sob essa perspectiva, o genograma mostrou-se uma ferramenta útil e inovadora em diferentes etapas do estudo, já que evidenciou, de maneira clara e concisa, essas informações dentro do quadro familiar proposto, sobretudo à luz da MECA (FALICOV, 2017; 2016), cujos quatro domínios orientaram parte da coleta e, em vista do êxito alcançado, ampliaram-se para a análise de dados.

Esses quatro domínios vistos em 3.3 – migração e aculturação, contexto ecológico, organização familiar e ciclo de vida – permitiram uma compreensão mais aprofundada da relação entre os falantes, não apenas com sua LH e as diferentes dimensões que abarca, mas,

ainda, com a língua e a sociocultura do lugar onde vivem atualmente, isto é, no Brasil, mais especificamente, na cidade de Suzano. Essa compreensão permitiu retomar a relação entre as memórias individuais de cada falante e a memória coletiva que partilhavam com a comunidade japonesa e seus descendentes na cidade. Estávamos amparados, nessas decisões pelos pressupostos teóricos de Halbwachs (1990), que foram se fortalecendo mais e mais, na medida em que avançávamos na pesquisa.

Visando a atingir o objetivo I de nosso estudo, sob ótica da identidade e da diferença, ancoramo-nos nos fundamentos de Hall (2006, 2003), de Silva (2000) e de Woodward (2000), num diálogo com Pollak (1992) e Halbwachs (1990), que nos muniram de elementos seguros para lidar com os dados colhidos. Isso, contudo, só ganhou organicidade quando pudemos agregar dois postulados da Sociolinguística Interacional (GUMPERZ e COOK-GUMPERZ, 1982), as diferentes formas de falar e as diferentes formas de estruturar. Esses conceitos, aparentemente fragmentadores de uma realidade, nos propiciaram a fluidez necessária num contexto em que os falantes parecem ter maior contato com a LH no âmbito familiar do que social, embora ainda participem de eventos e atividades da comunidade, demonstrando a importância destes para a manutenção da LH. Recolhemos evidências de como esse fenômeno orgânico e fluido se manifestava ao incluirmos o *nihon gakko* como a materialização das experiências memoriais daqueles que nele estudaram.

Foi essa articulação teórico-metodológica que iluminou o caminho que percorremos ao lidar com a evocação de suas memórias da infância, do contato parco, restrito ou amplo com a LH durante a infância e a juventude. E como viver uma cultura ancestral remete a uma experiência de convívios, notamos que o contato intenso – em muitos casos, diário – com os avós, permitia o acesso não só à língua, mas também a hábitos, valores, crenças, a elementos da cultura, à religião e à culinária.

Essa co-atuação com os membros ancestrais da família japonesa criou um fio condutor de vivências atuais. Os entrevistados apontaram como o aprendizado decorrente do contato com a LH, sobretudo nesses períodos, ainda lhes orienta crenças, valores e atitudes atuais e incide sobre questões identitárias, que puderam ser verificadas não apenas pelo conteúdo de suas falas, como pela forma como foram produzidas. A partir de relatos e dos demais instrumentos de análise cotejados, verificamos que a marcação da diferença entre identidades “japonês” e “brasileiro” imprime-se linguisticamente através do uso “nós” e “eles” e na forma como os falantes estruturam seu discurso. Não há, no entanto, uma linha bem determinada que delimite, de fato, o pertencimento aos grupos sociais “ser japonês” e “ser brasileiro” e essa fluidez é

totalmente pertinente num contexto de identidades fluidas, de entre-lugares, como aprendemos, por exemplo, com Bhabha. Os dados comprovaram nossas hipóteses de que, ao evocar suas memórias, os falantes sinalizam os valores atribuídos a elas, revelando traços identitários que, por sua vez, podem ser manifestados linguisticamente.

A identidade para além da dicotomia “nós” e “eles” pode ser ainda mais acentuada devido à presença de uma superdiversidade, como hipotetizamos antes e, depois, confrontamos e ratificamos já no nível familiar, em que, embora todos partilhem de uma herança ancestral comum, devido às diferentes e múltiplas experiências e interações das quais participam, não se relacionam, necessariamente, com essa LH nem com todos os seus elementos da mesma forma. O *modo*, portanto, como cada indivíduo interage com sua LH evidencia que essa relação não é apenas uma transmissão-recebimento, a partir da qual aquele que a recebe nada pode fazer senão aceitar o que lhe é transmitido e passado adiante para a geração que se segue, como uma simples “passagem de bastão”. Delineou-se, ao longo da pesquisa, um movimento, uma dinâmica em que existe a presença e a ação do indivíduo, que pode aceitar, rejeitar, ressignificar ou modular essa relação tal como vários pesquisadores, dentre os quais recuperamos, a título de ilustração, Jennings-Winterle e Jennings (2019).

Ora, se as relações dos falantes com sua LH fossem imutáveis, isto é, se todos se relacionassem com ela do mesmo modo, sem variações, sem influências de suas experiências particulares e da superdiversidade que permeia outras relações, se não houvesse interação entre os diferentes papéis ocupados por esses falantes e entre os grupos dos quais participa, seria mais sensato dizer que as identidades se aproximariam da visão essencialista e de caráter fixo. Assim, tudo o que fugisse a esse roteiro deveria ser considerado imperfeição e inabilidade, o que implicaria desconsiderar, como já formulamos, todas as evidências que reunimos de que, embora haja traços de fixidez considerados pelos falantes para cada grupo, notamos, há também as diferentes formas de falar e diferentes formas de estruturar conteúdos e informações. Essa oscilação encontra-se como elemento marcante em suas interações face a face em decorrência do caráter superdiverso das próprias relações e também, em decorrência de algo fora de toda a realidade memorial do participante da pesquisa, que é a forma como o pesquisador manipula, interpreta e confronta as realidades apresentadas.

Como apontado por Silva (2000, p.80), o adiamento para encontrar e determinar um significado e a diferença não se relacionam apenas com as questões identitárias, mas também com a própria linguagem, que se caracteriza pela “indeterminação e instabilidade”. Como resume o autor, “Em suma, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto

a linguagem da qual dependem” (idem) e – acrescentamos – incluindo-se nesse enquadramento a linguagem e o filtro do pesquisador

No caso dos falantes de japonês como LH, compreendemos que esse adiamento é ainda mais acentuado uma vez que, justamente devido às dinâmicas e interações nas quais estão envolvidos, às vezes identificam-se como brasileiros, às vezes como japoneses, às vezes não se identificam com nenhum dos dois e, às vezes, com *os dois ao mesmo tempo*, como, por exemplo, quando D7 tenta definir o termo “nipo-brasileiro” dizendo que, embora a palavra aponte para a “mistura entre o japonês e brasileiro”, é “brasileiro a mesma coisa”. Reflexões adicionais acerca destas questões poderiam ser conduzidas: afinal, o que é ser um *brasileiro mesmo* hoje, nos tempos atuais? Considerando os diferentes povos que vieram ao Brasil, de forma voluntária ou forçada, desde o seu “descobrimento” e trouxeram consigo suas línguas, costumes, culturas, culinárias etc., além dos diferentes povos indígenas no país, podemos falar em uma identidade nacional e única? Recapitulemos o afã nacionalista da Era Vargas e seus impactos políticos, sociais e culturais, e tomemos consciência de que, num contexto cada vez mais pluricêntrico e multilíngue, no qual a superdiversidade faz-se cada vez mais presente, cabe o questionamento das diferenças, muito mais do que das tolerâncias e celebrações, numa atitude passiva, pois é necessário que reconheçamos que as identidades e as diferenças são produtos culturais, socialmente fabricadas (SILVA, 2000), e não naturais, para que, com isso, evite-se o risco de apagar também aqueles que as estão produzindo e, por consequência, o lugar que essas pessoas merecem ocupar ativamente dentro da sociedade.

Como afirmaram Burke e Stets (2009), diante de um conflito de identidades, a ativação de uma ou de outra dependerá de uma série de fatores que implicam não apenas valores sociais e pessoais atribuídos a determinada identidade, como também do contexto no qual esse indivíduo interage para ter sua identidade verificada ou não. Vimos que a ativação de uma identidade em detrimento da outra ocorre quando, dentro de uma situação comunicativa, o falante de herança tem uma de suas identidades não verificada pelo seu interlocutor e o falante alterna entre “ser brasileiro” e “ser japonês” para reclamar para si a identidade que está sendo contestada. Muitas vezes, é no momento de uma confrontação e/ou reflexão sobre o tema, como foi o caso desta pesquisa em seu trabalho de campo, que o falante de LH se surpreende como um falante de LH e passa a aderir a uma identidade fluida que não percebia antes.

É preciso, com base nos resultados alcançados, aclarar o conceito de alternância identitária. *Alternar*, como nos diz o verbete dicionarizado, nos remete a “suceder(-se) cada

qual por sua vez, de forma alternada”¹³⁰, isto é, revezar, fazer ora uma coisa, ora outra. É fato que, nos processos de verificação apontados em 3.4, compreendemos que há movimentos de oscilação entre as identidades “brasileiro” e “japonês”, no entanto, eles nem sempre ocorrem de um extremo ao outro, como se simplesmente o indivíduo se colocasse fora ou dentro do grupo interno e externo previamente estabelecidos. Significa, como os dados evidenciaram, a existência de um “entre-lugar” (BHABHA, 1998), uma inserção entre “nós” e “eles”, assumindo-se ambos ao mesmo tempo, embora com oscilações discursivas e, por vezes, um “não-lugar”, em que o indivíduo rejeita ambos os espaços ou têm esses espaços negados, quando não tem nenhuma de suas identidades sociais – “ser brasileiro” e “ser japonês” – verificadas pelo outro. Esse “entre-lugar”, destacamos, como bem pontuou Han ao discutir a identidade macaense, aponta para “uma imagem única e autônoma”, além de sinalizar simultaneamente “o dualismo” identitário desses indivíduos (HAN, 2018, p.328).

Outro marcador linguístico de identidade observado foi o *codeswitching*, que atuou como elemento facilitador à criação de um espaço de atenção conjunta entre pesquisadora e entrevistado(a), reforçando ainda mais a marcação da diferença com o outro, na medida em que esse espaço delimitava o pertencimento a um grupo em comum do qual ambos participavam no momento dêitico da interação. O seu emprego por parte dos falantes também nos permitiu refletir sobre como a dinâmica entre identidades manifestava-se na língua. Como o próprio termo *codeswitching* revela, estamos diante de uma alternância no código linguístico, que poderia nos levar a concordar, novamente, com uma alternância entre identidades e refutar a ideia de identidades que se manifestam ao mesmo tempo. No entanto, lembremo-nos da limitação da língua para compreender esses fenômenos diante de sua necessidade de uma materialização segundo uma ordenação linear na organização sintática. Num enquadramento em que a Língua de Herança e seus falantes são o foco de estudo, a fluidez identitária é condição *sine qua non*. Em consonância com isso, observaremos a simultaneidade de ambas as línguas – de herança e majoritária – manifestadas ao longo de todo o discurso, em diferentes graus.

Nesse sentido, a fluidez e o caráter não-fixo das identidades (JENNINGS-WINTERLE e JENNINGS, 2019; HALL, 2006, 2003, SILVA, 2000; WOODWARD, 2000) para a qual os dados têm apontado, ratificando nossas hipóteses, também não sinalizam a mudança de uma identidade para a outra, posto que *mudar* pode implicar a troca de uma coisa por outra no sentido de *deixar de ser* aquilo que era em seu estado inicial. Há, sim, a manifestação simultânea de

¹³⁰ Dicionário Michaelis Online.

identidades, como postulado por Burke e Stets (2009) e Hall (2006) e um tanto de outros teóricos aqui discutidos.

Sob esse ponto de vista, não nos parece mais pertinente, pois, pensar apenas em “ser japonês” e “ser brasileiro” para discutir a construção identitária dos falantes de japonês como LH, na medida em que nossos achados evidenciam que esse falante pode ocupar outros lugares além desses dois grupos sociais. Se assim o fosse, como esses indivíduos fixos em identidades – agrupados ou não – poderiam conviver num espaço em que a fluidez se manifesta desde a paisagem? Haveria uma fratura entre gerações ancestrais e gerações descendentes de modo a que todas as sócio-histórias seriam perdidas. Como evidenciamos nos discursos analisados, reforça essa não fixidez o próprio apontamento da insuficiência e a dispensabilidade do termo “nipo-brasileiro” como definidor de identidades por parte dos falantes. Desse modo, esses achados reiteram a presença da superdiversidade também no nível da construção identitária dos indivíduos, em diferentes componentes: na composição de nomes, nas práticas religiosas, na estruturação do discurso, etc.

Direcionando-nos ao cumprimento do objetivo II deste estudo, na subseção 3.5 verificamos que as formas como os falantes relacionam-se com o japonês como LH e seus diferentes elementos, seja na esfera familiar, seja na esfera social, influenciam não somente na construção identitária desses indivíduos, como também evidenciam a atuação da comunidade de imigrantes japoneses e de seus descendentes na configuração da PL da cidade. Nesse sentido, o questionamento acerca da identidade e da diferença vai ao encontro dos argumentos sobre a importância de ser visto, tanto quanto ouvido, no que diz respeito às línguas minoritárias, apontada por Gorter, Marter e Van Mensel (2012), estabelecendo conexão direta com as PLs. Deste modo, a investigação e a análise da PL de Suzano, atentando-nos às contribuições dos imigrantes japoneses e de seus descendentes apresentou-se como uma forma que, para além da observação, trouxe à luz o papel agentivo desses falantes, que participam e relacionam-se com tal paisagem, como evidenciado, sobretudo, pelos três membros da rede familiar estudada, os quais foram homenageados com nomes de ruas na cidade.

Orientando-nos pela sugestão de Huebner (2009) de utilizar as categorias SPEAKING postuladas por Hymes (1972 *apud* HUEBNER, 2009) como forma de análise das paisagens linguísticas, sem nos utilizarmos, porém, de uma análise rígida e categórica a fim de não limitar toda a riqueza presente nessas paisagens, identificamos, aliada às entrevistas com os participantes, essa relação entre falantes do japonês como LH e as PLs de Suzano. Encontramos paisagens diversas, que separamos em quatro *gêneros* diferentes – nomes de logradouros,

fachadas comerciais, obras artísticas e instituições. Embora apresentassem variações em suas *finalidades, sequência de atos, tons, instrumentalidades e normas*, revelaram um diálogo estreito entre si na medida em que indicaram a interação e a dinâmica entre a LH, o espaço e aqueles que o ocupam, tanto falantes de herança como não falantes de herança.

Como apontam os entrevistados, sua participação em associações e seus respectivos eventos e frequência a escolas permitiram a continuidade e existência dessas instituições, na medida em que mantêm tais elementos em constante interação consigo e, por consequência, com os diferentes papéis que podem ocupar na sociedade (BURKE e STETS, 2009). Tanto é assim que a não-participação das gerações mais jovens (E, F) em associações, como o *seinenkai*, pode ter contribuído para a extinção desse departamento em algumas delas, atualmente. ENT1, responsável pelo Templo Budista *Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji*, igualmente evidenciou a importância da participação dos adeptos para a manutenção do local, não apenas em termos estruturais ou realização de eventos, mas ainda para a própria organização da instituição, tanto no que diz respeito às atividades desenvolvidas diariamente como em relação à organização espacial do templo, influenciando diretamente na configuração de sua PL.

O mesmo pode ser observado nos relatos dos entrevistados, quando apontam sua participação em eventos e festas típicas da comunidade japonesa na cidade; sem a participação desses indivíduos, tais eventos não poderiam continuar existindo, justamente porque eles constituem-se com finalidade tripla: ocupar um espaço na PL local, divulgar a cultura ancestral de herança e transmitir aos mais jovens um movimento e uma dinâmica participativa na PL por meio da LH. Além disso, os eventos, festivais e diversas atividades realizadas pelas associações e instituições, assim como a presença de monumentos levantados em homenagem a fatos históricos ou a determinados sujeitos e os nomes de logradouros visam à reativação das memórias do passado histórico para que não sejam apagadas pela comunidade geral e, sobretudo, pela comunidade de imigrantes e descendentes que, nem sempre, se lembram ou nem sempre mantêm em nível mais alto de consciência aqueles fatos (POLLAK, 1992).

Essa relação entre indivíduo e o espaço em que vivem foi bem apontada na análise dos nomes de logradouros nomeados em homenagem aos membros das gerações familiares B e C da rede estudada; embora esses indivíduos tenham existido, passado por Suzano e realizado seus feitos no local, o que permanece é reconstruído e interpretado no nível individual de acordo com a memória histórica e herança local. As PLs constroem-se fundamentalmente pelas memórias, e a memória é a própria identidade em ação, concordamos com Candau (2011, p.30);

por isso, ao serem evocadas, são reconstruídas e reinterpretadas sob ótica e ação de nossa(s) identidade(s) (DAMÁSIO, 1996 *apud* FERREIRA-NETO, 2009, p.29).

Retomando a hipótese de que os achados acerca da construção identitária desses falantes dialogam com as PLs investigadas, verificamos que, também nessas paisagens, não há uma alternância entre LH, língua majoritária e outras línguas e culturas, mas, sim, uma manifestação simultânea delas. Elas apontam para sua dinâmica e interação com aqueles que consigo interagem, além de uma superdiversidade; elementos os quais puderam ser ratificados, sobretudo, ao nos debruçarmos sobre a análise das *instrumentalidades* dessas paisagens numa perspectiva multimodal (SHOHAMY; GORTER, 2009) e da “multilingual material culture of places” (ARONIN e Ó LAOIRE; 2012).

O caráter não-fixo verificado na construção de identidades foi apresentado na composição das PLs, a exemplo do próprio nome da instituição mais antiga fundada pelos imigrantes japoneses em Suzano – a Associação Cultural Suzanense - *Bunkyo* –, a qual passou de um nome formulado completamente em japonês, salvo o nome da cidade, para um nome que utiliza as duas línguas – português e japonês – em sua versão moderna oficial. Temos, então, a cultura e língua japonesa não-segregada ou destinada apenas à sua comunidade de falantes de herança, mas sim integrada a uma série de outras línguas e culturas com as quais interage – que pode influenciar e das quais pode sofrer influência.

Os achados na PL local ratificaram ainda nossas hipóteses acerca da presença dos imigrantes japoneses e seus descendentes em diferentes esferas do desenvolvimento do município – cultural, político e socioeconômico –, como observado através das paisagens que homenageiam feitos de comunidade *nikkei* e de determinados indivíduos e suas contribuições e que fazem alusão à cultura japonesa (moderna ou tradicional), das instituições e das atividades que promovem, além das diversas fachadas comerciais identificadas.

Dessa forma, os dados obtidos estabelecem a relação pressuposta entre os dois objetivos específicos propostos, na medida em que indiciam a transmissão do japonês como LH não apenas como elemento que influencia no processo de construção identitária dos falantes de herança, como também nos itens da PL local investigados, apontando para a relação entre memória, indivíduos e lugares que, por sua vez, incide na identidade do sujeito (POLLAK, 1992). Ademais, o entrelaçamento desses elementos reitera a relação entre o indivíduo e a sociedade na qual se insere, o que nos permitiu estabelecer a relação entre a construção identitária da comunidade *nikkei* de Suzano e a PL da cidade, trazendo novamente à luz a

importância da compreensão das interações microssociais – neste caso, da rede familiar selecionada – para compreender o cenário macro (GOFFMAN, 2002) – sinalizado pelas PLs.

Ao longo deste estudo, percorremos a análise da dinâmica familiar dos indivíduos visando ao delineamento do papel da LH em diferentes domínios das manifestações identitárias nos discursos dos sujeitos e, em consequência disso, analisamos as diferentes formas de falar e as diferentes formas de estruturar esses discursos (GUMPERZ e COOK-GUMPERZ, 1982), atentando-nos ainda ao emprego do *codeswitching* e às reflexões dos falantes sobre o termo “nipo-brasileiro”. Encaminhamo-nos, assim, para a análise de paisagens de diferentes gêneros e com diferentes finalidades. Esses dados afastaram-nos de decisões categóricas que desembocassem na inadequada rotulação do falante de herança e da PL com que interage, conduzindo-nos, por isso, a um modelo plasmado na hibridez.

Ao refletir sobre os contextos linguísticos provenientes da imigração italiana no Brasil, Burke postulou que o hibridismo era, na grande maioria dos casos, um *processo*, e não um estado (2009, p.46), que poderia ser identificado em diferentes elementos – música, religião, língua. Para o autor, “[...] formas híbridas são frequentemente o resultado de múltiplos encontros em vez de um único” (idem, p.25)¹³¹. Refletir com Burke sobre o tema de nossa pesquisa também foi um ganho imenso porque, em nossos dados, verificamos essas formas indicadas pelo por diferentes componentes, iniciando pelo estatuto “*in-between*” (SCHMIDT *et al.*, 2012) que acolhia uma caracterização mais justa para a LH e que criava um enquadramento adequado para a análise dos dados linguísticos dos participantes em que a relação entre memória coletiva e individual sinalizavam o espaço de “entre-culturas” (BHABHA, 1998). Essas manifestações simultâneas de identidades (BURKE e STETS, 2009; HALL, 2003) sem a obrigatoriedade de polarizar o estatuto, impactou positivamente a análise de sua relação com a LH dentro da dinâmica com a família e com a comunidade, já que pudemos lançar mão dos domínios MECA (FALICOV, 2017; 2016) para compreender as PLs locais. Esse método hibridizados em postulados e pressupostos derivados de vários autores refletiram-se iconicamente no que víamos nos contextos que analisávamos porque colocavam a nu a superdiversidade.

¹³¹ Tradução própria. Do original: “[...] hybrid forms are often the result of multiple encounters rather than a single one”.

Como bem argumentou Bhabha (idem, p.20), estar em um entre-lugar fornece “[...] um terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. Ainda que não mensuremos o grau dessa percepção, alguns dos participantes do estudo mostraram consciência sobre o que postula Bhabha, ao tratarem da interação entre a LH e a língua majoritária como um aspecto positivo, visto que, assumindo uma postura agentiva diante dessas línguas, esses falantes permitem-se “escolher e ficar com as coisas boas das duas culturas”, colocando-se numa situação de “privilégio”, como avaliou D2, ou ter acesso a “duas armas”, como indicado por D1.

Analogamente, como mencionamos no item 3.3.1, Falicov (2016) evocou os termos “biculturalismo” ou “bifocalidade cultural” ao falar sobre integração de culturas sem que houvesse aculturação. No entanto, como apontamos àquela altura, retomamos a discussão acerca das implicações que tais termos podem levar, visto que Rouse (1992 *apud* FALICOV, 2016, p.73) propõe que, nessa perspectiva, o indivíduo aprenderia a “[...] manter a língua e os valores étnicos dentro da família, enquanto também aprende e usa os valores ingleses e americanos ao lidar com sistemas maiores”. Embora seja interessante a reflexão que traga acerca do uso de duas línguas e culturas em vez da aculturação da língua minoritária, tal definição não nos parece colaborar para esse lugar propício às inovações proposto por Bhabha – o entre-lugar –, visto que recalca o caráter minoritário da LH, relegando-a ao estatuto de “dentro da família”, enquanto à língua majoritária cabe o papel maior para a comunicação e interação social diária.

Nesse sentido, esse termo não se sustenta diante do hibridismo verificado nos dados analisados, na medida em que separa os contextos nos quais as línguas e culturas podem ser acessadas. Como apontado pelos entrevistados, os valores e ensinamentos aprendidos através de sua LH e das interações que esta lhes permitiu são elementos norteadores de suas ações e atitudes em diferentes situações sociais. Além disso, uma vez que observamos a LH influenciar nas construções identitárias desses indivíduos que, por sua vez, não apenas ecoam na PL local, mas interagem com ela, não nos cabe mais pensar na LH como uma língua que deve se restringir ao uso doméstico.

Salientamos a relevância deste estudo, pois, de modo semelhante, evidencia que a tomada de consciência do falante de herança acerca de sua própria construção identitária e do papel da LH nesse processo não se restringe, portanto, a questões pessoais, tais como melhora do autoconhecimento, autoestima, valorização da língua e cultura ancestrais. Uma vez

compreendido que a identidade é uma representação social cujas definições envolvem relações e disputas de poder (SILVA, 2000, p.81), é permitido ao indivíduo esclarecer-se sobre o lugar que ocupa na sociedade e, mais do que isso, o lugar que deseja ocupar. Isso implica não apenas um esclarecimento de consciência, mas atitudes sociopolíticas que podem ser tomadas pelo indivíduo, pois

[e]mbora pareçam invocar uma origem em um passado histórico com o qual continuam a corresponder, na verdade as identidades tratam de questões de uso dos recursos da história, da linguagem e da cultura no processo de vir a ser, em vez de ser: não "quem somos" ou "de onde viemos", tanto quanto o que podemos nos tornar, como fomos representados e como isso afeta como podemos representar a nós mesmos¹³². (HALL, 1996, p.4)

Na sequência desse excerto, Hall recorre à semelhança sonora entre as palavras inglesas para indicar que as identidades não se tratam de um retorno às raízes (*roots*), mas, sim, de uma compreensão de nossas rotas (*routes*). É interessante pensar que, mais do que uma reflexão sobre origens ou sobre quem se é, estamos diante de um questionamento sobre o que deseja se tornar e como tem sido representado, sobre sua consciência a respeito de sua própria identidade. Assume-se, nessa concepção, uma dimensão sociopolítica muito maior, pois abarca seu caráter agentivo na sociedade e não apenas contemplativo – sabendo como é representado e como deseja ser representado, o indivíduo pode, em se tratando do japonês como LH, posicionar-se diante de políticas linguísticas, políticas públicas e políticas socioculturais favoráveis à manutenção e transmissão da língua ancestral onde vive, participando de suas decisões e execuções, que, por vezes, imprimem-se na PL local.

Encaminhando-nos para o encerramento, trazemos discussões adicionais que podem ser conduzidas a partir de nossos achados: além dessas ações, o conhecimento sobre a construção identitária dessa comunidade pode agir como suporte a políticas linguísticas familiares e a políticas públicas educacionais que planejem a inclusão de LH como um ganho para a sociedade como um todo. A partir dessas reflexões, qualquer proposição nesse sentido pode ser estruturada em bases mais sólidas, sobretudo quando pensamos no desenvolvimento de uma criança bilíngue. Sob esse ponto de vista, ao tratar de processos de aprendizagem, Jennings-Winterle e Jennings (2019, p.55) discutem como o pertencimento a um ou a outro lugar, a uma ou a outra *identidade* desse falante de herança pode levar a uma rigidez e a um enclausuramento

¹³² Tradução própria. Do original: “Though they seem to invoke an origin in a historical past with which they continue to correspond, actually identities are about questions of using the resources of history, language and culture in the process of becoming rather than being: not 'who we are' or 'where we came from', so much as what we might become, how we have been represented and how that bears on how we might represent ourselves”.

de uma mente que lida cotidianamente com um *continuum* de hibridez, uma vez que, se a “[...] temática herança cultural está atrelada a um contexto de ressignificação (nesta discussão, o da imigração) e que ela é inevitavelmente parte da bagagem cultural de cada indivíduo, então pertencer é demasiadamente enclausurador”.

Diante dessa questão levantada pelas autoras, abordagens educacionais baseadas na *translanguaging* apresentam potencial contribuição para que a educação bilíngue oriente-se por uma prática que compreenda o seu aprendiz através da sua própria lógica de usos linguísticos, em vez de tomar como base a lógica monolíngue e buscar encaixar esse aprendiz ou nos padrões de uma língua, ou nos de outra, pois, como apontam Garcia e Wei (2014, p.21), “*translanguaging* é a realização de práticas de linguagem que usam diferentes recursos que antes se moviam independentemente, limitados por diferentes histórias, mas que agora são experimentados uns contra os outros nas interações dos falantes como um novo todo”¹³³. Nesse sentido, embora LH e língua majoritária possam ser, inicialmente, compreendidas como dois sistemas linguísticos separados, sob a ótica da *translanguaging*, é o caráter fluido das práticas linguísticas do falante que avança *entre e para além* das línguas socialmente construídas e sistemas educacionais que ganha protagonismo – característica esta que dialoga com as próprias identidades fluidas discutidas por autores como Hall (2006) e com a superdiversidade apontadas pelos dados obtidos neste estudo.

À luz dessa discussão, relembremos os dados analisados na subseção 3.3.4.2, na qual observamos como a perspectiva e a atitude dos pais e adultos responsáveis pelas crianças puderam influenciar em seu contato e relação com a LH, ressaltando a importância de políticas linguísticas familiares que visem a orientar os indivíduos no trato dessa língua em ambiente doméstico de modo que o acesso à informação por parte dessas comunidades esclareça eventuais dúvidas e questionamentos, para que, tanto pais quanto filhos, adultos e crianças, não sejam tolhidos de sua herança linguística e cultural devido a possíveis visões equivocadas quanto ao estatuto de uma LH, quando comparada à língua majoritária e ao ensino-aprendizagem bilíngues dessas crianças.

Desse modo, caberia aos pais, responsáveis e educadores a principal tarefa de se questionarem sobre suas ações e abordagens e os efeitos delas: visar a apenas transmitir essa LH em contexto familiar e escolar ou a permitir que, diante dos variados elementos abarcados

¹³³ Tradução própria. Do original: “Translanguaging is the enactment of language practices that use different features that had previously moved independently constrained by different histories, but that now are experienced against each other in speakers’ interactions as one new whole”.

por ela, a criança possa, em contato com a língua ancestral, interpretá-la e ressignificá-la de forma a vivenciar a apropriação da herança que, de fato, lhe cabe.

É neste sentido que o hibridismo verificado nos achados desta dissertação de Mestrado pode contribuir para a construção de novos espaços, como os *translanguaging spaces*, cujo poder de transformação é constante e é capaz de gerar novas identidades, valores e práticas (WEI, 2011; 2012 *apud* GARCÍA; WEI, 2014, p.24) ou de um “terceiro lugar”, que, como aponta Moroni (2014), é um lugar que “[...] não foi dado ao indivíduo por nascimento, por um simples ser e estar no mundo, mas buscado, criado”. Um lugar novo, marcado pelo superdiverso, potencialmente capaz de romper “a tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do ‘presente’” (BHABHA, 1998, p.19), que produza a consciência necessária e que desperte o potencial sociopolítico das construções identitárias, conduzindo irrefreavelmente esse falante de herança a alcançar espaços para além de “eles” e “nós”.

REFERÊNCIAS

80 ANOS DA COLÔNIA JAPONESA EM SUZANO. Suzano: Comissão Executiva da Comemoração de 80 Anos de Colonização Japonesa de Suzano, 2001.

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia da Letras, 2018.

ARAI, Jhony; HIRASAKI, Cesar. **100 anos da Imigração Japonesa no Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

ARIKAWA, Hiro. **Relatos de um gato viajante.** Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.

ARONIN, Larissa; Ó LAOIRE, Muiris. The Material Culture of Multilingualism. *In:* GORTER, D.; MARTEN, H.F.; VAN MENDEL, L. (eds.). **Minority Languages in the Linguistic Landscape.** New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 299–318.

BAKER, Colin. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism.** 3. ed. Clevedon; Buffalo; Toronto; Sydney: Multilingual Matters Ltd, 2001.

BEN-RAFAEL, Eliezer. A Sociological Approach to the Study of Linguistic Landscapes. *In:* GORTER, D.; SHOHAMY, E. (eds.). **Linguistic landscape: expanding the scenery.** New York: Routledge, 2009. p. 40–54.

BHABHA, Homi K. Cultures's In-Between. *In:* HALL, Stuart; DU GAY, Paul (eds.). **Questions of Cultural Identity.** London; Thousand Oaks, California: Sage Publications Ltd, 1996. p. 53–60.

BHABHA, Homi K. **O Local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLACKWOOD, Robert; LANZA, Elizabeth; WOLDEMARIAM, Hirut. Preface. *In:* BLACKWOOD, R.; LANZA, E.; WOLDEMARIAM, H. (eds.). **Negotiating and Contesting Identities in Linguistic Landscapes.** London: Bloomsbury, 2016. p. xvi–xxiv.

BLOMMAERT, Jan. **Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes.** Bristol; Buffalo; Toronto: Multilingual Matters, 2013.

BLOMMAERT, Jan; RAMPTON, Ben. Language and superdiversity: A position paper. **Working Papers In Urban Language And Literacies**, [S. l.], v. 13, n. 70, p. 1–20, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/1220287/Language_and_superdiversity_A_position_paper_2011. Acesso em: 25 maio. 2021.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: Some Universals in Language Usage.** 2. ed. New York/Melbourne: Cambridge Univ. Press, 1987.

BURKE, Peter J. **Cultural Hybridity.** Cambridge; Malden: John Wiley & Sons, 2009.

BURKE, Peter J.; STETS, Jan E. **Identity theory.** New York; Oxford: Oxford University Press, 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO. **História de Suzano.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.camarasuzano.sp.gov.br/historiasuzano/#intro.%20Acesso%20em%2005/2021>. Acesso em: 20 maio. 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHINHOS, Patricia. Heranças em vida: abrindo o baú. *In*: CARVALHINHOS, P.; LIMA-HERNANDES, M.C. (orgs.). **A casa, o sapo e o baú: português como língua de herança**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019. p. 11–22.

CARVALHINHOS, Patrícia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia (orgs.). **A casa, o sapo e o baú: português como língua de herança**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019.

CEPBRASIL. **CEP de Suzano. Bairros da cidade de Suzano, São Paulo**. [s.d.]. Disponível em: <https://cepbrasil.org/sao-paulo/suzano/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CUNHA, Maria Angélica F. da; COSTA, Marcos A.; CEZÁRIO, Maria M. Pressupostos teóricos fundamentais. *In*: CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M.A.; CEZÁRIO, M. M. (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003. p. 22–55.

DEMARTINI, Zeila B. F. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 21, n. 72, p. 43–72, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302000000300004>. Acesso em: 17 out. 2021.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO MICHAELIS. **Dicionário Eletrônico do Português Brasileiro**. [s.d.]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 1 dez. 2022.

DING, Ting. New type of Learner Emerging: understanding learners of chinese as a heritage language. **Journal Of Cambridge Studies**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 49–61, 2013. DOI: <https://doi.org/10.17863/CAM.1476>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DOI, Elza Taeko. O ensino de japonês no Brasil como língua de imigração. **Estudos Linguísticos XXXV**, Campinas, v. 1, [s.n.], p. 66-75, jan. 2006. Disponível em: <http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/etd.pdf>. Acesso em: 7 maio 2021.

FALICOV, Celia J. Working With Transnational Immigrants: Expanding Meanings of Family, Community, and Culture. **Family Process**, [S. l.], v. 46, n. 2, p. 157–171, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2007.00201.x>. Disponível em: <https://www.kean.edu/~psych/doc/Working%20with%20transitional%20immigrants.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

FALICOV, Celia J. The Multiculturalism and Diversity of Families. *In*: SEXTON, Thomas L.; LEBOW, Jay (ed.). **Handbook of Clinical Family Therapy**. New York: Routledge, 2016. p. 65–83. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344756497_THE_MULTICULTURALISM_AND_DIVERSITY_OF_FAMILIES. Acesso em: 6 jun. 2021.

FALICOV, Celia J. Multidimensional Ecosystemic Comparative Approach (MECA). **Encyclopedia of Couple and Family Therapy**, [S. l.], p. 1–5, 2017. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-15877-8_848-1. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-319-15877-8_848-1. Acesso em: 6 jun. 2021.

FERREIRA NETTO, Waldemar. **Tradição Oral e produção de narrativas**. São Paulo: Paulistana, 2009. DOI: <https://doi.org/10.4322/978-85-99829-26-4>.

FERREIRA NETTO, Waldemar. **Tradição Oral, Narrativa e Sociedade**. São Paulo:

Paulistana, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4322/85-99829-94-3>.

FREITAG, Raquel M. K. **Documentação Sociolinguística: coleta de dados e ética de pesquisa**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

GARCÍA, Ofelia; WEI, Li. **Translanguaging – Language, Bilingualism and Education**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire/New York: palgrave Macmillan, 2014.

GIVÓN, Talmy. **The genesis of syntactic complexity: diachrony, ontogeny, neuro-cognition, evolution**. Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2009.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GLOBO ESPORTE. **Supercampeã e “cidade do vôlei” no passado, Suzano deve voltar a ter time adulto em 2021**. [s.d.]. Disponível em: <https://ge.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/volei/noticia/supercampea-e-cidade-do-volei-no-passado-suzano-deve-voltar-a-ter-time-adulto-em-2021.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2022.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. On Face-Work. **Psychiatry**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 213–231, 1955. DOI: <https://doi.org/10.1080/00332747.1955.11023008>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GORTER, Durk. Introduction: the study of the linguistic landscape as a new approach to multilingualism. In: GORTER, D. (ed.). **Linguistic Landscape: a new approach to multilingualism**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006. p. 1–5.

GORTER, Durk; MARTEN, Heiko F.; VAN MENDEL, Luk. **Minority languages in the linguistic landscape**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GROSJEAN, François. Bilingualism: A short introduction. In: GROSJEAN, François; LI, Ping. **The psycholinguistics of bilingualism**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012. p.5-25.

GUIA MAIS. **Bairro de Suzano**. [s.d.]. Disponível em: <https://mapas.guiamais.com.br/bairros/suzano-sp>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GUMPERZ, John J.; COOK-GUMPERZ, Jenny. Introduction: language and the communication of social identity. In: **Language and social identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 1–21.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora - Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Introduction: Who Needs Identity? In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (org.). **Questions of Cultural Identity**. London; Thousand Oaks, California: Sage Publications Ltd, 1996. p. 1–17.

HAN, Lili. **Luís Gonzaga Gomes, Filho da Terra: divulgador e tradutor de imagens da**

China e de Macau. 2018. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/31969>. Acesso em: 25 mai. 2023.

HARDY, Kenneth V.; LASZLOFFY, Tracey A. The Cultural Genogram: Key to Training Culturally Competent Family Therapists. **Journal of Marital and Family Therapy**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 227–237, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.1995.tb00158.x>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227706282_The_Cultural_Genogram_Key_to_Training_Culturally_Compent_Family_Therapists. Acesso em: 10 jun. 2021.

HAYASHI, Bruno N. Metamorfoses do amarelo: a imigração japonesa do “perigo amarelo” à “democracia racial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 37, n. 108, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/3710809/2022>. Acesso em: 11 out. 2022.

HUEBNER, Thom. A Framework for the Linguistic Analysis of Linguistic Landscape. In: SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk (eds.). **Linguistic landscape: expanding the scenery**. New York: Routledge, 2009. p. 70–87.

HYMES, Dell. Models of the Interaction of the Language and Social Life. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (eds.). **Directions in Sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p. 35–71.

JENNINGS-WINTERLE, Felicia; JENNINGS, Claudia. Vivências linguísticas con moto: uma reflexão sobre o uso da música em programas de herança. In: CARVALHINHOS, P.; LIMA-HERNANDES, M.C. (orgs.). **A casa, o sapo e o baú: português como língua de herança**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019. p. 52–65.

KELLEHER, Ann. What is a heritage language? **Heritage Briefs**. Center for Applied Linguistics, [s.n.], p.1-3, 2010. In: <http://www.cal.org/heritage/pdfs/briefs/What-is-a-Heritage-Language.pdf>. Acesso em: 15abr. 2021.

KOMATSU, Patrícia E. K. K. **À espreita de “Súditos do Eixo” - Para a história social dos imigrantes japoneses e a Situação do Português Paulista do Século XX**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-03032011-153852/publico/2010_PatriciaElisaKunikoKondoKomatsu.pdf. Acesso em: 5 out. 2021.

KUWAE, Luiza H. Y. **Cem anos de imigração japonesa: a construção midiática da identidade do imigrante japonês**. 2013. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13733>. Acesso em: 6 jun. 2021.

LANDRY, Rodrigue; BOURHIS, Richard Y. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: an empirical study. **Journal Of Language and Social Psychology**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 23–49, 1997.

LEONE, Simone; FIAMINI, Carla; PIRES, Douglas; ZARBIETTI, Gisleini. **Memórias de Suzano: histórias e fotos de todos os tempos, do vilarejo à cidade grande**. São Paulo: Dat Editora, 2009.

LEVINSON, Stephen C. Contextualizing “contextualization cues”. In: EERDMANS, Susan L.; PREVIGNANO, Carlo L.; THIBAUT, Paul J. (eds.). **Language and Interaction**.

Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003. p. 31–39. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.117.04lev>.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Sociolinguística e línguas de herança”. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso (orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 98–110.

LITTLE, Sabine. Whose heritage? What inheritance? Conceptualising Family language identities. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 198–212, 2020.

MCGOLDRICK, Monica. **The genogram casebook: a clinical companion to Genograms: assessment and intervention**. New York: W.W. Norton and Company, 2016.

MCGOLDRICK, Monica; GERSON, Randy; PETRY, Sueli S. **Genograms: assessment and treatment**. 4. ed. New York: W.W. Norton & Co, 2020.

MELO-PFEIFER, Sílvia. Linguistic Landscapes in the Home: Multilingual Children’s Toys, Books and Games. **The Cambridge Handbook of Childhood Multilingualism**, [no prelo].

MELO-PFEIFER, Sílvia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Paisagens Linguísticas. **Domínios de Lingu@gem**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 1024–1058, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/dl44-v14n4a2020-1>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MISORA, Hibari. Kawa no nagare no youni. *In*: **Evergreen: Hibari Deluxe**. [s.l.], 1982. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6bZKATlliEyZADjGZxQe1V?si=jZzPVAvjRqS7tIqRGqFvcg&nd=1>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MOLLICA, Maria Cecília; AVELAR, Daillane; NASCIMENTO, Lucas. Identidades capixabas: vitalidade e extinção linguística. *In*: CARVALHINHOS, Patrícia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia (orgs.). **A casa, o sapo e o baú - Português como Língua de Herança**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019. p. 137–155.

MONTRUL, Silvia. Is the Heritage Language like a Second Language? **EUROSLA Yearbook**, [S. l.], v. 12, p. 1-29, 2012. Disponível em: <http://www.eurosla.org/wp-content/uploads/2015/02/Montrul.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MORONI, Andreia. **O terceiro lugar é o melhor lugar possível**. 2014. Disponível em: <https://brasileirinhos.wordpress.com/2014/02/17/o-terceiro-lugar-e-o-melhor-lugar-possivel/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/index.php>. Acesso em: 20 set. 2021.

MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Imigração Japonesa no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <https://imigrantes.ubik.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2021.

NOGUEIRA, Priscilla de Almeida. A questão da identidade cultural entre mães brasileiras na Alemanha. *In*: CARVALHINHOS, P.; LIMA-HERNANDES, M.C. (orgs.). **A casa, o sapo, o baú: Português como Língua de Herança**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019, p. 79-91.

O DIÁRIO DE MOGI. **Megacampeã, a “Capital do Vôlei” Suzano voltará a ter time adulto em agosto.** 2021. Disponível em: <https://odiariodemogi.net.br/suzano/megacampe-a-capital-do-volei-suzano-voltara-a-ter-time-adulto-em-agosto-1.18743>. Acesso em: 21 out. 2022.

POLINSKY, Maria. **Heritage languages and their speakers.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, [Rio de Janeiro], v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 20 maio. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, [Rio de Janeiro], v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 maio. 2021.

PRATA, Daniel (org.). **Centenário: contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural.** São Paulo: Paulo’s Comunicação e Artes Gráficas, 2010.

PREECE, Saïn. Introduction: Language and identity in applied linguistics. In: PREECE, S. (ed.). **The Routledge handbook of language and identity.** London; New York: Routledge, Taylor Et Francis Group, 2016. p. 1–16.

REVISTA COMEMORATIVA DO 70º ANIVERSÁRIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL SUZANENSE – BUNKYO. Suzano: Associação Cultural Suzanense, 2008.

RODRIGUES JÚNIOR, Adail S. Metodologia sócio-interacionista em pesquisa com professores de línguas: revisitando Goffman. **Linguagem & Ensino**, [Pelotas], v. 8, n. 1, p. 123–148, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15606>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SCHMIDT, Maria Luisa S.; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 4, n. 1-2, p. 285–298, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2021.

SCHMIDT, Alexandra; MELO-PFEIFER, Sílvia; ARAUJO E SÁ, Helena; PINHO, Ana Sofia. **Língua Materna, Língua de Herança ou Língua Estrangeira? Um olhar sobre as representações da Língua Portuguesa em alunos luso-descendentes na Alemanha.** Estocolmo: Pdf, 2012. 17 slides, color. Disponível em: <https://cepealemanha.files.wordpress.com/2012/03/slides-estocolmo1.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk (eds.). **Linguistic landscape: expanding the scenery.** New York: Routledge, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73–102.

TEMPLO BUDISTA NAMBEI SHINGONSHU DAIGOZAN JOMYOJI. **Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji - Suzano - SP - Brasil.** [s.d.]. Disponível em: <https://www.templojomyoji.org.br/>. Acesso em: 20 set. 2022.

TUDO AQUI. **Bairros de Suzano, São Paulo.** [s.d.]. Disponível em: <https://www.tudoaquisuzano.com.br/bairros/suzano-sp>. Acesso em: 28 abr. 2022.

VALDÉS, Guadalupe. Bilingualism, Heritage Language Learners, and SLA Research: Opportunities Lost or Seized? **The Modern Language Journal**, [S. l.], v. 89, n. 3, p. 410–426, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4781.2005.00314.x>. Acesso em: 15 abr. 2021.

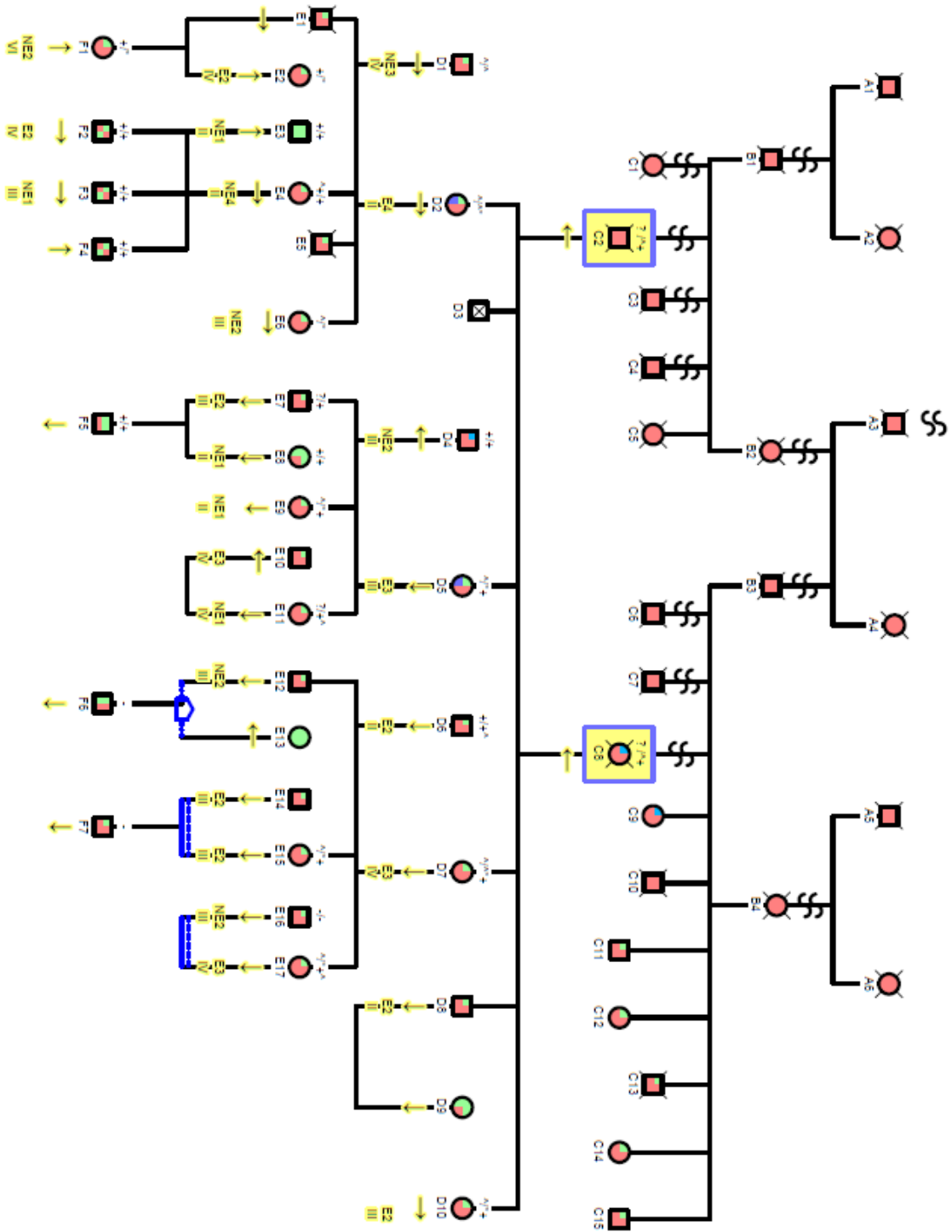
VAN DEUSEN-SCHOLL, Nelleke. Toward a Definition of Heritage Language: Sociopolitical and Pedagogical Considerations. **Journal of Language, Identity & Education**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 211–230, 2003. DOI: https://doi.org/10.1207/s15327701jlie0203_4. Acesso em: 15 abr. 2021.

VERTOVEC, Steven. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, [S. l.], v. 30, n. 6, p. 1024–1054, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WENDT, Naiane C.; CREPALDI, Maria Aparecida. Genogram use as a collect tool in qualitative research. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 302–310, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200016>. Acesso em: 6 jun. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7–72.

ANEXO A - Genograma Familiar em tamanho ampliado



Japão - Hiroshima (1930)

ANEXO B - Guia de perguntas do questionário online

Relações familiares e socioculturais

1. Você se considera de qual gênero?
2. Qual a sua idade?
3. Qual a sua relação com a família alvo da pesquisa?
4. Por favor, especifique sua relação com o senhor e a senhora C2 e C8. (ex. primeiro filho, quarto, filho; primeira filha do quinto filho, quarto neto do terceiro filho; marido/esposa/namorado(a)/companheiro(a) do/a segundo/a filha, etc.)
5. Você tem alguma ascendência de origem japonesa?
6. Se sim, qual?
7. Considere seu nome próprio. Como ele é composto?
8. Considere seu sobrenome. Como ele é composto?
9. Atualmente, você está em algum relacionamento?
10. Você possui filhos?
11. Os seus filhos possuem nome de origem japonesa?
12. O que influenciou na escolha do nome de origem japonesa de seu(s) filho(s)? (mais de uma opção possível)
13. Você sabe falar/entende a língua japonesa? Considere todas suas habilidades (compreende algumas palavras, mesmo que não saiba responder ou falar bem; fala bem, mas não consegue ler, lê alguns dos sistemas de escrita, etc.)
14. Você estudou em escola japonesa (*nihon gakko*) ou curso de japonês em algum período de sua vida?
15. Se sim, qual? (Assinale mais de 1 item, se necessário)
16. Se respondeu sim à pergunta anterior, qual o motivo de estudar em escola japonesa (*nihon gakko*) ou curso de japonês? (mais de uma opção possível)
17. Por quanto tempo estudou japonês?
18. Você tem contato com a língua e/ou cultura japonesa atualmente?
19. Se sim, de que forma?
20. Você já viajou ou morou no Japão? (considere moradia estadia superior a 3 meses)
21. Se não visitou nem morou no Japão, tem vontade de conhecer o país?
22. Se já viajou ou morou, qual o motivo de sua viagem?
23. De modo geral, como você considera sua experiência no Japão (considere todos os aspectos possíveis: ambiente, clima, paisagem, relações pessoais, comida, moradia, organização social, etc.)?

Sobre Suzano

24. Você nasceu em Suzano?
25. Se não, em qual cidade?
26. Você já morou em Suzano?
27. Se você se mudou para Suzano, em qual cidade residia anteriormente?
28. Há quanto tempo se mudou para Suzano?
29. Quais os motivos de sua mudança? (mais de uma opção possível)

30. Caso não more mais, há quanto tempo você se mudou de Suzano?
31. Quais os motivos de sua mudança? (assinale uma ou mais)
32. Você ainda frequenta a cidade de Suzano?
33. Se sim, com que frequência?
34. Qual o principal motivo de suas visitas?
35. Atualmente, você frequenta algum clube ou associação japonesa em Suzano?
36. Se sim, poderia nomeá-las?
37. Como você classificaria a influência da imigração e herança cultural japonesa na cidade de Suzano?
38. A que elementos você atribui essa influência?

Herança cultural japonesa

Por favor, responda a esta seção somente se você é descendente de japoneses em qualquer grau, reside ou já residiu em Suzano.

39. Atualmente, você considera maior o seu contato com a cultura brasileira ou cultura japonesa no seu ambiente familiar? (Considere aspectos variados, como por exemplo: comidas, tradições, costumes, hábitos, etc.)
40. Atualmente, você considera maior o seu contato com a cultura brasileira ou cultura japonesa no seu ambiente social? (Considere aspectos variados, como por exemplo: lugares que frequenta, comidas, companhias, etc.)
41. De maneira geral, qual é o seu contato atualmente com a língua e cultura japonesa?
42. Em relação à sua infância, como você considera o seu contato com a língua e cultura japonesa?
43. Você costumava fazer parte de associações e/ou atividades da comunidade japonesa na sua infância e/ou juventude? (seinenkai, karaokês, bandas, atividades voluntárias, etc.)
44. Considerando o seu círculo social, como você acha que ele é composto?
45. Você sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito ou experiência desagradável em virtude de sua ascendência, valores ou aspectos culturais?
46. Você considera importante manter o vínculo com a língua e cultura japonesa?
47. Se sim, por quê?
48. Você acredita que residir ou ter residido em Suzano tenha contribuído na sua relação com a língua e cultura japonesa?
49. Como?
50. Qual sua opinião sobre descender de imigrantes japoneses?

ANEXO C - Roteiro semiestruturado para entrevistas com participantes

1. Você sabe quais os membros da sua família que vieram para o Brasil e por quê? Seus pais/avós se conheciam de alguma forma de antes de virem ao Brasil ou se conheceram aqui?
2. Seus pais/avós falavam sobre as histórias de imigração deles? Como foi a viagem do Japão até o Brasil? Qual o percurso deles até se estabelecerem na região e os motivos?
3. Seus pais/avós relatavam como era a vida deles no Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial? Você tem alguma lembrança própria sobre isso?
4. Na sua infância, quem morava com você? Na sua casa, você e sua família falavam português, japonês ou outra língua? Como era a comunicação com os outros membros da família?
5. Quais são as lembranças mais marcantes que você tem dos seus avós?
6. Você se lembra do *nihon gakko*/escola japonesa que frequentou? Como era?
7. A escola (de ensino regular) que você frequentou tinha algum elemento da cultura japonesa? Você lembra como era, de seus colegas, professores? Você gostava? Por quê?
8. Durante a sua vida escolar, você participou de algum evento ou festa relacionado à cultura japonesa ou frequentava associações, clubes, etc.? Quem organizava as atividades? Elas aconteciam em português ou em japonês?
9. Da sua época de escola japonesa e/ou clubes associações, você ainda mantém contato com alguma amizade? Tem alguém que você tenha conhecido nessas associações que marcou sua vida, seja muito importante, seja um exemplo para você?
10. Você gosta de morar em Suzano? Por quê?
11. Você lembra como era Suzano na sua infância? A cidade mudou muito desde então? Como?
12. Pensando na parte visual da cidade, na paisagem, na arquitetura, você consegue identificar alguma influência da cultura japonesa?
13. Aconteciam muitas festas ou eventos tradicionais japoneses na época? Você, seus pais ou sua família costumavam participar? Como?
14. Tem alguma manifestação cultural japonesa aqui na sua comunidade que é considerada tradição? Pode falar um pouco sobre ela? Você ou alguém da sua família participa?
15. Você contribuiu ou costumava contribuir, de alguma forma, com as festividades, atividades, associações etc.?
16. Você acha que a cidade de Suzano, no geral, tem mantido a cultura e tradição japonesa? De que forma?
17. Falando de comida, tem algum prato de comida que é típico da comunidade japonesa na cidade? E da sua família? Você sabe como fazer esse prato, quais ingredientes leva?
18. É fácil encontrar ingredientes e outros produtos japoneses onde você mora? Você acha que isso influencia no que você consome no seu dia a dia?
19. Na sua casa, você ainda mantém hábitos japoneses?
20. Onde você aprendeu esses hábitos? Você procura passar para os seus filhos, netos, sobrinhos?
21. Você acredita que a cultura japonesa influencia no modo como as pessoas da sua família se relacionam? (ex. como os mais velhos são tratados; há igualdade entre homens/mulheres; há membros que têm maior autoridade, etc.)
22. Na sua casa, você fala português e/ou japonês?

23. Você já matriculou seu filho ou pensa em matriculá-lo em escola japonesa na infância? Por quê? (para pais)
24. O que você acha de nunca ter estudado em escola japonesa ou curso na infância? Tem vontade, acha que seria bom, ruim? (para filhos)
25. Tem coisas que você e sua família fazem ou em que acreditam que já causou curiosidade ou espanto de pessoas não-descendentes? O quê?
26. Você acha importante saber falar/entender o japonês para manter esses vínculos? Por quê?
27. Você acha que sua família, no geral, tem mantido as tradições e cultura japonesa ao longo dos anos? Como?
28. Você acha que isso é importante? Que coisas você gostaria de fazer para contribuir com essa manutenção, mas não faz ou não pode fazer?
29. Como você acha que acontece o contato das crianças e jovens da sua família com a língua e cultura japonesa hoje? É diferente ou igual a quando você era criança/mais jovem?
30. Por que você tem um nome japonês? Sabe o que ele significa? Você gosta dele?
31. Você acha que as culturas brasileira e japonesa são muito diferentes? De que forma? O que você mais gosta de em cada uma delas?
32. Você foi batizado em alguma religião? Atualmente, pratica ou tem afinidade com alguma?
33. Você acha que a sua herança cultural e tudo o que ela envolve (língua, crenças, tradições, etc.) podem te impedir de fazer certas coisas que você gostaria de fazer ou podem te servir de “guia” em certas questões da sua vida? Quais?
34. Você se sente confortável em lidar com as duas culturas, japonesa e brasileira, no seu dia a dia, ou sente que as diferenças entre elas são conflitantes? Como?
35. Considerando tudo o que discutimos até agora, se tivéssemos uma linha em que de um lado estivesse o Brasil e no outro, o Japão, em que lugar dessa linha você se colocaria?
36. O que é ser nipo-brasileiro para você? Você acha que existe a necessidade de existir essa palavra, “nipo-brasileiro”?
37. Você acha que ser imigrante ou descendente de japoneses no Brasil é o mesmo que ser um japonês que nasceu e vive no Japão? Por quê?
38. O que significa o termo “herança” para você?
39. (Para os participantes que já tiveram com a cultura japonesa no Japão) No geral, o que você achou sobre a sua experiência no Japão? É muito diferente do que você vive em Suzano ou no Brasil, de modo geral?
40. Você acha que ter o contato com o japonês e sua cultura dentro de casa e na cidade de Suzano te ajudou na sua viagem, de alguma forma? Como?

ANEXO D - Lista de Paisagens linguísticas dentro da área de investigação delimitada

NOMES DE LOGRADOUROS	
Nome	Bairro
(Bairro) Jardim Anzai	Jardim Anzai
(Bairro) Vila do Sol Nascente	Vila do Sol Nascente
Praça do Sol Nascente	Vila do Sol Nascente
Rua Dr. Kiyoshi Takabatake	Vila São Jorge
Rua Eizo Suehiro	Vila Bela Vista
Rua Expedicionário Cabo Katsuo Miyazato	Centro
Rua Kaneji Kodama	Vila Figueira
Rua Katsumi Yoshida	Vila Costa
Rua Kiochi Miazato	Conjunto Residencial Iraí
Rua Konoj Endo	Vila Bela Vista
Rua Leila Margarida Takeuchi	Vila Figueira
Rua Motoji Nagano	Vila Adelina
Rua Paulo Moriyama	Vila Figueira
Rua Pedro Shigueno	Vila Figueira
Rua Seian Hanashiro	Vila Figueira
Rua Shigueru Okamoto	Vila Adelina
Rua Shoichi Masuda	Vila Figueira
Rua Takuo Habu	Vila Figueira
Rua Tóquio	Cidade Edson
Rua Tokuya Hiruta	Vila Adelina
Rua Tomisaburo Urano	Vila Figueira
Viaduto Ryu Mizuno	Parque Suzano
Viveiro Tomoe Uemura	Jardim Imperador
FACHADAS COMERCIAIS	
Nome do estabelecimento	Bairro
Akinaga Comércio de Ferragens ME	Jardim Anzai
Auto Elétrico Issamo	Conjunto Residencial Iraí
Bike Nakashima	Centro
Comercial Mitsuhoshi	Centro
Concessionária Suzuki	Vila Figueira
Droga Tani	Vila Figueira
Especialista Toshio Oficina Mecânica	Vila Figueira
Esporte Muneo	Centro
Estacionamento Shima	Centro
Estúdio Kenzo	Vila São Jorge
Flora Miyanishi	Parque Suzano
Furuyama Confecção - Uniformes Escolares e Empresariais	Jardim Anzai
Gashôo Minimercado	Jardim Suzano
Hajermaq Yoshita Com. E Manutenção Ltda.	Centro

Hide	Centro
Hideki Toku Vidraçaria	Cidade Edson
Higashi Lar e Construção	Vila São Francisco
Himawari	Vila Costa
Hioki Sushi	Centro
Hiro - Produtos Orientais	Vila Costa
Hiromi Perfumaria	Centro
Hoken Suzano	Jardim Santa Helena
Honda Eco Wash	Jardim Santa Helena
Honda Levesa	Vila Costa
Inuneko Pet	Vila Costa
Ishi Centro Automotivo	Vila Figueira
Japa Cabeleireiros	Jardim Suzano
Jiro san Veículos	Parque Suzano
Kaishi Sushi	Centro
Kataoka's Car	Vila Figueira
Kawakami Autocenter	Jardim Imperador
Kayoko Studio Hair	Jardim Santa Helena
Kenzai Reparos Automotivos	Jardim Realce
Kofuko Festas	Centro
Konishi Auto peças	Centro
Kumon	Centro
Kyodai Hortifruti	Centro
Lavanderia Suissen	Centro
Li Massako Studio Hair	Jardim Santa Helena
Loja Japonesa	Centro
M Suzuki Autopeças e Acessórios	Vila Figueira
Masuda Elétrica	Centro
Matsui Performance	Jardim Paulista
Mitsuhoshi Granpet	Vila Costa
Miura Sports	Centro
Nazaki Auto Center	Vila Figueira
Nihon Banho & tosa	Cidade Cruzeiro do Sul
Nihon Seguros	Centro
Nipon Eletrônica	Centro
Nippon Art Comunicação Visual	Vila Figueira
Nippon Rações	Vila Figueira
Nippontec Eletrônica	Centro
Obento do Japa	Vila São Jorge
Okamoto	Vila Costa
Padaria Katayama	Jardim Paulista
Pastéis Ayumi Salgados	Centro
Pastéis Ogura	Jardim Santa Helena
Pastelaria Nippon	Vila Costa
Perfumaria Sumirê	Centro

Petshop Ayumi	Jardim Imperador
Quitanda Takeuchi	Vila Costa
Quitanda Ueno	Centro
Restaurante Japonês - KANPEK	Centro
Restaurante Japonês - YUMI	Vila Figueira
Restaurante Suzulan	Vila Costa
Restaurante Tomodaty I	Centro
Sakai Autopeças	Vila Figueira
Salão Akita Cabeleireiros Unissex	Centro
Salão Kataoka	Centro
Sayama	Centro
Sekai Auto Vidro e Pintura Automotiva	Vila Figueira
SN Kaneko	Jardim Anzai
Studio Hair Lika	Vila Figueira
Supermercado Shibata	Centro
Takahashi Ferramentas	Vila Costa
Takikawa Corretora de Seguros	Vila Paiva
Takra Beauty	Centro
Terao Vidros	Centro
Yamaki	Centro
Yoshida Materiais	Jardim Anzai
Yoshio Autopeças	Vila Costa
OBRAS ARTÍSTICAS	
Nome	Bairro
Colagem artística em ônibus municipais	Sem localização
Colagem de Cerejeiras da Câmara Municipal de Suzano	Jardim Paulista
Escultura em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil	Vila do Sol Nascente
Escultura Tsuru	Vila do Sol Nascente
Estátua do busto do ex-prefeito suzanense Pedro Miyahira	Vila do Sol Nascente
Estátua Doraemon	Jardim Imperador
Estátua Pokémon (Bulbassaur)	Centro
Estátua Pokémon (Charizard)	Centro
Estátua Pokémon (Detetive Pikachu)	Centro
Estátua Pokémon (Eevee)	Centro
Estátua Pokémon (Pikachu1)	Centro
Estátua Pokémon (Pikachu 2)	Centro
Estátua Pokémon (Squirtle)	Centro
Monumento em homenagem ao Cinquentenário da Imigração Japonesa na cidade de Suzano	Centro
Mural 1 Parada Tiradentes (Templo Daigozan Jomyoji)	Centro
Mural 1 Templo Honpa Hongwanji de Suzano (grou-da-manchúria)	Centro
Mural 2 Parada Tiradentes (carpas)	Centro
Mural 2 Templo Honpa Hongwanji de Suzano (Monte Fuji)	Centro

Mural 3 Templo Honpa Hongwanji de Suzano (tigre e cerejeiras)	Centro
Mural artístico Escola Municipal de Ensino Fundamental Antonio Marques Figueira	Jardim Santa Helena
Mural artístico sob Viaduto Leon Feffer	Centro
INSTITUIÇÕES	
Nome	Bairro
<i>Bunkyo</i> – Associação Cultural Suzanense	Parque Suzano
Escola Estadual Professora Luiza Hidaka	Vila São Jorge
Escola Estadual Zeikichi Fukuoka	Cidade Edson
Escola Municipal Profª Alice Setuko Honda Miyake	Vila Figueira
Escola Municipal Toshio Utiyama	Centro
Igreja Shingonshu Kongoji	Jardim São Luís
Seicho-no-iê do Brasil	Vila Costa
Sociedade Beneficente Cultural e Associação Kongoji Gakuen	Jardim São Luís
Templo Honpa Hongwanji	Centro

ANEXO E - Lista de Paisagens linguísticas fora da área de investigação delimitada

Nome	Bairro
Associação Cultural Esportiva e Agrícola de Suzano - ACEAS NIKKEY	Chácaras Reunidas Guaio
Centro Educacional Nipo-brasileiro de Suzano - Cenibras	Chácaras Reunidas Guaio (ACEAS)
Construção Principal do Templo	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Incensário budista	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Monumento em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil	Chácaras Reunidas Guaio (ACEAS)
Monumento em homenagem ao Cinquentenário da Imigração Japonesa em Suzano	Chácaras Reunidas Guaio (ACEAS)
Monumento em homenagem ao professor Sigueichi Sakai	Chácaras Reunidas Guaio (ACEAS)
Monumento localizado na divisa entre os municípios de Suzano e Itaquaquecetuba	Chácara Miguel Badra
Pedra com inscrição de ensinamentos budistas 1	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Pedra com inscrição de ensinamentos budistas 2	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Pedra com inscrição de ensinamentos budistas 3	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa com inscrição do nome “Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji”	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa com orientações de higienização das mãos e boca antes da visitação ao Templo	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa com orientações de visitação ao Templo	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa de madeira inscrição de ensinamentos budistas	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa do Templo 1	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa e construção de reverência à divindade "Godairiki Son"	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa e construção de reverência à divindade "Juntei Kanzeon"	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa e construção de reverência à divindade "Seiryu Gongen"	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Placa e estátua de reverência à divindade "Ojizô sama"	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Portal de entrada ao templo	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Templo Budista Nambei Shingonshu Daigozan Jomyoji	Parque Santa Rosa
Toro com inscrições budistas	Parque Santa Rosa (Templo Daigozan Jomyoji)
Totem localizado na divisa entre os municípios de Suzano e Mogi das Cruzes	Jardim Lazzareschi
Totem localizado na divisa entre os municípios de Suzano e Poá	Jardim Monte Cristo
Nome de rua 1 relacionada à rede familiar alvo do estudo*	-
Nome de rua 2 relacionada à rede familiar alvo do estudo*	-
Nome de rua 3 relacionada à rede familiar alvo do estudo*	-

*O anonimato dos dados foi mantido a fim de cumprir com o direito à privacidade dos participantes garantidos pelo TCLE.